

TRABALHOS  
DE  
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

---

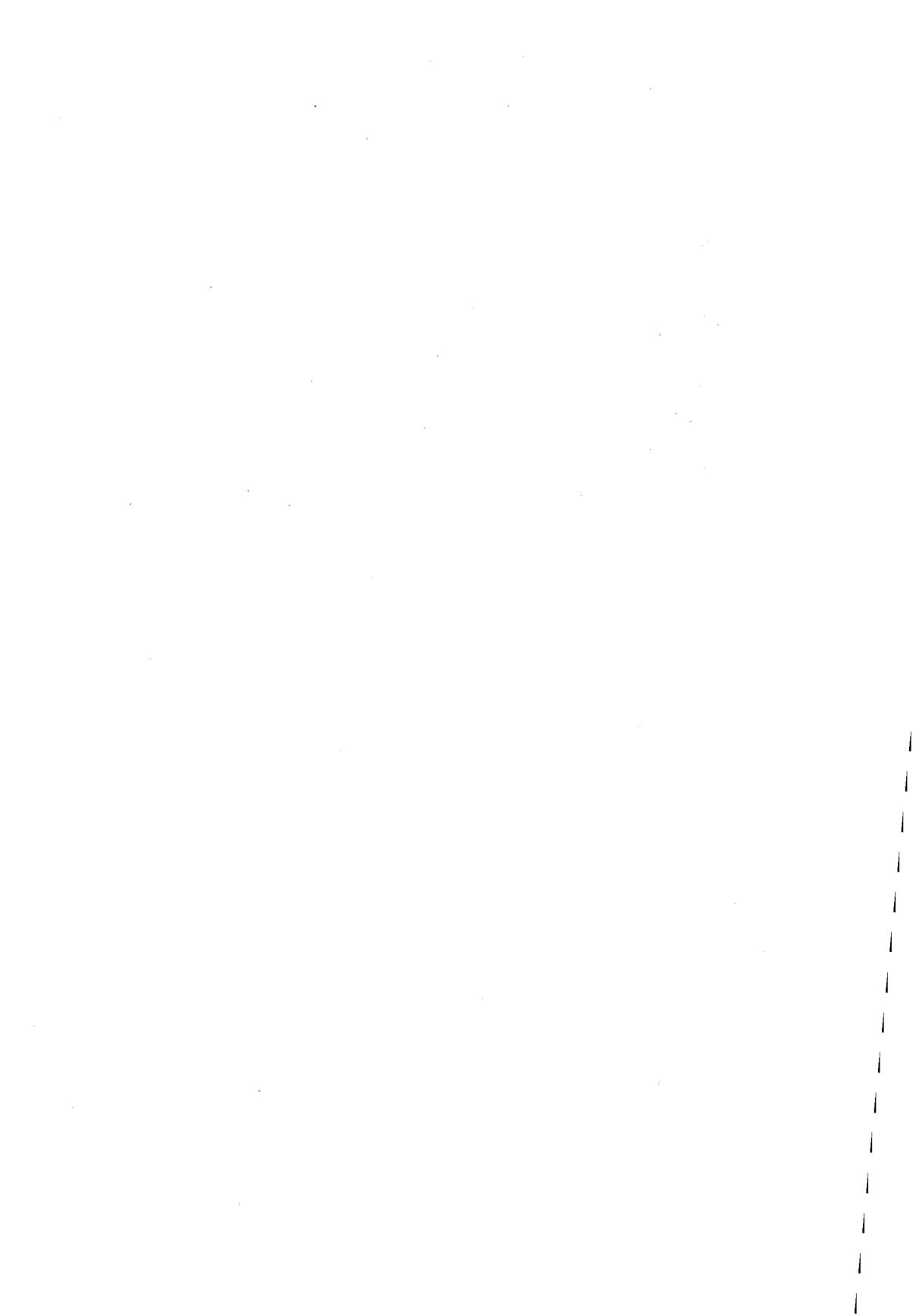
VOL. XX — FASC. 1-2

---



PORTO — 1965-1966

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA «DR. MENDES CORRÊA» — Faculdade de Ciências



## **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**

1901 45.11

1901 45.11

1901 45.11

1901 45.11



# TRABALHOS

DE

# Antropologia e Etnologia

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA  
DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

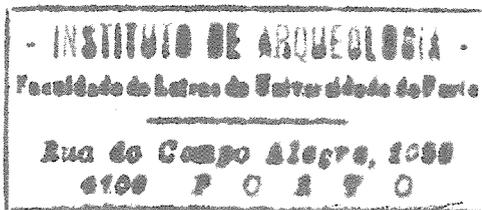
---

VOLUME XX

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

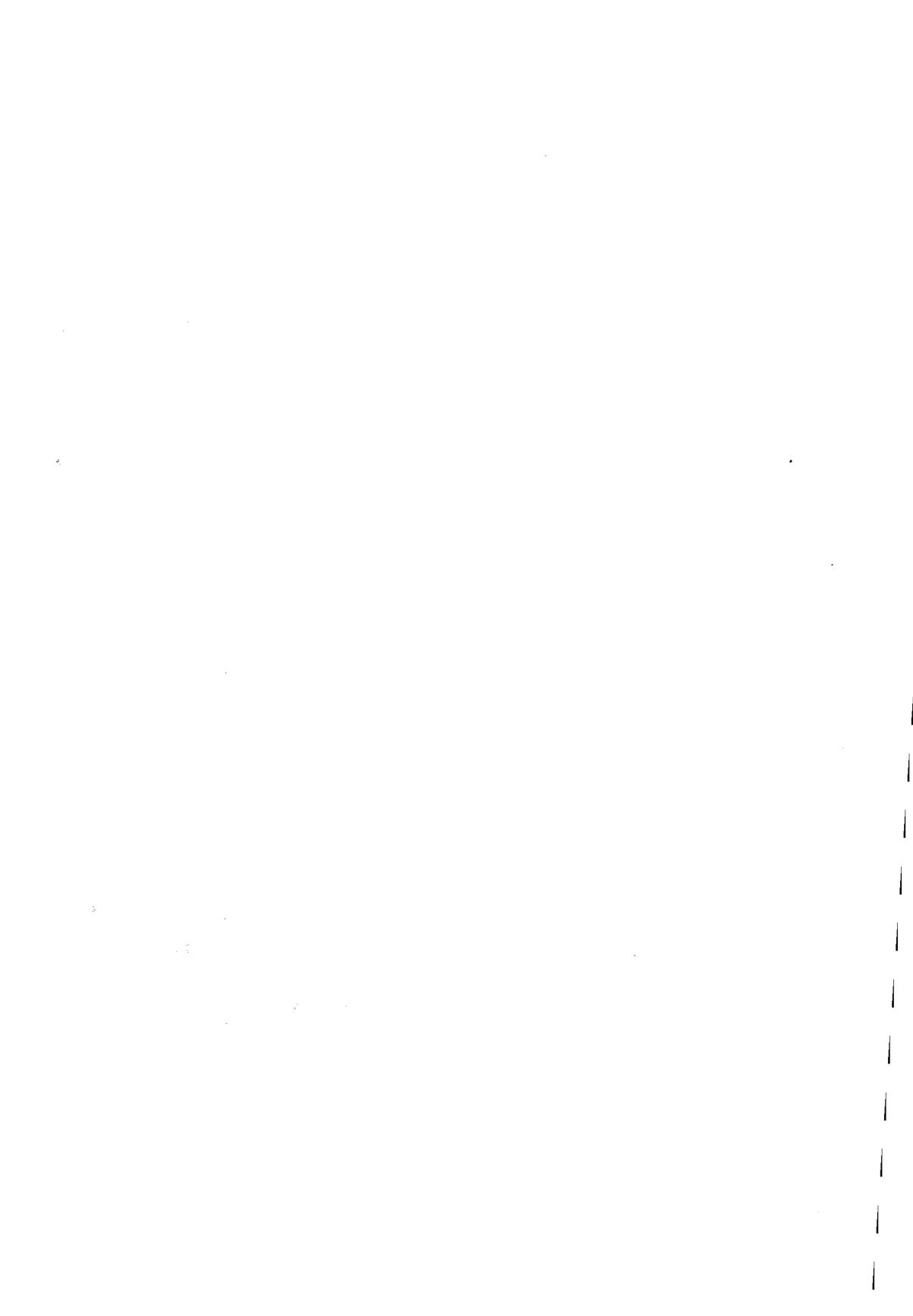
---

17. ABR. 1986



PORTO

Sede da Sociedade: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DR. MENDES CORRÊA  
UNIVERSIDADE DO PORTO



# A sinostose da sutura etmóido-frontal anterior <sup>(1)</sup>

POR

J. Pinto Machado Correia da Silva

(1.º Assistente de Anatomia Descritiva na Faculdade de Medicina do Porto e Bolseiro do Instituto de Alta Cultura no Centro de Estudos de Medicina Experimental)

«Para os espíritos científicos, são os algarismos que descobrem e exprimem as leis»

PAULO VI <sup>(2)</sup>

A leitura de um trabalho de BARBOSA SUEIRO & ROLANDO MOISÃO<sup>19</sup> sobre a forma, dimensões e estrutura da apófise *crista galli*, sugeriu-nos estudar certas características do processo obliterativo da sutura entre esta apófise e o frontal, sutura que designamos por etmóido-frontal anterior <sup>(3)</sup>. Os resultados preli-

(1) Comunicação apresentada à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em 1/3/1966.

(2) Carta ao Geral da Ordem dos Irmãos de Santo Agostinho, no centenário das descobertas de GREGOR MENDEL (*Acção Médica*, 29: 214-216, 1965).

(3) Em rigor, a designação de «sutura» aplicada à articulação da apófise *crista galli* com o frontal não é exacta, pois todo o etmóide é de origem cartilaginosa. Porém, esta articulação também não é uma sincondrose, dado que o frontal é de ossificação membranosa. Temos aqui mais um exemplo das deficiências de todas as classificações concebidas para caracterizar factos biológicos. Para não modificarmos a classificação clássica das articulações imóveis, incluímos nas suturas a articulação etmóido-frontal anterior. Aliás, TESTUT & LATARJET, no seu tratado, qualificam de sutura a articulação da porção horizontal do frontal com o etmóide. Erro indesculpável é designar por sutura as articulações das porções basilar e escamosa do occipital com o rochedo e porção mastoideia do temporal, respectivamente, pois que se trata de partes ósseas de origem cartilaginosa; contudo, é a designação que os anatómicos usam.

minares deste estudo foram apresentados no XXVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências<sup>14</sup>.

É pelo seu bordo anterior que a apófise *crista galli* se articula com o frontal, abaixo da crista frontal interna. Este bordo é de largura variável — ocasionalmente suficientemente largo para constituir verdadeira face (num exemplar tinha 12 mm) — e forma como que duas asinhas mais ou menos simétricas (por vezes muito assimétricas) separadas entre si por superfície saliente ou plana, ou por sulco vertical. O buraco cego do frontal pode ser limitado, na parte posterior, pelo bordo anterior da apófise *crista galli*.

A sutura etmóido-frontal anterior é ligeiramente dentada, e tem forma de V ou de U invertidos; neste último caso, os ramos podem ser divergentes ou paralelos.

### Material e Métodos

Organizámos inicialmente uma amostra de 582 caveiras pertencentes a indivíduos de ambos os sexos, e de idades compreendidas entre os 10 e os 99 anos, inclusive. A amostra foi seleccionada de modo a ser constituída por 18 grupos etários com intervalos de 5 anos, tendo cada grupo igual número de exemplares do sexo masculino e do sexo feminino (Quadros I e II).

Após termos verificado que a progressão da sinostose da sutura etmóido-frontal anterior era idêntica nos dois sexos, aumentámos o quantitativo da amostra procurando, na medida do possível, que fosse semelhante o número de caveiras nos diversos grupos etários. Em virtude de dispormos de poucos exemplares pertencentes a indivíduos jovens e muito idosos, e de, em alguns destes, se encontrar deteriorado o andar anterior da base do crânio, são reduzidos os quantitativos dos grupos

QUADRO I

Frequências dos graus de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior, no sexo masculino

Grau de sinostose \ Idade (anos)	Idade (anos)																	Total	
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90-94		95-99
0	4	3	22	9	10	4	2	2	3	3	—	2	—	—	1	—	—	—	65
1	—	—	1	3	4	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10
2	—	—	—	1	1	4	1	2	1	2	—	1	—	—	—	—	1	—	14
3	—	1	—	2	1	1	1	1	—	1	—	1	1	—	—	—	—	—	10
4	—	1	8	9	10	11	13	26	20	20	23	12	19	9	3	6	1	1	192
Total	4	5	31	24	26	21	17	32	24	26	23	16	20	9	4	6	2	1	291
Média	0	1,40	1,07	1,96	1,89	2,67	3,35	3,50	3,42	3,35	4	3,31	3,90	4	3,00	4	3,00	4	2,87
Desvio-padrão	0	1,74	1,74	1,79	1,80	1,58	1,33	1,15	1,35	1,33	0	1,36	0,22	0	1,73	0	1,00	0	1,69

## QUADRO II

Frequências dos graus de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior, no sexo feminino

Grau de sinostose \ Idade (anos)	Idade (anos)																		Total
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90-94	95-99	
0	3	4	17	7	5	4	2	6	4	3	2	1	2	2	—	1	—	—	63
1	—	1	4	2	1	2	1	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	14
2	1	—	3	3	1	—	1	2	1	—	1	1	—	—	1	—	—	—	15
3	—	—	3	2	1	1	1	1	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	12
4	—	—	4	10	18	14	12	23	17	20	19	14	18	7	3	5	2	1	187
Total	4	5	31	24	26	21	17	32	24	26	23	16	20	9	4	6	2	1	291
Média	0,50	0,20	1,03	2,25	3,00	2,91	3,18	3,09	3,00	3,35	3,52	3,63	3,60	3,11	3,50	3,33	4	4	2,85
Desvio-padrão	0,87	0,40	1,41	1,71	1,62	1,66	1,42	1,46	1,51	1,36	1,17	1,05	1,20	1,67	0,87	1,49	0	0	1,67

etários extremos. Contudo, a quase totalidade dos grupos inclui número suficiente de unidades para lhes ser aplicável tratamento estatístico, e 11 dos 18 grupos (de idades entre os 20 e os 75 anos) têm quantitativo igual e relativamente elevado. A amostra ficou, assim, constituída por 620 caveiras (Quadro IV).

Caracterizámos o grau de obliteração sutural pela escala de RIBBE (cit. por FRASSETTO<sup>6</sup>):

- Grau 0 — sutura completa;
- Grau 1 — sutura quase completa;
- Grau 2 — metade da sutura obliterada;
- Grau 3 — sutura quase totalmente obliterada;
- Grau 4 — sutura totalmente obliterada.

Uma vez efectuadas e registadas as observações, procedemos à sua interpretação pelo emprego dos métodos estatísticos apropriados.

### Resultados

#### 1. *Evolução da sinostose da sutura etmóido-frontal anterior, nos dois sexos.*

Verificámos, em cada grupo etário, se tinham significado estatístico as diferenças entre as médias e as variâncias observadas nos dois sexos (Quadros I e II). Apenas em 2 grupos (30-34 e 60-64 anos) a diferença entre as médias era significativa. A diferença entre as variâncias era altamente significativa em 7 dos 18 grupos, sendo em 5 maior a variância no sexo feminino (10-14, 60-64, 70-74, 75-79 e 85-89 anos) e apenas em 2 era maior a do sexo masculino (15-19 e 90-94 anos). Note-se, porém, que, dos 7 grupos etários com variâncias signi-

ficativamente distintas nos dois sexos, 5 são de quantitativo reduzido, pelo que tais diferenças não devem ser valorizadas. Aliás, a simples observação do Quadro III mostra que não há dimorfismo sexual nas distribuições dos graus de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior.

QUADRO III

Frequências dos graus de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior

Grau de sinostose	♂	♀	Total
0	65	63	128
1	10	14	24
2	14	15	29
3	10	12	22
4	192	187	379
Total	291	291	582
Média	2,87	2,85	2,86
Desvio-padrão	1,69	1,67	1,68

$$t = 0,14 \quad P = 0,8886$$

$$F = 1,02 \quad \text{Ponto } 5 \% > 1,22$$

2. *Evolução da sinostose da sutura etmóido-frontal anterior, em relação com a idade.*

O facto de não existir dimorfismo sexual na evolução da sinostose da sutura etmóido-frontal anterior permitiu-nos reunir as duas amostras masculina e feminina, bem como incluir novas caveiras, agora sem a preocupação de atender ao sexo do indivíduo a que pertenciam. Constituímos, assim, uma amostra de 620 caveiras, cuja distribuição etária está indicada no Quadro IV,

QUADRO IV

Frequências dos graus de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior

Grau de sinostose \ Idade (anos)	Idade (anos)																		Total
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90-94	95-99	
0	9	14	32	16	17	8	4	7	8	5	2	3	4	3	1	1	—	—	134
1	—	2	3	5	4	2	2	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	21
2	1	—	2	5	2	5	3	3	1	2	1	2	—	—	3	—	1	—	31
3	—	1	2	6	1	3	2	1	—	3	1	1	1	—	—	—	—	—	22
4	—	3	8	15	23	29	36	36	36	36	43	41	42	24	15	14	8	3	412
Total	10	20	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	27	19	15	9	3	620
Média	0,20	0,85	0,96	1,98	2,19	2,91	3,36	3,26	3,15	3,36	3,77	3,64	3,64	3,56	3,47	3,73	3,78	4	2,90
Desvio-padrão	0,60	1,49	1,56	1,69	1,86	1,56	1,28	1,45	1,57	1,31	0,85	1,04	1,12	1,25	1,10	1,00	0,62	0	1,67

o qual nos mostra também que a evolução do processo obliterativo da sutura está directamente relacionado com a idade. A observação deste quadro permite ainda verificar que a sinostose se inicia precocemente: no grupo 15-19 anos, o grau médio de sinostose é de 0,85 e em 30 p. 100 das suturas já se iniciou, numas, e até já terminou, noutras, a obliteração; no grupo 25-29 anos, o grau médio de sinostose é de 1,98 e apenas 34 p. 100 das

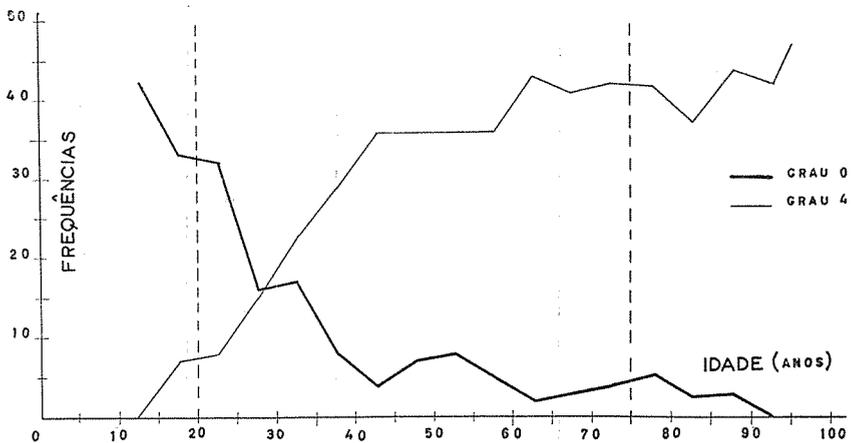


Gráfico 1 — Frequências dos graus de sinostose (0 a 4) da sutura etmóido-frontal anterior, em função da idade (as frequências antes dos 20 e depois dos 75 anos são os valores teóricos previstos em amostras de 47 crânios)

suturas estão completas. No termo da 3.<sup>a</sup> década, 62 p. 100 das suturas estão totalmente obliteradas, valor que sobe para 77 p. 100 a meio da década seguinte. A última coluna do Quadro IV também fornece elementos de acordo com o facto de se completar, relativamente cedo, a obliteração da sutura etmóido-frontal anterior: aí se nota a escassez de suturas incompletas, em contraste com o grande número das que estão totalmente obliteradas (a idade média da amostra é de 50 anos).

O Quadro IV mostra também que são raras as suturas total ou parcialmente abertas acima dos 59 anos, e tanto mais raras

quanto maior a idade. O que não quer dizer que, num e noutro caso, se não encontrem suturas persistentes, no todo ou em parte, em idades avançadas. Assim, 1,49 p. 100 das suturas de grau 0 e 7,55 p. 100 das de graus 2 e 3 correspondem a idades superiores a 79 anos.

O gráfico 1 traduz todos estes factos que vimos expondo e esclarece o problema de se saber se a sutura etmóido-frontal anterior completa a sua sinostose no termo da 3.<sup>a</sup> década (na generalidade dos casos) apenas pelo facto de o início da obliteração ser precoce, ou se também ocorrerá a circunstância de o processo sinostósico, uma vez iniciado, evoluir com rapidez até ao termo. A quase perfeita simetria dos polígonos de frequências referentes aos graus 0 e 4 exprime, de modo extraordinariamente sugestivo, a rápida marcha da sinostose. Realmente, esta simetria traduz que por cada sutura que sai do grau 0 corresponde uma sutura que entra no grau 4. Seria necessário decompor a amostra em classes etárias com intervalo mais estreito para nos apercebermos da passagem sucessiva de uma dada sutura pelos graus 1, 2 e 3. Podemos, pois, concluir, que, na grande maioria dos casos, a obliteração da sutura etmóido-frontal anterior se completa volvidos, no máximo, 5 anos sobre o seu início.

O gráfico 2 mostra que, acima dos 64 anos, não se observam suturas de grau 1 e que, portanto, a partir desta idade só

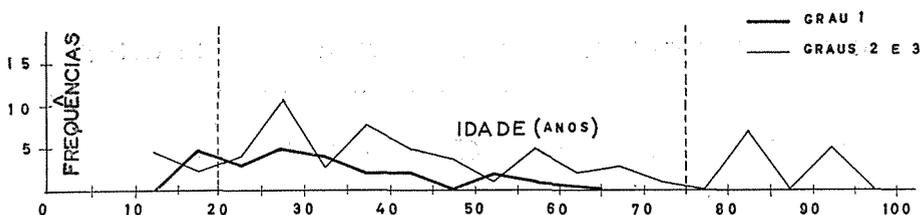


Gráfico 2 — Frequências dos graus de sinostose (1, 2 e 3) da sutura etmóido-frontal anterior, em função da idade (as frequências antes dos 20 e depois dos 75 anos são os valores teóricos previstos em amostras de 47 crânios)

há sinostose em evolução nas suturas que lá chegaram nos graus 1, 2 e 3. Aquelas que atingem os 65 anos ainda totalmente abertas — 8,96 p. 100 das suturas de grau 0 correspondem a

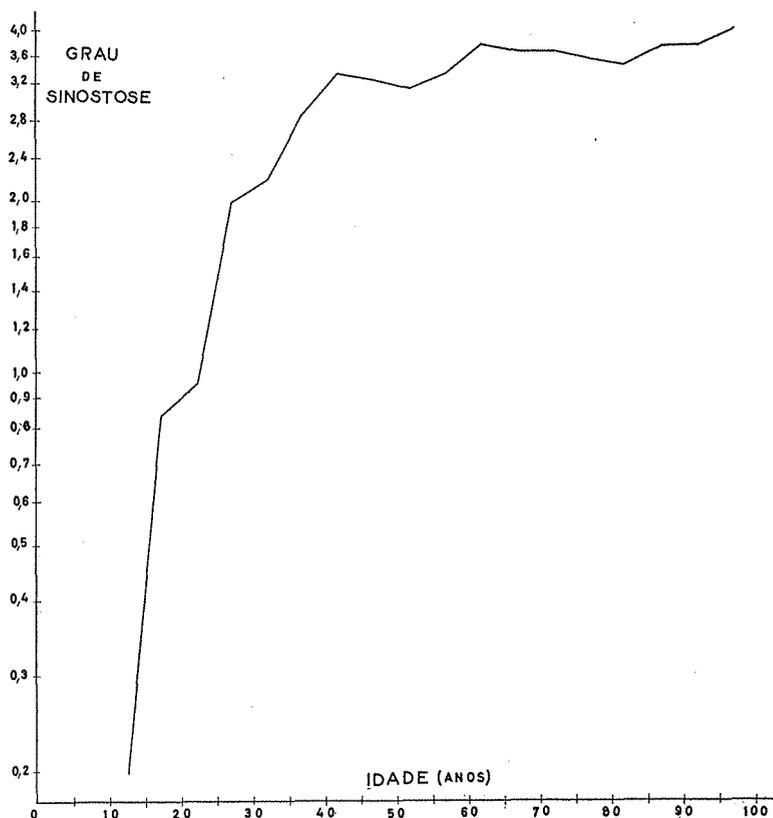


Gráfico 3 — Evolução da sinostose da sutura etmóido-frontal anterior, em função da idade (eixo das ordenadas em escala logarítmica)

idades iguais e superiores a 65 anos — tendem a permanecer nesse estado.

No gráfico 3 representa-se a relação entre o grau de sinostose (em escala logarítmica) da sutura etmóido-frontal anterior e a idade. Verifica-se que a obliteração sutural progride rãpi-

damente dos 15 aos 45 anos onde atinge, em média, o valor de 3,36. A partir desta idade, naquelas suturas em que a ossificação ainda não terminou ou mesmo não se iniciou, a sinostose processa-se muito lentamente. O mesmo gráfico mostra que é entre os 15 e os 20 anos que a ossificação é mais rápida, e depois entre os 25 e os 30. A tradução gráfica da relação entre o grau de sinostose e a idade pode, pois, ser representada por dois segmentos de recta, um quase vertical — correspondendo à fase de obliteração rápida, dos 15 aos 45 anos — e outro quase horizontal — em relação com o período de ossificação lenta, a partir dos 45 anos.

Determinámos a relação matemática entre o grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior e a idade. Como referimos, esta relação pode ser determinada separadamente nos crânios dos 10 aos 44 e dos 45 aos 99 anos.

Nos crânios com menos de 45 anos, a regressão do grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior sobre a idade é do tipo linear e exprime-se pela equação

$$Y_c = -1,237 + 0,1088 x$$

cuja recta se representa no gráfico 4. A regressão é altamente significativa e explica 25,83 p. 100 da variação de  $Y$ , sendo de 1,58 o erro-padrão de avaliação (Quadro V).

Nos crânios com mais de 44 anos, a regressão, também linear, é dada pela equação

$$Y_c = 2,6825 + 0,0126 x$$

cuja recta se representa no gráfico 4. A regressão é significativa, mas apenas explica 1,62 p. 100 da variação de  $Y$  (Quadro VI), o que está de acordo com a evolução extremamente lenta do

## QUADRO V

Significância da regressão do grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior sobre a idade, nos crânios dos 10 aos 44 anos (análise da variância)

Origem da variação	G. L.	S. Q.	Q. M.	F	Ponto 1 %
Regressão linear	1	228,8915	228,8915	91,52	< 6,76
Resto	263	657,7500	2,5009		> 6,70
Total	264	886,6415	3,3585	$r^2 = 0,2583$ $s_{p.x} = 1,58$	

## QUADRO VI

Significância da regressão do grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior sobre a idade, nos crânios dos 45 aos 99 anos (análise da variância)

Origem da variação	G. L.	S. Q.	Q. M.	F	Ponto 5 %	Ponto 1 %
Regressão linear	1	8,7784	8,7784	5,83	< 3,89	< 6,76
Resto	353	531,9709	1,5070		> 3,86	> 6,70
Total	354	540,7493	1,5275	$r^2 = 0,0162$ $s_{p.x} = 1,23$		

processo sinostósico naquelas suturas que, à meia-idade, persistem total ou parcialmente abertas.

A determinação da relação entre o grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior e a idade (variável independente) no total da amostra exige o emprego dos métodos da regressão curvilínea. A curva que melhor se ajusta (Quadro VII, gráfico 4) é dada pela equação

$$Y_c = -2,891 + 0,2544x - 0,00332x^2 + 0,000015x^3$$

sendo de 99,53 p. 100 a variação explicada e de 0,20 o erro-padrão de avaliação. O mesmo quadro VII mostra que a regressão quadrática é perfeitamente satisfatória. Justificaremos, adiante, porque preferimos adoptar a equação do 3.º grau.

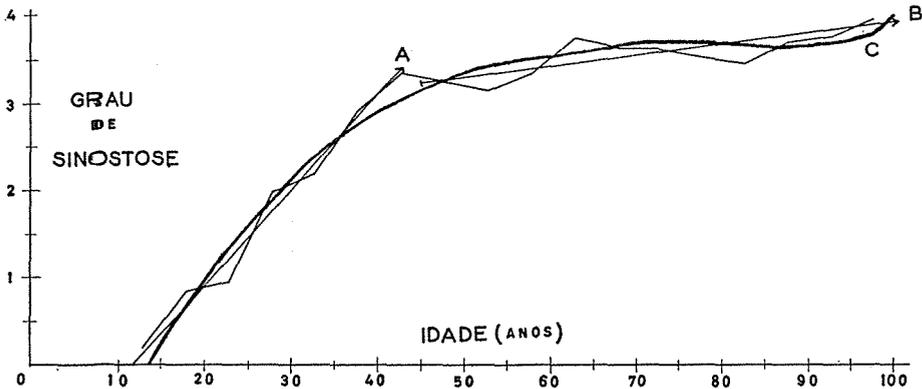


Gráfico 4 — Diagrama, rectas e curva de regressão do grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior sobre a idade

QUADRO VII

Significância da regressão do grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior sobre a idade (análise da variância)

Origem da variação	G. L.	S. Q.	Q. M.	F	Ponto 1 %
Termo do 1.º grau	1	4970,4702	4970,4702	12910,31	< 6,70
Resto	618	237,9314	0,3850		> 6,66
Termo do 2.º grau	1	202,3815	202,3815	3513,56	< 6,70
Resto	617	35,5499	0,0576		> 6,66
Termo do 3.º grau	1	11,5044	11,5044	294,98	< 6,70
Resto	616	24,0455	0,0390		> 6,66
Regressão cúbica	3	5184,3561	1728,1187	$r^2 = 0,9953$ $s_{y.x} = 0,20$	

3. *Avaliação da idade em função do grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior.*

Basta atentar no quadro VIII para se reconhecer, sem que sejam necessários cálculos complicados, que a utilização do grau

QUADRO VIII  
Frequências dos 4 grupos etários em relação com o grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior

Idade (anos)	Grau de sinostose					Total
	0	1	2	3	4	
10-14	9	—	1	—	—	10
15-19	14	2	—	1	3	20
20-24	32	3	2	2	8	47
25-29	16	5	5	6	15	47
30-34	17	4	2	1	23	47
35-39	8	2	5	3	29	47
40-44	4	2	3	2	36	47
45-49	7	—	3	1	36	47
50-54	8	2	1	—	36	47
55-59	5	1	2	3	36	47
60-64	2	—	1	1	43	47
65-69	3	—	2	1	41	47
70-74	4	—	—	1	42	47
75-79	3	—	—	—	24	27
80-84	1	—	3	—	15	19
85-89	1	—	—	—	14	15
90-94	—	—	1	—	8	9
95-99	—	—	—	—	3	3
Total	134	21	31	22	412	620
Média	34,32	32,98	45,89	40,00	57,12	50,21
Desvio-padrão	17,68	12,79	19,98	15,72	17,59	20,17

de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior não tem qualquer interesse prático na avaliação da idade de um crânio. Apresentamos, contudo, as características da regressão da idade sobre o grau de sinostose desta sutura (Quadro IX, gráfico 5), cuja equação é

$$Y_c = 34,32835280 - 38,22148630 x + 57,97740630 x^2 - 24,22764605 x^3 + 3,11957900 x^4$$

4. *Localização inicial da ossificação da sutura etmóido-frontal anterior.*

Procurámos saber se o início da ossificação da sutura etmóido-frontal anterior se localiza preferentemente num ou noutro ponto. Verificámos (Quadro X) que isso não acontece, sendo

QUADRO IX

Significância da regressão da idade sobre o grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior (análise da variância)

Origem da variação	G. L.	S. Q.	Q. M.	F	Ponto 1 %
Termo do 1.º grau	1	248594,2725	248594,2725	42050,52	< 6,70
Resto	618	3653,4700	5,9118		> 6,66
Termo do 2.º grau	1	1299,5850	1299,5850	340,65	< 6,70
Resto	617	2353,8850	3,8150		> 6,66
Termo do 3.º grau	1	236,0325	236,0325	68,65	< 6,70
Resto	616	2117,8525	3,4381		> 6,66
Termo do 4.º grau	1	2116,7700	2116,7700	1175983,33	< 6,70
Resto	615	1,0825	0,0018		> 6,66
Regressão quártica	4	252246,6600	63061,6650	$r^2 = 0,999996$ $s_{y.x} = 0,04$	

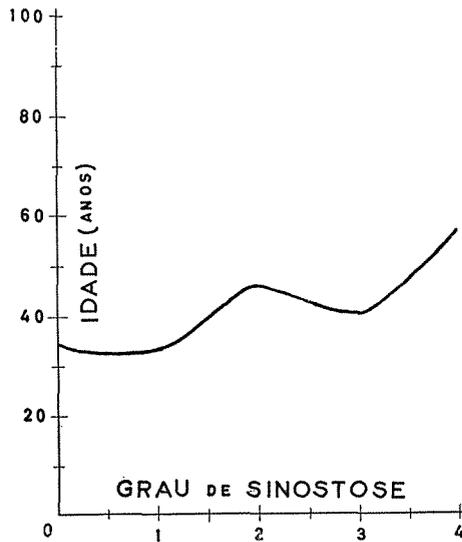


Gráfico 5 — Curva de regressão da idade sobre o grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior

#### QUADRO X

##### Localização inicial da ossificação da sutura etmóido-frontal anterior

Localização	♂	♀	Total
Bilateral	11	19	30
Direita	14	10	24
Esquerda	5	15	20
Total	30	44	74

Entre as localizações:  $\chi^2 = 2,054$

g. 1. = 2

$0,50 > P > 0,30$

Entre os sexos :  $\chi^2 = 5,342$

g. 1. = 2

$0,10 > P > 0,05$

estatisticamente igual a probabilidade de o início da ossificação ocorrer na metade direita, ou na metade esquerda, ou nas duas metades da sutura. Também quanto a este aspecto não há dimorfismo sexual.

5. *A sinostose da sutura etmóido-frontal anterior nos crânios metópicos.*

Poderia admitir-se a possibilidade de nos crânios metópicos ser mais lento o processo sinostósico na sutura etmóido-frontal

QUADRO XI

Frequências dos graus de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior nas diversas idades (crânios metópicos)

Idade (anos)	Grau de sinostose					Total
	0	1	2	3	4	
10-14	1	—	—	—	—	1
15-19	1	—	—	—	—	1
20-24	4	—	—	—	—	4
25-29	1	—	1	2	—	4
30-34	5	1	—	—	—	6
35-39	—	—	1	1	—	2
40-44	—	1	—	—	1	2
45-49	1	—	—	—	1	2
50-54	1	—	—	—	1	2
55-59	—	—	—	—	2	2
60-64	—	—	—	—	3	3
65-69	—	—	—	—	4	4
70-74	—	—	—	—	3	3
75-79	1	—	—	—	—	1
80-84	—	—	1	—	3	4
Total	15	2	3	3	18	41

anterior, dado que ela se continua directamente com a sutura metópica. Como mostra o quadro XI, a distribuição etária dos graus de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior observada em crânios metópicos está de acordo com a verificada em crânios não metópicos.

### Discussão

Segundo MARTIN & SALLER<sup>10</sup>, QUAIN<sup>16</sup> e ZANOLLI (cit. por FRASSETTO<sup>6</sup>), as suturas obliteram-se mais precocemente no sexo masculino. Nós próprios<sup>13</sup> verificámos o facto em estudo anterior sobre a sinostose da sutura occípito-mastoideia. PICOZZO, MARELLI e outros (cit. por FRASSETTO<sup>6</sup>), observando que as suturas são mais sinuosas no sexo feminino (população europeia), consideram ser esta a causa da diferença encontrada. Porém, como vimos, é idêntica nos dois sexos a evolução do processo sinostósico da sutura etmóido-frontal anterior, onde não descobrimos diferenças no grau de sinuosidade em relação com o sexo.

À rapidez com que, uma vez iniciada, se completa a obliteração desta sutura, poderia ser facilmente explicada pela sua extensão reduzida. Não nos parece, porém, que a razão seja válida, pelo menos com carácter absoluto, pois no nosso já citado estudo<sup>13</sup> sobre a sinostose da sutura occípito-mastoideia — também de comprimento reduzido — verificámos que a progressão da ossificação é muito lenta: com o grau médio de 1 nos crânios dos 31 aos 50 anos, apenas atinge o valor médio de 2 nos crânios entre os 71 e os 90 anos. A extensão de uma sutura não é, pois, factor decisivo na determinação da duração do seu ciclo evolutivo.

Tem-se afirmado que, na grande maioria dos casos, a obliteração das suturas começa a partir do início da 4.<sup>a</sup> década (FRÉDÉRIC — cit. por TODD & LYON<sup>21</sup> —, GRAY<sup>7</sup>, PATURET<sup>12</sup>,

QUAIN<sup>16</sup>, RÜDINGER<sup>17</sup>, VON SPEE<sup>24</sup>). Isto não sucede, porém, na sutura etmóido-frontal anterior em que, como vimos, o início da sinostose é mais precoce, observando-se que dos 15 aos 19, dos 20 aos 24 e dos 25 aos 29 anos, 30, 32 e 66 p. 100 dos crânios, respectivamente, apresentam esta sutura parcial ou totalmente obliterada.

Chamamos mais uma vez a atenção para o facto de ser muito lenta a evolução da sinostose naquelas suturas que atingiram os 45 anos ainda total ou parcialmente persistentes. Tudo se passa como se, decorrido o período propício para a ossificação sutural, esta se processasse com dificuldade (o mesmo fenómeno havíamos já observado na sutura occípito-mastoideia<sup>13</sup>). Porém, ao entrar-se na 6.<sup>a</sup> década, surge um revigoramento da ossificação das suturas que lá chegaram incompletamente obliteradas. Por isso, demos preferência à equação do 3.<sup>o</sup> grau ao exprimir matematicamente a evolução do processo sinostósico em função da idade. Como se vê, há ritmos diferentes, ao longo da vida, na ossificação da sutura etmóido-frontal anterior: ritmo rápido dos 15 aos 45 anos (muito rápido dos 15 aos 20 e dos 25 aos 30), ritmo muito lento dos 45 aos 60, ritmo moderado após os 60 anos. A reactivação do processo de obliteração das suturas nas idades avançadas já havia sido referida por GRAY<sup>7</sup> e demonstrada por TODD & LYON<sup>21,22</sup> e também por nós<sup>13</sup> na sutura occípito-mastoideia.

Muitos autores reconhecem valor ao grau de obliteração das suturas na avaliação da idade de um crânio (GRAY<sup>7</sup>, HOVELACQUE & HERVÉ<sup>8</sup>, HRDLÍČKA<sup>9</sup>, OLIVIER<sup>11</sup>, PARSONS & BOX — cit. por ERÄNKÖ & KIHMBERG<sup>5</sup> — PATURET<sup>12</sup>, RÜDINGER<sup>17</sup>, SAPPEY<sup>18</sup>, TESTUT & LATARJET<sup>20</sup>, VON SPEE<sup>24</sup>) Outros, pelo contrário, afirmam que tal critério não tem interesse prático (ASHLEY-MONTAGU<sup>1</sup>, BROOKS<sup>2</sup>, COBB<sup>3</sup>, DÉROBERT & FULLY<sup>4</sup>, ERÄNKÖ & KIHMBERG<sup>5</sup>, FRASSETTO<sup>6</sup>, FRÉDÉRIC — cit. por ASHLEY MON-

TAGU<sup>1</sup> —, MARTIN & SALLER<sup>10</sup>, POIRIER<sup>15</sup>, QUAIN<sup>16</sup>, TODD & LYON<sup>21</sup>, TOPINARD<sup>23</sup>).

Pela análise estatística, ERÄNKÖ & KIHLEBERG<sup>5</sup> demonstraram que, ao avaliar-se a idade de um crânio pelo grau de sinostose das suturas da abóbada, pode cometer-se facilmente um erro de dezenas de anos, e o mesmo verificámos nós em relação à sutura occípito-mastoideia<sup>13</sup>. O presente estudo sobre a sinostose da sutura etmóido-frontal anterior veio confirmar essas conclusões. O facto de as suturas sofrerem obliteração progressiva com o aumento da idade de nenhum modo autoriza, pois, a afirmar que o grau de sinostose é critério de valor na avaliação da idade de um crânio.

(Trabalho do Instituto de Anatomia do Prof. Dr. J. A. Pires de Lima — Director: Prof. Abel S. Tavares — e do Centro de Estudos de Medicina Experimental do Instituto de Alta Cultura — Director: Prof. A. de Sousa Pereira).

## RESUMO

Observou-se, em duas amostras de caveiras (291 de cada sexo) de idades compreendidas entre os 10 e os 99 anos, agrupadas em 18 classes etárias com intervalo de 5 anos (sendo, em cada classe, igual o número de exemplares dos dois sexos), o grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior. Verificou-se que o processo sinostósico evolui de modo idêntico nos dois sexos.

Numa amostra de 620 caveiras de ambos os sexos e agrupadas nas mesmas classes etárias que as amostras precedentes, estudou-se a relação entre o grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior e a idade. Verificou-se que a obliteração se inicia precocemente: a sutura está parcial e totalmente obliterada em 30, 66 e 83 p. 100 das caveiras de idades compreendidas entre os 15-19, 25-29 e 35-39 anos, respectivamente.

Uma vez iniciada, a obliteração progride rapidamente e, na grande maioria dos casos (77 p. 100) está completa aos 44 anos. Nas suturas que atingem os

45 anos total ou parcialmente persistentes, a ossificação progride lentamente, e nas que chegam aos 60 anos incompletas o ritmo da sinostose sofre certo revigoramento. Aquelas que atingiram esta idade ainda completas tendem a permanecer sem qualquer ossificação.

Na avaliação da idade de um crânio pelo grau de sinostose da sutura etmóido-frontal anterior, a margem de erro é tão ampla que tal critério é destituído de interesse prático.

Não se verificou que o início da sinostose se localizasse, de preferência, em determinada zona da sutura etmóido-frontal anterior, nem qualquer alteração na evolução do processo obliterativo desta sutura em crânios metópicos.

### RÉSUMÉ

On a étudié, dans deux lots de crânes (291 masculins et 291 féminins), d'âges compris entre 10-99 ans, divisés en 18 classes (intervalle de classe — 5 ans), ayant, chacune, le même nombre de crânes des deux sexes, l'évolution de la synostose de la suture fronto-ethmoïdale antérieure. L'échelle de RIBBE a été utilisée pour apprécier le degré d'oblitération de cette suture :

- degré 0 — suture complète
- degré 1 — suture presque complète
- degré 2 — moitié de la suture oblitérée
- degré 3 — suture presque oblitérée
- degré 4 — suture oblitérée

La synostose évolue de façon identique dans les deux sexes.

Dans un autre lot de 620 crânes et comprenant les mêmes classes que les lots précédents, on a étudié le rapport entre le degré de synostose de la suture fronto-ethmoïdale antérieure et l'âge du crâne. Le début de la synostose est précoce: la suture est oblitérée en partie ou dans la totalité en 30, 66 et 83 p. 100 des crânes d'âges compris entre 15-19, 25-29 et 35-39 ans, respectivement. La synostose poursuit rapidement et, dans la majorité des cas (77 p. 100) est totale à 44 ans. Dans les sutures qui à 45 ans ne sont pas totalement oblitérées, l'ossification progresse lentement, et dans celles qui arrivent à 60 ans incomplètes, la vitesse de la synostose s'accroît. Les sutures qui à 60 ans sont totalement persistentes restent complètes jusqu'aux âges les plus avancés.

L'estimation de l'âge d'un crâne en fonction du degré de synostose de la suture fronto-ethmoïdale antérieure n'a pas d'intérêt pratique.

L'ossification débute dans n'importe quel point de la suture, et l'évolution de la synostose est identique dans les crânes métopiques et non métopiques.

#### BIBLIOGRAFIA

1. ASHLEY-MONTAGU, M. F. — Aging of the skull. *Amer. J. Phys. Anthropol.*, **23**: 355-375, 1938.
2. BROOKS, S. T. — Skeletal age at death: the reliability of cranial and pubic age indicators. *Amer. J. Phys. Anthropol.*, **13**: 567-597, 1955.
3. COBB, W. M. — The age incidence of suture closure. *Amer. J. Phys. Anthropol.*, **13**: 394, 1955.
4. DÉROBERT, L. & FULLY, G. — Étude critique de la valeur du degré d'oblitération des sutures crâniennes pour la détermination de l'âge d'après l'examen de 480 crânes. *Ann. Med. Leg.*, **40**: 154-165, 1960.
5. ERÄNKÖ, O. & KIHMBERG, J. — Closure of cranial sutures and age. *Ann. Acad. Scient. Fenn., A. V.*, **43**: 1-31, 1955.
6. FRASSETTO, F. — *Lezioni di Antropologia*. B. Lux. Roma, 1909.
7. GRAY, H. — *Anatomy of the Human Body*. Edited by W. LEWIS. Twenty-fourth edition. Lea & Febiger. Philadelphia, 1942.
8. HOVELACQUE, A. & HERVÉ, G. — *Précis d'Anthropologie*. A. Delahaye et E. Lecrosnier. Paris, 1887.
9. HRDLICKA, A. — *Practical Anthropometry*. — The Wistar Institute of Anatomy and Biology. Philadelphia, 1939.
10. MARTIN, R. & SALLER, K. — *Lehrbuch der Anthropologie*. G. Fischer. Stuttgart, 1957-1959.
11. OLIVIER, G. — *Pratique Anthropologique*. Vigot Frères. Paris, 1960.
12. PATURET, G. — *Traité d'Anatomie Humaine*. Masson et Cie. Paris, 1951.
13. PINTO MACHADO C. DA S. — *Fossae Cranii Occipitales Inferiores*. Tese de doutoramento. Porto, 1961.
14. ——— — A sinostose da sutura etmóido-frontal anterior (nota prévia). Comunicação ao XXVII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (8.<sup>a</sup> Secção — Medicina), Bilbao, 1964.
15. POIRIER, P. — *Ostéologie*. In: *Traité d'Anatomie Humaine*, par P. POIRIER & A. CHARPY. T. premier, livre deuxième. Nouvelle édition entièrement refondue par A. CHARPY et A. NICOLAS. Masson et Cie. Paris, 1911.

16. QUAIN, J. — *The elements of Anatomy*. Edited by E. A. SCHÄFER, J. SYMINGTON & T. H. BRYCE. Eleventh edition. Longmans, Green, and Co.. London, 1909.
17. RÜDINGER, N. — *Corso di Anatomia Topografica*. Versi ne italiana sulla seconda edizione tedesca con annotazioni del Dott. G. ANTONELLI. F. Vallardi. Milano, 1891.
18. SAPPEY, P. C. — *Trait  d'Anatomia Descriptive*. Troisième  dition. Delahaye et Cie. Paris, 1876.
19. SUEIRO, M. B. BARBOSA & MOIS O, R. — Nota sobre a forma, dimens es e estrutura da apófise crista galli. *Arq. Anat. Antrop.*, **32**: 247-249, 1963/64.
20. TESTUT, L. & LATARJET, A. — *Trait  d'Anatomie Humaine*. Neuvi me  dition. G. Doin & Cie. Paris, 1948.
21. TODD, T. W. & LYON JR., D. W. : Endocranial suture closure. Its progress and age relationship. Part I. Adult males of white stock. *Amer. J. Phys. Anthrop.*, **7**: 325-384, 1924.
22. ——— — Cranial suture closure. Its progress and age relationship. Part II. Ectocranial closure in adult males of white stock. *Amer. J. Phys. Anthrop.*, **8**: 23-40, 1925.
23. TOPINARD, P. — * l ments d'Anthropologie Générale*. A. Delahaye & E. Lecrosnier. Paris, 1885.
24. VON SPEE, F. G. — *Skelettlehre*. In: *Handbuch der Anatomie des Menschen*. Herausgegeben von K. VON BARDELEBEN. Erster band. Abteilung II. G. Fischer. Jena, 1896.



# Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo)

POR

Agostinho Farinha Isidoro

Naturalista do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»  
da Faculdade de Ciências do Porto

---

Em Novembro de 1960, por sugestão do Sr. Prof. Doutor SANTOS JÚNIOR, iniciámos o reconhecimento arqueológico do concelho do Crato, província do Alto Alentejo. Nele estudámos 33 antas, duas construções circulares de pedra, designadas por *fornos* e três *moradeias*. Estes estudos foram já publicados (1).

Em 1962 e anos seguintes trabalhámos no concelho de Alter do Chão, da mesma província, concelho que faz extrema com o do Crato e nele estudámos 38 antas, uma possível muralha dum castro e três *moradeias*. Os resultados destes estudos estão em publicação num outro trabalho (2).

---

(1) AGOSTINHO ISIDORO, *Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo)*, in «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», tomo XLIV, Porto, 1962, págs. 206 a 228, XII est. e 29 figs.;

— idem, idem, *Novos elementos*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», *Vária*, Vol. XIX — Fasc. 1, Porto, 1963, págs. 71 a 75, com 4 figs.;

— idem, idem, *Novos elementos* (II), in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XIX — Fasc. 2, Porto, 1963 págs. 174 a 177, com 2 figs.;

— idem, idem, *Novos elementos* (III), in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», *Vária*, Vol. XIX — Fasc. 3-4, Porto, 1964, págs. 353 a 359, com 16 figs.

(2) *Contribuição para o estudo da arqueologia do concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo)*, in «Lucerna», Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos do Porto.

Vários arqueólogos, especialmente LEITE DE VASCONCELOS, MANUEL HELENO e GEORG & VERA LEISNER tinham já feito referências, ainda que ligeiras, a alguns dólmenes destes concelhos; no entanto, muitos deles permaneciam desconhecidos.

Não tínhamos notícia de que alguma destas antas tivesse sido escavada com fins científicos. Por isso, apesar de suspeitarmos, pelo aspecto de abandono que muitas apresentam, que todas ou quase todas tenham sofrido vários remeximentos, iniciámos em 1961 a escavação de algumas delas.

Levamos escavadas até ao presente cinco antas, todas do concelho do Crato: Anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão, Anta do Couto dos Enchares, Antas 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> do Couto dos Andreiros e Anta da Tapada dos Canchos.

Em algumas destas antas encontrámos espólio arqueológico relativamente rico, constituído por peças comuns a outros dólmenes e duas peças que são únicas na arqueologia dolménica peninsular.

Este espólio está incorporado nas colecções do Museu do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia», da Faculdade de Ciências do Porto.

É nosso propósito prosseguir na escavação dos dólmenes do concelho do Crato para, mediante os seus espólios podermos determinar a data das suas construções e até a existência de inumações correspondentes a períodos muito afastados no tempo.

Estes trabalhos foram realizados mercê dos auxílios da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto de Alta Cultura, a quem neste momento queremos apresentar os nossos melhores agradecimentos (1).

---

(1) Também queremos manifestar os nossos agradecimentos aos proprietários dos terrenos onde se situam as antas: Senhora D. Josefa Barros Machado, Sr. António Biscaia, Sr. Eng. Henrique de Sá Nogueira e Sr. Dr. Ruy Teixeira Guerra, que gentilmente nos facilitaram as pesquisas.

Por agora damos a seguir os resultados das escavações realizadas nas duas primeiras antas citadas.

### A anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão (Crato — Alto Alentejo)

Trata-se duma anta de grande corredor e de câmara circular, como mostra a figura 1. É a maior e a melhor conservada de todas as antas deste concelho (Est. I, figs. 2 e 3).

Está situada num pequeno cabeço, despido de vegetação, a leste da freguesia de Aldeia da Mata e distante dela uns 2 km. Avista-se da estrada nacional Aldeia da Mata-Crato, que lhe fica para norte e a uns 400 m.

Foi já classificada de monumento nacional.

Tem ainda um resto de mamoa. A câmara é constituída por 7 esteios (1) de granito de grão grosso e *mesa* ou *chapéu* do mesmo granito.

A boca ou porta do dólmen, voltada a leste, está tapada por uma grande pedra (Est. III, fig. 6), que encosta aos esteios da portada e assenta nas primeiras pedras do corredor. Todos os esteios apresentam um pequeno grau de inclinação para a câmara. A *mesa* pousa sobre três deles (1, 4 e 7), os de maior volume.

O esteio 2 encontra-se partido a meio, ao través, de tal modo que as superfícies de fractura já não coincidem. O esteio 6 apresenta-se reduzido a menos da metade inferior; a parte que lhe falta está caída fora da câmara, meio soterrada. O esteio 7 tem uma estaladela transversal, quase completa e pouco acima do meio. Os restantes esteios estão ainda inteiros e bem conservados.

---

(1) Nesta anta, como na que se segue, os esteios são indicados por algarismos. A sua indicação é feita a partir da porta no sentido do movimento dos ponteiros do relógio.

A pedra (Est. II, fig. 5) que tapa a boca ou porta dolménica está íntegra e tem a forma arredondada, excepto na parte superior, onde é ligeiramente acuminada.

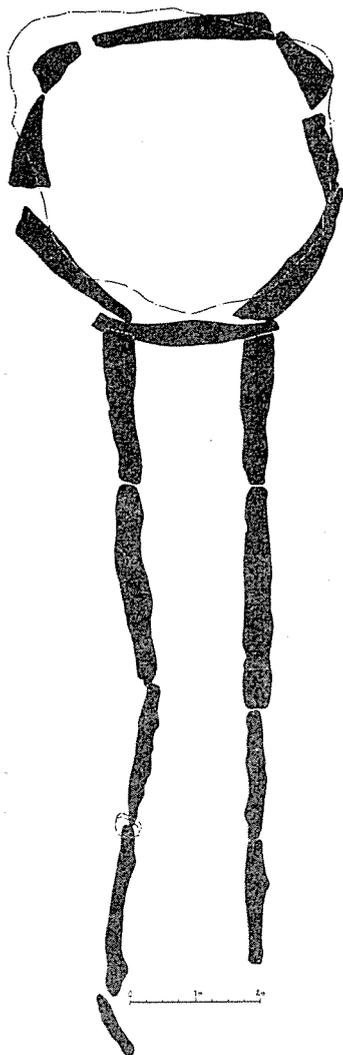


Fig. 1 — Planta da anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão

As medidas dos esteios, (altura e largura), tiradas pela face externa, são, respectivamente: 1 — 2,62 m e 2,20 m; 2 — 2,33 m e 1,50 m; 3 — 2,38 m e 0,84 m; 4 — 2,10 m e 2,80 m; 5 — 1,70 m e 1,16 m; 6 — 0,45 m e 1,14 m; 7 — 2,24 m e 2,45 m; a laje que tapa a boca: 3,06 m e 2,78 m.

A *mesa* ou *chapéu* tem a superfície superior um pouco abaulada, e apresenta do lado sul uma cova circular, bem polida, com 13 cm de diâmetro e 5,5 cm de profundidade; a face inferior é um tanto plana. A *mesa* tem 4,27 m de comprimento, no sentido norte-sul, e 3,35 m de largura, no sentido leste-oeste. A sua espessura é, em média, de cerca de 30 cm.

O chão da câmara está 1,5 m abaixo da terra que circunda a anta, resto de mamoa, e tem 4,30 m de diâmetro leste-oeste e 5,08 m de diâmetro norte-sul. A terra da superfície do chão da câmara tem o mesmo aspecto da terra do exterior.

A anta possui um grande corredor (Est. III, fig. 7), sem cobertura, cujo lado norte tem de comprimento cerca de 10 m e é constituído por quatro grandes pedras de granito que se dispõem ao longo umas das outras. O lado sul, com 11 m de comprimento, tem cinco pedras também de granito, dispostas como as do lado norte.

O lado sul do corredor tem uma pequena curvatura. A largura do corredor junto à anta é de 2,16 m, a meio do seu comprimento é de 1,30 m e na sua extremidade 2,00 m.

As pedras do corredor estão também ligeiramente inclinadas para dentro; umas sobressaem do terreno uns 30 cm; outras apenas afloram, e só em parte.

Há uma lenda que diz estarem enterrados nesta anta dois bezerras de ouro e que de noite, em volta dela, aparecem uns *medos*. À pessoa que se aventurasse a ir lá de noite poderia deitar a mão aos bezerras e ficaria muito rica. Simplesmente, ninguém se atreve a tal, com receio dos tais *medos*.

#### Escavação da câmara

A anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão foi escavada por nós em duas campanhas: uma em Agosto de 1961, na qual procedemos à escavação da câmara e outra em Agosto de 1962, em que escavámos o corredor.

A escavação da câmara (Est. II, fig. 4) foi iniciada a partir da porta da anta.

Nela havia já aberta uma vala com 1,70 m de largura e 0,40 m de profundidade, desde o topo proximal do corredor até ao esteio 4, o da cabeceira. Fora cavada, tempos atrás, por alguns estudantes do ensino secundário, da vila do Crato, com o objectivo de encontrarem algum objecto arqueológico. Informaram-nos que não colheram qualquer peça arqueológica.

A terra da vala havia sido removida para os lados norte e sul da câmara. Acarretámo-la para fora da anta e depois crivámo-la. Não deu qualquer espólio.

A seguir procedemos à abertura dum corte no chão da anta, logo à entrada da boca da anta, até à profundidade de 0,65 m, corte que ia do meio da porta até ao esteio 1. Este corte revelou-nos a existência de duas camadas de terra bem diferentes.

A camada superior, com a espessura de 0,25 m, era constituída por terra poeirenta esbranquiçada, que resultara possivelmente da erosão. A camada inferior, com a espessura de 0,40 m, era constituída por terra fina, macia, de cor acastanhada; assentava no *salão*, subjacente, que é de saibro.

Este ocupa uma grande parte do chão da câmara. Há apenas um espaço de meio metro de largura do lado dos esteios 1, 2 e 3 e do lado dos esteios 5, 6 e 7, em que ele não existe. Junto destes esteios a camada inferior continua-se para baixo. Não pudemos determinar a sua espessura nestes espaços por recearmos abalar os esteios referidos nos seus alicerces.

Removemos a camada superior em toda a sua extensão para fora da anta e não encontramos nela, mesmo depois da crivagem, qualquer objecto arqueológico.

Procedemos a seguir ao estudo da segunda camada. Do lado sul e no ângulo dos esteios 1 e 2, à profundidade de 30 cm, foi encontrada, em posição horizontal, uma grande conta, discóide, de coloração verde (Est. IV, fig. 8 a). Próximo estava uma outra conta em forma de barril (Est. IV, fig. 8 b), de coloração verde-claro e um pingente (Est. IV, fig. 8 c), de forma triangular, também de coloração verde-claro e com um orifício na base.

A 20 cm do ponto de contacto dos esteios 2 e 3, para o interior da anta e à profundidade de 35 cm, encontramos várias porções de ossos humanos, todas mais ou menos alteradas, e que indicamos mais adiante ao estudar o espólio.

Ainda no sector sul da câmara, na parte que contacta com os esteios 3 e 4, numa área de 1 m<sup>2</sup>, a 30 cm de profundidade, havia uma camada de pó cinzento, com a espessura de 2 mm, que parecia ser de cinza. Colhemos uma amostra que oportunamente será analisada.

No sector norte da câmara, junto da parte média do esteio 7 e a 35 cm de profundidade, existiam duas porções de facas de sílex.

No ângulo dos esteios 6 e 7, a 30 cm de profundidade estava uma placa-ídolo (Est. VIII, fig. 12 e) incompleta, em posição oblíqua, de coloração amarelo claro, designada por placa fenestrada, cujo estudo é feito adiante. Na terra subjacente e um pouco para oeste, apareceram alguns fragmentos pequenos de placas-ídolos e um fragmento de báculo.

### Escavação do corredor

Foi iniciada no seu topo distal, onde fizemos um corte a toda a largura até à profundidade de 65 cm. Daqui para baixo a terra era virgem, sem qualquer vestígio de remeximento. Desistimos de aprofundar até ao *salão*, por julgarmos isso desnecessário.

Verificámos haver, como na câmara, duas camadas perfeitamente individualizadas. A superior, com 25 cm de espessura, constituída por terra semelhante à da camada superior da câmara. A inferior, de terra mais negra que a anterior, com 40 cm de espessura. Toda a terra destas camadas havia sido remexida.

Retirámos toda a camada superficial, que apenas deu alguns cacos modernos. Depois escavámos a segunda camada e procurámos com todo o cuidado a existência de qualquer objecto arqueológico, embora a terra fosse depois toda passada pelo crivo.

À profundidade de 20 cm e distante da extremidade posterior da 2.<sup>a</sup> pedra da esquerda, 40 cm em linha recta, para o meio do corredor, encontrámos três pontas de seta de sílex. Entre a mesma

pedra e estas pontas de seta e, ao mesmo nível, estava, em posição horizontal e com o gume virado para o sul, o machado de pedra polida, de secção rectangular, o único machado colhido neste dólmen.

Uma placa-ídolo (Est. VII, fig. 11), a que falta o bordo superior, estava em posição oblíqua, com a face gravada voltada para baixo, e o topo fracturado virado para oeste. Junto desta placa encontramos um fragmento de barro com um orifício bicónico num dos topos, que possivelmente servia de suspensão (Est. VIII, fig. 12 a).

Junto do início da 2.<sup>a</sup> pedra da direita e a 15 cm de profundidade, deparamos com um núcleo de sílex. No início da 3.<sup>a</sup> pedra do lado direito e a 20 cm de profundidade estava um vaso inteiro (Est. IX, fig. 13 d), cheio de terra, em posição normal. Na terra subjacente e à profundidade de 40 cm estava um cristal de quartzo hialino, colocado na posição horizontal, com a ponta mais aguçada voltada para o norte.

Distante uns 15 cm do meio desta pedra e à mesma profundidade, havia um vaso maior quase inteiro (Est. IX, fig. 13 a) igualmente em posição normal, também cheio de terra. Um pouco mais para o meio do corredor encontramos mais três pontas de seta, um outro fragmento de barro, com um orifício bicónico, um pouco maior que o referido atrás (Est. VIII, fig. 12 d), uma porção de alabarda, um buril de quartzo hialino, um núcleo de sílex e um pequeno fragmento de cerâmica (Est. VIII, fig. 12 f) com incisões paralelas e pouco profundas.

Próximo encontramos a metade dum vaso de cerâmica tombado, com a parte fracturada voltada para cima.

Afastados 20 cm do terço anterior da 3.<sup>a</sup> pedra da esquerda, e à profundidade de 25 cm encontramos um fragmento de placa-ídolo, duas pontas de seta de sílex, uma completa e outra incompleta e uma porção de faca também de sílex.

Junto da 4.<sup>a</sup> pedra da lado esquerdo, próximo do seu terço anterior, estava também uma ponta de seta igualmente de sílex.

A meio do corredor, próximo da boca da anta e a 40 cm de profundidade, estava uma porção de faca de sílex, e uma porção de alabarda.

Na crivagem da terra colhemos outro material arqueológico, que não interessa referir por agora.

Dele damos conta adiante.

\*  
\* \*

O espólio desta anta é constituído por objectos de adorno (contas), instrumentos de pedra lascada (pontas de seta, alabardas, facas, raspadores e núcleos), de pedra polida (um machado), uma placa-ídolo e fragmentos de outras, todos de xisto, alguns vasos de cerâmica, abundantes fragmentos de outros vasos e algumas porções de ossos humanos e de animais.

### Objectos de adorno

São essencialmente constituídas por 27 contas e um pingente (Est. IV, fig. 8). Destas contas, 25 são pequenas e 2 são maiores.

Entre as contas menores, 3 são de coloração verde, possivelmente de calaíte; duas discóides e uma bicónica; 10 são de xisto preto, discóides, umas maiores outras menores, umas mais conservadas, outras mais gastas; 5 são de xisto azul-claro e 7 também de xisto, de cor azul-claro.

Das duas contas maiores, uma é discóide e a outra bicónica, em forma de barril. A primeira tem 20 mm de diâmetro e 8 mm de espessura; a segunda 20 mm de comprimento e 14 mm de diâmetro máximo. Ambas são possivelmente de calaíte.

O pingente é de forma triangular; tem na base o orifício de suporte; é de xisto cinzento; tem 22 mm de comprimento e 3 mm de espessura.

### Material lítico

É constituído essencialmente por elementos de pedra lascada, tais como pontas de seta, alabardas, facas, raspadores e núcleos, todos de sílex. Apenas encontrámos um machado de pedra polida, de secção rectangular.

As pontas de seta são ao todo 45 (Est. V e VI, figs. 9 e 10) (1). Destas, 20 estão completas e 25 incompletas. Vinte têm a base acenuadamente côncava, seis a base ligeiramente convexa, três a base triangular e duas a base em espigão.

Dezasseis pontas de seta são de sílex preto. Uma delas apresenta os bordos com um serrilhado finíssimo e retoques bifaciais.

LEISNER, no seu belo trabalho, *Antas de Reguengos de Monsaraz* (2), refere que apenas encontrou em todas as antas deste concelho duas pontas de seta de coloração preta ou cinzento-azulado com os bordos serrilhados e acrescenta que elas são raras.

Em todas as outras pontas de seta temos as de coloração rósea, bege, acastanhada, avermelhada e cinzento-azulada. Várias destas pontas estão finamente bifaciadas.

A ponta de seta maior (Est. V, fig. 9 k), com 51 mm de comprimento, a que falta parte duma ponta da base, tem finos retoques nas duas faces. Uma outra (Est. V, fig. 9 m), de coloração avermelhada, a que falta parte da extremidade do espigão, tem retoques bifaciais e bordos serrilhados.

---

(1) As figuras apresentam apenas as principais.

(2) GEORG & VERA LEISNER, *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz* — *Materiais da cultura megalítica em Portugal*, publicação do «Instituto de Alta Cultura», 1951, 326 págs., LXIII estampas com algumas centenas de esplêndidos desenhos.

Esta anta deu-nos, como já referimos atrás, três pontas de seta de base triangular (Est. V, fig. 9 n, o, p), uma das quais de bordos esquirolados e de coloração cárnea; cinco de base ligeiramente convexa e duas de espigão (Est. V, fig. 9 i, m).

Também colhemos nesta anta uma ponta de seta de quartzo branco leitoso (Est. V, fig. 9 s).

Temos 6 fragmentos de lâminas ou facas, uns maiores, outros menores. Três deles não têm qualquer retoque nos bordos e dos outros três, dois têm os bordos retocados e um, retoques apenas num dos bordos.

Há duas porções de alabardas, ambas de sílex. Uma de coloração bege e outra cárnea. Ambas apresentam as faces primorosamente trabalhadas.

Temos ainda dois pequenos raspadores em forma de trapézio.

Nesta anta colhemos três cristais de quartzo. O maior, com 43 mm de comprimento, tem a extremidade truncada obliquamente.

Como peças de pedra polida encontramos nesta anta apenas o já referido machado de secção triangular, de gume arredondado, com pequenas fracturas, indicação de ter sido usado. É de anfibolite. Tem 101 mm de comprimento, 67 mm de largura máxima e 21,5 mm de máxima espessura; o gume tem 63 mm de comprimento.

#### Placas-ídolos (1)

A Anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão deu-nos vários fragmentos de placas-ídolos, uma quase completa, de xisto preto, outra fenestrada, de xisto cinzento esverdeado, reduzida à sua porção inferior, e um fragmento, que, pela disposição da sua decoração, deve ter pertencido a uma placa recurvada, ou em *báculo*.

---

(1) Mantemos a designação antiga de placas-ídolos, apesar de haver quem tenha proposto a designação de placas antropomórficas.

A placa quase completa (Est. VII, fig. 11) é de xisto preto; falta-lhe uma pequena parte da extremidade superior; é quase rectangular; a face anterior, de superfície sensivelmente plana, é decorada; a face posterior, levemente arqueada, não tem decoração.

Tem seis faixas transversais, de diferentes tamanhos, como mostra a fig. (Est. VII, fig. 11).

A faixa superior é a mais alta e tem na porção média um triângulo isósceles de vértice inferior, sem decoração aparente. À direita deste triângulo há vários rectângulos com quadriculado e no lado esquerdo a decoração é pouco visível.

Abaixo desta faixa há duas bastante estreitas; a primeira não tem decoração e a segunda apresenta muitos traços verticais bem visíveis na metade direita.

As três faixas transversais inferiores têm numerosos triângulos isósceles, uns decorados, outros não, com uma disposição alternada. Os primeiros têm o vértice para cima e os últimos para baixo.

A placa de xisto cinzento-esverdeado e micácea (Est. VIII, fig. 12 e), está bastante incompleta e não tem decoração alguma; pertence ao tipo das placas fenestradas.

### Cerâmica

A cerâmica foi encontrada na segunda camada de câmara e do corredor. Estava muito fragmentada. Só um pequeno vaso inteiro (Est. IX, fig. 13 d); outro, bastante maior que o primeiro, quase completo (Est. IX, fig. 13 a); metade dum outro vaso e alguns fragmentos de outro que se ajustavam perfeitamente. A avaliar pelo número de fragmentos de fundos e bordos existentes, o número de peças de cerâmica desta anta pode computar-se em 39.

GEORG LEISNER e VERA LEISNER, no seu trabalho *Atlas do Concelho de Reguengos de Monsaraz* (cit.), classificam a cerâmica

dessas antas, segundo a cor e o fabrico em três tipos fundamentais: cerâmica de cor cinzento-acastanhada ou cinzento-avermelhada e castanha, cerâmica vermelha e cerâmica preta.

A cerâmica da nossa anta corresponde, quer na cor, quer na natureza do seu fabrico, em grande parte, aos três tipos dos das antas de Reguengos de Monsaraz.

Verificamos a existência de cerâmica de pasta cinzenta, uma mais grosseira, com abundância de pedrinhas, com cobertura por dentro e por fora, correspondente ao tipo A 1 de LEISNER e outra de pasta mais fina com um número reduzido de pedrinhas, correspondente ao tipo A 2.

Da primeira, isto é, A 1, existem apenas fragmentos de 5 vasos. A sua espessura vai de 11 mm a 17 mm. Há três fragmentos dum vaso que adaptaram perfeitamente e constituíram uma porção desse vaso, de 24 cm de comprimento e 19 cm de largura.

Da segunda, isto é A 2, há uma porção dum vaso e duas de outros dois. A sua espessura vai de 4 mm a 10 mm.

Há ainda vários fragmentos de pasta castanho-avermelhada. Alguns têm pedrinhas na pasta, outros não. As espessuras vão de 3,5 mm a 14 mm. Estes fragmentos pertencem a 15 vasos.

Também há cerâmica de pasta castanho-escuro, uma mais grosseira, com inclusão de pedrinhas e outra de pasta mais fina, sem a sua inclusão.

Desta última temos um vaso cilíndrico, completo, com 62 mm de diâmetro de boca, 40 mm de altura e 6 mm de espessura; uma porção dum vaso, maior que o anterior, com 49 mm de altura e 9 mm de espessura. Os fragmentos restantes devem ter pertencido a 22 vasos. A espessura mínima é de 6 mm e a máxima de 13 mm.

Da cerâmica de pasta preta, a mais grosseira, tem pedrinhas, a mais fina não as tem. Esta cerâmica é lisa por dentro e por

fora. Há dela fragmentos de 14 vasos e um vaso quase inteiro, a que falta apenas uma grande porção do bordo.

Este vaso tem 81 mm de diâmetro da boca, 52 mm de altura e 84 mm de diâmetro do fundo, e 6 mm de espessura. A espessura desta cerâmica vai de 6 mm a 9 mm.

Da cerâmica cinzenta há uns fragmentos de pasta grosseira com inclusão de pedrinhas e outros de pasta mais fina, sem pedrinhas. A espessura desta cerâmica vai de 7 mm a 12 mm.

### Ossos humanos

A escavação desta anta deu-nos alguns restos ósseos humanos. Foram encontrados na zona de contacto dos esteios 2 e 3 à profundidade de 35 cm. São os seguintes :

duas pequenas porções de ossos cranianos, tão pequenas que não nos foi possível identificá-las;

uma porção da diáfise dum úmero fortemente fossilizada;

vários fragmentos de diáfise de ossos longos fossilizados e um deles intensamente fossilizado;

uma cabeça de fémur quase inteira;

uma porção externa de clavícula direita, talvez de criança;

um terceiro metatársico esquerdo;

dois metatársicos incompletos;

uma falange incompleta da mão;

uma porção de osso esponjoso;

Há ainda vários fragmentos, todos de pequenas dimensões. Os mais deles, de difícil, senão impossível, identificação. Um dos fragmentos apenas com 2,5 cm de comprimento é porção da diáfise dum rádio; outro, com escassos 5 cm do comprimento, é provavelmente, porção média dum cúbito.

Todos os ossos estão mais ou menos fossilizados. Alguns tão fortemente fossilizados, que com propriedade se pode dizer que estão petrificados. Seria de marcado interesse analisar estes ossos para se averiguar, pelo menos em alguns, o grau de fossilização.

### Ossos de animais

Encontrámos também vários ossos de animais, que supomos serem todos de coelho.

#### A anta do Couto dos Enchaes (Crato — Alto Alentejo)

É uma anta de grande corredor, ainda que mais curto do que o da anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão, e de câmara heptagonal, com o maior comprimento no sentido do eixo longitudinal, como mostra a figura 14.

Está situada na freguesia de Gáfete, a sul e a uns 2 km em linha recta do *Monte do Biscaia*, também chamado *Monte da Fome*.

A câmara tem 7 esteios de granito, cujo estado de conservação indicamos a seguir:

O esteio 1 está partido pela base, mesmo ao rés da terra. A porção superior, bastante inclinada para o interior da câmara, não está caída, por que encosta pelo bordo direito ao esteio 7. Do esteio 2 há apenas a porção inferior espetada na terra; o seu topo superior rasa a terra.

O esteio 3 está deslocado da sua posição inicial para a câmara, e incompleto na sua extremidade superior.

O 4, o da cabeceira, está inteiro; é o mais robusto.

O 5 está representado pela sua metade inferior. Ao 6 falta o terço superior; está muito inclinado para dentro da câmara

dolménica e faz com o chão da mesma um ângulo de cerca de 45°. O 7 está completo, mas um pouco tombado para a câmara.

Os esteios têm de altura e largura (ao nível da terra e exteriormente), respectivamente: 1 — 2,52 m e 1,30 m; 2 — 0,10 m e 1,12 m; 3 — 1,40 m e 1,00 m; 4 — 2,05 m e 1,60 m; 5 — 1,06 m e 1,20; 6 — 1,46 m e 1,15 m e 7 — 2,20 m e 1,45 m.

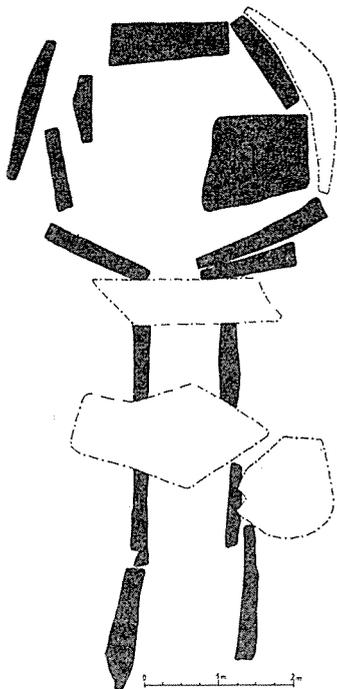


Fig. 14 — Planta da anta do Couto dos Enchaes

Conserva ainda duas pedras de cobertura, uma no topo proximal e a outra distante desta cerca de um metro. Foi a única anta do concelho do Crato em que encontrámos esta particularidade (fig. 14).

O chão da anta apresenta um desnível de 0,60 m em relação ao terreno exterior à anta.

Há uma grande laje de granito, caída fora da câmara, a norte, encostada aos esteios 4, 5 e 7; deve ter sido a *mesa*; tem 3,47 m de comprimento e 2,80 m de largura.

Na face exterior do esteio 7, encosta uma grande pedra, quase quadrada, com 1,50 m de lado, 0,16 m de espessura mínima e 0,31 m de espessura máxima. Esta pedra deve ter sido a porta da anta, como a que existe na anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão.

O corredor desta anta, voltado a sudeste, tem 6 m de comprimento por 1,60 m de largura.

### Escavação

Inicialmente teve de ser arrancado todo o mato que envolvia a anta, de tal maneira abundante, que quase a tapava (Est. X, fig. 15).

A seguir procedemos à remoção e crivagem da terra que estava colocada externamente ao corredor, no seu lado norte e que tinha sido tirada de dentro do corredor, por algum pesquisador de tesouros.

Esta terra deu apenas alguns pequenos e incaracterísticos fragmentos de cerâmica.

Depois iniciámos a escavação da anta começando pelo topo distal do corredor (Est. X, fig. 16). Abrimos um corte transversal, designado pelos trabalhadores locais de *surruba*, a toda a largura, até à profundidade de 40 cm. Aqui deparámos com a rocha granítica, designada pelos mesmos trabalhadores por *lajoeira*. A anta assenta nela directamente.

Na terra do corredor não havia camadas bem definidas. Toda ela havia sido remexida e por isso designada pelos mesmos trabalhadores por *terra rota*.

Prosseguindo na escavação encontrámos um machado de secção rectangular, em posição horizontal e com o gume voltado para a boca da anta; estava à profundidade de 32 cm e distante 40 cm do primeiro esteio da esquerda. À mesma profundidade e à distância de 20 cm daquele esteio, estava um outro machado, também de secção rectangular.

A terra existente no corredor, tinha agora a espessura de 60 cm.

No início da segunda pedra da esquerda, a 60 cm de profundidade, mesmo assente na *lajoeira*, encontrámos a metade doutro machado de secção rectangular com a ponta mais aguçada, que

é a que se opõe ao gume, voltada para a boca da anta, e em posição horizontal.

A meio do comprimento da mesma pedra e junto dela, à mesma profundidade, achámos um outro machado também rectangular, na mesma posição da metade anterior.

Próximo da extremidade posterior da referida pedra, à mesma profundidade, estava outro machado, o maior de todos, de secção rectangular; o gume estava junto à referida pedra e fazia com ela um ângulo de uns 60°. Próximo deste machado estavam mais dois de secção rectangular, ambos em posição horizontal com os gumes voltados para o topo distal do corredor.

Junto da extremidade posterior da segunda pedra da direita, a camada de terra do corredor atinge agora 78 cm.

Afastado 7 cm da extremidade desta pedra e assente na *lajeira* estava um machado de secção cilíndrica com o gume voltado para a pedra.

No início da terceira pedra da direita do corredor, à mesma profundidade, encontrámos um outro machado de secção cilíndrica, e a metade inferior dum outro de secção rectangular, ambos com o gume voltado para a câmara.

A meio da boca da anta e assente no *salão*, que é a *lajeira*, encontrámos um fragmento de pedra (Est. XII, fig. 18), que apresentava numa das suas faces uma gravura em xadrez.

A camada de terra existente na câmara era da mesma natureza da do corredor e toda ela já remexida.

Na câmara procedemos em primeiro lugar à remoção duma camada de terra, com a espessura de 30 cm, que foi toda crivada; nela apenas encontrámos alguns pequenos fragmentos de cerâmica.

Na camada inferior encontrámos as seguintes peças arqueológicas: um machado de secção rectangular com o gume bastante rombo e voltado para o meio da câmara, assente na *lajeira*, a 22 cm do início do esteio 1, na direcção do centro da câmara;

quatro fragmentos de cerâmica que deram um vaso quase inteiro, a 30 cm do início do esteio 2, também na direcção do meio da câmara e acima do *salão* 20 cm; um vaso completo com a boca voltada para norte, distante dos fragmentos referidos 10 cm e à mesma profundidade; um outro machado de secção rectangular, com o gume voltado para oeste, a 60 cm do ponto de encontro dos esteios 3 e 4, seguindo a bissectriz do ângulo formado pelos esteios e acima do *salão* 15 cm; junto deste machado, os três fragmentos com que refizemos quase o báculo (Est. XIV, fig. 20); a placa-ídolo (Est. XIII, fig. 19), 20 cm acima do *salão*, distante 45 cm do vértice do ângulo formado pelos esteios 4 e 5; um vaso completo com o fundo voltado para noroeste, 10 cm a nível inferior da placa-ídolo referida; uma outra placa-ídolo junto deste vaso, da qual não damos fotografia.

Três vasos incompletos estavam próximos uns dos outros no centro da anta, 26 cm acima do *salão*.

Há ainda um pequenino vaso de cerâmica que foi encontrado no crivo (Est. XV, fig. 21 d).

\*  
\* \*

O espólio é constituído por objectos de adorno (uma conta de xisto), instrumentos de pedra lascada (pontas de seta e facas), de pedra polida (machados de secção rectangular) e cilíndrica, placas-ídeos, um báculo incompleto, cerâmica e um fragmento de pedra com decoração em xadrez.

#### Objectos de adorno

Há apenas a registar uma conta de xisto preto, com um sulco transversal a toda a volta (Est. XI, fig. 17 e).

### Material lítico

É constituído por peças de pedra lascada e de pedra polida. Das primeiras há 5 pontas de seta (Est. XI, fig. 17) e duas pequenas porções de facas; umas e outras de sílex. Das pontas de seta, 3 estão completas e duas incompletas.

Das completas, uma é de cor preta; tem a base ligeiramente convexa e um serrilhado finíssimo nos bordos. Uma outra é de cor bege e a base também sensivelmente convexa; uma outra ainda um pouco mais escura do que a anterior de base nitidamente, côncava e com finíssimo serrilhado nos bordos. Das incompletas temos uma de cor esbranquiçada, também com finísimos recortes nos dois bordos (Est. XI, fig. 17 g) e uma porção superior duma grande ponta de seta, de cor roxa, lindamente bifaciada, com primoroso serrilhado nos bordos (Est. XI, fig. 17 b).

Das duas pequenas porções de facas, uma (Est. XI, fig. 17 a) tem alguns retoques nos bordos.

As peças de pedra polida são constituídas por machados de xisto anfibolítico. Há-os de secção rectangular e cilíndrica. São ao todo 10 completos e duas metades de outros: uma superior e outra inferior.

Machado (Est. XV, fig. 22 a), de gume bem afiado e arqueado; não tem sinais de uso; com 10,7 cm de comprimento, 6 cm de largura máxima ao nível do gume e 2,7 cm de espessura máxima a meio do seu comprimento; extremidade oposta ao gume é estreita e arredondada;

Machado (Est. XV, fig. 22 e), de gume igualmente arqueado, mas com sinais de mossas, que indicam ter sido usado; tem 10,4 cm de comprimento, 7,1 cm de largura máxima a meio do comprimento e 2,7 cm de espessura máxima no mesmo ponto; a extremidade oposta ao gume é estreita e arredondada;

Machado (Est. XV, fig. 22 d), tem o corpo um pouco arqueado, que lhe dá o aspecto duma enxó; é o mais comprido; pois tem 21,8 cm de comprimento e 7,6 cm de largura máxima, um pouco acima do gume; no mesmo ponto a espessura máxima é de 2,5 cm; o gume tem sinais de uso; a extremidade oposta é arredondada;

Machado (Est. XV, fig. 22 h), é também um pouco arqueado. tem 21,1 cm de comprimento, 6,9 cm de largura máxima um pouco acima do gume e 2,5 cm de espessura máxima; a extremidade oposta ao gume é pontiaguda;

Machado (Est. XV, fig. 22 f), representado pela metade inferior; o gume tem sinais de uso; tem 9,4 cm de comprimento, 6,5 cm de largura máxima ao nível do terço superior e 2,3 cm de espessura máxima a meio do comprimento;

Machado (Est. XV, fig. 22 g), de gume com sinais de uso, com 12,8 cm de comprimento, 4,25 cm de largura máxima e 3,7 cm de espessura máxima a meio do comprimento;

Machado (Est. XV, fig. 22 c), de gume com sinais de muito uso, de 11 cm de comprimento, 4,6 cm de largura máxima a meio e 4,25 cm de espessura também a meio.

Machado (Est. XV, fig. 22 b), robusto, de gume quase perfeito; tem 15,1 cm de comprimento, 6,6 cm de largura máxima ao nível do gume, e 4,1 cm de espessura máxima.

Há ainda três machados e uma metade dum outro, de que não damos as fotografias, cujas medidas e estado de conservação referimos a seguir:

O maior tem os bordos polidos e as faces ásperas; o gume é arqueado, mais polido numa face do que na outra e muito bem afiado; tem 13,8 cm de comprimento, 5,6 cm de largura máxima ao nível do gume e 1,8 cm de espessura máxima a meio do comprimento; a extremidade oposta ao gume é muito pontiaguda;

Um outro de xisto mais grosseiro, tem o gume muito destruído pelo uso; tem 10,5 cm de comprimento, 5,3 cm de largura

máxima no gume e 2,0 cm de espessura máxima na extremidade oposta ao gume;

Ainda um outro machado de gume arqueado, com sinais de uso; tem 10,8 cm de comprimento, 4,1 cm de largura máxima ao nível do gume e 3,3 cm de espessura máxima;

A metade superior dum outro machado, que tem 9 cm de comprimento, 5,7 cm de largura máxima e 2,3 cm de espessura máxima;

O fragmento de pedra (Est. XII, fig. 18), a que já fizemos referência atrás e tem na face lisa um traçado intencional em xadrez, mede 24,5 cm de comprimento, 11,3 cm de largura e 4,6 cm de espessura máxima.

#### Placas-idolos

A placa maior de xisto preto (Est. XIII, fig. 19), tem a *cabeça* em forma de trapézio.

Nela apresenta dois orifícios.

Os *ombros* são sensivelmente horizontais.

O *corpo* é quase rectangular. Fracturas recentes no canto inferior esquerdo e no bordo esquerdo na sua parte superior.

Dimensões: 18,25 cm de comprimento, 10,15 cm de largura máxima no limite superior da fractura do canto esquerdo; 6,8 cm de largura máxima da cabeça e 1,8 cm de espessura máxima.

A face anterior é plana e decorada e a posterior é lisa e algo abaulada.

A decoração está executada por incisões finíssimas, que na cabeça se dispõem em quatro faixas transversais quadriculadas, separadas por três faixas lisas.

A meio há um triângulo isósceles quadriculado.

A meio do corpo há duas faixas horizontais quadriculadas separadas por uma faixa lisa, sensivelmente com a mesma largura. A porção do corpo, que vai da faixa horizontal superior à base

da cabeça, apresenta ao centro um triângulo quase equilátero liso, de base superior, com o vértice inferior truncado. Dum lado e do outro há duas faixas oblíquas também com quadriculados, separados por uma faixa lisa. A mais interna da direita é a mais larga; as outras são quase iguais.

Abaixo da faixa transversal dispõem-se triângulos alternando as posições dos respectivos vértices, uns para baixo outros para cima, uns lisos outros quadriculados como bem mostra a figura (Est. XIII, fig. 19).

Inferiormente apresenta mais cinco faixas transversais, das quais, duas com quadriculados e três lisas.

A placa mais pequena, também de xisto preto, tem a cabeça absorvida pela zona do corpo e simbolizada por um simples triângulo isósceles liso, de base superior, tendo junto a esta um orifício bicónico de suspensão.

Tem a forma trapezoidal; as bases são um pouco recurvadas, os bordos laterais rectilíneos; face anterior decorada, de superfície plana; face posterior não decorada, lisa, levemente abaulada.

Dimensões: 14,2 cm de comprimento, 9,75 cm de largura máxima (na base inferior); 6,8 cm de largura mínima (base superior) e 0,9 cm de espessura máxima.

A face anterior está dividida em quatro faixas ornamentadas. A faixa superior apresenta ao centro um triângulo isósceles liso de base superior. Externamente, do lado direito, há 10 faixas dispostas um pouco obliquamente ao lado do referido triângulo: 5 decoradas e 5 lisas, alternando umas com as outras. Do lado esquerdo há 8 faixas, dispostas como as anteriores: 4 decoradas e 4 lisas.

A faixa a seguir tem cinco triângulos alternando as posições dos respectivos vértices, isto é, uns para baixo e outros para cima, uns lisos e outros quadriculados.

As duas zonas inferiores, mais estreitas, têm vários triângulos isósceles, uns decorados e outros lisos.

Além destas placas há ainda uma outra incompleta, reconstituída com os fragmentos encontrados no crivo, de forma trapezoidal, com a face anterior dividida em quatro faixas ornamentadas.

A faixa superior tem zonas oblíquas decoradas com gravação enxadrezada e zonas oblíquas lisas.

As três inferiores apresentam triângulos isósceles, uns ornamentados com a gravação referida e outros lisos.

A face posterior é lisa.

O báculo está incompleto (Est. XIV, fig. 20). Falta-lhe a extremidade superior. Estava fragmentado em seis porções.

A face anterior está dividida por traços transversais que o dividem em 13 faixas, umas mais largas que outras.

Estas faixas estão ocupadas por triângulos isósceles finamente enxadrezados e triângulos isósceles lisos. Nas primeiras sete faixas, a contar de cima para baixo e nas últimas seis, estes triângulos estão dispostos inversamente.

A face posterior é sensivelmente abaulada e lisa.

A extremidade superior tem 5,1 cm de largura e a inferior 6,9 cm. O bordo externo tem 43 cm de perímetro e o inferior 18 cm.

A largura máxima é de 7,7 cm e a espessura de 1,2 cm.

### Cerâmica

É relativamente abundante. Há 8 vasos, dos quais, 3 estão inteiros (Est. XV, fig. 21 a b d), 2 quase inteiros e 3 muito danificados. Há ainda muitos fragmentos, uns maiores, outros menores. Estes devem ter pertencido a 32 vasos.

Muitos destes fragmentos foram encontrados durante a escavação do corredor e da câmara; outros na terra crivada.

Os vasos foram encontrados todos na câmara dolmênica, a grande profundidade.

A cerâmica desta anta corresponde, duma maneira geral à da anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão, quer na cor, quer na natureza do seu fabrico.

Da cerâmica cinzento-acastanhada há a de pasta mais grosseira, com abundância de pedrinhas, sem cobertura por dentro e por fora; e a de pasta mais fina, mais homogênea, com um reduzido número de pedrinhas e com delgada cobertura por fora e por dentro.

Estas duas qualidades de cerâmica correspondem ao tipo A de LEISNER e delas temos três vasos esféricos completos, três incompletos e uma porção dum outro vaso, que corresponde a cerca da sua metade.

A espessura maior deste tipo de cerâmica é de 11 mm e a menor de 5 mm.

O vaso inteiro maior tem 91 mm de diâmetro de boca, 50 mm de altura, 7 mm de espessura e 320 mm de perímetro externo (Est. XV, fig. 21 b).

Outro vaso inteiro (Est. XV, fig. 21 a), menor que o anterior, tem 93,5 mm de diâmetro de boca, 46 mm de altura, 6 mm de espessura e 303 mm de perímetro externo.

O vaso inteiro mais pequeno de todos (Est. XV, fig. 21 d), tem 24 mm de diâmetro de boca, 24 mm de altura e 4 mm de espessura e 103 mm de perímetro externo.

Da cerâmica vermelho-acastanhada, há uma porção dum vaso que tem na sua superfície externa 3 formações mamilares (Est. XV, fig. 21 g) e a porção dum outro vaso.

A espessura maior deste tipo de cerâmica é de 9 mm e a menor de 7 mm.

Da cerâmica preta há muitos fragmentos de bordos e de fundos. A sua espessura maior é 12 mm e a menor 5 mm.

### Conclusões e Cronologia

Levamos estudadas 33 antas no concelho do Crato e 38 no concelho de Alter do Chão.

É nosso propósito prosseguir na escavação de muitos destes dólmenes e recolher o material arqueológico que neles exista.

Até agora escavámos apenas cinco antas do concelho do Crato: Anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão, Anta do Couto dos Enchares, Antas 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> do Couto dos Andreiros e Anta da Tapada dos Canchos.

Não podemos publicar agora todos os materiais colhidos nestas antas. Limitámo-nos apenas às antas 1.<sup>a</sup> do Tapadão e Couto dos Enchares, por terem sido as que primeiro escavámos e serem as mais importantes sob o ponto de vista arquitectónico.

Na Anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão o espólio era mais abundante no corredor do que na câmara.

Na anta do Couto dos Enchares, o espólio distribuía-se tanto no corredor como na câmara e em ambos quase sempre junto ao *salão*.

Estas duas antas distam uma da outra uns 7 km. Ambas apresentam o mesmo estilo arquitectónico, quer no que respeita à câmara, quer ao corredor.

Os seus espólios são muito semelhantes, o que nos leva a supor que não haja diferença cultural entre os dois monumentos e sejam, por isso, da mesma época.

Na anta do Couto dos Enchares não encontramos nem ossos humanos, nem de animais, mas na anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão encontramos-os, como atrás referimos.

Na anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão predominam os objectos de adorno e as pontas de seta de sílex. Algumas destas pontas de seta estão primorosamente trabalhadas e há-as de base recta, côncava, convexa, triangular e com espigão.

GEORG & VERA LEISNER, no seu excelente trabalho *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz* (cit.), a páginas 60 afirmam

que nas antas por eles escavadas no concelho de Reguengos de Monsaraz não encontraram uma única ponta de seta de sílex de base triangular, convexa ou de espigão. Apareceram apenas as pontas de seta de base côncava ou recta. Dizem que este exclusivismo se estende à província do Algarve, a alguns castros do litoral ocidental de Portugal, como o de Vila de S. Pedro e Pragança, e na Espanha, as regiões megalíticas das províncias de Córdova e Huelva.

O operoso arqueólogo ABEL VIANA no trabalho de colaboração com ANTÓNIO DIAS DE DEUS, *Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas*, a páginas 166 refere ter encontrado nesta região várias pontas de seta de base «convexa, côncava e semi-losangular», mas não indica nenhuma ponta de seta com espigão.

A anta do Couto dos Enchares deu-nos 10 machados completos e duas metades de outros dois, enquanto que a anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão só nos deu um machado.

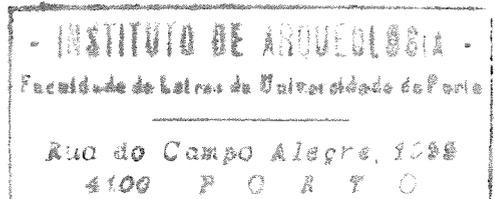
Daqueles machados, 10 têm a secção rectangular e dois a secção cilíndrica.

Reputamos de muita importância o termos encontrado na anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão uma placa-ídolo incompleta, fenestrada, de xisto, pois até agora há conhecidas em Portugal apenas três placas deste tipo: duas da anta dos Ferreirinhos, Alcafozes, estudadas pelos distintos arqueólogos Doutor D. FERNANDO DE ALMEIDA e Eng. O. DA VEIGA FERREIRA (1) e um fragmento duma outra de Idanha-a-Nova (2).

(1) ABEL VIANA e ANTÓNIO DIAS DE DEUS, *Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XV, fasc. 3-4, Porto, 1955-57, págs. 143 a 189, XII est. com muitas figs., 1 mapa e 48 figs.

(1) D. FERNANDO DE ALMEIDA e O. VEIGA FERREIRA, *Placas de xisto antropomorfas do Museu lapidario igeditano (Idanha-a-Velha)*, sep. do Vol. LXVI, da «Revista de Guimarães», 1956, págs. 103 a 108, 1 est. e 2 figs.

(2) GEORG & VERA LEISNER, *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz* (cit.), página 121.



Na anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão encontrámos os dois pequenos fragmentos de barro, de superfícies lisas e de forma achatada (Est. VIII, fig. 12 a e d) referidos atrás. Ambos têm num dos topos um orifício de suspensão. O outro topo está fracturado. O fragmento maior, que esboça uma leve curvatura, tem 57 mm de comprimento, 27 mm de largura e 15,5 mm de espessura; e o menor 42 mm de comprimento, 27,5 mm de largura e 14 mm de espessura.

Supomos tratar-se de objectos semelhantes aos citados pelo Prof. VIRGÍLIO CORREIA no seu trabalho *El Neolítico de Pavia (Alentejo — Portugal)* (1), a páginas 23, e por ABEL VIANA no trabalho de colaboração com ANTÓNIO DIAS DE DEUS, *Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas* (cit.), a páginas 165.

O primeiro autor designou aqueles objectos de meias argolas de barro e considerou-os pesos de tear.

Peça notável é a pedra, que já atrás referimos e que, como mostra a figura 18 da Est. XII, tem numa das faces um tracejado em xadrez. Os bordos são irregulares e têm sinais de fracturas antigas. O tracejado é interrompido ao nível destas fracturas, o que nos faz crer que tenha pertencido a uma pedra maior.

O distinto Professor de Mineralogia da nossa Faculdade de Ciências, Doutor MIGUEL MONTENEGRO, a uma solicitação nossa, gentilmente mandou fazer desta pedra uma preparação microscópica. Fez o seu estudo e informou-nos de que se tratava dum grés.

Não sabemos qual a interpretação a dar ao enxadrezado desta pedra, nem tão pouco quais as circunstâncias que determinaram a colocação da mesma na câmara da anta do Couto dos Enchares.

---

(1) VIRGÍLIO CORREIA, *El Neolítico de Pavia (Alentejo — Portugal)*, Memória Núm. 27, (série pré-histórica, num. 24), 1921, 113 págs., 87 figs., XXVIII est. com 56 figs. e 1 mapa.

Quanto à cronologia destes dois dólmenes admitimos a hipótese de que sejam do período neolítico, por neles termos encontrado materiais arqueológicos considerados característicos deste período: as pontas de setas de base triangular e os machados cilíndricos. As primeiras da Anta 1.<sup>a</sup>, do Tapadão e os segundos da Anta do Couto dos Enchares.

No entanto os outros elementos permitem concluir que estes dois dólmenes devem ter sofrido inumações sucessivas no período eneolítico e até talvez posteriormente.

Julgamos que seria útil proceder à escavação de mais alguns dólmenes deste concelho e de outros concelhos alentejanos, sobretudo dos que se presume não terem sido violados, e bem poucos serão, se é que exista algum em tais condições.

Muito gostosamente nos propomos realizar tais escavações em prosseguimento da tarefa que empreendemos há alguns anos.

Os materiais que em tais escavações se vierem a encontrar fornecerão achegas para melhor precisar a cronologia dos dólmenes do Alto Alentejo.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»  
Setembro de 1965.

As fotografias das figs. 2, 3, 5, 6 e 7 foram tiradas pelo Prof. Santos Júnior.

As das figs. 4, 15 e 16 foram tiradas pelo A.

As restantes por T. Rego, Foto Comercial, Porto.



Fig. 2 — Anta 1.ª do Tapadão; lado oeste.



Fig. 3 — Anta 1.ª do Tapadão; lado norte.



Fig. 4 — Escavação da anta 1.ª do Tapadão.

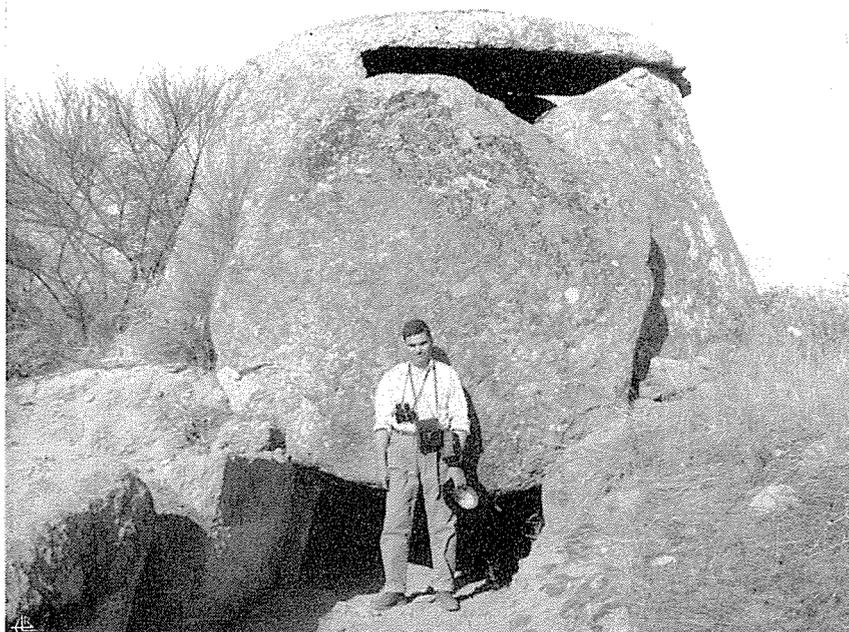


Fig. 5 — Anta 1.ª do Tapadão depois de escavada.

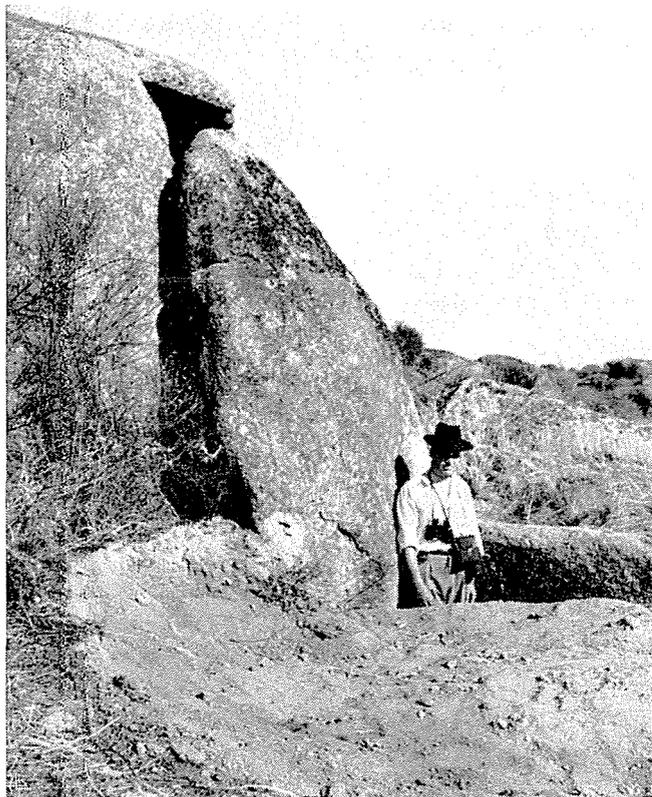


Fig. 6 — Grande pedra a tapar a boca da anta.

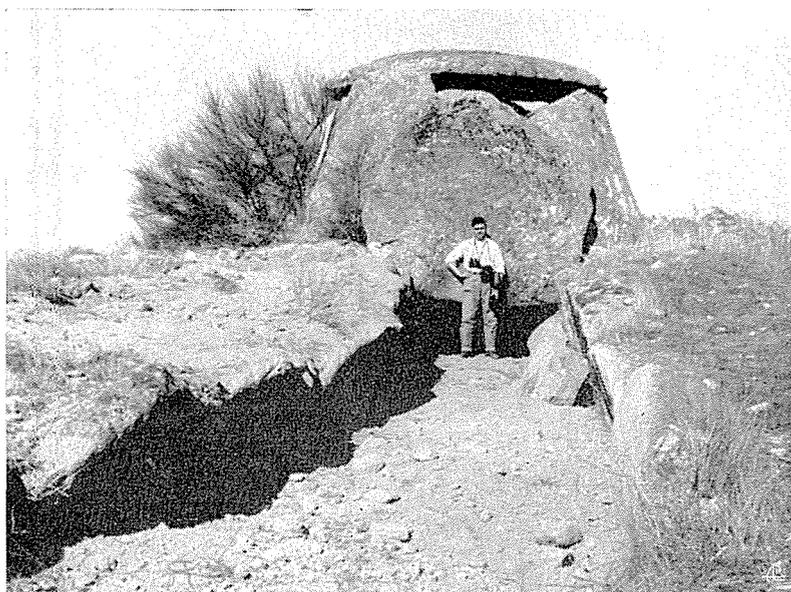


Fig. 7 — A anta 1.<sup>a</sup> do Tapadão depois de escavada.

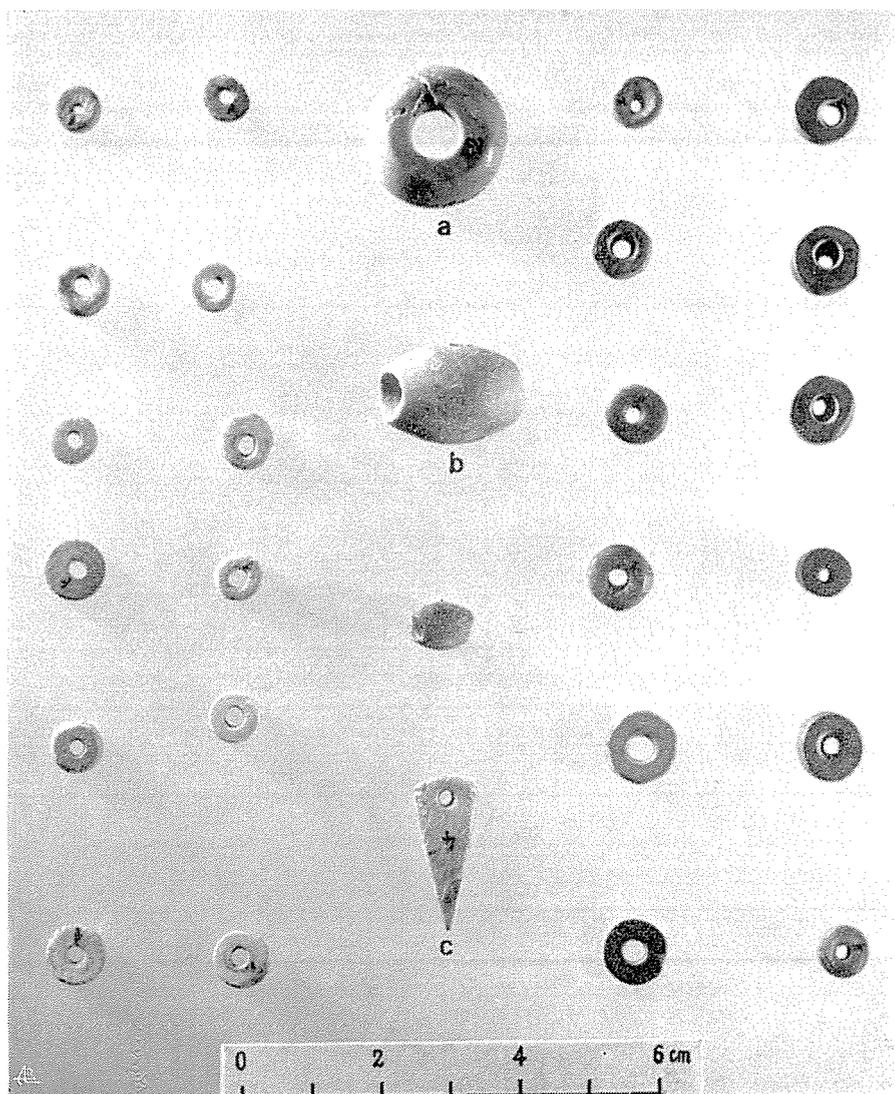


Fig. 8 — Objectos de adorno.

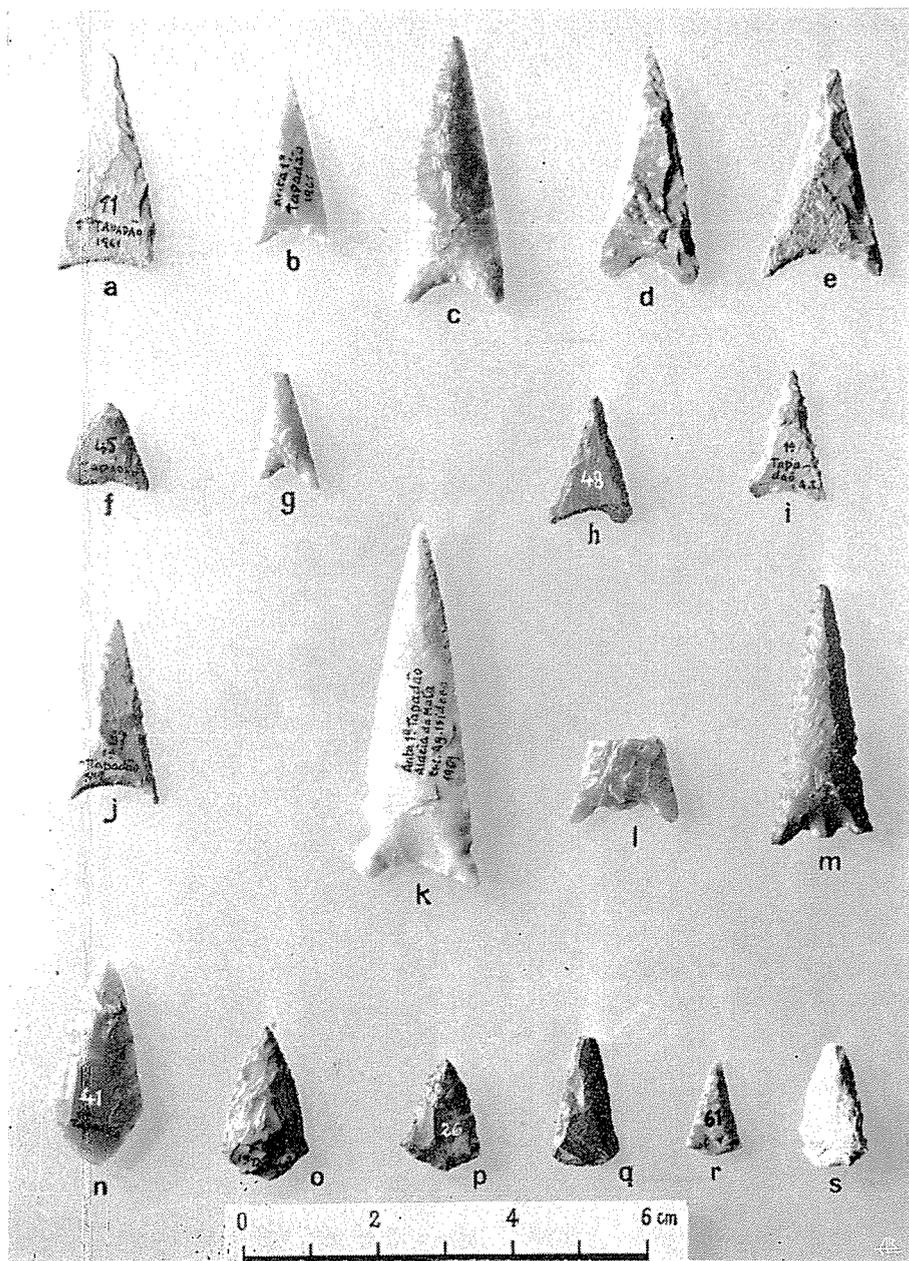


Fig. 9 — Algumas pontas de seta.

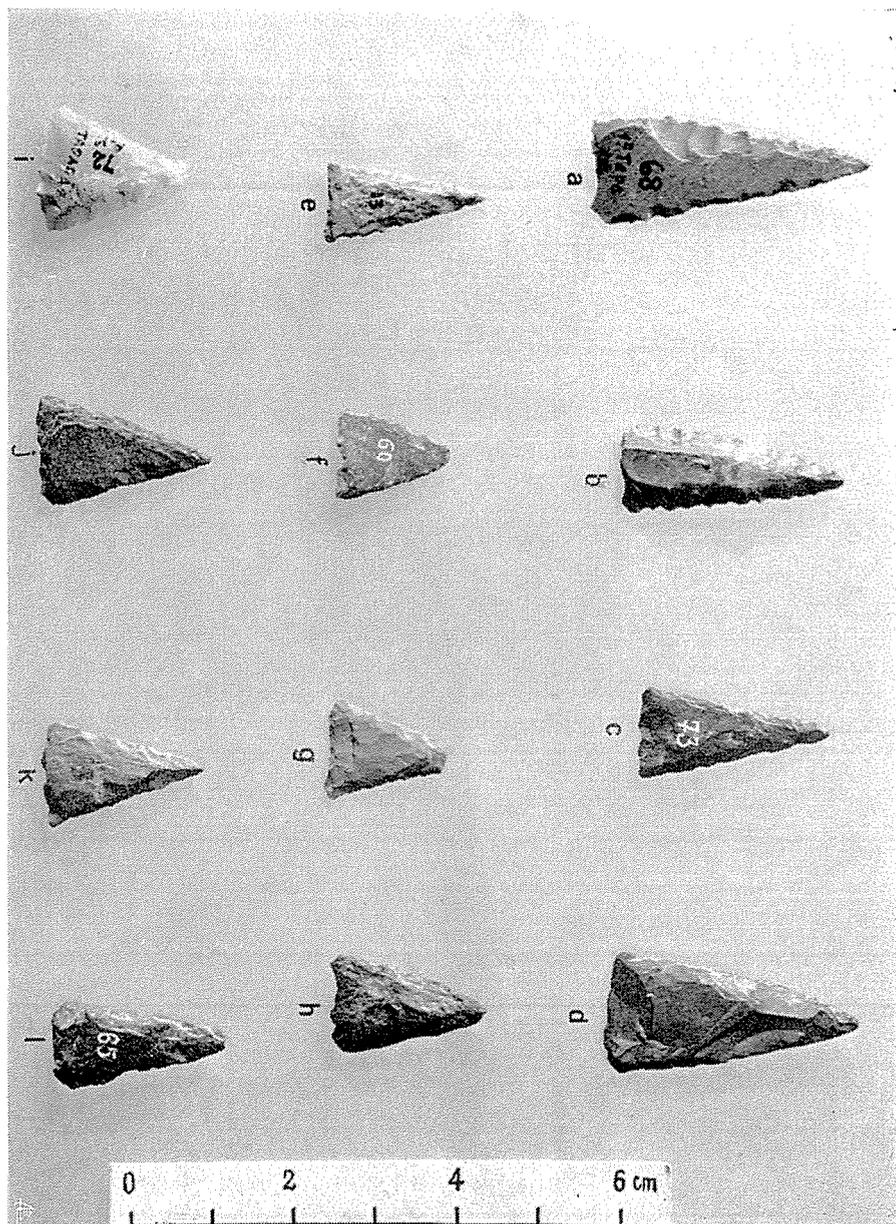


Fig. 10 — Algumas pontas de seta.



Fig. 11 — Placa-idolo.

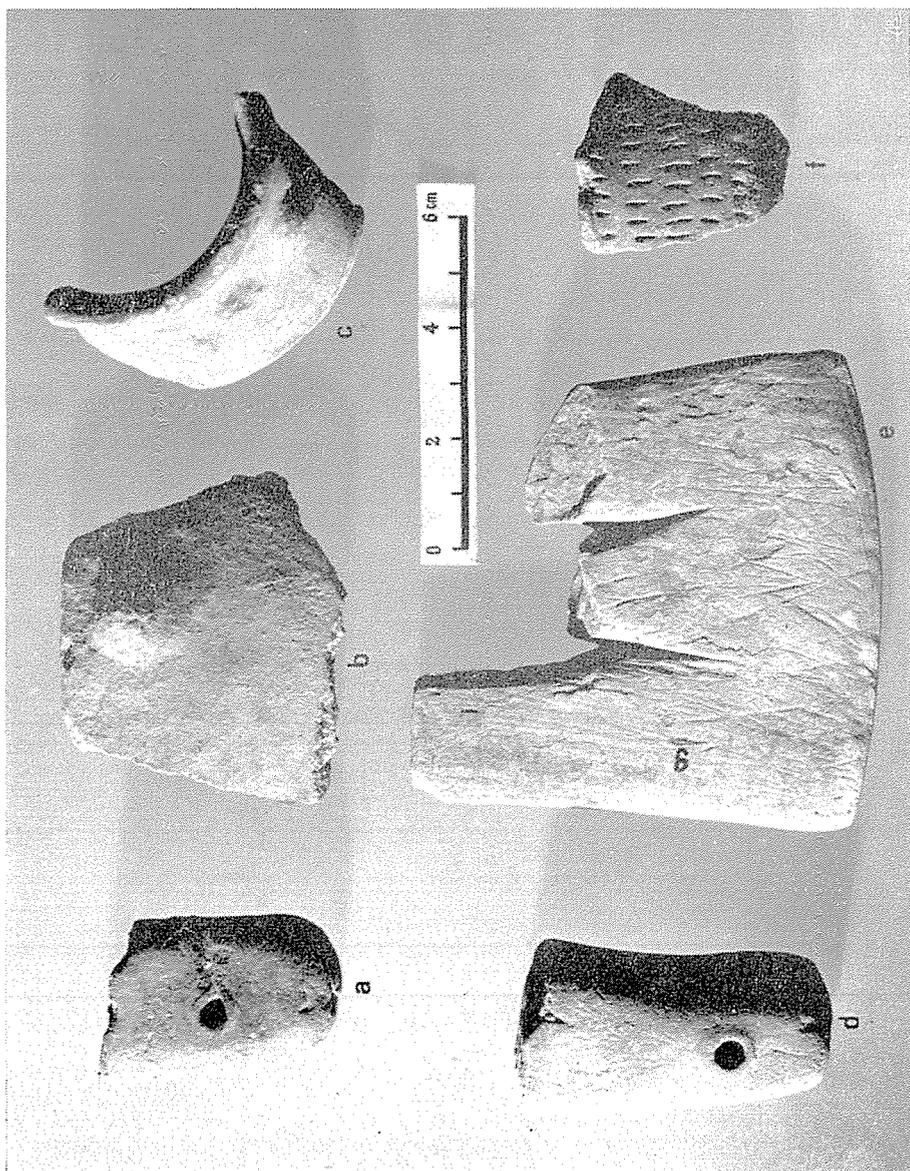


Fig. 12 — *a* e *d*, fragmentos de barro; *b* e *c*, fragmentos de cerâmica com formações mamilares; *e*, porção duma placa fenestrada e *f*, fragmento de cerâmica com incisões.



Fig. 13 — Cerâmica.



Fig. 15 — Anta do Couto dos Enchares tal qual a encontrámos.



Fig. 16 — Aspecto da escavação da anta do Couto dos Enchares.

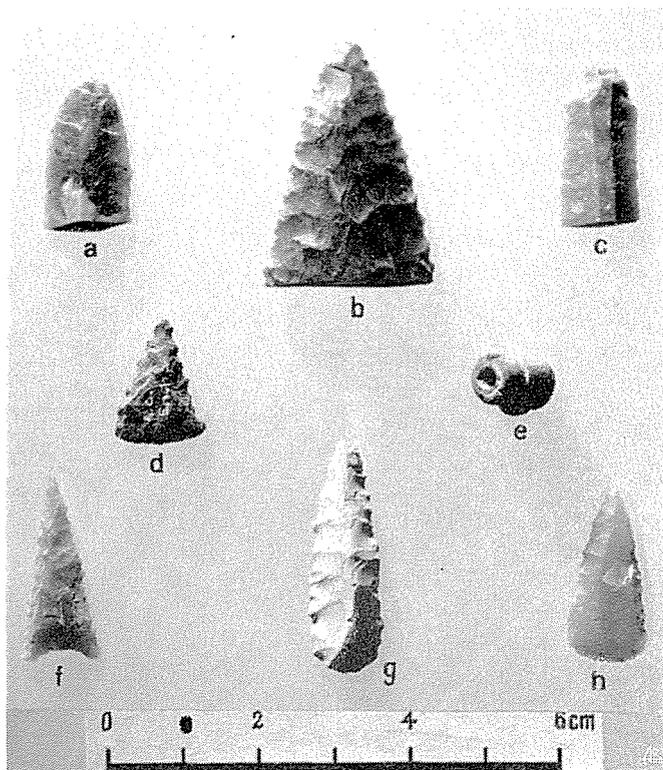


Fig. 17 — Uma conta e peças líticas da anta do Couto dos Enchares.

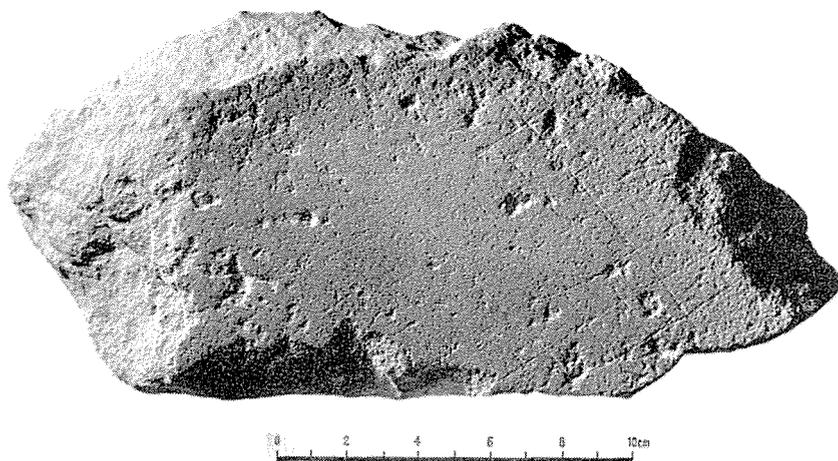


Fig. 18 — Notável fragmento de grés com o tracejado em xadrez.

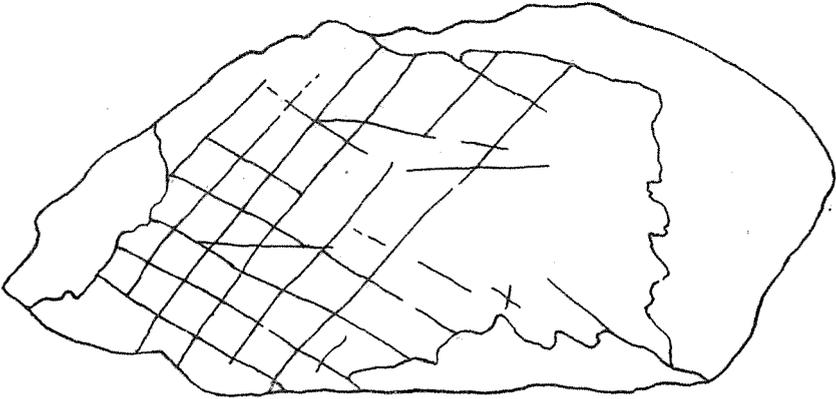




Fig. 19 — Placa-ídolo.

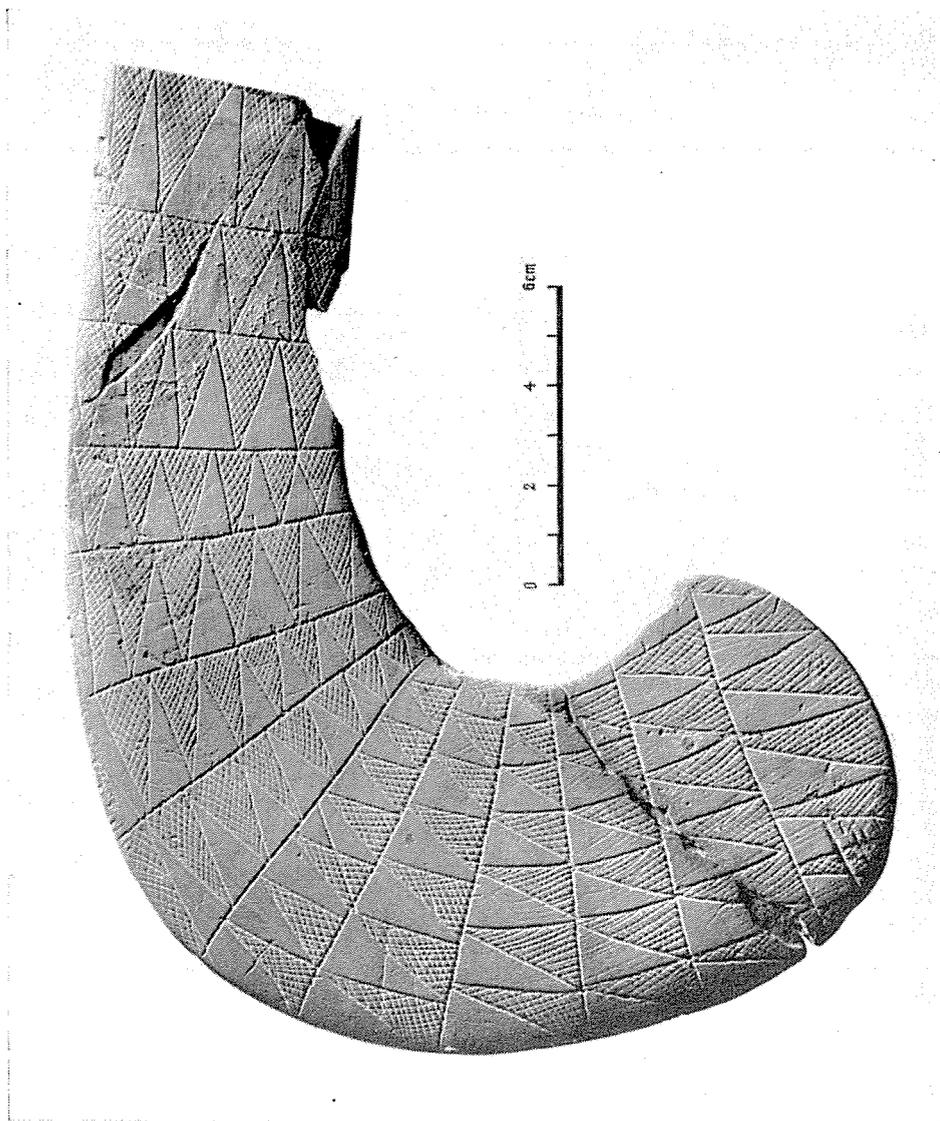


Fig. 20 — Báculo quase inteiro.

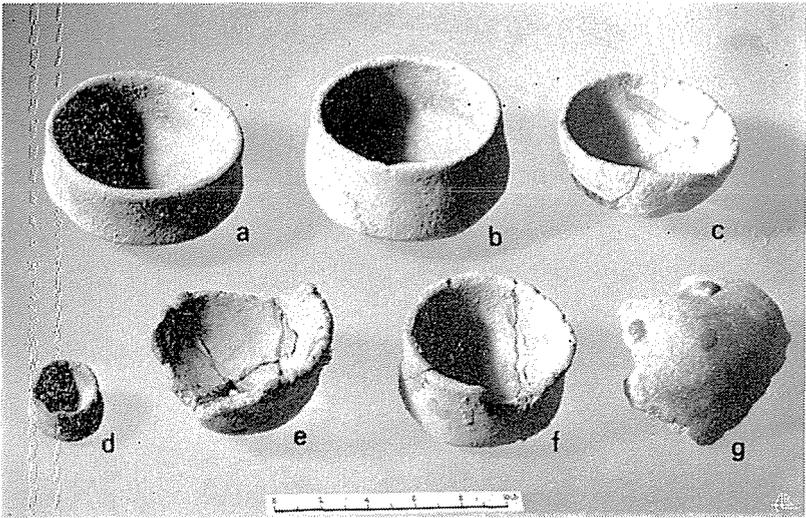


Fig. 21 — Cerâmica.

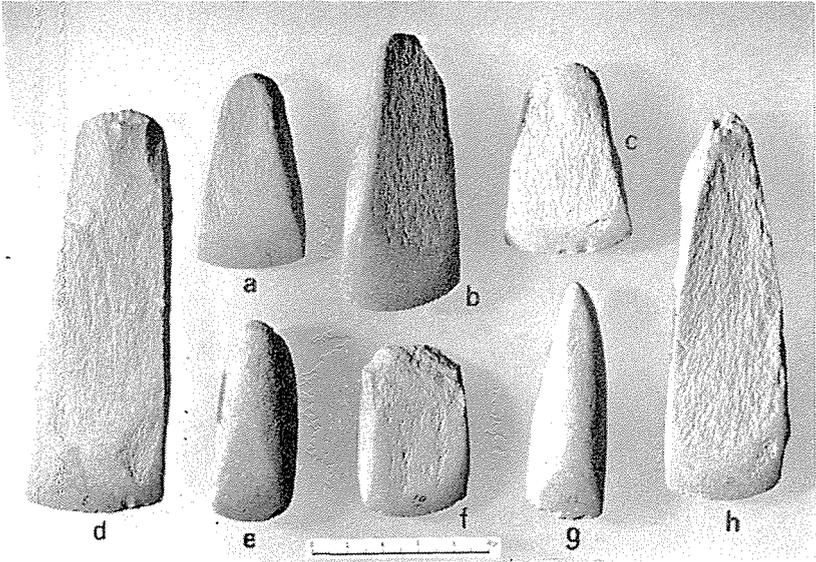


Fig. 22 — Alguns machados de pedra.



# Nossa Senhora na lírica popular

POR

Rebello Bonito

---

## I — Nossa Senhora nos cantos de romaria

O povo português canta quando trabalha, quando folga, quando cria o filho. Canta no campo, no terreiro e junto ao berço. E também canta nas romarias, aos Santos da sua devoção, ou no interior do templo quando se entrega a exercícios espirituais.

Os cânticos populares a Nossa Senhora ouvem-se como pura exteriorização de sentimentos devotos ou, então, no ambiente eclesiástico, sujeitos à disciplina canónica e orientação do celebrante. Há, pois, duas espécies de cânticos a Nossa Senhora, semelhantes entre si pela intenção mas diferindo pelo lugar e pela presença ou ausência do sacerdote. Uns são litúrgicos, outros profanos.

Os cantos dos romeiros obedecem, é certo, ao impulso da fé, mas o povo busca simultâneamente motivos de fruição e entrega-se ao prazer de passar um longo dia junto do Santuário, cumprindo suas promessas, rezando suas orações, comendo o seu farnel, vendo passar a procissão, bailando pela noite fora e recolhendo a casa, após o «fogo», ou no dia imediato — cansado, saciado de sensações e movimento.

Os cantos dos romeiros, porque outro é o lugar e diferente a disposição, porque diverge o cenário e a atitude religiosa, não

se assemelham aos cânticos dos fiéis nas cerimónias do culto. Aqui, tudo é disciplina e circunspecção. O repertório músico-poético denuncia mão hábil na aplicação das regras e ciência mais ou menos profunda na utilização dos temas de inspiração. Nos cantos de romaria, pelo contrário, tudo é simples e natural, por vezes ingénuo; e, quer os versos quer as solfas, têm a frescura das coisas que a Natureza cria e sem esforço dá, como que obedecendo, sem alarde nem canseiras, às leis do seu próprio destino.

Oromeiro faz vésperas.

*Nossa Senhora da Póvoa,  
Mandai sol, que vai chover;  
Que se molham os vestidos  
Dos fiéis que vos vêm ver (1).*

The musical score is written on five staves in a single system. It begins with a treble clef, a key signature of one flat (B-flat), and a 4/4 time signature. The melody is simple and folk-like, with some triplet markings. The lyrics are written below the notes, with hyphens indicating syllables that span across notes. The lyrics are: "Nos-sa Se--nho-ra da Póvoa — Nossa Senho-ra da Pó--voa Man-da sol que vai cho-ver — Man-da sol que vai cho--ver Que se mo-lhem os ves---tidos — Que se molhém os ves--ti-dos Dos fiéis que Vos vem ver Dos fiéis que Vos vem ver".

Grav.<sup>a</sup> 1 — «Nossa Senhora da Póvoa»

Prepara-se com o suficiente para despesas, enfarpela mulher e filhos, areja ele próprio o fato domingueiro e aí o temos a

(1) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II. Ver Grav.<sup>a</sup> 1.

consultar os astros, receoso de que o mau tempo lhe venha estragar o dia.

*Nossa Senhora do Carmo,  
À Vossa porta cheguei;  
Tantos anjos me acompanhem  
Como de voltas eu dei* (2).

The musical score is written on a single staff in treble clef, 4/4 time signature. It consists of five lines of music with lyrics underneath. The lyrics are: "Nos-sa Se---nho-ra do Car-mo Nos-sa Se---nho-ra do Car-mo À Vos-sa por---ta che-guei À Vos-sa por-ta che-guei Tan-tos An---jos m'acom-pa-nhem Tan-tos An---jos m'acom-pa-nhem Co---mo de vol-tas eu dei. Co mo de vol tas eu dei." The score includes various musical notations such as notes, rests, and bar lines.

Grav.<sup>a</sup> 2 — «Nossa Senhora do Carmo»

Tem sorte oromeiro. Abrem-se as nuvens e brilha o Sol.  
É já! E lá se vai a percorrer longos caminhos.

*Senhora do Almurtão,  
Para lá eu vou andando;  
Minha alma já lá está,  
Meu coração 'stá chegando* (3).

(2) Rodney Gallop, *Cantares do Povo Português*. Ver Grav.<sup>a</sup> 2.

(3) Eurico Sales Viana, *in* Secretariado Nacional de Informação e Turismo, *Monsanto*.

Os que ficam assistem ao longo desfile, inconsoláveis.

*Nossa Senhora das Preces,  
Para lá vai tanta gente...  
Também eu para lá fora,  
Senhora, de boa mente (4).*

Agora, o Sol é uma brasa. Os merendeiros pesam como chumbo. Despem-se casacos. Aperta a sede. Buscam-se as fontes.

*Nossa Senhora da Graça  
Tem água num cantarinho  
Para dar aos romeiros  
Quando vêm de caminho (5).*

A capelinha de Nossa Senhora alveja lá muito ao longe, a «meio da ladeira», ou posta à beira-mar, mirando as vagas.

<i>Ó Senhora Mãe dos Homens,</i>	<i>A Senhora da Saúde</i>
<i>'Stás a meio da ladeira,</i>	<i>Só ela pode brilhar;</i>
<i>Mais abaixo está Márcolos,</i>	<i>Tem a sua capelinha</i>
<i>Mais acima Salvaterra (6).</i>	<i>Levantada à beira-mar (7).</i>

Alcança-se a ermíndinha.

*Nossa Senhora da Póvoa,  
Já se acabou o cabeçaço;  
Mandai-me abrir a porta,  
Vos quero rezar um terço (8).*

(4) Rodney Gallop, *loc. cit.*

(5) Jaime Lopes Dias, *Beira Baixa*.

(6) Rodney Gallop, *loc. cit.* Ver Grav.<sup>a</sup> 3.

(7) César das Neves, *Cancioneiro de Músicas Populares*, II.

(8) Rodney Gallop, *loc. cit.*

Já mulheres se arrastam ao redor da capela, a cumprir sua promessa, rezando o terço.

*Ó Senhora Aparecida,  
Ó redor de Vós andei;  
Tantos anjos me acompanhem  
Como de voltas eu dei* (9).

The musical score is written on five staves. The first staff shows a treble clef, a key signature of one flat (B-flat), and a 3/4 time signature. The melody begins with a quarter rest, followed by a quarter note G4, a quarter note A4, and a quarter note B4. The lyrics are: 'Ó Se-nho-ra Mãe dos Ho---mens, 'Stá, a mei--o da la--dei-ra Mais a-bai-xo'stá. Már-co-los, Mais a-ci--ma Sal--va--ter-ra Ó Se-nho--ra Mãe dos Ho--mens, Eu hei-de lá ir Hei-d'ir pa-gar a pro-mes-sa D'o meu a--mor qu'rer cá vir

Grav.ª 3 — «Ó Senhora Mãe dos Homens»

A capela, muito branca, florida e perfumada, é como noiva no dia do seu casório.

*Ó Senhora da Saúde,  
A Vossa capela cheira;  
Cheira a cravos, cheira a rosas  
Mais a flor de laranjeira* (10).

(9) Armando Leça, in «Douro Litoral», 2.ª série, n.º IV.

(10) César das Neves, *loc. cit.*

Tudo limpinho. Brilha o trabalho da moça.

*Nossa Senhora da Póvoa,  
Quem Vos varreu a capela?  
Foi uma moça da Idanha  
C'um raminho de macela* <sup>(11)</sup>.

Entra o romeiro em bicos de pés, de olhos postos no altar.  
O da Senhora dos Aires é «à romana»...

*A Senhora dos Aires,  
Ao pé de Viana,  
Tem o seu altar  
Feito «à romana»* <sup>(12)</sup>.

Procura Nossa Senhora. Os olhos, mal afeitos à penumbra,  
não logram enxergar. Se há cortinas, pior.

*Nossa Senhora da Guia  
Tem as cortinas de seda  
Pra livrar do ar da neve  
Que vem da Serra da Estrela* <sup>(13)</sup>.

Agora já se distingue... Que bela, Nossa Senhora e o  
Menino!

*Não há Santa mais linda  
Do que a do Almortão;  
Tem seu Santíssimo Filho  
Do lado do coração* <sup>(14)</sup>.

---

(11) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

(12) Armando Leça, *Música Popular Portuguesa*.

(13) P.º Jaime Pinto Pereira, *Alegrias Populares*.

(14) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

Como enfeites, tudo fitas. Fitas grandes e pequenas, fitas largas e estreitas, fitas de todas as cores.

*Nossa Senhora da Guia,  
O Vosso altar tem fitas ;  
A Senhora do Desterro  
Manda-lhe muitas visitas (15).*

A Virgem resplendece.

*Nossa Senhora das Preces,  
O Vosso nome é Maria,  
Vossa saia de rosas,  
Vosso manto de alegrias (16).*

Que lindo será o novo manto de Nossa Senhora! Lá diz a quadra:

*Nossa Senhora da Guia  
Tem um manto a fazer,  
Cheio de pérolas de ouro.  
Muito lindo há-de ser! (17)*

O romeiro ajoelha, pouisa o chapéu, benze-se e principia a oração.

Em frente, atrás, todos rezam. Elas, as mulheres, de olhos em Nossa Senhora, formulam desejos.

*Nossa Senhora da Póvoa,  
Acudi a quem Vos chama,  
Acudi ao meu amor  
Que está doente de cama (18).*

---

(15) P.º Jaime Pinto Ferreira, *loc. cit.*

(16) P.º Jaime Pinto Ferreira, *loc. cit.*

(17) P.º Jaime Pinto Ferreira, *loc. cit.*

(18) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

Aquela, cujo homem foi à pesca do bacalhau, balbucia:

*Ó Senhora da Saúde,  
Sois pequenina e bem feita,  
Livrai os homens do mar,  
Dai-lhe a Vossa mão direita* <sup>(19)</sup>.

Ânsias de mãe:

*Senhora do Livramento  
Que estais no Vosso altar,  
Livrai o nosso António  
D'ir prá vida militar* <sup>(20)</sup>.

Anseios de donzela, de pensamentos similares:

*Senhora do Livramento,  
Livrai o meu namorado,  
Livrai-o, Senhora minha,  
Ai meu Jesus!  
Dessa vida de soldado* <sup>(21)</sup>.

Das paredes pendem *ex-votos*, testemunhando milagres. Mais um...

*Ó Senhora Aparecida,  
Vinde abaixo da ladeira,  
Vinde buscar a mortalha  
Que eu já tive à cabeceira* <sup>(22)</sup>.

---

(19) César das Neves, *Cancioneiro de Músicas Populares*, II.

(20) Gonçalo Sampaio, *Cancioneiro Minhoto*. Ver Grav.<sup>a</sup> 4.

(21) Pedro Fernandes Tomás, *Cantares do Povo*. Ver Grav.<sup>a</sup> 5.

(22) Armando Leça, in «Douro Litoral», 2.<sup>a</sup> série, n.º IV.

Se-nho-ra do Li-vra-men-to Qu'estais no vosso al-  
 tar Li-vrai o nos-so An-to-ni-o D'ir prá vi-da mi-li-  
 tar Livrai o nos-so An-tar Se-nho-ra do Li-vra-  
 mento Qu'estais na vossa vi-dra-ça Li vrai o nos-so An-  
 tó-ni-o De ter d'ir as-sentar pra-ça Li-vrai o nosso An-  
 pra-ça.

Grav.<sup>a</sup> 4 — «Senhora do Livramento»

Terminada a reza, levanta-se o romeiro. E o chapéu?

*Senhora das Necessidades,  
 Cá Vos fica o meu chapéu;  
 Mandai-mo de cá, Senhora,  
 Pelos anjinhos do Céu (23).*

Se-nho-ra do Li-vra-men-to Livrai o meu namo-  
 ra-do Li-vrai o Se-nho-ra mi-nha Ó meu Je-sus, ó  
 meu Je-sus Des-sa vi-da de sol-da-do Des-sa vida de sol-  
 da-do

Grav.<sup>a</sup> 5 — «Senhora do Livramento»

(23) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

Cada romeirinha, orada a prece, fica-se de olhos na Virgem. Não a vira desde o ano findo . . . Como ela é sempre jovem, sempre linda! Nossa Senhora é sempre igual, quer Lhe chamem das Preces, da Saúde, das Necessidades, da Aparecida, da Póvoa ou da Graça. Quando Lhe canta o povo, é do Seu nome que tira inspiração, usando do «dobre» e do «mozdobre» trovadorescos como artifícios poéticos.

*Nossa Senhora das Preces,  
Com preces venho aqui  
Venho-Vos contar, Senhora,  
As pressas em que me vi* <sup>(24)</sup>.

*Nossa Senhora da Graça,  
Dai graça a quem não a tem,  
Dai graças ao meu amor  
Pra que ele me queira bem* <sup>(25)</sup>.

*Nossa Senhora do Alívio,  
Já 'stou mais aliviada  
Com notícias do meu bem  
N'ũa cartinha fechada* <sup>(26)</sup>.

*Senhora das Necessidades,  
Necessidade me obriga;  
É tanta a minha desgraça  
Que Vos peço morte em vida* <sup>(27)</sup>.

---

<sup>(24)</sup> P.<sup>e</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

<sup>(25)</sup> Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

<sup>(26)</sup> Gonçalves Sampaio, *loc. cit.*

<sup>(27)</sup> Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

Nossa Senhora é mãe. É mãe das mães. Às mães fazem-se perguntas. Porque não fazê-las também à Virgem Maria? Bondosa como é, a todos responderá.

— *Nossa Senhora das Preces,  
Que dais a quem vos vem ver?  
— Dou-lhe água da minha fonte  
Se a quiserem beber* <sup>(28)</sup>.

— *Tu, Senhora Aparecida,  
Que dais aos Vossos romeiros?  
— Dou água da minha fonte,  
Sombra dos meus castanheiros* <sup>(29)</sup>.

— *Tu, Senhora Aparecida,  
Que dais a quem Vos vem ver?  
— Aos casados boa vida,  
Aos solteiros bom viver* <sup>(30)</sup>.

— *Nossa Senhora da Graça,  
Onde ides Vós de lenço?  
— Vou fazer uma visita  
À Senhora do Incenso* <sup>(31)</sup>.

— *Nossa Senhora da Graça,  
Onde ides Vós de véu?  
— Vou fazer uma visita  
À Senhora do Alto Céu* <sup>(32)</sup>.

---

(28) P.<sup>e</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

(29) César das Neves, *Cancioneiro de Músicas Populares*, 11.

(30) Armando Leça, in «Douro Litoral», série 2.<sup>a</sup>, n.º 14.

(31) e (32) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, 11.

— *Nossa Senhora da Póvoa,*  
*Que dais ao Vosso Menino?*  
 — *Pela manhã, papa doce,*  
*À noite, leite divino* <sup>(33)</sup>.

Parece impossível ao romeiro que não tenha Nossa Senhora alguns bens. Tanto ouro em cordões, tanto ouro em anéis, tanto ouro em arrecadas, na bandeja tantas notas e moedas!... Algures haverá, sua pertença, qualquer campito ou leira. Ah, que se ela quisesse...

*Nossa Senhora da Póvoa,*  
*Os Vossos vales têm trigo;*  
*Bem pudéreis Vós, Senhora,*  
*Tê-los de meias comigo* <sup>(34)</sup>.

Mas não, outros ajudarão, sem mira em lucros, só por devoção.

*Nossa Senhora da Graça*  
*Tem um jardim na Ribeira,*  
*Mandai-o regar, Senhora,*  
*Por uma moça solteira* <sup>(35)</sup>.

O romeiro, imbuído em pensamentos, não dá por que lhe puxam a véstia.

— Ó pai, venha daí!

---

<sup>(33)</sup> Rodney Gallop, *loc. cit.*

<sup>(34)</sup> Rodney Gallop, *loc. cit.*

<sup>(35)</sup> Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

O fedelho, mandado pela mãe, lembra as horas do farnel. Sim, são horas, que há muito deu meio-dia. Comer é lei da Natureza. Nem Nossa Senhora lhe foge!...

*Nossa Senhora da Póvoa,  
Dai-me do Vosso almoço,  
Dai-me daquela enguia  
Que anda em redor do pescoço* <sup>(36)</sup>.

Noutros tempos, assim era. Comia-se mesmo ali, por comodidade e sem irreverência, mas agora não. Há que procurar lugar sombrio e alfombrado, para dormirmos uma sesta.

The musical score is written on a single staff in G major (one sharp) and 6/8 time. It consists of five lines of music with lyrics underneath. The lyrics are: "Nos - sa - Se - nho - ra da Pó - -voa, Dai - me do vos - so al - - - - - mo - - - - - ço Dai - me do vos - so al - - - - - mo - - - - - ço Dai - me da - - que - la en - - gui - - - - a Que anda ao re - dor do po - - - - - ço Que anda ao redor do po - - - - - ço." The score includes various musical notations such as notes, rests, and bar lines.

Grav.<sup>a</sup> 6 — «Nossa Senhora da Póvoa»

\*

Tomba o Sol. Lampeja o poente em viva chama. Estraleja o foguetório.

— A procissão! Lá vem a procissão!

Oromeiro levanta-se estremunhado e abeira-se da estrada.

(36) Pedro Fernandes Tomás, *Velhas Canções e Romances Populares Portugueses*. Ver Grav.<sup>a</sup> 6.

Mais foguetes. Já se ouve a música. Avista-se o pendão.

*Nossa Senhora da Póvoa,  
Quem Vos deu o guião verde?  
Uma mocinha da raia,  
Duma doença que teve* <sup>(37)</sup>

Já também o andor se avista...

*Nossa Senhora da Graça,  
Ela lá em baixo vem  
C'o seu Menino ao colo,  
C'o cabelo ao desdém* <sup>(38)</sup>.

Passa a Irmandade, passam anjinhos, passam penitentes e passa também o andor da Virgem.

Oromeiro sente vagamente que algo existe superior à fama e à glória, à riqueza e ao prazer, às lutas e às ambições. É aquela sede de infinito, de bem-aventurança, que brota em si e o avassala com força indomável. A comunhão com o sobrenatural começa ali, ao passar a Senhora da sua devoção. E quando o pálido surge, abrigando o Santíssimo, não pode mais. Verga-se, verga-se e cai de joelhos.

À noite, com balões acesos e música no palanque, o baila-rico começa.

Há quem seja franco:

*Nossa Senhora da Granja,  
Bem me podeis perdoar;  
Vim à Vossa romaria  
Só para cantar e bailar* <sup>(39)</sup>.

---

(37) Rodney Gallop, *loc. cit.*

(38) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

(39) Jaime Lopes Dias, *loc. cit.*

Ora, para bailar tudo serve! Agora, Cupido é rei. Canta-se o amor. Já Nossa Senhora não é tema obrigatório. Eles e elas gostam de quadras livres, como esta da romaria a Nossa Senhora da Assunção:

*Ó meu amor, se tu fores,  
Escreve-me de caminho;  
Se não tiver's papel 'screve  
Nas asas dum passarinho (40).*

Na festa de Nossa Senhora da Encarnação, onde cai gente da Figueira, Lavos e Tavarede:

*Meu amor, se for's pró mar,  
Não me leves no cuidado;  
Deita-te à proa do barco,  
Dorme um sono descansado (41).*

Esta é da Senhora do Alívio:

*Suspiros, ais e dores,  
Magações e cuidados  
É o manjar dos amores  
Quando vivem separados (42).*

Os de mais longe foram-se, recolhida a procissão. Deitaram-se noite velha, invejando os bailadores. Afinal, podiam ter aproveitado, tal qual como os demais...

*Nossa Senhora da Assunção,  
Ai, Jesus, quem me lá dera...  
A culpa tive-a eu,  
'Stava bem, não me viera (43).*

---

(40) P.<sup>e</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

(41) Pedro Fernandes Tomás, *Cantares do Povo.*

(42) Gonçalo Sampaio, *loc. cit.*

(43) P.<sup>e</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

Quando canta nas romarias, o bom povo português dispõe de enorme variedade de motivos inspiradores, e usa duma quadra, duma cantiga para cada situação. Daí, a riqueza do repertório popular mariano. Há, habitualmente, canções a que os Franceses chamam de *passe-partout*, isto é, que se adaptam à Senhora daqui, dali e dacolá. Há, sobretudo, termos e frases de simpatia, ou porque soem melhor ou porque exprimam mais exactamente sentimentos comuns a todos as romeiros. Comparar Nossa Senhora a uma rosa é talvez, o lugar comum mais estimado. Chama-se «rosa» à Senhora da Lapinha e à Senhora da Granja; «rosa em botão» à Senhora da Póvoa; «rosinha branca» à Senhora das Necessidades; «rosinha branca» e «rosinha vermelha» à Senhora da Aparecida. «Linda rosa» diz-se da Senhora da Aparecida, da Senhora das Necessidades, da Senhora das Preces e da Senhora da Póvoa. A Senhora das Necessidades é também «boquinha de riso» e «maçã camoesa». A Senhora do Almurtão, «boquinha de coral verde». As Senhoras das Necessidades, Póvoa e da Saúde, «marinheiras» e «lindas marinheiras». Quanto aos estribilhos «Eu pró ano lá hei-de ir» e «Eu este ano lá hei-de ir», ouvem-se em canções das romarias da Senhora da Ourada, Senhora da Póvoa, Senhora da Saúde e Senhora da Aparecida <sup>(44)</sup>.

No acervo das canções marianas um tratado de corografia se contém. Há canções tópicas referidas a variadíssimas localidades, como Lisboa, Coimbra, Penamacor, Idanha, Proença, Portela, Lobjiga, etc.. A cidade de Lisboa figura na seguinte quadra:

*Senhora do Almurtão*  
*Procurei-a e não a achei,*  
*Tinha ido a Lisboa*  
*Visitar o nosso rei* <sup>(45)</sup>.

(44) Ver Grav.<sup>a</sup> 7.

(45) Eduardo A. Correia Lopes, *Cancioneirinho de Fozcoa*, Ver Grav.<sup>a</sup> 8.

Musical score for "Nossa Senhora da Ourada". It consists of three staves of music in 12/8 time. The lyrics are: "Nos-qa Se--nhora da Ou--ra--da Eu es- te ano lá . hei-d'ir Não vos hei-de le-var na--da . In- da vos hei-de pe---dir. —"

Grav.<sup>a</sup> 7 — «Nossa Senhora da Ourada»

As canções de romaria são directas, concentradas, isto é, apresentam-se despojadas de estribilho que desvie o sentido do significado da estrofe. Como excepção, citamos uma de dois estribilhos — um intercalado e outro terminal.

<i>De Buarcos à Figueira,</i>	<i>Lá vem o meu amorzinho,</i>
Lindo bem,	Lindo bem,
<i>Senhora da Encarnação,</i>	<i>Naquela embarcação.</i>
Vá devagarinho,	Vá devagarinho,
Vá e não vá só;	Vá e não vá só;
Vá devagarinho,	Vá devagarinho
Que levanta o pó.	Que levanta o pó <sup>(46)</sup> .

Musical score for "Senhora do Almutão". It consists of four staves of music in 12/8 time. The lyrics are: "Se-nho--ra do Al-mur-tão Pro--curei-a e não a- chei Pro--cu-rei e não a--chei Ti-nha i--do a Lis- bo--a Vi--si--tar o nos-so rei Vi--si--tar o nos-so rei"

Grav.<sup>a</sup> 8 — «Senhora do Almutão»

(46) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

Fumos patrióticos também delas se desprendem.

<i>Senhora do Almutão,</i>	<i>Nossa Senhora da Póvoa,</i>
<i>Minha tão linda arraiana,</i>	<i>Deitai os olhos ao chão ;</i>
<i>Voltai costas a Castela,</i>	<i>Dai forças aos Portugueses</i>
<i>Não queiras ser castelhana</i> <sup>(47)</sup> .	<i>Pra defender a Nação</i> <sup>(48)</sup> .

É digna de nota a influência dos sinos sobre a canção popular religiosa e não religiosa. É da Beira Baixa a seguinte canção profana de sentido onomatopaico:

<i>Ó dlim, ó dlim dim dim</i>	<i>Quando toca o sino</i>
<i>Ó dlim dim dim</i>	<i>Ó dlim dim dão</i>
<i>Ó dlim dim dão</i>	<i>O sino fino</i>
<i>Com dois guizos ao pescoço ;</i>	<i>Ó dlim dim dim,</i>

*Também toca o sino grosso*  
*Ó dlim dim dão* <sup>(49)</sup>.

O tema dos sinos, na canção mariana, depara-se-nos na quadra seguinte, dedicada a Nossa Senhora da Graça:

*Nossa Senhora da Graça,*  
*O Vosso sino não soa ;*  
*Virgem, se tendes dinheiro,*  
*Mandai-o vir de Lisboa* <sup>(50)</sup>.

---

(47) Pedro Fernandes Tomás, *Cantares do Povo*. Ver Grav.<sup>a</sup> 9.

(48) Jaime Lopes Dias, *loc. cit.*

(49) Pedro Fernandes Tomás, *Cantares do Povo*.

(50) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II.

Também na festa da Nossa Senhora da Póvoa os romeiros cantam :

*Nossa Senhora da Póvoa,  
Já cá vamos à Meimoa;  
Que terá o Vosso sino  
Que o Vosso sino não soa? <sup>(51)</sup>.*

*Nossa Senhora da Póvoa,  
Que tendeis no Vosso sino?  
Galo preto romano  
Que canta Verbum Divinum <sup>(52)</sup>.*

The musical score is written on a single staff in G major and 4/4 time. It begins with a treble clef and a key signature of one sharp (F#). The melody is characterized by a rhythmic pattern of eighth and sixteenth notes, with some triplets. The lyrics are written below the notes, with some words underlined. The score ends with a double bar line.

De Bu-ar-cos à Fi-guei--ra, Lindo bem  
Se--nho-ra da Encar-na--ção, Lindo bem Aii Vá de--vaga-  
ri---nho Aii Vá . e não vá só Vá de--va-ga-  
rinho Aii, que le--vanta o pó Vá de va-ga----ri-nho Aii,  
que le--vanta o pó

Grav.<sup>a</sup> 9 — «De Buarcos à Figueira»

A influência dos ritmos próprios dos sinos estende-se aos cânticos marianos no interior dos templos, como se infere duma Ave-Maria recolhida por César das Neves no Pinheiro da Bem-

<sup>(51)</sup> Jaime Lopes Dias, *loc. cit.*

<sup>(52)</sup> Rodney Gallop, *loc. cit.*

posta (Oliveira de Azeméis), em 1892, e publicada no seu *Cancioneiro de Músicas Populares* (III, 1898) (53).

10

A-ve, Ma--ri-a chei-a de gra-ça, o Se-

nhor é con-vos-co, ben-di-ta sois vós entre as mulheres, bendito é o

fru-to do vos-so ventre, Je--sus San-ta Ma--ri--a, Mãe de

Deus, ro-gai por nós, pe--ca--do-res, a-----go-ra e na

ho-ra da nos-sa mor-te. <sup>rall.</sup> A--men, Je sus.

Grav. 10 — «Ave, Maria»

## II — Os cânticos a Nossa Senhora no interior dos templos

A oração mais importante do mundo católico, depois do Padre-Nosso, é, sem dúvida, a Ave-Maria.

Todos muito bem sabem que a Ave-Maria é uma oração resultante da adição de textos verbais distintos: a saudação angélica («Ave, Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco»), a saudação de Santa Isabel («Bendita sois Vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre») e uma prece conclusiva, segundo a fórmula consagrada por S. Pio V («Santa Maria, mãe de Deus, etc.»).

Temos, então, desde já, que no plano da Ave-Maria entra uma dupla saudação e uma prece. Veremos, mais adiante, como esta distinção se reveste dalguma importância.

A mais antiga Ave-Maria popular do nosso conhecimento foi recolhida cerca do ano de 1880, na Ilha de S. Miguel. É a duas

(53) Ver Grav.<sup>a</sup> 10.

A-- ve Ma--- ri-a cheia de grã-----ça O Se-  
nhor é con---vos---co Ben--di-ta sois vós entre as mu-  
lhe---rés Ben-di-to é o fru-----to do vos-so  
ven-----tre Je---sus.

Grav.ª 11 — «Ave, Maria»

vozes e, por esta circunstância, rodeia-se de algum interesse. César das Neves compendiou-a, quinze anos mais tarde, no *Cancioneiro de Músicas Populares*.

O mesmo autor publicou uma outra, em 1893, a uma só voz, imbuída musicalmente de sabor romântico. Fora recolhida na Beira Alta.

Diversas Ave-Marias publicou Gonçalo Sampaio no seu *Cancioneiro Minhoto*, e todas polifónicas.

As duas aqui reproduzidas <sup>(54)</sup> foram recolhidas na Beira Baixa. A primeira é descansada, dotada de certa dolência. Ouvia-se

A-ve Ma--ri--a cheia de gra-ça O Se-  
nhor é convosco bendi--ta sois vós entre as mulher's ben-di-to é o  
fru-to do vosso ven-tre, Je-sus. San-ta Ma--ria, Mãe de Deus,  
ro-gai por nós, pe-ca--do--res, a--go-ra e na ho--ra da nossa  
mor-te, A men.

Grav.ª 12 — «Ave, Maria»

(54) Ver Grav.ªs 11 e 12.

nos Terços de Mação, pela madrugada, nos quatro primeiros Domingos da Quaresma. A segunda, também de Mação, era dada ao Domingo de Páscoa. Pressente-se nela, sem grande esforço, o badalar dos sinos. Ambas foram compendiadas por Francisco Serrano em *Romances e Canções Populares da Minha Terra*.

As Ave-Marias postas em música subordinam-se, em geral, ao texto do breviário romano, mas não tem sido sempre assim. Num motete do polifonista Josquin des Prés, que viveu por toda a segunda metade do século XV, a saudação de Santa Isabel, que se exprime em latim pelas palavras «Benedicta tu in mulieribus et benedictus ventris tui», aparece glosada do modo seguinte:

«Benedicta tu in mulieribus et benedictus ventris tui,  
Iesus Christus, Filius Dei vivi, et benedicta sint beata ubera  
quae lactaverunt regem regnum et Dominum nostrum».

Também Gil Vicente nos deixou uma paráfrase da saudação de Santa Isabel:

<i>Deus te salve, Maria,</i>	<i>Goza-te com alegria,</i>
<i>Cheia de graça graciosa,</i>	<i>Humana e divina rosa,</i>
<i>Dos pecadores abrigo.</i>	<i>Porque o Senhor é contigo.</i>

Parafraseando a Ave-Maria, canta o povo da Beira:

<i>Ave, Maria,</i>	<i>Deus Vos revestiu</i>
<i>Estrela do ar,</i>	<i>De virtudes tais</i>
<i>Mãe pura de quem</i>	<i>Que sois um prodígio,</i>
<i>Quis Deus encarnar.</i>	<i>Bendita sejais.</i>

*Tiveste o teu parto  
E virgem ficais ;  
Serás sempre virgem,  
Bendita sejais <sup>(55)</sup>.*

Esta paráfrase desenvolve-se ao longo de quinze quadras. A antífona mais importante, depois da Ave-Maria, é a Salve-Rainha, que deve a sua enorme popularidade à circunstância de a ter indigitado Leão XIII como oração obrigatória em todas as missas rezadas sem aparato solene. O seu plano é idêntico ao da Ave-Maria, isto é, consta de saudação e prece. Diz a saudação :

«Salve, Rainha, Mãe de misericórdia, vida, doçura, esperança nossa, salve».

A prece, por sua vez, pode resumir-se nos seguintes termos :

«A Vós bradamos, a Vós suspiramos gemendo e chorando; esses Vossos olhos misericordiosos a nós volvei e depois deste desterro nos mostrai a Jesus; rogai por nós para que sejamos dignos das promessas de Cristo».

Salve-Rainhas populares têm sido recolhidas um pouco por toda a parte. As do Minho apresentam-se dotadas de curioso recorte musical: o celebrante canta a solo — «Salve, Rainha, Mãe de misericórdia» — ao que o povo responde em coro polifónico: «Vida, doçura, esperança nossa». Volta o celebrante com o hemistíquio do versículo inicial e responde o coro com o segundo, seguindo-se sempre por esta ordem até final. É, assim, a regra observada na entonação das Antífonas, nas missas de féria e simplex.

---

(55) Francisco Serrano, *Romances e Canções Populares da Minha Terra*.

A Salve-Rainha reproduzida na Grav.<sup>a</sup> 13, influenciada pelo Responso de Santo António, e imbuída, toda ela, de sabor grego-

13

Sal--ve, Ra----inha, Mãe de Mi-s'ri-cór--dí--a,  
vi-da, do-qu...ra, es p'rança nos-sa, sal--vei A vós bra-  
da---mos os degre-da-dos filhos d'Eva A vós suspi-ra-  
mos ge-men-do e cho-ran-do nes-te val' de lá-gri-mas.Ei-a,  
pois,a--d(e)vo-ga-da nos----sa es-ses vossos o---lhos  
mi--se-ri-cor----diosos a nós vol--vei e de-fois deste des-  
ter-ro nos mos-trai a Je---sus. Bendi-to o fruto do vosso  
ventre O cle--men-t'ó pie-dó-s'ó do-ce, sem-pre  
Vir-gem Ma--ri ----a, ro---gal por nós, San-ta Mãe de  
De--us p'ra que seja-mos dignos das promessas de Cris-to,ã--men.

Grav.<sup>a</sup> 13 — «Salve, Rainha»

riano, foi recolhida na Ilha de S. Jorge, onde se cantava pelos fins do século passado. Compendiou-a César das Neves no *Cancioneiro de Músicas Populares* (III, 1898).

As paráfrases da Salve-Rainha, que também as há e já existiam em passados séculos, até já na Idade Média, inspiram-se ou

nas Antífonas da Festa da Imaculada Conceição ou nos versículos do próprio texto canónico. Pelo que respeita às Antífonas, citamos;

*Benedicta es, Virgo Maria,  
Trahe nos immaculata*

A título de exemplificação, aqui se reproduzem as três primeiras quadras duma glosa de Salve-Rainha que se cantava pelo Algarve, há cerca de 80 anos, com insistente repetição das palavras «Bendita sejas».

<i>Salve, doce amparo</i>	<i>Dai-nos Vossa bênção</i>
<i>Dos fracos mortais;</i>	<i>Pois Mãe Vos chamais</i>
<i>Rainha dos Anjos,</i>	<i>Da misericórdia,</i>
<i>Bendita sejas.</i>	<i>Bendita sejas.</i>

*Sois vida, doçura,  
Dos filhos que amais;  
Esperança nossa,  
Bendita sejas (56).*

A composição prossegue, neste estilo, por mais vinte e quatro quadras de redondilha menor.

A versificação cingida ao texto canónico é-nos apresentada no cancionero *Alegrias Populares*, do P.<sup>e</sup> Jaime Pinto Pereira, de Alvoco da Serra (Beira Alta), e é assim:

<i>Salve, Rainha Suprema,</i>	<i>Filhos de Eva, a Vós bradamos</i>
<i>Obra prima do Senhor,</i>	<i>Com fé viva e santo ardor</i>
<i>Virgem que deste aos povos</i>	<i>Nesse dia em que te fez grande</i>
<i>Do Universo o Redentor.</i>	<i>Do Universo o Redentor.</i>

---

(56) César das Neves, *Cancioneiro de Músicas Populares*, I, 1893.

<i>A nós voltei Vossos olhos</i>	<i>Doçura, esperança, nossa,</i>
<i>Com piedade e amor</i>	<i>Te saúdam com fervor</i>
<i>E por nós rogai, ó Virgem,</i>	<i>Quantos lá no limbo esperam</i>
<i>Do Universo o Redentor.</i>	<i>Do Universo o Redentor.</i>

E por aqui adiante vai prosseguindo a paráfrase, na qual a simpatia por um verso refranescos, qual «palavra perduda» da lírica trovadoresca, se manifesta na periódica repetição de *Do Universo o Redentor*.

No culto de Nossa Senhora usa o povo, além das Ave-Marias, Salve-Rainhas e respectivas paráfrases, formas poéticas de estilo livre, umas a que podemos chamar Hinos, outras Loas e outras Ofertórios. Exemplo de Hino poético:

<i>Grato é ver a aurora</i>	<i>É com ramos viçosos</i>
<i>Rasgar de noite o véu;</i>	<i>Ornemos Seu altar;</i>
<i>É mais bela a Senhora</i>	<i>Hinos harmoniosos</i>
<i>Que esse ornato do céu.</i>	<i>Vamos-lhe hoje cantar (57).</i>

O cântico de Alvoco da Serra, ali conhecido pela designação de «Cantai a Maria», é uma Loa, pois diz o coro referindo-se a Nossa Senhora:

*Cantemos, cantemos,  
Seu nome ressoe  
E o orbe lhe entoe  
Vozes de louvor (58).*

Outra Loa se pode considerar o cântico intitulado A «Virgem», compendiado pelo etnógrafo figueirense Pedro Fernandes Tomás e mais tarde pelo Rev. P.º Jaime Pinto Pereira mas com solfa diferente.

(57) P.º Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

(58) P.º Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

Eis as duas primeiras quadras, como se cantam em Alvoco da Serra, pelo mês de Maio:

<i>Ó Virgem amável,</i>	<i>Ó Vós, Maria,</i>
<i>Celeste Maria,</i>	<i>Louvores cantaremos</i>
<i>Nossa luz e guia,</i>	<i>Neste mês e dia</i>
<i>Nossa dita e amor.</i>	<i>Que Vos consagramos</i> <sup>(59)</sup> .

«Acolhe-nos, benéfica» é ainda um canto laudatório beirão.

<i>Acolhe-nos, benéfica,</i>	<i>Cheios de amor e júbilo,</i>
<i>Sob o refúgio santo</i>	<i>A Ti nos consagramos,</i>
<i>Do teu eterno manto,</i>	<i>Um canto entoamos,</i>
<i>Ó Mãe do Salvador.</i>	<i>Senhora, em Teu louvor</i> <sup>(60)</sup> .

Nos cantares de Alvoco da Serra há dois Ofertórios curiosos. No primeiro, a oferta é de rosas:

<i>De colher algumas flores</i>	<i>Quão grata me fora a vida</i>
<i>Dia nenhum deixarei;</i>	<i>Entre sarças espinhosas</i>
<i>Com elas a Vossa frente,</i>	<i>Se por Vós fossem aceites:</i>
<i>Virgem Santa, cingirei.</i>	<i>Delas brotariam rosas!</i> <sup>(61)</sup>

No segundo Ofertório, a doação é de amor:

*Ó Virgem, a quem Deus Padre  
Criou tão bela e tão pura,  
Que nem no Céu e na Terra  
Há outra igual criatura.*

---

(59) Pedro Fernandes Tomás, *Canções Portuguesas* e P.<sup>o</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

(60) P.<sup>o</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

(61) P.<sup>o</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

E responde o coro:

*Ó Maria consoladora,  
A Vós damos o nosso amor* <sup>(62)</sup>.

Os cantos a Nossa Senhora também revestem a forma de súplica. No Minho, recolheu Gonçalo Sampaio uma Jaculatória em que o fervor da prece se traduz por sucessivas repetições verbais.

*Ó Virgem Maria,           Salvai minha alma,  
Ó Virgem Maria,           Salvai minha alma,  
Maria e José,               Que ela Vossa é,  
Maria e José,               Que ela Vossa é* <sup>(63)</sup>.

É ainda de Alvoco da Serra a Jaculatória que principia pela quadra:

*Ó terna Mãe suplicante,  
A Jesus volvei o olhar;  
Oh dizei-me neste instante  
Como é triste meu penar!* <sup>(64)</sup>

Já vimos como os poetas marianos se comprazem em dar a um determinado verso a força de um estribilho. Essa tendência deu lugar a um certo número de composições em que o estribilho parece ser a preocupação fundamental. Uma dessas composições, com o estribilho inicial «Com minha mãe estarei», cantava-se no Norte do país, pelo mês de Maio, nas novenas da Conceição e outras dedicadas a Nossa Senhora <sup>(65)</sup>. Deste género, pode ainda citar-se «Ó Virgem dos Altos Céus», da Beira Baixa, e «Bendita

(62) P.<sup>e</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

(63) Gonçalo Sampaio, *loc. cit.*

(64) P.<sup>e</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.*

(65) César das Neves, *Cancioneiro de Músicas Populares*, II, 1895.

sejais», esta compendiada por César das Neves, em 1895 <sup>(66)</sup>, e por Pedro Fernandes Tomás, em 1913 <sup>(67)</sup>.

Gil Vicente dá testemunho da antiguidade deste artifício poético. Com efeito, no fecho do *Auto da Feira* depara-se-nos uma belíssima composição poética mariana dotada de refrão e delicioso sabor arcaico, pelo seu paralelismo estrófico. Funciona de estribilho o verso: «Virgem sagrada». Esta prática, que se tem mantido através dos tempos, representa, de certo modo, como já tivemos ocasião de dizer, a «palavra perdida» da lírica galaico-portuguesa. Canta-se no *Auto da Feira*:

*Blanca estais colorada,  
Virgem sagrada.*

<i>Em Belem villa de amor</i>	<i>Em Belem villa de amor</i>
<i>Da rosa nasceu a flor:</i>	<i>Nasceu a rosa do rosal:</i>
<i>Virgem sagrada.</i>	<i>Virgem sagrada.</i>

<i>Da rosa nasceu a flor,</i>	<i>Nasceu a rosa do rosal,</i>
<i>Para nosso salvador:</i>	<i>Deus e homem natural:</i>
<i>Virgem sagrada.</i>	<i>Virgem sagrada.</i>

Uma das mais lindas canções de estribilho, cantada pelo povo, mas de origem erudita, como, aliás, tantas outras, ouviu-se ainda hoje na freguesia de Alvoco da Serra. Inspirada e dotada de saboroso lirismo, é assim:

*A noite desce lenta e triste,  
Cobrem as sombras as serranias,  
Calam-se as aves, choram os ventos,  
Dizem os anjos: Ave, Maria.*

---

<sup>(66)</sup> César das Neves, *Cancioneiro de Músicas Populares*, II.

<sup>(67)</sup> Pedro Fernandes Tomás, *Velhas Canções e Romances Populares Portugueses*.

*Na torre estreita do pobre templo  
Ressoa o sino da freguesia;  
Abrem-se as flores, Vésper desperta,  
Cantam os anjos: Ave, Maria.*

*No tosco albergue dos seus maiores,  
Onde só reina paz e alegria,  
Entre o filhinho, o bom colono  
Repete às vezes: Ave, Maria.*

*E longe, longe, na velha estrada,  
Pára, e saudades da pátria envia;  
Romeiro exausto, que o céu contempla,  
E fala aos ermos: Ave, Maria.*

*Na soledade, sem pão nem água,  
Sem pouso e tenda, sem luz nem guia,  
Triste mendigo, que as preces busca,  
Curva-se e reza: Ave, Maria.*

*Só nas alcovas, nas salas dúbias,  
Nos longos meses de longa orgia,  
Não diz o ímpio, não diz o avaro,  
Não diz o ingrato: Ave, Maria <sup>(68)</sup>.*

No dia da Purificação de Nossa Senhora, canta-se na mesma freguesia de Alvoco da Serra uma espécie de romance sacro, relatando os transe por que passou a Virgem Maria durante a paixão e morte de Cristo. A melodia deste canto mariano vai reproduzida na Grav.<sup>a</sup> 15.

✱

Até ao momento, temo-nos ocupado quase exclusivamente dos textos literários, procurando relacioná-los entre si e com as

---

(68) P.<sup>e</sup> Jaime Pinto Pereira, *loc. cit.* Ver Grav.<sup>a</sup> 14.

A noi-te desce len-ta e triste Cobrem as  
 sô-m-bras a serra---ni--a Ca-lam-se as a-ves, cho--ram os  
 ven-tos, Di--zem os ven---tos A--ve, Ma--ri---a Na tor-re es-  
 treita do pobre templo Ressoa o si---no da fregue--si---a  
 Abrem-s'as flores Vesper des pon-tá Cãn-tam os An--jos  
 A---ve, Ma---ri---a.

Grav.<sup>a</sup> 14 — «A noite desce lenta e triste»

15  
 Cra--va-se a espa-da de dor No co-  
 ra-ção de Má---ri--a Quan-do o pro--fe---ta a-num-ci---a  
 A pai--xão do Re--den-tor.

Grav.<sup>a</sup> 15 — «Crava-se a espada de dor»

origens, pouco dizendo a respeito dos musicais. Pois agora vamos falar das solfas.

Os textos musicais que poderiam ter sido assinalados são, na sua maioria, banais. Os mais antigos traem sensibilidade romântica superficial e só os polifônicos têm a beleza que lhes advém do efeito harmónico produzido pelas vozes do coro. É assim no Norte do país.

Nestas condições, o valor estético não é de considerar, e nós vamos passar à análise de dois cânticos influenciados pelo gregoriano, o que lhes confere algum interesse. É o primeiro uma toada em que se alude ao milagre de Nossa Senhora da Nazaré, e a influência é da salmodia do 8.º Modo eclesiástico (69).

Se-nho-ra da Na-za-ré — Fez um mi-la-gre  
de re--pen-te Sus-te--ve o cá-va--lo em pé Na-que-la  
pe-dra pa-ten-te.

Grav.<sup>a</sup> 16 — «Senhora da Nazaré»

Denunciando influência gregoriana, quer na música quer no texto literário, temos o segundo cântico extraído do repertório mariano de Alvoco da Serra, tantas vezes citado ao longo das presentes considerações. A letra pode dividir-se em três secções, e cada secção é tradução mais ou menos livre de uma das antífonas que se cantam, com seu texto em latim, na Festa de Nossa Senhora da Conceição. Vejamos cada uma das secções.

Primeira secção :

Antífona — *Tota pulchra es Maria, et macula originalis non es in te.*

Tradução — Toda sois formosa, ó Maria, e não Vos manchou o pecado original.

Segunda secção :

Antífona — *Tu gloria Ierusalem, tu laetitia Israel, tu honorificencia populi nostri.*

Tradução — Vós sois a glória de Jerusalém, Vós sois a alegria de Israel, Vós sois a honra do nosso povo.

(69) Armando Leca, *Música Popular Portuguesa*. Ver Grav.<sup>a</sup> 16.

## Terceira secção :

Antífona — *Trahe nos, Virgo immaculata, post te curremus in odorem unguentorum tuorum.*

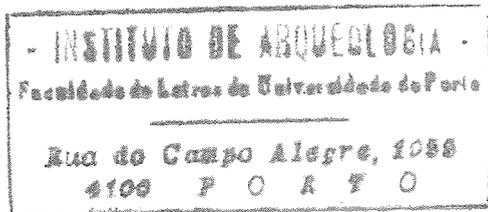
Tradução — Vós, advogada dos pescadores, ó Maria Virgem prudentíssima, rogai por nós a Nosso Senhor Jesus Cristo.

17

To-da soisformo-sa, ó Ma-ri--a To-da sois for-  
 mo-sa, ó Ma-ri-a E não Vos manchou o pe-ca-do o--ri--gi-  
 nal E não Vos manchou o pe-ca-do o--ri--gi nal. Vós sois  
 a glória de Je-ru--sa-lém. Vós sois a alegri--a d'Isra---el.  
 Vós sois a hon-ra do nos-so po-----vo. Vós sois a advo-ga-  
 da dos pe-ca--do--res. Ó Ma---ri-----a! Ó Ma---ri-----a!  
 Virgem pru-den--tis-si--ma , Mãe clemen--tis-si--ma , Ro-gai  
 por nós -- Inter-ce--dei por nós, A Nosso Se-nhor  
 Je-----sus Cris--to.

Grav.<sup>a</sup> 17 — «Toda sois formosa»

A Grav. 17 mostra-nos o cântico popular «Toda sois formosa», que se baseia musicalmente na melodia gregoriana da Antífona *Tota pulchra es*, acima especificada. É um dos mais belos trechos do repertório popular mariano.





# La « malla » en la comarca del Támega superior

POR

Jesus Taboada

---

La zona de este estudio comprende el partido judicial de Verin (Orense), formado por los ayuntamientos de Verin, Castrelo do Val, Cualedro, Laza, Monterrey, Oimbra, Riós y Vilardebós, con una extensión superficial de 1028,82 km<sup>2</sup>.

Limita al N. con el partido judicial de Allariz y Trives; al E. con el de Viana do Bolo; al O. con el de Xinzo de Limia y al S. con Portugal (Provincia de Traz-os-Montes).

Desde el punto de vista fisiográfico existe una radical diferencia morfológica entre la gran planicie aluvial del valle del Támega y las altas sierras y macizos de rocas antiguas que lo circundan. Esta obvia división topográfica da lugar a manifestaciones etnográficas diversas para cada zona. Montaña y valle prestan a la comarca una esencial dualidad caracteriológica.

El valle-el Partenón de los valles gallegos, le ha llamado Otero Pedrayo — es una vega rotunda, de realización clásica que continúa espléndida y eglógica en la región flaviense. Esta tierra, dice el informe del Conde de Guzmán, de fines del XVIII, Inspector General de Caminos y Canales de Navegación, *es la mejor de la provincia; de una fertilidad prodigiosa*, insiste otra información de 1813. Y así es en efecto. Sin más riego que toscos *cambones* o aparatos para sacar agua de pozos someros, en contraste con el sistema de irrigación fluvial de la colindante comarca portuguesa, su productividad es excelente.

El cultivo preponderante es la vid, que matiza el paisaje de primavera y verano, coadunándose con los de centeno, trigo, maíz, pradería y huerta, ésta con productos de estimadísima calidad, como tomates, pimientos, cebollas, espárragos, melones, sandías, patatas, remolacha, verduras, alcachofas, guisantes, zanahorias, etc.; frutas muy apreciadas en el mercado, tales: manzanas, peras, cerezas, higos, granadas, almendras, albaricoques, melocotones, paviás (variedad exquisita de pérsicos), ciruelas, castañas e incluso naranjas y limones. Hasta hace pocos años el cultivo olivarero tenía cierta importancia y aun siguen en uso algunas almazaras en Tamaguelos y Feces de Cima.

El marco orográfico de este valle está ornado de espléndidas y altas cumbres: Al N. los macizos de San Mamed, Queixa e Invernadeiro con cimas que sobrepasan los 1500 metros de altitud; al E. Pena Nofre (1294 m.), Portazón, Montebeloso, Fumaces; al S. Penas Libres y al O. la cumbre majestuosa del Larouco (1580 m.) Y como derrames de estas señeras montañas, alturas más modestas perfilan el valle: Fraga de Abedes, Pozo do Demo, Monte Mayor, los verdes relieves portugueses de Pradela, Soutulho, Wamba y Portela; el Ladairo, Laxes das Chás, montes de Flariz, Monte Ladrón y, finalmente, muy próximo y escueto, el alcor en que se asienta la acrópolis de Monterrey, que da también nombre al valle.

En contraste con la opulencia de la plana verinense y hasta la masiva repoblación forestal reciente, sólo tapizaban el austero panorama serrano los centenales, verdes o gualdos según la época, poco arbolado y algunas manchas pratenses. El centeno ha ido perdiendo terreno en la economía de la comarca, llegando el pan de trigo castellano a todas las aldeas. El cultivo es *á folla*, en rotación bienal con la patata. Estos frutos y la ganadería son las fuentes de riqueza de la montaña.

A pesar de constituir Verín, núcleo principal de la zona, una importante estación balnearia y tener el pueblo intenso tráfico

viajero en la red Vigo-Madrid — *lugar de gran passo*, le llamaba, ya en el XVI el Ldo Molina — se mantiene, etnográficamente, bastante puro, y hasta el año 1965 en que se redacta este trabajo he podido presenciar en la propia villa y pueblos próximos las faenas de la *malla* por el procedimiento tradicional, aunque sólo sean aquellas en las que no compensa el alquiler de la máquina. Por ello, únicamente toman parte dos o tres hombres de cada mano en lugar de los doce por banda que antes intervenían.

Sigue, en cambio, empleándose habitualmente el *mallo* para otros granuláceos, como en muchos lugares se hace con la *nabiña*, simiente del nabo, para separarla del *casullo* (= vaina). No es exacto, por consiguiente, lo que se ha afirmado de la desaparición en Galicia del látigo trillador (1).

Los datos proceden en su mayor parte de Verín y contiguo pueblo de Pazos en lo que al valle se refiere, y de S. Millán (Ayuntamiento de Cualedro) los de la montaña, estos últimos recogidos en Agosto de 1952, cuando allí realicé unas excavaciones arqueológicas en la *Cidá do Castro*. No obstante, existe casi plena identidad en el desarrollo de las faenas en una y otra zona.

### La «aira» y su preparación

Hasta la introducción de la máquina, en Verín, como en el resto de Galicia, se utilizó el *mallo* o látigo trillador, en castellano mayal o majadero.

El majar (del bajo lat, *malleare*) con el *mallo* (lat. *malleus*, mazo) tuvo largo uso no solo en Galicia sino también en todo el

---

(1) Valeriano Villanueva: «Agricultura», in *Geografía del Reino de Galicia*, 1.º Barcelona, s. a. p. 125.

norte peninsular y diversos pueblos de Europa <sup>(2)</sup>, en donde el mayal entraba aun hace poco en ritos vernaes de Baviera y la Austria Baja <sup>(3)</sup>.

En cuanto a la España septentrional el uso del *mallo* está acreditado con el nombre de *majador* en Aragón; *manal* en León (aquí al ástil se le llama *manueca* y al flagelo *porro*) y mayal en Navarra. Y la operación equivalente al gallego *mallar* tiene la misma voz, *mallar*, en Salamanca y *mayar* en las provincias de León <sup>(4)</sup> y Asturias. *Mallo* y *mallar* se corresponden en Portugal con *malho* y *malhar*.

En contraposición, otras zonas españolas han utilizado el trillo (lat. *tributum*, *i*, de *tero*) de uso ya en la Hispania de Varron <sup>(5)</sup>: . . . «*tribulo, id e tabula lapidibus aut ferro asperata, quae cum imposito auriga aut pondere grandi trahitur iumentis iunctis . . .*». Esta contraposición la expresa en el XVII Tirso de Molina, el gran escritor del Siglo de Oro español, en su obra «La Gallega Mari-Hernández» que tiene por escenario las regiones de Chaves, La Limia y esta tierra de Monterrey. Cuando don Alvaro se ofrece a manejar el trillo, el gallego Garcí-Hernández expresa con orgullo la modalidad de su tierra:

*Los gallegos al limpiallo,  
robustos juegan al mallo  
y menosprecian el trillo.*

(Act. II, esc. II)

---

<sup>(2)</sup> Jorge Dias: «Moullains portugais», *Rev. de Etnografía*, Vol. 6.º, p. 318; Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano: «Espigueiros portugueses», Porto, 1963, p. 224. En esta excelente obra pueden verse amplias referencias al mayal, p. 227 y ss.

<sup>(3)</sup> George Frazer: «La rama dorada», Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, Tercera Edición, 1956, p. 369.

<sup>(4)</sup> Martín Alonso: «Enciclopedia del Idioma», II, Madrid, 1958, pp. 2657, 2573, 2674, 2679 y 2750.

<sup>(5)</sup> *Rer. Rust.* I, 52, 1.

El espacio en que se verifica la *malla* se llama *aira*, siendo, en cambio, en Galicia su nombre usual *eira* y en alguna parte, como S. Salvador de Gujinde (Entrimo), *malleira*.

En la documentación aparece desde la Edad Media el *aira* como lugar en que se realizan actos de posesión con la entrega de objetos a ella pertenecientes (6) y en las *airas* comunales se hacen bailes los días de fiesta, según el cantar recuerda:

*Bailaches, bailaches,  
bailaches, bailei,  
na aira do crego  
que eu ben te mirei* (7).

Las *airas* son privadas o comunales; las primeras pueden ser, a su vez, de propiedad individual o de *herdeiros*, es decir, de varios coherederos, porque la *aira* no se parte, sino que queda *pro indiviso* para condominio de los legatarios.

En el grupo de las de propiedad particular están, también, aquellas *airas* construidas a expensas de varias personas y copartícipes en su disfrute, que continúa a sus herederos.

Las comunales son de propiedad colectiva. Para usarlas no existen reglas especiales; los vecinos, de común acuerdo o por práctica consuetudinaria, toman *la vez* y tienen la obligación de dejarla limpia al terminar la *malla*.

Las privadas pueden estar cercadas pero suelen prestarse sin remuneración alguna.

---

(6) Documentos medievales del Museo de Pontevedra, transcritos por Enrique Fernández Villamil y Alfredo García Alén, *Museo de Pontevedra*, N.º 11 p. 135 y N.º 22, p. 144.

(7) Y lo mismo en este otro, aunque no recogido en esta zona: «A muller de Malpocado-está bailando na eira-e Malpocado mirando-como a muller se peneira».

El piso es unas veces de suelo natural granítico, alisado, y con un reborde excavado; otras de pavimento pétreo construido ex-profeso, (en la fortaleza de Monterrey he visto utilizar el piso de una galería baja de arcaturas derruidas) y finalmente, de superficie térrea; éstas requieren la preparación que se indicará. Su forma habitual es la rectangular pero existen muchas de trazado irregular.

Se procura construir el *aira* en lugar próximo al poblado y, en muchas privadas, incluso lindando con la casa. También debe ubicarse en sitio escueto y desembarazado para que el viento sople al aventar el grano.

El *aira* de pavimento térreo precisa una preparación que se llama *facel-a aira*. Para ello se limpia el espacio de hierbas y piedras; se recoge *bosta* (= boñiga de ganado vacuno) fresca en las cuadras y se forma con ella un montón en el *aira*. Se le hace al montón una concavidad en lo alto y en ésta se vierte agua, mezclándola con la *bosta* hasta formar una pasta que se extiende sobre el piso de la era con una *basoira* o *bascullo* (= escoba) de higuera, *xesta* (= retama), etc, dejándola bien bruñida y tersa. Al secar, queda la superficie con textura lo suficientemente compacta y resistente para poder utilizarse. En algún sitio, en lugar del montón, se hace un hoyo cerca y en él se echa la *bosta* y agua (8).

### La acarrexa

En la siega las espigas se reúnen en *mollos* (= gavillas), formando pequeños almares que se denominan *medoucos*.

Quince o veinte días antes de la *malla*, y a veces en esta misma fecha, se realiza la *acarrexa* o *carrexa*, acarreo de los

(8) En ciertas comarcas gallegas se llama a esta pasta *paparruallo* y se extiende con una escoba de *silvarda* (= jusbarda), (Eladio Rodríguez: «Diccionario Enciclopédico gallego-castellano», Vigo, 1960, II, p. 572).

mollos a las *medas*, formadas por varios *medoucos* que se ubican en torno al *aira*, y en las que son comunales en sitio determinado consuetudinariamente para cada vecino. Tanto las *medas*, como después los *palleiros*, se hacen por *rondas* o capas concéntricas con la espiga radialmente hacía el centro; el número de *rondas* depende, naturalmente, del tamaño de la hacina.

Mientras están los *medoucos* en el campo de la siega, como luego en las *medas*, hay una persona que ahuyenta los pájaros para que no coman el grano, gritando de vez en cuando:

*Xote, xote, paxarolo*  
*que ehi ven o San Cibrau*  
*coa espiga na mau.*

### El mallo

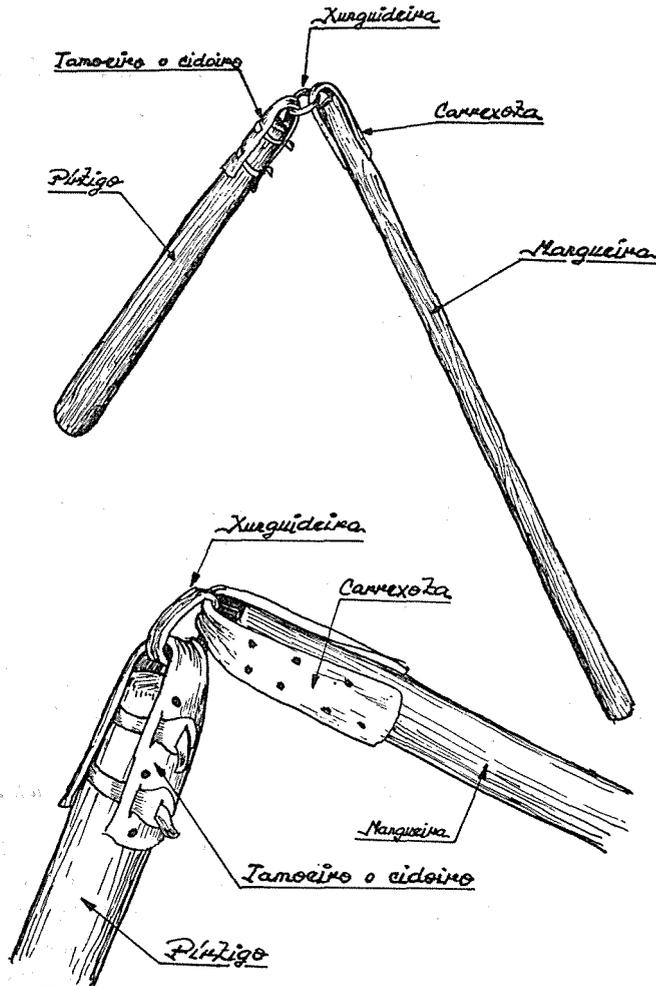
El instrumento para desgranar la espiga, ya queda dicho, se llama *mallo*. La nomenclatura de sus diversos elementos varia dentro del partido judicial y, según mis noticias, mucho más en el resto de Galicia <sup>(9)</sup>.

Consta de dos partes: la *mangueira* (= mango) y el *pértigo*, (del lat. *peritica*, cast. *pértiga*, palo, vara larga). El nombre de *mangueira* es casi único en nuestra zona <sup>(10)</sup> en donde se registra también en el límite septentrional del partido *moca* y *mouca*.

<sup>(9)</sup> Para sus comparaciones con Portugal en estos nombres y en el conjunto de las operaciones de la *malla* pueden verse los magníficos trabajos del Prof. J. R. dos Santos Júnior: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 1962; Idem: «Malha do cereal na Cardenha e coro dos malhadores» en colaboración con Maestro Afonso Valentim e P. António Mourinho, *Douro-Litoral*, N.º VII-VIII da Sexta Série... etc; Elísero Pinto: «Costumes do Concelho de Vila do Conde. O Malho», *Douro-Litoral*, VII-VIII da Octava Serie, Porto, 1958, etc.

<sup>(10)</sup> Lo mismo ocurre en Galicia. Hemos registrado, no obstante, *manle* en S. Salvador de Gujinde (Entrimo), *mangueiro*, *mango* y *rabo* (en sentido lato). *Manlle* se llama al mallo en algunas partes de la región.

El *pértigo*, que es el flagelo que golpea la mies, se nombra con las variantes *pértego*, por asimilación a la vocal tónica; *pírtego*,



El mallo y su nomenclatura.

con debilitación vocálica (el más vulgar) y *pírtego* con metátesis por permutación. Todos estos nombres conviven en la misma zona.

El tamaño de una y otra pieza varia dentro de ciertos límites; en el ejemplar que poseo mide la *mangueira* 1,31 m. de largo por 0,13 de grueso y el *pirtigo* 0,83 de largo y 0,17 de circunferencia.

La *mangueira* suele ser de castaño, fresno, sauce, retama o cualquier otra madera ligera; el *pirtigo*, ordinariamente de roble o negrillo. La primera tiene sección circular y el segundo circular en unas zonas y rectangular en otras.

La *mangueira* lleva una correa de cuero de buey sujeta con clavos y para ello, si el varal es cilindrico, se aplana. Su nombre es *carrexota*, *carraxota*, *carrachota*, *carrechota*, *carrachola*, *carraxeta* y *caraxeta*, este último nombre se registra en Soutochao (Vilardébós), en donde, en lugar de correa se emplea un cuerno de carnero fijado a la *mangueira* por clavos (11).

El *pirtigo* lleva, asimismo, otra correa, denominada *tamoeiro* (sin duda por influencia de la pieza de igual nombre del carro) en amplia zona del valle, y *cidoiro* en otros lugares de la comarca. Va sujeta con clavos pero, además, y por si se desgarrase, está provista de otra tira de cuero transversal que pasa por unos ojales del *tamoeiro* y encaja en una muesca del *pirtigo* (12). Enlaza los anillos de la *carrexota* y *tamoeiro* otra pieza de cuero llamada *xunguideira* o *xunguido* que cierra con un pasador de alambre (13).

---

(11) Inf. de Dionisio Alvarez, Soutochao (Vilardébós). Ninguno de estos términos figura en el *Diccionario...* de D. Eladio Rodríguez, que anota *casula*, *casulo* y *casuleira*.

(12) Además de estos nombres, el *Diccionario* antedicho recoge la variante de *pealla*.

(13) *Oncedoiro* y *encedoiro* se llaman en otras partes de la región. *Tramoide* y *xintura* nos comunicó, recogidos en Celanova, D. Clodomiro R. Prenta, a quien agradecemos su constante colaboración. Para Portugal, tanto para éste como para los otros términos, véanse los *op. cit.*

### La «xeira» y su desarrollo

Precede a la *xeira* o jornada de trabajo el llamamiento o solicitud de ayuda o *roga* que el patrón hace a los vecinos. Encaramado a lo alto de la *meda* o desde otro lugar eminente, como un árbol próximo, grita, haciendo altavoz con las manos:

*A aira, malladores !*

y acuden con los *mallos* propios cuantos deseen tomar parte en esta labor comunitaria, sin otra retribución que el trabajo *a mantidas* (= mantenidos), con comidas realmente pantagruélicas, y vino *a papo cheo* (= sin tasa).

Es tradicional que esta *axuda* sea *a mantidas* y con obligación recíproca de los participantes, aunque en otras faenas pueda ser *a secas* con igual correspondencia de los copartícipes. No obsta, en este caso, que se les diese una libra de pan y vino.

A las viudas o impedidos se les acostumbra a hacer el trabajo gratis, especialmente por parte de sus familiares. Sigue imperando esta cooperación vecinal, incluso en las *mallas* con máquina. Comunitarismo, por lo demás, que se observa en otras regiones agrícolas; en Asturias, por ejemplo, llaman *andecha* <sup>(14)</sup> lo que en Galicia es la *axuda* o *emparza*.

Cuando la mies es mucha, se hace una *malluca* o maja anticipada con el fin de comer *pan novo* en la maja grande. Se cogen unos manojos de centeno de la *meda* y en casa con un palo desgranar la mies y machacan luego rudimentariamente el grano para hacer la harina. Por analogía se llama, también *malluca* (así

---

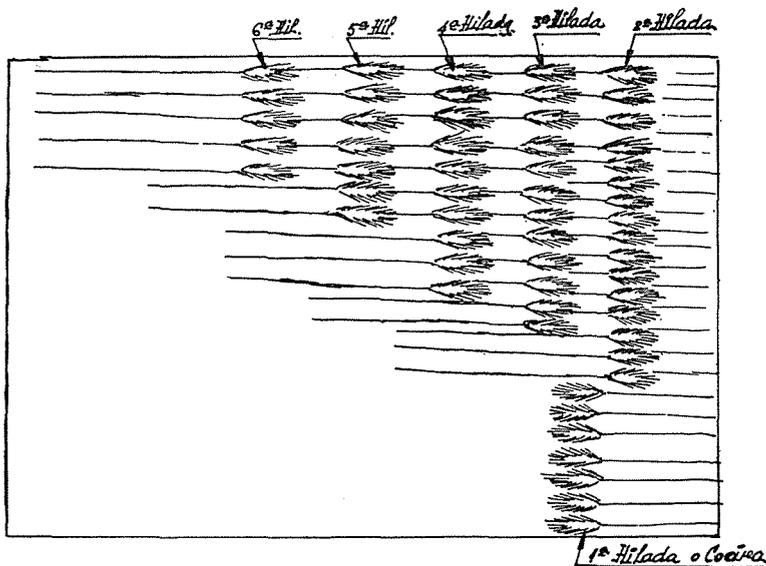
(14) «Contribución al Diccionario folklórico de Asturias-Ana-Animal», por Constantino Cabal, Oviedo, 1952, p. 83 y ss.

como *mallucar* el hacer una u otra *malluca*) a la vendimia temprana para tener vino nuevo en la vendimia grande.

He aquí las operaciones de que consta la *mallá*:

a) *Astrar*.

A mediados de Agosto comienzan las *mallas*. Sobre las nueve de la mañana se hace la *airada*, cuya operación recibe el nombre



Disposición esquemática de la *airada*.

de *astrar* o *estrar*. Acarreando los *mollos* de la *meda* se coloca la primeira hilada, denominada *coeira* o conviviendo con este nombre, también *cabeceira* en Soutochao (Vilardebós). Esta primera capa se extiende en un extremo de la era con las espigas hacia el centro y el *cañoto* (= tallo) hacia fuera.

En Soutochao (Vilardebós) la *coeira* o *cabeceira* está formada por los haces, sin desatar el *vencello* (= atadijo). Luego se superponen las restantes hileras con las espigas en posición contraria

a la *coeira* y a la distancia aproximada de una cuarta cada hilada. En consecuencia, sólo las espigas de la *coeira* descansan directamente sobre el suelo; las demás *carreiras* o *fiadas* se asientan sobre los *cañotos* de la inferior. La *coeira* es la última *fiada* que se maja.

Después de *astrar* se toma un taco de pan o bica centena y aguardiente. Mientras se consume este pisolabis, el sol calienta a mies (*messes sole caliente*, decía la *Elegía* de Tibulo) cosa necesaria para el fácil desgranamiento del cereal.

b) *Decruar*.

Los *malladores* se colocan en dos filas de igual número de hombres, frente a frente: *dereitos* y *zurdos*, según empuñen la *mangueira* con la mano derecha o izquierda más próxima a la *carrexota*.

Rítmicamente golpean con fuerza el *pértigo* sobre las espigas, avanzando los *dereitos* en primer lugar, y *ceando* (= retrocediendo) los *zurdos* y viceversa, previo desplazamiento hacia el interior de la era, cuando llegan a su extremo, y así una y otra vez hasta azotar todas las espigas de la *airada*.

Cuando *decrúan* o *entravesan* el comienzo o final de la era, el bando de *malladores* que le corresponde trabajar desde fuera del recinto no golpea sino que sostiene la mies con la *mangueira*, mientras el grupo de enfrente azota las espigas. Además, para que el grano no salte fuera de la era cuando se *mallá* en sus lindes, una mujer va a la par de los *malladores* con una sábana arrollada a un palo.

c) *Revolver*.

Terminada la *decrúa* (hay lugares en la comarca que se hace después de la *entravesa*, para una tercera vuelta, llamada *salpicadela*) *revólvese*, es decir, se voltea la mies para que quede en la parte superior la que antes estaba debajo.

d) *Entravesar*.

Después de esta operación comienza una segunda vuelta de los *malladores*, realizada de idéntica manera que la *decrúa*. Como queda dicho, es corriente (en Pazos así lo he presenciado) el realizar una tercera vuelta más ligera y suave, llamada *salpicadela*. En este caso no se da vuelta a la *airada* hasta después de la *entravesa* (15).

e) *La boura*.

Es una competición entre ambos bandos de *malladores* acerca de quien consigue batir con más fuerza y ruido o aventaja en rapidez a los contrarios. Las informaciones varían respecto al momento de realizar esta porfía. En unos lugares es en la *decrúa*, en otros en la *entravesa* y, finalmente, en alguno, como en Laza, se verifica al final, cuando se *malla* la *coeira*. Aquí, igual que en otras partes de la comarca, le llaman *aña*, que alude a los insultos que profieren los vencedores a los vencidos, diciéndoles que vayan *coa aña ó outono*, o *á codeira* o *á ovella* (= que vayan a pastorear la ovejilla a la hierba otoñal) desprecios indicativos de poca virilidad de los contrarios, que se toma muy a mal (16).

A veces se hacen apuestas entre dos pueblos cercanos sobre quien consiga batir con más fuerza y ruido o aventajar en rapidez a los contrarios. Las informaciones varían respecto al momento de realizar esta porfía. En unos lugares es en la *decrúa*; en otros en la *entravesa* y, finalmente oír la *boura* en uno u otro

---

(15) *Decruar* y *entravesar* también se llaman, respectivamente, a la primera arada antes de la siembra del centeno y a una segunda de través, para esponjar más la tierra.

(16) En otras partes de Galicia, al rezagado le dicen que lleve la *cocha* (Eugenio Carré Aldao: «Prácticas y costumbres» in *Geografía del Reino...*, 1.º, p. 732). Don Odilo Biempica (y ya veremos el interés de esta costumbre) nos dice que en Bande (Orense) hacían con paja la *aña*, figura de animal que los vencedores arrojaban despectivamente a los vencidos.

lugar. Y se ha llegado al ardid de enterrar ollas o potes en la era para que retumben más los golpes.

La pugna era reñidísima y el batir estruendoso. No sé hasta que punto será cierto el relato del informador de Madoz que cuenta en su *Diccionario* que cuando se majaba el centeno en una era en el lugar de Pena Foleche (Trives) el «sacudimiento enturbia tan extraordinariamente el agua de la fuente principal que se halla en el mismo sitio, a más de 200 varas de profundidad, que aquellas aguas no se pueden aplicar al consumo público durante varios días».

f) *Espallar*.

Después de la *entravesa*, o en su caso de la *salpicadela*, gritan los hombres estentóreamente:

*Mulleres, á aira!*

y como antes los *malladores*, concurren ahora cuantas mujeres deseen ayudar en las faenas subsiguientes.

*Espallar* consiste en sacudir los *mangados* (=brazadas) de la mies que ha quedado desgranada. Esta operación compete a las mujeres. La paja *espallada* se coloca al borde de la era y es recogida por uno o dos hombres en grandes haces, utilizando como *vencello*, sin atar, una retama o una cuerda y así llevada al *palleiro*.

Este es el momento de los *borcallós*, *brincas*, o *loitas* en la paja, entre hombres y mujeres u hombres solos; revolcones y pruebas de fuerza, estimulados por varoniles *aturuxos* o picantes incitaciones, si los que ruedan en la paja son personas de distinto sexo.

g) *Coañar*.

Y también *cuañar* o con prótesis *acoañar* y *acuañar*, consiste en *correr* (=juntar) con el *engazo* o *angazo* (=rastrillo con dientes de madera o hierro) el *coaño*, tamo o pajilla menuda del

cereal, operación que llaman, asimismo, *engazar*. Después, la pelusilla más menuda la barren con la *basoira* o *bascullo* de codeso; y, finalmente, con otra más suave de *xesta* limpian el grano de la broza más ligera.

Ha quedado levantada la *airada*, pero el grano permanece en la era hasta la última majadura que es cuando se amontona y recoge con el *rodo*, rastrillo en forma semicircular con la convexidad hacia el enmague, o con el *engazo* invertido (17). Por lo tanto se *astra* la nueva *airada* con el centeno debajo.

El número diario de *airadas* suele ser de dos o tres, y al final de cada una es obligación del dueño dar un *taco*, pequeño refrigerio-en algunos lugares bica centena-con vino a *papo cheo*.

#### h) *Apalleirar*.

Como se ha dicho en el apartado f), la paja, recogida en *mollos* grandes, se lleva al almiar, en donde uno o dos hombres, provistos de escalera de mano, confeccionan el *palleiro* en la forma indicada para la *meda*. La paja mejor se aparta para *colmar*, o sea para cubrir la cima del pajar. Las espigas se orientan hacia el centro, con lo cual, debido a su mayor volumen que el del *cañoto*, el *palleiro* va adquiriendo forma cónica. Además, la paja se escoge, poniendo en una parte del almiar la mejor para la cuadra o calles públicas, que ha de servir luego de *estrume*; cubrición de construcciones rústicas, etc, y en otra parte la más menuda (*coaño*) para alimento del ganado.

Terminado el *palleiro*, se pone la paja de la cubierta o *colma*, como protección de las aguas. Con el fin de que a esta cubierta no la levante el viento, se le coloca la *rodela*, anillo formado por

---

(17) El informador de Bande, cit. en la nota precedente, nos dice que en dicho pueblo clavan el *rodo* invertido en el montón del grano y compiten los *malladores* a saltar, poniendo las manos en el instrumento, sin pisar el cereal.

hacillos de paja atados con *vencellos* hasta la dimensión deseada. En el vértice del cono lleva el *curucho*, dos palos en cruz a los que se sujeta la *colma*.

Los *palleiros* se ubican cerca del *aira*.

i) *El pedro*.

Cuando faltan por *mallar* los cuatro últimos haces, sobre los que descansa la *meda*, que reciben el nombre de *pedro*, se lleva engañado a la era al dueño o dueña y se les sienta en las gavillas, cubriéndolos con una sábana. De allí no se les permite mover hasta que paguen la multa impuesta por el *palleireiro*, el hombre que confecciona el almiar. Consiste la multa, habitualmente, en vino, bica centena, huevos batidos con vino, tabaco para los hombres, etc. (18).

En la Xironda (Cualedro) sientan al dueño o dueña sobre la hacina con una gavilla haciéndole sombra. Si no paga la multa, venden lo que queda sin majar, pero antes dicen:

*Quén afianza ó home?*

Si algún presente responde del pago, dejan en libertad al dueño; si escapa lo persiguen y al atraparlo lo colocan a horcajadas del *mallo* y dicen:

*Suba o home hasta que pague* (19).

---

(18) Inf. de Pazos, La Pousa, Soutochao y Xironda. Don Nicolás Tenorio («La aldea gallega. Estudio de Derecho consuetudinario y economía popular», Cádiz, 1914, pp. 40 y ss.) entre otras interesantes noticias de la *mallá*, menciona esta costumbre: Prendían con el atadizo de la última gavilla a la dueña que procuraba ocultarse y habían de hallarla. Para soltarla estaba obligada a pagar las *mexudas*, rodajas de pan trigo rebozadas con huevo y fritas, rociadas con azúcar y canela envueltas en miel. Además, vino con miel y pan.

(19) Inf. del maestro nacional D. Juan Nóvoa, (Xironda).

En Feces de Abaixo introducen al dueño en una especie de hornacina o altarcillo, hecho con los últimos haces y piden el rescate en forma análoga a los casos anteriores <sup>(20)</sup>.

En Vilardebós, si el dueño es hombre, lo prenden las mujeres y, si es mujer, los hombres <sup>(21)</sup>.

j) *Aventar.*

Todavía el grano queda con el cascabillo, brizas, pezones o cabillos muy cortos que llaman *puxa* o *puxe* y que se aventan con el cribo o con el *peneiro*. La operación se denomina *aventar* o *alzar*. Los cribos son cedazos grandes con orificios y los *peneiros* sin ellos. Se levantan encima de la cabeza, dejando que la broza quede en el cribo, o vuela por la acción del viento, al vaciar lentamente el *peneiro*. Suele hacerse el mismo día de la *malla* o dos o tres después (Pazos) e incluso en alguna información (Cabreiroá) me dicen que se guardaba el grano con el *puxe*, porque se conservaba mejor. El aventamiento se realizaba en este caso al llevarlo al molino.

Al finalizar la *xeira* los *malladores* gritan con voz sonora, alargando mucho la última sílaba, en competencia por lograr el más potente y largo sonido :

*Acaboooooooouuuuuuuu !*

k) *Entullar.*

Una vez aventado el grano y antes de entrojarlo, se mide con un recipiente de madera, llamada *ferrado* o *tega*. Los graneros o silos reciben el nombre de *tullas*. Son depósitos de piedra (hoy de ladrillo) o madera con una boca en la parte superior para echar

<sup>(20)</sup> Inf. de D. Juan Vega Castro, (Feces de Abaixo).

<sup>(21)</sup> Inf. del escritor D. Silvio Santiago de Vilardebós.

el cereal y compuerta en la inferior para su vaciado. También se utilizan arcas de madera que se guardan en las casas.

La forma del *ferrado* es paralelepédica pero con una de sus caras menores en ángulo obtuso. Tiene un asa para su manejo. La parte superior, con el fin de mantener inalterables sus dimensiones, se recubre con guarnición de hojalata o hierro. Para medir se rasa con un palo cilíndrico. El peso del *ferrado* de centeno es de 12,50 kgs en el valle y 13 en la montaña. Cinco *ferrados* valen una *fanega* que es la medida usual de cálculo.

#### 1) *Las comidas.*

Se hacen cinco comidas, bastante copiosas, como corresponde a un trabajo duro, violento, de enorme esfuerzo físico y bajo un calor implacable: Son *parva* a las ocho de la mañana; *almorzo* a las diez; *xantar* a las 13; *merenda* a las 17 y *cea* alrededor de las 22 horas.

He aquí los respectivos *menús* que he presenciado en San Millán (Cualedro) el año 1952: *Parva*, habas compuestas y pan centeno; *almorzo*, patatas cocidas, bacalao crudo y tocino; *xantar*, caldo sazonado y jugoso, carnero guisado con patatas, tocino y pan; *merenda*, pimientos asados, bacalao y pan; y la *cea*, que suele ser la comida más abundante y copiosa, estuvo compuesta por cocido de garbanzos, piés y uñas de cerdo, carne con arroz y estofada, tocino, y como postre, fideos en dulce. El pan y el vino corren sin medida.

En la *parva* suele darse aguardiente, como en la *cea* no falta tampoco, así como licor café o cualquier otra bebida casera.

Según las informaciones de otros lugares, el carnero es plato típico, y muy común la *cachucha* del cerdo.

La jornada termina con *aturuxos*, cantos, *parrafeos*, desafíos, baile y lo más de las veces con borracheras.

### El simbolismo del ritual folklórico

Ya ha sido destacado por otros investigadores — entre los portugueses, pueden verse los trabajos atrás citados — el simbolismo que entrañan algunas de las tradiciones de la maja. Entre ellas conviene resaltar la *boura*, las *loitas* o *borcallós*, el *pedro* y quizá las comidas orgiásticas y el grito final, lento, casi patético con que se anuncia la terminación de la jornada.

Se ha insistido mucho sobre el valor exegético de la documentación folklórica. El gran arqueólogo Martins Sarmiento aseguraba con criterio cierto que «el pasado está más cerca de nosotros de lo que generalmente se piensa». Es indudable que los datos nos han llegado fragmentados y con reelaboraciones diversas. El ilustre etnólogo español Caro Baroja insiste con razón en esto; sobre *moldes muy viejos*, algunos de sus elementos *son de nuevo cuño*, pero el pasado, afirmaba Fustel de Coulanges, no muere nunca de todo para el hombre. Hay un estrato subyacente bajo los posteriores aluviones culturales.

La extensión en el tiempo y en el espacio de muchos de los ritos que aquí se mencionan merece consideración especial. Constituye una verdad etnológica que *toda tradición o costumbre geográficamente extensa acusa antigüedad*.

En el estado actual de la investigación puede rechazarse el panvegetacionismo de Mannhardt y Frazer. No existe un culto a la vegetación, como no existe un culto a la luna, ni al sol, ni al agua, ni a la piedra. . . , sino en cuanto se le presta como asiento de la divinidad.

Esto que afirman actualmente eminentes historiadores de las religiones fue ya vislumbrado por varios estudiosos anteriores <sup>(22)</sup>.

---

(22) Vid. p. e. Vereá de Aguiar: «Historia de Galicia», Ferrol, 1838, p. 133.

La tesis de Frazer es hoy francamente rechazada. No es posible admitir la «creencia en innumerables seres espirituales animando los fenómenos naturales o través de una jerarquía politeísta de dioses» (23).

Pero si es cierto que no hay un culto a la vegetación en sí, no obsta para que se le preste a la manifestación o fuerza sagrada que en ella reside.

La significación ritual de los últimos haces estriba en que «la última gavilla concentra en sí una fuerza sagrada propicia o nociva; los hombres disputan para quedársela o deshacerse de ella» (24).

La *boura* o competencia entre los malladores, encuentra aquí su interpretación. El espíritu del grano de Frazer (25)... «se gua-rece en la mies mientras puede, retrocediendo ante los segadores, atadores y trilladores en su faena». De lo cual procede la pugna por no quedar el postrero, por vencer en el certamen a los demás.

El majador vencido es como el vicario del espíritu del grano, elegido en la contienda, que en otro tiempo (recuérdese el mito de Lityerses) *estaba obligado a aceptar el mortal honor*.

Por eso, el realizar la *boura*, como se hace en Laza, cuando se maja la *coeira*, que son las últimas espigas que batan los *malladores*, está más cerca de lo significación primigenia del último haz, porque en las postreras espigas se repliega la fuerza sagrada, y el temor de enfrentarse con ella y destruir el poder confortante de la cosecha, fue lo que, en su origen, encendió el ardor de la contienda.

---

(23) E. O. James: «Los dioses del mundo antiguo» (Ediciones Guadarrama, Madrid, 1962, p. 81, rebatiendo a Frazer en *Worship of Nature*, Londres, 1926, p. 9 y ss.

(24) Mircea Eliade: «Tratado de Historia de las Religiones». Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1954, p. 318.

(25) *Op. cit.*, p. 500 y ss.

En este sentido resulta esclarecedor el muñeco — *aña* — que arrojan a los vencidos, según la información de Bande. Las encarnaciones animales del espíritu del grano, tan ampliamente descritas por Frazer, <sup>(26)</sup> aparecen también en Galicia, tanto en la referida costumbre de Bande como en el nombre de *raposa* que se da en muchas partes de nuestra región al último haz de la *meda*, que alude, como muy bien supuso Lorenzo <sup>(27)</sup> «a unha lénda, corrente nalgúns puntos de Galiza, asegún a que *o lobo que hai na malla vai no derradeiro feixe*».

\*  
\*      \*

Otra manifestación folklórica que entraña un viejo ritual agrario son las *loitas*, *brincas* o *borcallós* sobre la paja.

Risco pone en duda el que puedan ser supervivencia de una tradición determinada y recuerda, para la lucha de individuos de distinto sexo, la referencia de Ammiano Marcelino acerca de la fortaleza de las mujeres celtas, así como la lid entre Gunther y Brunhilda en los *Nibelungen* y la *Fensterl*, *noches de cortejo y prueba* de las jóvenes de la Selva Negra y Baviera <sup>(28)</sup>.

El análisis del material folklórico induce a sospecharlo así en las llamadas *ceibas* en Portugal, emparejamiento de mozos y mozas que dormían juntos en los almiarés durante los meses de mayo a octubre, cuya costumbre se registra igualmente en Ucrania y Rusia <sup>(29)</sup>. Pero las *loitas* sobre las pajas, en las *mallas*, parecen

<sup>(26)</sup> Id., pp. 509 y ss.

<sup>(27)</sup> Xaquín Lorenzo Fernández: «Historia de Galiza», II, Ed. Nos, Buenos Aires, 1962, p. 220.

<sup>(28)</sup> *Op. cit.* nota anterior, Vol. I, p. 551 y ss.

<sup>(29)</sup> Julio Caro Baroja: «Los pueblos de España», Barcelona, 1946, p. 320; Fernando Castelo-Branco: A *ceiba* assinalada em Portugal por Eça de Queiroz», Rev. de Guimarães, LXVII, p. 55 y ss.; Jorge Dias: «Río de Onor», Porto, 1953, p. 67 y ss. y Nota 110, etc. Quizá aluda a esta tradición el dicho *feito ó palleiro* con que se moteja a los hijos naturales en la comarca verzinense.

más bien reminiscencias de hierogamías sagradas; el desenfreno erótico, los excessos sexuales, tienen una constante expresión en la ritualidad agraria. Las cohabitaciones mágicas para estimular la cosecha han mostrado, desde antiguo, una honda significación palingenésica.

En el santuario anatólico de Yazilikaya se celebraban en primavera los ritos nupciales de la Diosa Madre y el Dios Joven. El décimo mes de Nisán había unas bodas sagradas en una cámara decorada con plantas verdes (*gigunu*), que se consumaban en uno de los pisos del *ziggurat* para el mantenimiento de la fertilidad; e igual hierogamia de rey y reinas aparece en las ceremonias culturales baálicas de Siria <sup>(30)</sup>. Prostitución sagrada en honor de la Anna caldea la verifican las hieródulas en las llamadas por los griegos fiestas *saceas*, para provocar la abundancia y fecundidad <sup>(31)</sup>.

En las *Antesterias* griegas tenía lugar un matrimonio sagrado entre el dios y la mujer del arconte de Atenas, como en el surco tres veces labrado se celebraba la unión de Deméter con Jason para engendrar a la hija de los granos o a Plutos <sup>(32)</sup>.

Frazer <sup>(33)</sup> aporta abundante documentación del folklore europeo moderno acerca de estas costumbres en diversos momentos representativos del drama agrario y Cabal <sup>(34)</sup> refiere cómo en Asturias mozos y mozas, que se llamaban *engarapillaos*, rodaban *en montón* al final de la *andecha*, y aporta documentación

<sup>(30)</sup> E. O. James: *Op. cit.*, pp. 109, 110, 168, 171 y 188.

<sup>(31)</sup> Alejandro Guichot: «Ciencia de la Mitología», Madrid, 1903, pp. 112 y 113.

<sup>(32)</sup> Dominik Josef Wölfel: «Las religiones de La Europa preindogermánica», B. A. C. I, Madrid, MCMLX, p. 350.

<sup>(33)</sup> *Op. cit.*, p. 173.

<sup>(34)</sup> «Contribución al Diccionario Folklórico de Asturias.-Ana-Animal», Oviedo, 1952, p. 95 y ss.

para considerar la costumbre como un rito mágico para estimular las cosechas.

Esta solidaridad entre sexualidad y fecundidad agraria «uno de los descubrimientos esenciales del hombre arcaico», fue inteligentemente estudiada por Mircea Eliade.

\*  
\*      \*

La prisión del dueño con el *pedro*, o último haz, y posterior rescate, a mi juicio, se enlaza con la *boura* como componentes de un mismo rito.

Frazer alude a estas costumbres de vieja estirpe, considerando que lo que hoy es una broma pesada a un compañero de cuadrilla *incluso al mismo amo*, fue en otro tiempo la *bárbara costumbre* de matar a un hombre en la parva. El granjero personifica el espíritu de la mies <sup>(35)</sup>.

Esta práctica con referencia a la siega (otro de los instantes clave del drama agrario) se localiza entre los bereberes: «la última gavilla debe quedar en pie en el centro del campo. Tan pronto como el *rey* [que es el dueño] se dispone a cortar esta *trenza* del campo es atado y debe pagar un rescate» <sup>(36)</sup>.

Parece, pues, claro que en este rito, como en la *boura*, hay degradación de un ceremonial arcaico con holocausto prístinamente real, cuando se establecía una ecuación entre la fuerza del cereal y su representante humano, dentro de la teoría primitiva de regenerar periódicamente la fuerza sagrada de la naturaleza.

---

<sup>(35)</sup> George Frazer: *Op. cit.*, p. 464, 489, 502, 503, 512, 513, con aportación de amplio material folklórico europeo.

<sup>(36)</sup> Dominik Josef Wölfel: *Op. cit.*, p. 494.

\*  
\*     \*

En el mismo sentido, quizá, deba considerarse el festín orgiástico con que se cierra la *malla* y las comidas excesivas que se hacen durante toda la jornada. La duda estriba en que en estas operaciones el trabajo es duro, penoso; el sol quema, fatiga y encandece; el cansancio agobia el cuerpo y no es extraño que se coma y beba copiosamente para reparar el agotamiento de tan tremendo esfuerzo.

Pero aun siendo arriesgado y muy discutible conferir tal relación genética, interesa subrayar el papel profícuo de la orgía en los rituales de la fecundidad. La orgía entra siempre en los ceremoniales de regeneración.

En otra parte <sup>(37)</sup> he indicado algunas tradiciones de esta clase que tienen lugar entre la expresiva liturgia del solsticio hiemal. «Los excesos cumplen un papel precioso y provechoso en la economía de lo sagrado», y la orgía «retrotrae al hombre a una condición agraria», ha expresado con razón Mircea Eliade.

La comida en común intenta, simpatéticamente, con la acumulación y derroche de ímpetu y vigor humanos, incrementar la fuerza de la cosecha.

Estos excesos durante la recolección están muy extendidos en el espacio y en el tiempo y se celebran «en medio de una atmósfera de licenciosidad general, de diversión y de relajación de todas las normas» <sup>(38)</sup>.

---

<sup>(37)</sup> Jesús Taboada: «La Navidad gallega y su ritualidad», Comunicación presentada al Congreso Internacional de Etnografía de Santo Tirso, 1963.

<sup>(38)</sup> E. O. James: *Op. cit.*, p. 186. Es muy abundante la bibliografía en que pueden recogerse estas orgías agrarias desde el mundo antiguo.

\*  
\*   \*  
\*

Finalmente, no sé si será demasiada fantasía relacionar el grito prolongado, doliente, dramático, *Acaboooouuuu!* con que rematan la maja con «el melancólico lamento de los segadores egipcios que hasta los tiempos romanos podía oírse año tras año resonando a través de los campos, anunciando la muerte del cereal, el prototipo rústico de Osiris» (39).

Frazer supone que no eran canciones, basándose en el análisis de los nombres de Manero y Linos, sino palabras pronunciadas a un ritmo lento, sonoro y prolongado, y aduce pruebas en apoyo de su opinión.

A cualquiera que haya oído resonar este alarido enfático, estremecido, en el silencio del crepúsculo aldeano le habrá dejado una impresión imborrable.

#### Paremiología de la «malla»

He aquí los refranes alusivos al tema que he recogido en la comarca:

- 1 O que nom arou non mallou.
- 2 Febreiro espadaleiro, nin boa meda nin bó palleiro.
- 3 En san Xoán recolle o pan, que na Santa Mariña na meda fai fariña.
- 4 Auga de San Xoán tolle o viño e non da pan; auga de Santa Mariña na meda fai fariña.

---

(39) Frazer: *Op. cit.*, p. 506. — Sobre el tema de esta tradición véase Julio Caro Baroja: *La significación del llamado canto de Lelo* in «Algunos mitos españoles. Ensayos de Mitología popular», Editora Nacional, Madrid, 1941, p. 161 ss.

- 5 Santa Mariña acarreixiña.
- 6 Home xornaleiro nin boa meda nin bó palleiro.
- 7 A aira non é nosa, malle nela quen queira.
- 8 A aira e a cociña sempre é miña.
- 9 Sol na aira e auga no lameiro non pode ser.
- 10 Quen non tén aira nin lagar cada ano seu pesar.
- 11 A aira cando a deixan; a moza cando comenza.
- 12 Xeitura pra segar e agosto pra mallar, trinta e ún han de levar.
- 13 O que malla no mes de agosto, malla ó són do seu rostro.
- 14 Agosto pasou e o que mallou, mallou.
- 15 Mallando, apréndese a mallar.
- 16 De palla ou palloeiro enche o palleiro.
- 17 Ano cogordeiro sinal de ruin palleiro.
- 18 Pallas ó palleiro e galiñas ó galiñeiro.
- 19 Vendima feita e palleiro cerrado botan fora ó criado.
- 20 Malla feita, palleiro cerrado, fora criado.
- 21 A tulla sin centeo é como lameiro sin rego.
- 22 Nin parir sin tempo, nin limpar sin vento <sup>(40)</sup>.

---

(40) Agradecemos a nuestro colaborador D. Luis Sabariz los dibujos que ilustran el texto así como las noticias que nos han proporcionado D. Juan Carballido, D. António Crespo y Don Luis Fuentes, de Pazos; Don Benjamín Diéguez de Vilamayor; Don Nicanor González de San Millán y el Maestro Nacional de la Xironda, Don Juan Nóvoa.



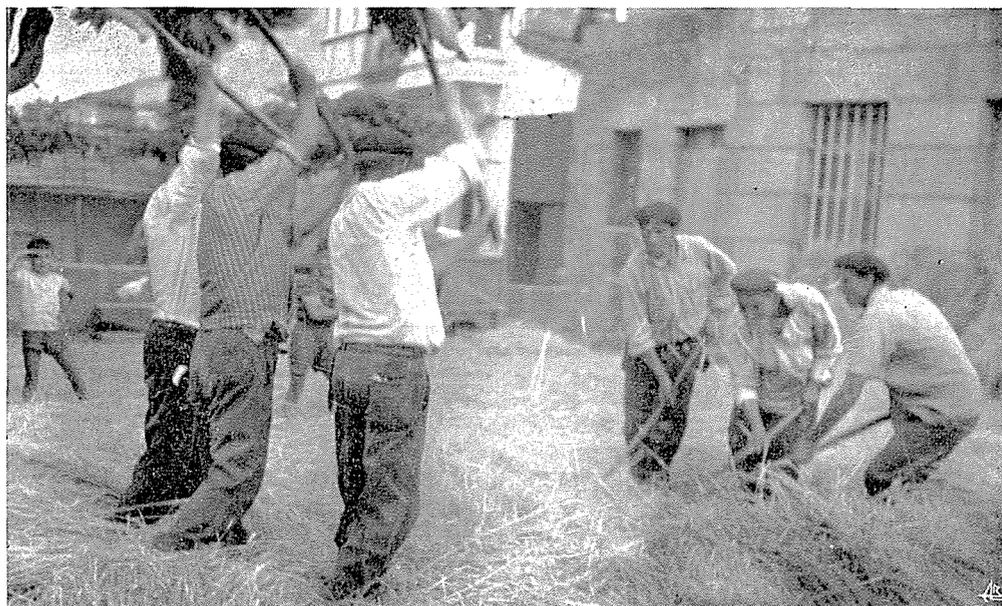
*Mujeres coañoando.*



*Operación de astrar.*



Operación de la *decría* o primera majadura.



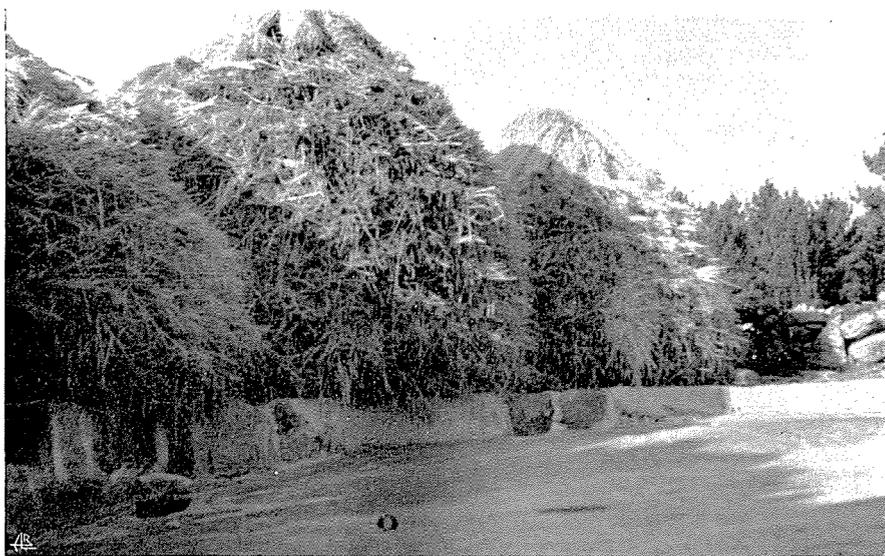
Los hombres efectúan la *entravesa* o segunda majadura.



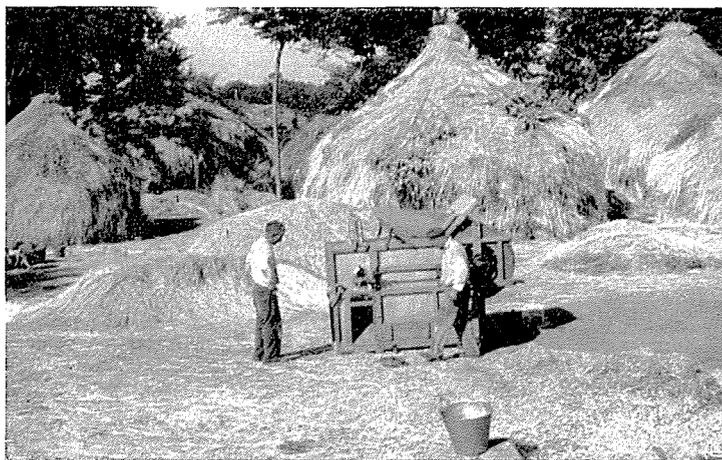
Las mujeres recogen los *mangados* para *espallar*.



Después de *astrar* queda la *aira* dispuesta para la *decrúa*.



*Aira de pavimento granítico con reborde lateral.*



*Máquina limpiadora, utilizada actualmente en lugar del *aventado*.*

# Dois «fornos do povo» em Trás-os-Montes

POR

J. R. dos Santos Júnior

Prof. de Antropologia da Universidade do Porto

Ainda se encontram em muitas aldeias de Trás-os-Montes coisas de tipo comunitário.

As *vezeiras* — ou seja o pastoreio à vez, em que a guarda é feita por um número restrito de pessoas, escolhidas em sucessão contínua entre todos os proprietários ou donos do gado a pastorear — as *vezeiras*, dizia, ainda existem nalgumas terras de Trás-os-Montes.

Este velho costume, de tão interessante organização económica congregante, vai desaparecendo, mercê de circunstâncias de vária ordem, às quais não é estranho um crescendo de personalismo individualista, com seu quê de egoísmo, que afrouxa, dia a dia, os laços que uniam fortemente todos os vizinhos do povoado pelo justo preceito de que a união faz a força.

Das manifestações comunitárias trasmontanas aquela que, seguramente, ainda se mantém em relativo florescimento é a do *forno de comum* ou *forno do povo*.

São muitas as aldeias onde há tais fornos. Se a aldeia é pequena um forno basta. Nas grandes aldeias pode haver mais.

Na quinta de S. Pedro, pequenina aldeia de 30 fogos anexa à freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro, um forno chega para as necessidades do povoado. É o que vamos estudar em primeiro lugar.

### O «forno do povo» da Quinta de S. Pedro

A casa do forno é térrea, de porta baixa, sem janela nem postigo, com telhado de uma água pendente para a frontaria. Não tem chaminé nem sequer uma telha de vidro. A única luz do forno é a que entra pela porta baixa ou a da fogueira quando arde o forno e mais alguma, bem pouca, que se escoo pela telha vã.

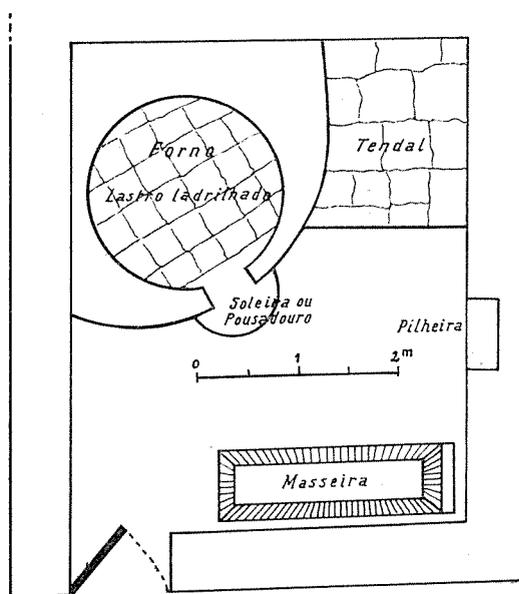


Fig. 1 — Planta esquemática do forno comunitário da Quinta de S. Pedro, freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro.

A porta baixa, apenas com 1<sup>m</sup>,55 de altura, tem 95 cm de largura, é de castanho e de *coucillos*, e velha de mais de 100 anos.

Logo à entrada, à direita da porta, está a grande masseira com 2<sup>m</sup>,10 de comprimento por 70 cm de largura e com uma profundidade de 24 cm.

Sobre a masseira hão-de assentar as *varas de peneirar* sobre as quais, por sua vez, deslizarão as duas peneiras que, em movi-

mentos relativamente suaves, ora se afastam ora se aproximam, embatendo-as a forneira num choque de conveniente intensidade de peneiração.

As *varas de peneirar* feitas de duas tiras de madeira, cada uma com 2<sup>m</sup>,50 de comprimento por 7 cm de largura, ligadas por duas travessas que as mantêm paralelas e distanciadas 26 cm uma da outra, lembram uma escadinha de dois degraus apenas. Após a peneiração as *varas de peneirar* penduram-se em dois paus de carrasco espetados na parede, ao lado da *pilheira*.

A *pilheira* é um vão aberto na parede, espécie de armarinho sem porta, onde se põe o alguidarinho ou malga com o fermento, a *rapadoura* e a *escovilha*.

A massa vultosa do forno ergue-se a 2<sup>m</sup>,85 da porta com sua boca quadrada de 47 cm de lado.

A boca do forno tem dos lados duas pedras de cantaria, os *marcos*, que assentam numa pedra de xisto, a *soleira* ou *pousadouro*, assim chamada por aí pousar a pá, quando recebe o pão que vai ser enfeitado.

A *troça* ou *torça* (dizem ora um ora outro destes nomes) é uma pedra, também de cantaria, que assenta nos marcos.

O forno é amplo, circular, com 1<sup>m</sup>,60 de diâmetro.

O pavimento ou *lastro* é lajeado a ladrilhos de tijolo.

Antes de assentar os ladrilhos há que se lhe *fazer a cama*; esta é feita com uma camada, bem batida, de *escouras* ou *borras de frágua*, depois uma camadinha de sal, cerca de 3 alqueires, e por último uma camada de bagaço de azeitona.

Se o forno não levar esta *cama* o ladrilho não aquece convenientemente e não *puxa o pão*, isto é, o pão não cresce, *fica amarrado*.

A boa têmpera dum forno depende muito desta *cama*; um forno bem temperado coze com menos lenha.

A cúpula abobadada que cobre o lastro, a *capela* (1), é feita de cacos de telha e barro.

Com pedra xistosa assente em barro foi feita toda a espessa parede e *coberto* de forno.

Uma pala formada por delgada pedra de xisto ressalta um pouco acima da boca do forno: é a *paranheira*.

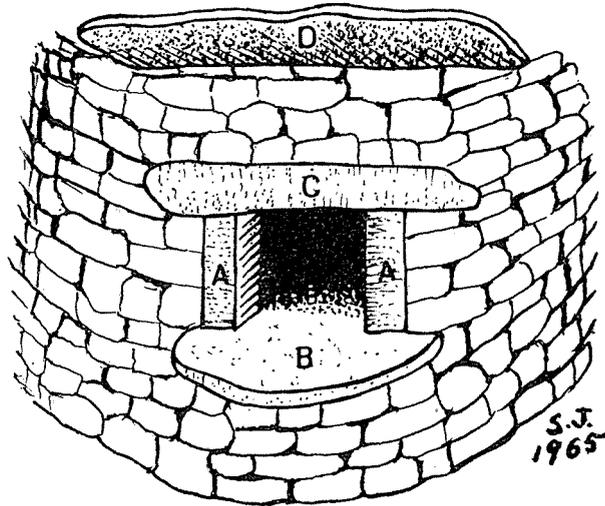


Fig. 2 — Forno da Quinta de S. Pedro.

AA — Marcos; B — Soleira ou pousadouro; C — Torça ou troça; D — Paranheira.

Ao lado do forno fica o *tendal*, bancada ladrilhada com lajes de xisto, onde se coloca o pão depois de *fingido* e ali fica a *dormir* em segunda levedura.

O instrumental para cozer o pão é simples. Além da masseira, das varas de peneirar e das peneiras, o *ranhadouro*, o *vas-*

(1) A *capela* ou tecto do forno pode ser baixa em abóbada, como era a do forno da Quinta de S. Pedro, ou pode ser *alta* e acuminada; chamam-lhe neste caso *capela em bico de azeiteira*.

*souro*, a pá de enfornar, a *rapadoura* (pequena pá de ferro) e a *escovilha*.

O *ranhadouro* é uma comprida vara que serve para ir espalhando a lenha a arder por todo o lastro e, quando o forno está suficientemente aquecido, para *ranhar* o lastro, espalhando, por todo, o brasido que ficou da lenha ardida. Quando ao *ranhar* o lastro se levantam chispas é sinal de que o forno tem a quentura conveniente.

Outro sinal é dado por uma pedra do lado da *capela*, pedra um pouco reentrante na parede, tomar a cor clara.

O *vassouro* é uma tosca vassoura feita por uma molhada de estevas, piorneira, ou giesta, espetada na ponta duma comprida vara.

Como o próprio nome indica serve para varrer o lastro do brasido ou borralho deixado pela lenha ardida. Este borralho é amontoado à entrada da boca do forno para manter um pouco a quentura e evitar que o forno descaia rapidamente, o que, a dar-se, não permitiria uma boa cozedura.

No verão usam fazer o vassouro com as *guias* das figueiras, *guias* ou rebentos que crescem ao toro das figueiras velhas.

A *pá*, que serve para enfornar e para tirar o pão, é uma pequena tábua rectangular pregada na ponta duma vara com cerca de 2<sup>m</sup>,50 de comprimento.

*Rapadoura* é uma pequena pá de ferro, de cabo curto, que serve para rapar a masseira e para cortar a massa ao fazer os *pães*.

A *escovilha* é uma vassourinha feita de barceio que serve para varrer a farinha na masseira.

### Regime de utilização do forno

As mulheres entendem-se umas com as outras e combinam, *à boa mente*, quando cada uma há-de cozer.

Quando uma mulher está a cozer a masseira fica livre depois do *fnagir* do pão, que é posto no tendal sobre um lençol estendido sobre uma manta, coberto com outro lençol e por cima outra manta.

Quando a masseira está livre a que coze a seguir traz o saco da farinha e põe-no na masseira.

É a marca da vez.

Já tem sucedido, embora raras vezes, que uma terceira mulher vem, tira o saco que lá estava a marcar vez, substitui-o pelo seu e dá início à faina da amassadura.

Claro que isto é um atropelo e origina discussão e ralhos.

Mas, por via de regra, como digo atrás, a sequência é feita em perfeito acordo, *à boa mente*.

Os homens muitas vezes trazem a lenha com que se há-de aquecer o forno. A lenha, quase sempre delgada, ramos finos de carrasco ou então lenha de piorneira, giesta e estevas é amontoada cá fora, *ao deslado* da porta do forno. Dali a vão colhendo às molhadas.

A água quente para amassar a farinha, por via de regra, vem já aquecida de casa, e, numa pequenina fogueira ou borralha, ao lado da masseira e à entrada da porta, é mantida na temperatura conveniente para a gradual junção à farinha no decorrer da amassadura.

Como complemento desta nótula sobre o forno comunitário da Quinta de S. Pedro, não julgo descabido descrever a amassadura, o *fnagir* e o enfornar.

### Amassadura

A farinha, tal como vem dos moinhos, é tirada do saco para as peneiras com um prato. Estas, embatendo uma de encontro à outra, por deslize sobre as *varas de peneirar*, vão separar o farelo, depois, utilizado para a *vianda* dos porcos ou para dar às *bestas*.

Em S. Pedro fazem só uma peneiração.

Mas já em Meirinhos, sede da freguesia, informaram-me que se fazem duas peneirações. Uma primeira peneiração com as duas peneiras, como em S. Pedro, para separar o farelo.

Porém como, com o embatê das duas peneiras, sempre salta, ou pode saltar, algum farelo para a farinha peneirada, voltam a passar esta farinha por uma peneira *rala*, a *escangadeira*, para tirar o tal farelo que porventura tenha caído. Esta segunda peneiração é rápida.

Algumas vezes, noutras terras, como por exemplo também em Meirinhos, peneira-se o farelo. Desta terceira peneiração sai o *carão* que se amassa e dá as *sêmeas* (1).

A farinha peneirada é arrumada na metade esquerda da masseira, ficando livre a outra metade onde se vai fazer a amassadura.

Nesta segunda metade põe-se uma porção de farinha com cova a meio, onde se deita o fermento desfeito numa pouca de água quente.

---

(1) Em Moncorvo, à farinha com algum farelo fino à mistura chamam *rolão*, é, digamos, uma farinha grossa com que também ali fazem as sêmeas.

O *rolão* é matéria basilar para as chouriças de sangue chamadas *morcelas*.

Junta-se mais água quente e inicia-se a amassadura (1) que prossegue incorporando à massa ora mais farinha ora mais água.

A massa obtida é posta num dos topos da masseira.

A fase final da amassadura é o *sóvo*, que consiste em tirar com a *rapadura* porções da massa do topo da masseira, massa a que vão incorporando farinha posta em montão a meio da masseira. A mulher para incorporar a farinha vai dando voltas à massa, enrola-a, ao mesmo tempo que, com as mãos, arrebanda um pouco de farinha do montão, para logo a *sovar* a punhos.

O *sóvo* é serviço um tanto violento que faz suar a bom suar.

Aliás é corrente dizer-se que o pão, para sair bom, tem que ser amassado com o suor da testa.

Depois de sovadas, as porções são postas num topo da masseira e ali *ficam a dormir coisa de 1 hora, até que a massa levede*.

As porções sovadas são arrumadas umas sobre as outras.

Em duas ou três das porções cimeiras fazem uma cruz com a mão em cutelo, ao mesmo tempo que dizem:

*S. Mamede te levede.*

*S. Vicente te acrescente.*

*S. João te faça bom pão.*

*E que tanto cresça esta massa,*

*Como Nossa Senhora tem de Graça.*

No final desta reza persignam-se, depois do que a massa é coberta com um lençol e por cima estende-se, bem aconchegada, uma manta. O pão não quer frio.

---

(1) É corrente a adivinha alusiva à masseira, à farinha, à massa e à amassadura, assim expressa:

*Dona preta está deitada*

*Dona branca está estendida,*

*Vou de cá c'os meus lavados*

*E enterro-lh'os até à barriga.*

Sobre a amassadura há ditos graciosos.

Assim, por exemplo, dizem que as velhas amassam o pão com as *nalgas*.

Quando o pão não *arregueifa*, isto é não cresce no forno e fica *assolapado* e oco por dentro, dizem que *lhe entrou a velha*.

Ao verem o pão *assolapado* dentro do forno, sem crescer ou *arregueifar*, a forneira lamenta-se e diz: *olha que musicada cá tenho hoje no forno*.

— Olhai se quereis ver, *saiu-me o pão músico*.

Nestes casos, em que o pão sai baixinho, também costumam dizer que tal pão foi amassado com as *nalgas*.

É corrente dizerem que quando as mulheres *andam ao forno* o diabo atenta-as sete vezes.

E as próprias mulheres a cada passo dizem: — *Hoje o diabo atentou-me sete vezes, por isso o pão não me saiu bô*.

### Fingir

É uma segunda sova da massa lêveda com incorporação de mais farinha sovada a punhos.

Depois fazem-se os pães e *vão a dormir* no tendal bem tapadinhos: por baixo uma manta em cima desta um lençol, e por cima dos pães outro lençol e outra manta.

De inverno aquecem-se os lençóis e as mantas antes de pôr o pão no tendal onde fica a dormir, em segunda levedura.

### Enfornar

Antes de começar a enfornar é habitual *varrer a capela* do forno, ao que chamam *tirar a aranha*. Com o vassouro varrem rapidamente a cúpula ou tecto do forno, manobra que justificaram

assim: — *É para tirar a bravura do forno, para que o pão não se queime.*

Muitas vezes são os homens que enfornam.

Com a pá pousada na pedra da soleira da boca do forno o homem espera que a mulher polvilhe a pá com farinha e nela coloque os pães que vai tirando do tendal; depois vai-os distribuindo pelo lastro do forno.

Enfornado o pão a mulher toma a pá, com ela faz cruces na boca do forno, e vai dizendo:

*Deus acrescente o pão no forno  
E a paz pelo mundo todo  
E a saúde em casa do seu dono.*

Em alguns casos ainda acrescentam como remate:

*Nosso Senhor te faça bom pão (1).*

Em seguida *arredulha-se* o lençol e a manta que cobriram o pão no tendal, isto para que o pão cresça e não fique colado aos ladrilhos, como algumas vezes sucede.

*Arrodilhar a roupa no tendal é um verdadeiro rito.*

Coze-se com a boca do forno aberta e na soleira um pouco de borralho.

---

(1) O Abade de Baçal, P.<sup>e</sup> Francisco Manuel Alves, no T. IX das suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Porto, 1934, págs. 338, publica a seguinte «Oração para depois de meter o pão no forno»:

*Cresça o pão no forno  
E a graça de Deus no mundo todo,  
Rezemos a S. Vicente que o acrescente,  
A S. Caetano que nos dê pão o ano todo,  
E à Virgem Maria primeiramente.  
Em louvor de Deus e da Virgem Maria  
Um Padre-Nosso e uma Avé-Maria.*

Pela parte de dentro deste borrarho costumam pôr umas pedras, para cortar o calor que irradia para dentro do forno, *p'ra que se não queime o pão.*

De quando em quando põem uma giestinha seca no borrarho da boca do forno para que esta, ardendo, permita observar o andamento inicial da cozedura.

*O pão está a ficar um pouco coradinho.*

E logo acrescentam: *Quem tem cor tem saúde.*

No final é que, às vezes, se tapa um pouco a boca do forno e apenas durante uns minutos para o pão ganhar mais côdea.

Assisti a uma cozedura. A forneira, depois do enfornar e de uma ou duas espreitadelas, voltou-se de costas para o forno e o mesmo fizeram as duas pessoas presentes. É que, disseram, *o pão no forno não gosta de ser muito visto. Estando a gente a olhar p'ra ele não cresce tanto o pão.*

Esta fornada a que assisti foi de 12 pães, 3 *bolinhas* e outras tantas *bólas de azeite*.

Registe-se que «não é bom contar o pão quando está no forno». Outro rito.

Vi ainda atirarem algumas batatas para dentro do forno para assar. Esmagadas e temperadas com um pouco de sal e vinagre são deliciosas, como tive ensejo de apreciar.

O pão demora a cozer cerca de uma hora.

Quando se lhe afigura que o pão estará cozido tiram com a pá um dos pães e, segurando-o entre as mãos, batem-lhe na parte de baixo com a palma da mão. Se o som que se colhe é «*atamborado*» dizem que faz *pom, pom* e é sinal de cozido. *Faz pom, pom, já está bom pão.*

Quando o pão sai ruim dizem que foi amassado por uma velha com as nalgas.

É frequente a forneira dizer às pessoas que entram no forno: «Virai-lhe as costas p'ra que cresça o pão no forno».

Se por baixo, *no só*, o pão apanha umas picadelinhas é sinal que está cozido.

À meia cozedura, sobretudo quando o pão está espesso, dá-se-lhe uma mexedela com o ranhadouro ou com a pá p'ra que cresça mais.

O pão cozido é levado para casa em cestos ou canastras. Uma vez em casa, por via de regra, é metido numa arca para que não seque tão depressa como se estivesse ao ar.

Quando a fornada chega a casa há pãozinho à farta.

É frequente ouvir dizer: *Abençoada seja a fartura, que a fome ninguém a atura.*

### O «forno do povo» de Vilarinho da Mó

Vilarinho da Mó é uma pequenina aldeia, apenas com 22 fogos, anexa da freguesia de Beça e concelho de Boticas.

Está situada numa plataforma, ou degrau, da vertente leste da serra de Barroso, rodeada de campos de cultura e de velhos castanheiros centenários.

O «forno do povo» fica à entrada da aldeia a quem vai pelo caminho de Carvalhelhos. Este velho caminho foi regularizado em estradão, o que, há uns 3 ou 4 anos, permite o trânsito de automóveis.

A casa do forno tem as paredes de granito com as pedras assentes umas sobre as outras sem interposição de qualquer argamassa. É o tipo de construção primitivo chamado de «pedra seca».

Em 1965, quando fui a primeira vez a Vilarinho da Mó, o forno era coberto de colmo (Fig. 6). Tive a sorte de chegar na

altura em que se ia começar um dia de cozedura. Lá estava o carro de bois carregado de «gestas», «urzeiras» e outro monte miúdo, com que se ia aquecer o forno (Fig. 7). «O carro de lenha é o que manda», isto é, não só indica o primeiro a cozer naquele dia, mas é também, digamos, o que inicia a sequência dos que hão-de cozer a seguir.

Em Agosto de 1966 voltei a Vilarinho da Mó. O forno tinha agora telhado. É que, em Fevereiro deste ano, puseram em cima do forno lenha meia verde e molhada para secar. A *fornalha*, isto é, todo o espaço entre o capelo do forno e o *colmado* da cobertura ficou cheio de gestas e urzeiras. Passado tempo algumas *chispas* pegaram fogo à lenha que enchia a fornalha e deflagrou o incêndio que destruiu a armação e o *colmado* (1).

---

(1) Já são poucos os fornos com cobertura de colmo.

Na região de Barroso há-os cobertos de pedra, como são, entre outros, os de Covas de Barroso (concelho de Boticas), de Travassos da Chã (aldeia da freguesia de S. Vicente da Chã, concelho de Montalegre), de Carvalhais (aldeia da freguesia de Morgade, concelho de Montalegre), de Negrões, de Arcos, da Solveira, de Padronelos (freguesias também do concelho de Montalegre), e os de Antigo e Pedrário, aldeias anexas à freguesia de Serraquinhos.

O de Gralhas, freguesia do concelho de Montalegre, também era coberto de grandes lajes de granito. O ano passado esbarrondou e, por desgraça, matou um homem que nele dormia. Tem agora telhado de telha francesa. Visitei este forno em Agosto. Tem por cima da porta a data de 1855 e numa das ombreiras duas cruces: uma é cruz singela de braços iguais; a outra posta em cima duma roda cortada a meio por um diâmetro que se prolonga com o braço vertical da cruz. Este forno é enorme, coze 40 pães de 4 kg cada um. Ali o primeiro a cozer é o *quentadeiro* e é ele quem marca a vez. A primeira que chega, ao saber-lhe a primazia, diz-lhe: — Então contas-me atrás de ti. A mesma informadora continuou a explicar-me a *vezeira* das fornadas e acrescentou; quando chega uma segunda o *quentadeiro* diz-lhe: — *Olha, agarra-te atrás de fulana*. E indica o nome da primeira.

Sempre solícita, a informadora continuou: «o *quentadeiro* vai marcando a vez, uma atrás da outra e assim encarrilham todas».

Houve, por isso, que tratar de lhe pôr nova cobertura. Foi resolvido cobri-lo a telha francesa (Fig. 14). Deste modo o forno que era colmado, agora é telhado. A despesa feita foi repartida equitativamente por todos os fogos da aldeia.

### O forno

A casa do forno tem, como disse, as paredes feitas de pedra seca, de construção em arranjo pouco cuidado, com uma espessura que oscila entre 70 a 80 cm. Após o incêndio o forno levou um arranjo, especialmente no cunhal que fica à direita da porta (Figs. 7 e 14).

A única abertura do forno é a porta, voltada a leste. A porta, que era baixa, com escassos 2 m de altura e 1 m de largura, nas obras feitas depois do incêndio, foi alterada para 2,20 m e manteve a largura.

O forno em planta tem a forma de ferradura, com o topo arredondado no extremo voltado para o sul. Mede um pouco mais de 9 m de comprimento por 5 m de largura na fachada voltada a norte e, aproximadamente, 6 m na sua maior largura.

Como se vê no desenho da Fig. 3, a porta dá entrada para o *terreiro*, com cerca de 5 m de comprimento por 2,5 m de largura.

Em frente, encostado à parede e a todo o comprimento do *terreiro*, vê-se o *tendal*, bancada de pedra com 65 cm de altura e, na ponta do lado norte, 1<sup>m</sup>,25 de largura; à medida que se estende para o lado do forno, vai alargando até atingir 1<sup>m</sup>,75 no ponto onde inflecte para a esquerda; depois estreita gradualmente até morrer na parede do outro lado. Em frente à boca do forno

tem uns 30 a 40 cm de largura e forma a *pedra borralheira* por nela, ao enforar, se pôr um pouco de borralha da varredura do forno. A esta pedra também chamam *poisadouro*, que, como o próprio nome indica, é onde poisa a pá, na altura em que se metem ao forno as «broas». A mulher vai-as trazendo do tendal e coloca-as na pá empunhada pelo homem. Há uma perfeita distribuição de tarefas. As mulheres amassam; os homens aquecem o forno e *enforam o pão*.

No topo do terreiro, entre a porta e o tendal, à direita de quem entra, a todo o comprimento da parede e a ela encostado, há um banco feito por uma fiada de pedras baixas.

No outro topo do terreiro fica o forno propriamente dito.

Encostada à parede fronteira ao *tendal* via-se uma pequena pia de pedra.

O forno, além do mais, é albergue dos peregrinos. Com uma pouca de palha estendida no tendal, os pobres e as pessoas de

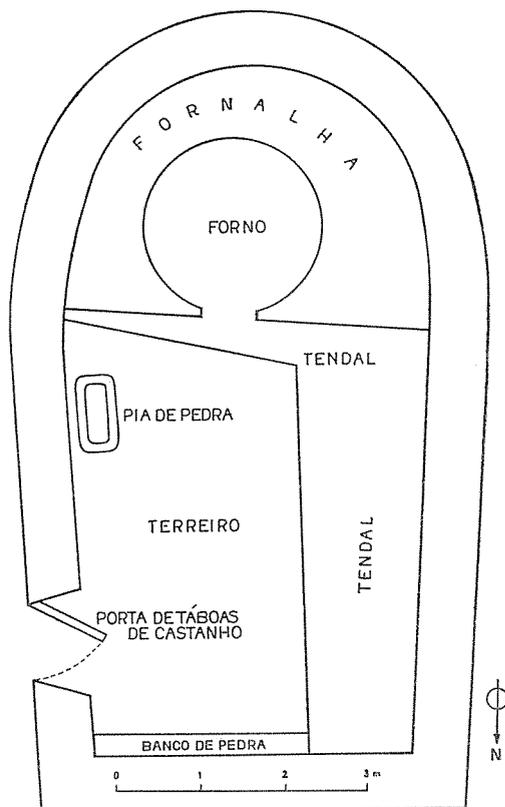


Fig. 3 — Planta esquemática do forno de Vilarinho da Mó.

fora fazem a cama e ali dormem. Quem quer que seja pode dormir no forno (1).

Como era frequente os pobres dormirem no forno, ouvi a uma mulher de Vilarinho do Mó chamar-lhe, jocosamente, *hotel do piolho*.

O forno pròpriamente dito é, como todos os fornos, formado pelo lastro e sua cobertura em abóbada, o *chapéu*.

A porta do forno, aproximadamente quadrada, tem 60 cm de largura por 55 de altura e é formada por duas grandes pedras, os *tranqueiros*, sobre as quais apoia outra grande pedra, a *padieira*.

Por cima da *padieira* fica uma pedra mais pequena, apenas com 60 cm de largura por 33 cm de altura. É a chamada *pedra respiradora* por nela haver um buraco, o *respiradouro*, que se

---

(1) No dia 3 de Outubro de 1966 estudei o «forno do povo» de Vilela Seca, freguesia do concelho de Chaves, situado muito perto da linha da fronteira. Ali vi, à meia tarde, um pobre velho a dormir regaladamente sobre o tendal.

No belo trabalho do Hirondino da Paixão Fernandes, *O folclore do Parâmio (Bragança)*, 1966, a pág. 22 vem a seguinte parlenga alusiva ao hábito do forno ser utilizado como dormidoiro. A parlenga que o Autor diz não ter qualquer significado especial aparente, exprime o diálogo entre um homem e uma mulher deste modo:

- Onde dormes?
- Trás do forno
- Dás-me um beijo?
- Dou-te um corno.

Esta parlenga vem mais completa no trabalho *Poesias populares* de Pedro Fernandes Tomás, in «Revista Lusitana», vol. IV, pág. 378, do seguinte modo: — Adeus Maria. / — Adeus João. / — Vais no carro? / — Pois então. / — Que linda perna! / — Isso não. / — Aonde dormes? / — Atrás do forno. / — Dás-me um beijo? / Dou-te um corno.

Traz a indicação de ter sido colhida na Figueira.

mantém aberto enquanto se aquece o forno para que a lenha arda bem. Uma pedra, sempre ali à mão e que ajusta ao buraco, serve para tapar o *respiradouro* ao enfornar, isto é, *quando se acaba de encher o forno*.

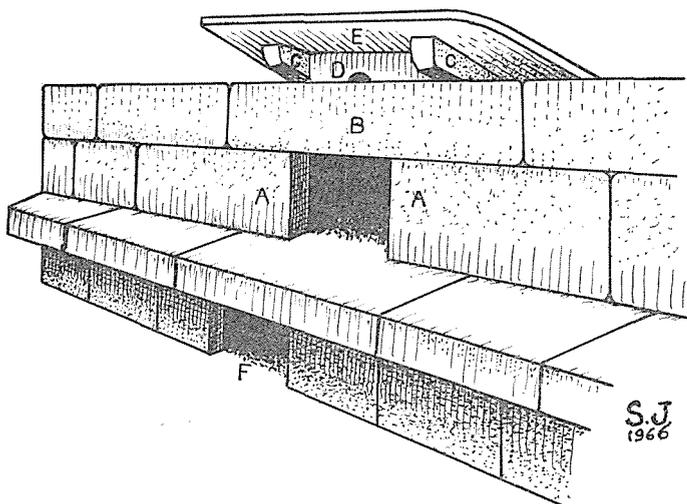


Fig. 4 — O forno de Vilarinho da Mó: A A — Tranqueiros;  
B — Padieira; C C — Cachotes; D — Pedra do respiradouro;  
E — Palriqueira; F — Borrallheira.

Aos lados da *pedra respiradora* encontram-se duas pedras de granito, compridas e relativamente estreitas, salientes da fachada do forno uns 25 cm. São os *cachotes* onde se apoia a *palriqueira*, grande laje de xisto que se salienta em pala. Esta é a única pedra de xisto; tudo o mais é granito.

Rente ao chão do terreiro, por baixo e um pouco ao lado da porta do forno, está a *borralheira*, vão para onde, depois de enfornar, atiram a borralha que ficou na soleira da porta enquanto enfornaram o pão.

O lastro do forno com 2<sup>m</sup>,20 de diâmetro é feito de duas grossas pedras de granito encostadas segundo a linha do meio

da porta. A abóbada, feita de tijolo, assenta numa fiada circular de pedras de granito, as *cozedeiras*, e tem a meio da cúpula uma depressão infundibuliforme (1).

Neste forno não há masseira. Cada um amassa em sua casa.

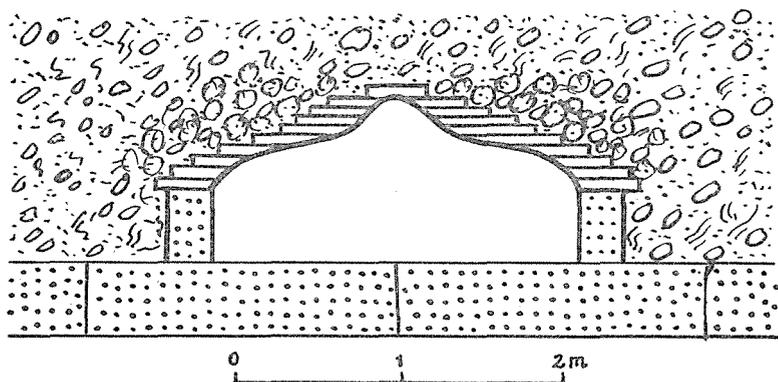


Fig. 5 — Esquema do corte transversal do forno de Vilarinho da Mó.

### Amassadura

O pão que se coze em Vilarinho da Mó é de centeio. Trigo não semeiam. Dantes, nas terras fundas e regadias, semeavam milho. Hoje ainda há alguns campos de milho, mas poucos. *Deram* em plantar batata. Estão a abandonar progressivamente a cultura do milho.

Com a farinha centeia cada mulher amassa em casa a sua fornada.

Depois de bem amassada e quando vê que *a massa está no ponto*, consoante a sua quantidade divide-a às *pillhas*, isto é em porções de tamanho tal que cada uma caiba em seu cesto. Em

(1) Não me souberam dizer o nome com que ali designam este tipo de cúpula com depressão infundibuliforme. Suponho corresponder ao tipo similar a que, no leste trasmontano, ouvi chamar *cúpula ou chapéu em bico de azeiteira*.

cada cesto põem um lençol sobre o qual colocam a *pilha*. Cada fornada regula dividir-se em 3 ou 4 *pilhas*, portanto será em outros tantos cestos que a massa vai ser transportada para o *tendal* do forno.

Depois de collocarem a *pilha* em seu cesto, fazem-lhe com a mão em cutelo uma cruz e dizem uma oração que, pelo que averigüei, pode variar.

Assim uma velhota inquirida, que de início se mostrou reticente, terminou por dizer meio contrafeita. — Eu faço uma cruz e digo, «em nome do Pai e do Filho» e rezo um Padre Nosso.

Outra velha, mais complacente, informou que a oração costumada era a seguinte :

*S. Vicente te acrescente*  
*S. Mamede te alevante,*  
*S. João te faça bom pão,*  
*E o peccado contigo não entre.*

Uma rapariga casadoira, disse-nos que ao fazer a cruz em cada *pilha* costumava dizer :

*Deus te alevede,*  
*Deus te acrescente,*  
*Com o poder da Virgem Maria,*  
*Um Padre Nosso e uma Avé Maria.*

A massa posta em *pilhas* fica a levedar nos cestos, coberta com as abas do lençol e com mantas ou capas.

Quando a massa custa a levedar aquecem, bem quente, um testo dum pote de ferro, depois do que o collocam em cima do lençol bem coberto com a manta ou capa.

Na altura oportuna levam os cestos para o forno. No tendal estendem um pouco de palha, depois uma manta e sobre esta

um lençol. Das *pillhas* de cada cesto tiram porções de massa correspondentes ao tamanho que querem dar aos «pães» ou «broas». Por via de regra cada broa tem entre 3 e 4 quilos.

Uma vez feitas as «broas» cobrem-nas com um lençol e, por cima deste, uma ou duas mantas.

Ali ficam as broas a *dormir*, a acabar de levedar, enquanto se acaba de aquecer o forno em boa têmpera.

### Cozedura

Trata-se dum forno colectivo, onde, portanto, todos têm o direito de cozer as suas fornadas.

Ora como o forno pode estar alguns dias sem cozer, aquele que for o primeiro a cozer terá de gastar mais lenha do que aqueles que se lhe seguirem.

Aquele que for o primeiro a cozer   o *esquentador* (1).

Para que a coisa seja equitativa, a posi o do *esquentador* vai passando de casa a casa. O *esquentador* «anda   roda»; e a coisa segue sem atropelos.

Os outros, que se lhe seguem, «  cada um apanhar a sua vez» (2).

Aquele a quem cabe a vez de *esquentador* traz o carro de lenha e põe-no junto do forno.   o sinal objectivo, flagrante, de mais um dia de cozedura (Fig. 9).

---

(1) Em muitas aldeias o primeiro a cozer   chamado o *quentadeiro*. Esta parece ser a designa o mais geral.

(2) Em algumas aldeias   o *quentadeiro* quem marca a vez. Quem quer cozer vai ao *quentadeiro* que lhe marca a vez. Isto tem seus inconvenientes. Tem sucedido o *quentadeiro* marcar, por engano, duas mulheres para a mesma vez. Neste caso de duas massas l vedas e prontas a entrar no forno se não têm nele cabimento, resultam inconvenientes de vária ordem, que têm dado origem a zaragatas.

*O carro de lenha é o que manda, como eles dizem.*

No velho forno, antes das obras feitas depois do incêndio, junto do cunhal da porta, havia uma pedra saliente em pala onde o esquentador punha um molhinho de urzeira com uma pedra em cima. A reforçar aquele símbolo, marca da primeira posição na vezeira daquele dia, encostavam às vezes a pá do forno, como se vê na Fig. 13.

Para apanhar a sua vez a marca é um molho de urzeira com uma pedra em cima.

A primeira que chega coloca, em frente à porta do forno, o molho com uma pedra a mantê-lo firme em cima da parede que corre ao lado do forno (Figs. 10 e 11).

E em conversa é ouvi-las dizer às vizinhas: — «Vou hoje cozer. Já lá tenho o meu sinal. Já tenho a minha vez».

Aceso o forno vão metendo lenha aos poucos. Com uma grande vara, comprida de pelo menos 3 metros, o *lareiro*, vão espalhando o brasido e a lenha por todo o lastro para o forno ficar bem aquecido por igual.

Quando os *tranqueiros*, dum lado e do outro da porta do forno, tomam uma cor especial, esbranquiçada, de todos bem conhecida, o forno está quente e em boa tempera.

Varrem o lastro com o *matão*, «vassouro» feito dum pequeno molho de *gestas* verdes, dobrado e bem amarrado na extremidade dum *lareiro*. Por via de regra usam dois *matões* porque o primeiro, ao varrer as brasas do lastro, fica chamuscado e possivelmente meio ardido, o que não permitia uma perfeita varredura, que o segundo *matão* realiza na perfeição (Fig. 12).

A *borrallheira* da varredura fica à porta do forno para que não lhe descaia a quentura. Com uma pouquinha de palha deitada aos poucos em cima da borralha, fazem *lumieira*, e, deste modo, o homem ao enfornar vê o lastro e deixa as broas bem postas, sem encosto ou cavalgamento.

Forno quente, toca a enfornar.

O homem, depois de tapar com a pedra o buraco do respiradouro, empunha a pá e assenta a mesma na pedra da soleira do forno.

A mulher vai ao *tendal* colhe uma broa que coloca na pá polvilhada com um pouco de farinha.

Cada broa é também polvilhada com um punhadinho de farinha.

O homem, com um movimento brusco de vaivém, assenta a broa lá adiante, no fundo do forno. Uma atrás de outra, lá são postas as broas de cada fornada.

Depois de enfornar todas as broas, o homem, e mais vezes a mulher, empunha a pá e com ela faz cruzeiros na boca do forno enquanto diz a seguinte oração :

*Crêça o pão no forno  
e os bens pelo mundo todo.  
E ó pão crêça,  
e ó diabo desapareça,  
e Deus dê saúde aos donos  
para comer este e ganhar outro,  
e reze pelas almas de quem puder e quiser.*

O forno cheio leva 30 broas.

É raro que cada um coza fornadas tão grandes. E assim quando o pão é pouco, à entrada do forno, livre de broas, cozem bolos feitos com um pouco de massa espalmada, e algumas vezes também ali assam batatas.

Se não há campo bastante no lastro do forno e querem assar batatas, metem-nas na borralheira. Há quem diga que assadas na borralheira são mais gostosas do que assadas no forno.

Cada fornada leva a cozer, por via de regra, 2 horas. Por isso, 2 horas depois de *enfornar* ou um pouco antes, vão *olhar o*

forno. Para isso, com a pá tiram um pão. Espetam-lhe um *trôxinho* (pauzinho mais ou menos da grossura dum lápis) de urze. Se o *trôxinho*, depois de arrancado, trazer massa agarrada, o pão ainda não está cozido.

Outra maneira de averiguar o grau da cozedura é cortar um bocadinho da cõeada do pão e tirar-lhe um pouco de miolo que se aperta entre os dedos. Se se agarrar aos dedos não está bem cozido. Aliás ao colher o primeiro pão que vai servir de experiência logo se tem um sinal. Se *ele der bem à pá* é que está em boa cozedura.

#### Cozedura simultânea

Se as fornadas são pequenas, à roda de 10 ou 12 pães, as mulheres combinam cozer na mesma enforadura.

É frequente cozerem duas ao mesmo tempo, mas também podem cozer três à uma.

A lenha é repartida por igual e os homens entendem-se no aquecer do forno e no enforar.

Ao meter as broas ao forno há que as marcar para cada um saber aquelas que são suas.

As marcas podem ser simples dedadas, uma, duas ou três em cada broa, ou então um, dois, ou três *trôxos* de urze espetados nos pães de cada uma.

Em alguns casos, e para simplificar, a primeira a enforar não põe marca nas suas broas. Cada uma das outras marca as suas.

#### Conclusões

Os dois fornos trasmontanos estudados, um no distrito de Bragança, no extremo oriental de Trás-os-Montes, no entre Sabor e Douro, e o outro no distrito de Vila Real, aquém-Tâmega,

na porção ocidental de Trás-os-Montes a confinar com a província do Minho, têm um certo número de caracteres similares, inerentes, como é natural, à sua estruturação comunitária. Ambos são «fornos do povo» ou «de comum».

Abstenho-me de fazer em pormenor o estudo comparado dos dois fornos.

Não deixarei, no entanto, de realçar um ou outro aspecto que se me afigure de maior importância neste particular.

Assim, enquanto que a casa do forno da Quinta de S. Pedro é de planta subquadrada, encostada a uma casa de habitação e fica no meio da povoação, ao lado da capela, a casa do forno de Vilarinho da Mó é de planta em forma de ferradura e está isolada num pequeno largo, ou terreiro, à entrada da povoação.

O de Vilarinho da Mó tem a particularidade do *buraco respiradouro*, que, dando saída aos gases da combustão da lenha, deve permitir uma melhor incineração.

O velho forno de Vilarinho da Mó, com sua cobertura de colmo, não fazia excepção à regra geral das casas da serra de Barroso que, antigamente, eram todas colmadas. Tal cobertura, como mostram as fotografias das Figs. 6, 7 e 8, conferia-lhe um ar de assinalada vetustez.

No forno de Vilarinho da Mó não há masseira.

O forno da Quinta de S. Pedro tem uma grande masseira e as respectivas varas de peneirar, que são um bem de todos, e, portanto, um bem comum.

Em face disto pode dizer-se que o forno da Quinta de S. Pedro tem maior extensão comunitária.

Para não alongar a análise comparada dos dois fornos limito-me a apontar a diferença entre os nomes que designam a pedra que, posta em pala por cima da boca do forno, serve de corta fogo. Esta pedra no forno da Quinta de S. Pedro tem o nome de *paranheira* e no de Vilarinho da Mó o de *palriqueira*.

Referimos algumas orações e práticas rituais inerentes à amassadura e subsequente cozedura.

Os ritos citados, e outros que possivelmente existam, devem ter origem remota.

O facto de a massa, por adunção do fermento, levedar, o que a faz crescer, é natural que impressionasse, e ainda hoje impressione, quem desconheça o extraordinário fenómeno da fermentação.

É de crer que em tempos remotos o estranho fenómeno da levedura se apresentasse aos que fabricavam o pão como coisa com seu quê de mistério.

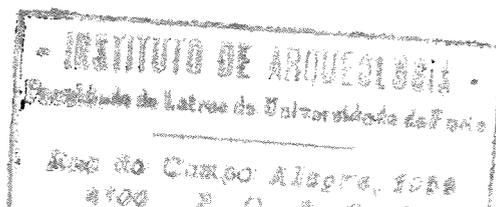
O fenómeno singular do levedar da massa e subsequente cozedura que a faz crescer, apresentar-se-ia ao espírito dos nossos recuados avós como o resultado de poderosas forças misteriosas que produziriam o milagre do pão.

Daí a observância respeitosa dum certo número de ritos tais como, o deixar arrodilhada no tendal a roupa que cobriu o pão, e o estar de costas voltadas para o forno enquanto o pão coze. Podíamos acrescentar o não se dever cortar com faca o primeiro pão que se tira do forno, o que iria prejudicar o que ficou dentro do forno que, entre outros defeitos, pode ficar «ressuado».

Algum pequeno erro ou desvio nos trâmites da perfeita técnica de fabrico do pão podiam originar mau pão.

Erros ou desvios que passassem despercebidos não seriam responsabilizados pelo mau fabrico, e o insucesso seria interpretado como malefício, ou vingança, das mesmas poderosas forças misteriosas não terem sido suficientemente cativadas por meio de práticas rituais convenientes, ou por faltas cometidas no decorrer dos ritos de propiciação dessas forças.

Para os maus resultados ou insucessos no fabrico do pão havia que procurar explicação.



No caso de um pão sair mal fabricado, apesar de levar as voltas costumadas, o insucesso teria resultado da desajuda das poderosas forças misteriosas ou até de acções de magia, por simples pragas ou mau olhado, cuja acção maléfica está profundamente arreigada na credence popular.

Não vislumbro explicação para o rito ou preceito, corrente na Quinta de S. Pedro, de que *o pão dentro do forno não gosta de ser muito visto*, pois se for muito olhado *não cresce tanto*. Como razão deste pequeno rito julgo não se poder evocar o mau olhado, visto que o preceito se aplica, ou estende, à própria forneira, que é, quase sempre, a dona do pão.

A não ser que o voltar de costas da própria dona do pão seja a maneira discreta de levar os que entrarem no forno a não olharem demoradamente o pão no forno, livrando-o assim dum possível mau olhado.

Os insucessos podem, inclusive, ser obra do demo, que, como se diz na Quinta de S. Pedro, atenta sete vezes as mulheres quando *andam ao forno* na faina da amassadura e cozedura do pão.

Na oração que em Vilarinho da Mó dizem quando acabam de enfornar, entra o esconjuro do demónio de modo bem claro, pois nela se pede que *«creça o pão no forno e os bens pelo mundo todo. E ó pão creça e ó diabo desapareça»*.

Por isso, para livrar dos malefícios do demónio, o fabrico do pão, o «pãozinho do Senhor», como muitas vezes lhe tenho ouvido chamar, tudo tem de ser santificado pela intercessão do auxílio totipotente de Deus e da Virgem Maria, a quem se reza um Padre Nosso e uma Avé Maria.

Os santos, intercessores entre os homens e a Divindade Suprema, são também evocados em orações que apresentam variantes ou modalidades. S. João, S. Mamede e S. Vicente são os santos mais correntemente evocados.

É de crer que o sejam apenas por uma questão de consonância ou rima. Assim se implora a Graça de S. João para que se faça bom pão, a de S. Mamede para que a massa levede, e a de S. Vicente para que a acrescente.

Outro santo evocado na oração que transcrevi das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, do Abade de Baçal, é S. Caetano, que, parece, devia figurar na oração não como nela se lê mas com o dizer: «A S. Caetano para que nos dê pão todo o ano». Isto para obedecer ao corrente e quase geral preceito de consonância ou rima.

Outro exemplo deste preceito, também alusivo ao pão. Uma mulher, residente em Moncorvo e natural de Fozcoa, nas suas orações em família nunca se esquecia de rogar a Santo Onofre para que lhes desse pão na tulha e dinheiro no cofre.

Talvez se possa concluir que, em tempos remotos, o fabrico do pão fosse considerado como fenómeno extraordinário em que intervinham forças misteriosas realizadoras do milagre do pão.

Daí os ritos de propiciação dessas forças estranhas e prodigiosas.

Depois, no decurso dos tempos, a crença milagrosa do fabrico do pão manteve-se, e, por evolução religiosa, a par de alguns velhos ritos sobreviventes, surgiram orações de perfeito sentido cristão.

Estas orações passaram a desempenhar um papel fundamental, dada a crença na sua plena eficiência e o seu uso ser de tão grande difusão que quase se pode considerar geral.

Nestas orações, fortemente impregnadas de profundo sentido cristão, não só se evocam ou imploram as Graças divinas para que o pão cresça exuberantemente no forno, mas também para que «haja paz pelo mundo todo», e em todo o mundo cresçam «os bens» e «a Graça de Deus».

Deste modo nestas orações transparece um largo sentido ecuménico de paz e de fartura universal.





Fig. 6 — O forno de Vilarinho da Mó com sua cobertura de colmo.



Fig. 7 — Lado nascente do velho forno de Vilarinho da Mó.

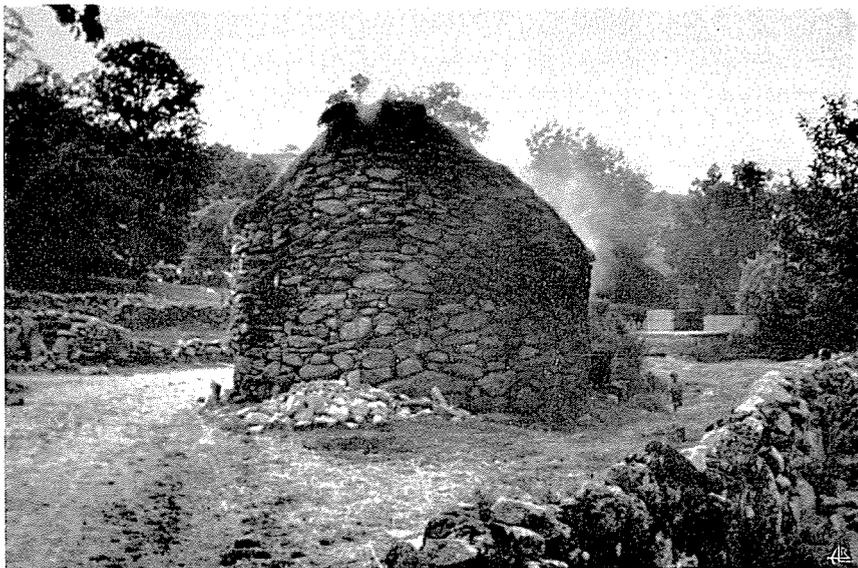


Fig. 8 — Topo arredondado do forno de Vilarinho da Mó.



Fig. 9 — Carro de lenha a marcar a vez do esquentador.

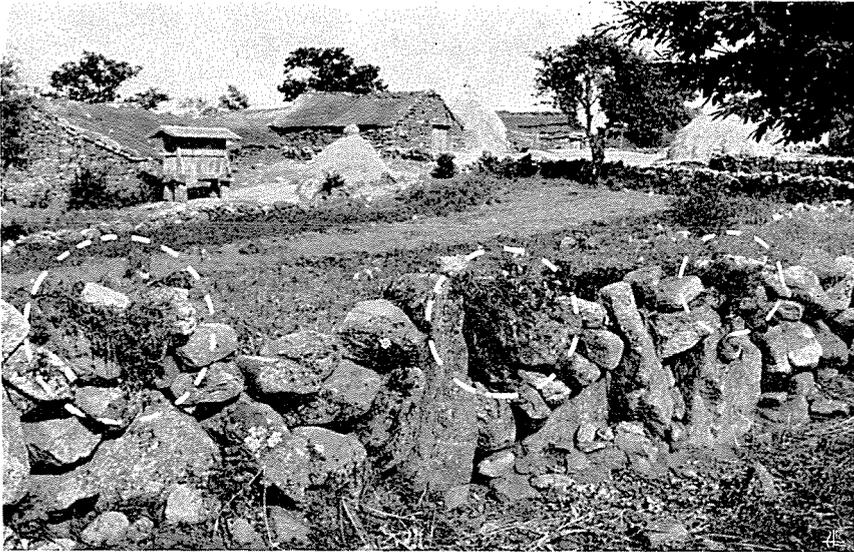


Fig. 10 — Em cima do muro fronteiro à porta do forno vêem-se três molhos de urzeira a marcar vezes.



Fig. 11 — Ampliação duma marca de vez da fig. anterior.



Fig. 12 — O forneiro com dois *matões*.

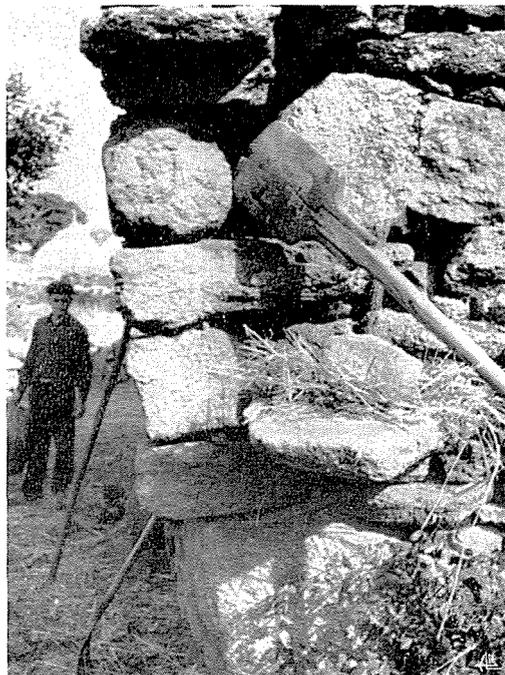


Fig. 13 — Uma marca de vez e a pá de enfornar.



Fig. 14 — O forno actual de Vilarinho da Mó com a nova cobertura de telha francesa.

# V Á R I A

## Aplicação de métodos científicos de prospecção em estações arqueológicas portuguesas (1)

Aos métodos científicos de prospecção arqueológica cabe essencialmente explorar, antes da escavação, sítios já descobertos por simples inspecção do terreno ou fotografia aérea. Esses métodos podem localizar certos vestígios arqueológicos enterrados e, embora não dispensem o arqueólogo da necessidade de escavar, sugerem em que áreas será mais frutuosa a escavação.

Discutimos na secção 1 os princípios, aplicações e limitações das prospecções magnética e por resistivimetria — os dois métodos científicos de prospecção que se revelaram mais úteis à arqueologia. Na secção 2 apresentamos os resultados das prospecções magnéticas realizadas em estações arqueológicas portuguesas.

### 1 — Métodos científicos de prospecção

#### 1.1. Localização magnética

Se o magnetismo de um monumento soterrado é assaz divergente do terreno que o rodeia, verifica-se uma ligeira perturbação na intensidade magnética normal do campo logo acima da superfície e esta anomalia pode ser detectada por um magnetómetro de protões. Foram Aitken, Webster e Rees (1958) que pela primeira vez mostraram a possibilidade de localizar vestígios arqueológicos soterrados com o auxílio dum magnetómetro de protões e o valor deste método.

#### *Magnetómetro de protões*

O magnetómetro de protões (Aitken, 1961) consiste em uma garrafa detectora fixa a uma vara a cerca de 30 cms. da superfície e ligada por um cabo flexível ao aparelho analisador, que mede a intensidade do campo magnético. Este aparelho, que

---

(1) Traduzido do original inglês, inédito, por J. Alarcão.

comporta um grupo de baterias de 12 v com capacidade suficiente para aguentarem um longo dia de trabalho, é transportável, pesando menos de doze quilos. É fácil trabalhar com o magnetómetro de protões, que tem uma sensibilidade de 1 gamma (100 000 gamma = 1 oersted) -i.e, pode detectar alterações da ordem de 1 para 50 000 na intensidade do campo magnético.

Normalmente, as leituras fazem-se de 2 em 2 metros numa rede de malhas quadrangulares de modo que, numa área quadrada com 20 metros de lado, fazem-se 100 leituras; em condições normais é possível cobrir num dia uma área de  $80 \times 80$  m. Os maiores inconvenientes deste aparelho são a complexidade dos circuitos eléctricos e, devido a isso, o seu elevado preço (os modelos comerciais custam de 800 £ para cima).

#### *Aplicações*

A primeira causa das alterações magnéticas numa estação arqueológica é, evidentemente, a presença de objectos de ferro. É, porém, relativamente raro encontrarmos ferro no meio dos vestígios arqueológicos e a grande maioria do ferro detectado pelo magnetómetro de protões é recente. Felizmente, na maior parte dos casos, é possível, medindo a largura da perturbação verificada, distinguir um pedaço de ferro que se encontre a pequena profundidade de vestígios arqueológicos soterrados.

Monumentos que sofreram a acção do fogo, como fornos de cozer cerâmica, de fundição, de cozinha e chãos de fogueiras também são altamente magnéticos porque os óxidos de ferro presentes na argila adquirem, pelo fogo, magnetismo termo-remanescente, i.e, um ligeiro magnetismo permanente. Foi para detectar monumentos deste tipo que primeiramente se usou o magnetómetro de protões e prospecções que se realizaram em Inglaterra nos últimos sete anos localizaram mais de 100 fornos de cozer cerâmica e monumentos idênticos.

Fossas entulhadas e fossos são magneticamente diferentes do terreno à volta porque a sua grande quantidade de húmus facilita a conversão da pequena percentagem de óxido de ferro presente no solo numa forma cristalina que é mais magnética. As fossas, normalmente, causam perturbações magnéticas maiores do que os fossos, pois acham-se frequentemente entulhadas com rebotalhos domésticos e excrementos, enquanto os entulhos dos fossos são geralmente mais estéreis, consistindo em depósitos naturais de terra e nos materiais da muralha derruída. Por outro lado, o facto de o fosso ser um monumento contínuo em linha recta torna possível a detecção pelo magnetómetro de protões

mesmo quando a perturbação magnética é muito fraca. A seguir aos fornos, foi na localização de fossas no interior, extenso e aparentemente sem vestígios de ocupação, de castros da Idade do Ferro que a prospecção magnética deu melhores resultados (Aitken e Tite, 1962); além de indicar os monumentos a escavar imediatamente, a prospecção dá também um quadro da ocupação geral da estação.

Em certos casos podem localizar-se muros e estradas pela magnetometria e na Itália também se tem usado com êxito o magnetómetro de protões na detecção de túmulos etruscos escavados na rocha (Linnington, 1961). Ao contrário dos fornos e fossas, os muros e estradas causam geralmente uma perturbação magnética inversa (i.e. de valor inferior à intensidade do campo magnético), uma vez que o magnetismo da pedra de que são feitos é muito menor do que o do terreno à volta.

#### *Eventualidades*

Além das perturbações magnéticas resultantes de vestígios arqueológicos soterrados, também se detectam perturbações de ordem geológica. Por exemplo, canais de solifluxão e buracos no calcário e cascalho determinam frequentemente anomalias semelhantes em intensidade e extensão às produzidas por fossas entulhadas e valetas. Todavia, a irregularidade da forma serve frequentemente para distinguir estas anomalias das de origem arqueológica.

Deve observar-se também que o magnetómetro de protões não se pode usar em estações arqueológicas cujo substrato consiste em rochas vulcânicas de formação recente (v.g. devidas a fenómenos de vulcanismo do Terciário), pois as perturbações devidas ao magnetismo termo-remanescente natural das rochas encobrirá quaisquer anomalias arqueológicas.

Por fim, deve ter-se presente que as prospeções magnéticas não podem realizar-se onde haja ferro que possa interferir (vedações de arame, canos de água, condutas de gás, edifícios com estrutura de aço, etc.) ou cabos eléctricos e que o levantamento magnético em terrenos com arbustos e árvores, embora praticável, leva muito tempo e se torna enfadonho.

#### 1.2. Resistivimetria

Desde 1946 que se tem usado a determinação da resistência eléctrica para localizar vestígios arqueológicos soterrados (Atkinson, 1952). As variações da resistência eléctrica dos solos e rochas

dependem essencialmente do seu teor variável de água; pedras e rochas têm uma resistência elevada em relação à dos solos e argilas. Assim, a presença de fossas entulhadas com terra e de fossos, umas e outros abertos na rocha (Atkinson, 1952), de alicerces e estradas no meio da terra (Palmer 1960) e de sepulturas abertas na rocha e cavernas vazias (Lerici, 1959) pode detectar-se por resistivimetria.

Para medir a resistência eléctrica (Est. I, 1) espetam-se no terreno quatro varas de metal em linha recta e a intervalos iguais (Wenner, 1916). Entre as varas externas faz-se passar uma corrente eléctrica fornecida por um oscilador de 1 000 c/s. Comparando a diferença de potencial entre as varas internas com a corrente que passa entre as varas externas obtém-se o valor da resistência eléctrica do terreno entre as varas internas. A distância de uma vara a outra deve ser mais ou menos igual à presumível profundidade dos monumentos que pretendemos detectar.

Os resistivímetros são mais lentos e exigem mais trabalho do que o magnetómetro de protões e é por isso que a aplicação principal deste método de prospecção é a determinação do curso de monumentos lineares como fossos, muros e estradas. Tem sobre o magnetómetro de protões a vantagem de se poder usar na presença de ferro e rochas vulcânicas. Todavia esta vantagem é diminuída pelo facto de a determinação da resistência ser seriamente afectada pela chuva.

## 2 — Resultados dos levantamentos magnéticos de Portugal

Os levantamentos magnéticos que apresentamos a seguir foram realizados pelo Dr. M. J. Aitken e os autores de 28 de Setembro a 9 de Outubro de 1964. Os levantamentos foram solicitados e a visita organizada pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, com o fim de experimentar a utilidade deste método num grupo variado de estações arqueológicas de Portugal. O projecto foi financiado pela Fundação Gulbenkian, por cujo auxílio estamos extremamente gratos.

### 2.1. São Sebastião (Leiria)

Fizemos o levantamento numa área de  $40 \times 20$  m., num olival onde têm aparecido materiais romanos. Fizemos leituras a intervalos de 2 m. usando a rede quadrangular normal e definimos três áreas distintas de perturbações magnéticas. A fim de determinar o centro e a extensão aproximada das anomalias fizemos

leituras a intervalos de 50 cms. ao longo de linhas transversais de N a S e de E a W nestas áreas. Apresentamos na fig. 1 os perfis magnéticos que obtivemos (a uma descida no perfil corresponde um aumento da intensidade do campo magnético).

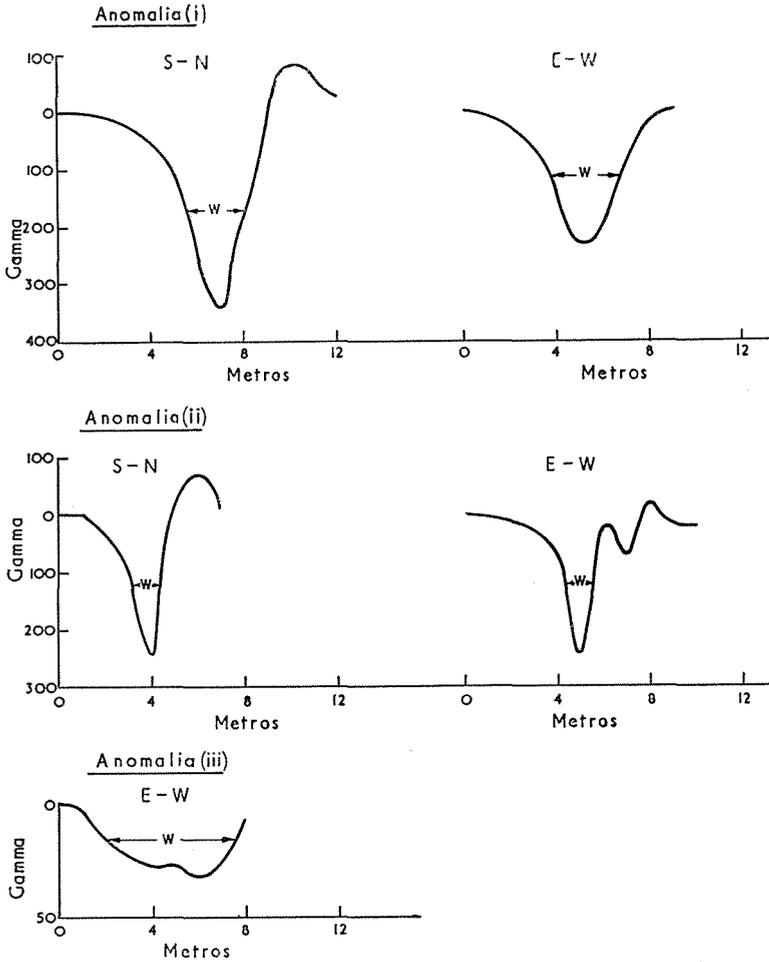


Fig. 1 — Perfis das anomalias magnéticas em S. Sebastião (Leiria)

A largura ( $w$ ) da anomalia magnética a meia-altura do seu valor máximo é aproximadamente igual à profundidade ou largura do monumento (à profundidade quando esta for maior que aquela; à largura, se esta for maior que a profundidade). A anomalia 1

tinha uma largura de cerca de 2,5 m. e podia assim corresponder a uma fossa ou forno; todavia, o valor da perturbação magnética (340 gamma) era maior do que o normal para uma fossa. Assim, pareceu-nos provável que a anomalia 1 fosse devida a um forno enterrado a pequena profundidade. A largura diminuta da anomalia 2, acrescida do facto de não encontrarmos a mesma leitura com a garrafa mais perto da superfície (i. e, havia um grande gradiente do campo magnético) sugeria-nos um objecto de ferro perto da superfície. A pequena intensidade e dimensões da anomalia 3 indicavam que era provavelmente causada por uma fossa pouco funda de natureza ou arqueológica ou geológica. Estes resultados estão sumariados na Tábua I.

TÁBUA I

## Resultados do levantamento magnético em S. Sebastião

Anomalia	Perturbação magnética (em gamma)	Largura (w) da perturbação	Possível causa da perturbação
1	340	2,5 × 3 m	Forno
2	240	1 × 1 m	Ferro
3	30	3 × 5,5 m	Fossa pouco funda

A escavação posterior no local da anomalia 1 mostrou que esta foi devida a um forno cerâmico romano bem conservado (Est. 1, 2) <sup>(2)</sup>. A estaca que colocámos a marcar o centro da perturbação magnética coincidiu com a parede do forno. O cimo desta estava aproximadamente a 15 cms. de profundidade; o diâmetro do forno é de cerca de 2,20 m. Estes números são compatíveis com a intensidade e largura (w) da anomalia magnética observada.

O estrato de cinzas encontrado, ao proceder-se a escavações, no local da anomalia 2, não deve ter sido o causador da perturbação magnética observada e o mais provável é que as escavações não tenham sido suficientemente extensas para revelar o objecto de ferro de cuja existência a leitura do magnetómetro nos faz suspeitar <sup>(3)</sup>.

<sup>(2)</sup> O forno será devidamente descrito e ilustrado num relatório das escavações de S. Sebastião (Leiria), que foram realizadas pelo Dr. J. M. Bairrão Oleiro e por nós (N.T.).

<sup>(3)</sup> As escavações em S. Sebastião não foram infelizmente feitas logo a seguir à prospeccção; o campo foi entretanto lavrado, a estaca que assinalava a anomalia 3 desapareceu e a que marcava o ponto 2 pode ter sido ligeiramente deslocada (N.T.).

## 2.2. Conímbriga

Em Conímbriga, sítio de uma cidade romana grande e importante, fizemos prospecções em três áreas distintas. No sítio 1, intramuros, escolhemos uma área perto de dois fornos de cerâmica já escavados e a prospecção fez-se para determinar se haveria mais fornos. No sítio 2, extramuros, escolhemos um terreno que pode ter sido necrópole da cidade; no sítio 3, também extramuros, uma área onde em tempos foram encontrados dois sarcófagos de pedra. Aqui, tínhamos esperança de que a prospecção determinasse se estas áreas tinham sido ou não o cemitério da cidade.

### Sítio 1

Fizemos o levantamento numa área de cerca de  $50 \times 50$  m. a nascente das termas públicas com leituras a intervalos de 2 m. usando a rede quadrangular normal. Estas revelaram uma disposição extremamente complicada de perturbações magnéticas que iam de 20 a 40 gamma e estendendo-se em alguns casos por 10 m. A complexidade dos resultados magnéticos era consistente com a ocupação intensiva do local no período romano e não podíamos dar uma interpretação útil da disposição geral das perturbações magnéticas.

Pensámos todavia que, se houvesse outros fornos de cerâmica na área, isso daria anomalias que deveríamos poder distinguir da irregularidade geral devido ao magnetismo termo-remanescente mais intenso e bem definido dos fornos. Assim, escolhemos três anomalias para investigar mais de perto e fizemos leituras a 50 cms. de distância umas das outras ao longo de linhas transversais de N. a S. e de E. a W. nesses pontos. Apresentamos na Tábua II os resultados obtidos:

TÁBUA II

Resultados do levantamento magnético em Conímbriga (Sítio 1)

Anomalia	Perturbação magnética (em gamma)	Largura (w) da perturbação
1	170	$1,5 \times 3,5$ m
2	80	$2 \times 2$ m
3	40	$2,5 \times 3$ m

A escavação da área que compreendia as anomalias 1 e 2 pôs a descoberto muros e destroços de duas casas, a segunda das quais foi construída sobre os entulhos da primeira. O facto de ambas as casas terem sido destruídas pelo fogo e de os destroços da segunda consistirem em telhas pode explicar as anomalias magnéticas verificadas.

A escavação no ponto 3 sugeriu que a anomalia foi provocada por três covas de 1 m de profundidade, abertas decerto para plantio de árvores, e cheias de terra negra.

#### *Sítio 2*

Em toda a área ( $100 \times 60$  m.) se verificaram grandes alterações de intensidade do campo magnético. Ao longo da extrema meridional da área, uma anomalia magnética de 50-100 gamma abrangia uma superfície de  $40 \times 10$  m., enquanto no resto do sítio havia alterações frequentes de 50-100 gamma em extensões de 4-10 m. Medimos também a resistividade eléctrica a intervalos de 50 cms. ao longo de uma linha transversal que cruzava uma dessas anomalias magnéticas e verificámos que à elevada intensidade do campo magnético correspondia uma resistividade fraca.

A escavação de oito anomalias magnéticas mostrou que o perfil da rocha em toda a área era extremamente irregular; em todas as valas abertas se encontraram depressões, por vezes com 1 metro de profundidade e cheias de terra do tipo «rossa». A escavação levou-nos à conclusão de que as perturbações magnéticas da área eram de origem geológica e não arqueológica.

A relação entre a posição dos valores altos e baixos da intensidade do campo magnético e as depressões na rocha não era porém evidente. Além disso, as dimensões das covas (aproximadamente 1 m. de diâmetro) não estavam de acordo com as dimensões das perturbações magnéticas (diâmetro 4-10 m.).

A fim de explicar a falta de acordo verificada fizemos experiências no «Research Laboratory for Archaeology», em Oxford, com um Simulador de Anomalias (Aitken e Alldred, 1964). Medimos o campo magnético numa reprodução miniatural de um perfil rochoso irregular. Os resultados mostraram que uma linha transversal cruzando uma série de irregularidades próximas da superfície produz uma série de perturbações magnéticas bem definidas, enquanto irregularidades mais profundas, semelhantes às escavadas em Conímbriga, determinam uma única perturbação magnética mas mais extensa. É provável, portanto, que as perturbações magnéticas verificadas em Conímbriga tenham sido produzidas por grupos de covas na superfície da rocha.

## Sítio 3

Prospectámos ainda uma área de  $24 \times 10$  m. num olival algumas centenas de metros a NE do sítio 2. O objectivo do levantamento magnético neste sítio era a localização de sarcófagos de pedra; assim marcámos apenas as anomalias inversas (valores abaixo da intensidade normal do campo magnético) (Tábua III), assumindo portanto que o magnetismo do sarcófago de pedra seria menor que o do terreno à volta.

TÁBUA III

## Resultados do levantamento magnético em Conímbriga (Sítio 3)

Anomalia	Perturbação magnética inversa (em gamma)	Largura (w) da anomalia
1	20	15 m
2	20	2 m
3	25	2 m

A escavação da anomalia 1 revelou uma laje de calcário ( $60 \times 25$  cms.), a 60 cms. de profundidade, a cobrir dois crânios e um pequeno monte de ossos. Estendeu-se a vala para nascente numa extensão de aproximadamente 4 m. e encontrou-se uma sepultura rodeada por tijolos e lajes de calcário dispostos de cutelo. Não se encontraram restos funerários idênticos em nenhuma das outras anomalias, e dado que em todas três havia «terra rossa», é possível que todas estas anomalias magnéticas tenham sido de origem geológica. O achado de uma sepultura delimitada por pedras no local da anomalia 1 foi fortuito.

## 2.3. Chões de Alpompé (4)

Prospectámos uma superfície de aproximadamente  $60 \times 60$  m. neste presumível acampamento romano. Fizemos as leituras de 2 em 2 m. usando a rede quadrangular normal, primeiro numa área de  $40 \times 40$  m., imediatamente a seguir, mas do lado de fora, a

(4) Sobre este local vid. *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanhol*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1958, p. 15.

um relevo visível na superfície do terreno, e que, segundo se presume, marca a posição da muralha, e depois numa área de  $60 \times 20$  m. do lado de dentro, também contígua à muralha. Apresentamos na fig. 2 os resultados magnéticos obtidos: as anomalias «normais» correspondem a um acréscimo da intensidade do campo magnético e podem representar fossas ou chãos de fogueiras enquanto as anomalias «inversas» correspondem a uma diminuição da intensidade do campo magnético.

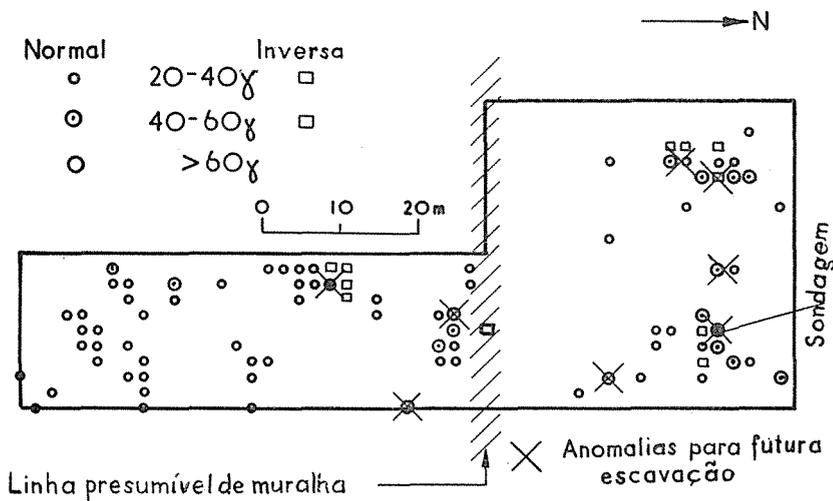


Fig. 2 — Resultados magnéticos em Chões de Alpompe

Do lado de dentro da muralha observámos um certo número de grandes anomalias imprecisas que podem ter sido determinadas por um grupo de fossas próximas umas das outras. É interessante notar a ausência quase total de anomalias nos primeiros vinte metros do lado de fora da muralha, a seguir aos quais o aspecto das anomalias foi idêntico ao observado do lado de dentro das muralhas.

Uma escavação feita na vizinhança de uma anomalia «normal» de 90 gamma revelou solo cinzento-escuro alcançando o cascalho a uma profundidade de 75 cms. Achou-se muito pouca cerâmica mas a escavação não foi suficientemente extensa para se poder concluir se havia ou não uma fossa. Tornam-se necessárias mais escavações, nos pontos marcados com uma cruz no plano (fig. 2) antes de se poder dizer se as anomalias foram de origem arqueológica ou geológica.

## 2.4. Muge

### 2.4.1. Cabeço da Amoreira

Fizemos o levantamento de uma área de  $20 \times 60$  m. perto de um concheiro mesolítico a fim de localizar fundos de cabanas que presumivelmente existiam nas vizinhanças do concheiro. Admitimos que os fundos de cabanas, que são essencialmente fossas largas e pouco profundas, causariam uma alteração magnética porque o seu entulho, feito de resíduos da ocupação, seria mais magnético do que a rocha circundante em que foram abertos.

Fizemos leituras a intervalos de 2 m. usando a rede quadrangular normal e estas revelaram duas pequenas anomalias magnéticas que eram determinadas, como a escavação mostrou, por pedaços de ferro moderno e enterrados a pouca profundidade. Não achámos quaisquer indícios de existência de fundos de cabanas.

### 2.4.2. Sítio de um forno

Prospectámos uma área de  $60 \times 40$  m. num campo contíguo a um forno de cerâmica romana já escavado na vizinhança de uma vila romana <sup>(5)</sup>. Não encontramos alterações magnéticas significativas e, ao contrário de Conímbriga (sítio 1), não há razão para supormos que o levantamento tenha sido incapaz de localizar um forno, se este existisse.

## 2.5. Casal do Zambujal

Tentámos servir-nos do magnetómetro de protões para determinar o curso da muralha exterior do castro neolítico, muralha cuja fundação tinha sido posta a descoberto durante escavações <sup>(6)</sup>.

Fizemos leituras a intervalos de 50 cm. ao longo de travessas perpendiculares à presumível linha de muralha mas não obtivemos resultados conclusivos. Também não tiveram êxito as medi-

---

<sup>(5)</sup> Vid. sobre este local J. M. Bairrão Oleiro, «Achados arqueológicos no Porto do Sabugueiro (Muge, Ribatejo)» in *Conímbriga*, II-III (1960-61), pp. 290-292.

As escavações que realizámos no Porto do Sabugueiro (Muge) em Setembro de 1963 e durante as quais escavámos o forno estão ainda inéditas (N.T.).

<sup>(6)</sup> As prospekções no Casal do Zambujal (Torres Vedras) foram feitas no dia em que o Prof. Sangmeister e o Dr. Schubart concluíam a sua campanha de escavações de 1964 no local. Sobre este castro vid. Afonso do Paço, «Castro do Zambujal» in *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, n.ºs LXI-LXII, 2.ª Série, 1964 (N.T.) e E. Sangmeister, H. Schubart e L. Trindade, *Escavações no castro neolítico do Zambujal (Torres Vedras-Portugal, 1964, Torres Vedras, 1966)*.

das da resistividade eléctrica que tomámos ao longo das mesmas travessas.

A natureza remexida do solo com frequentes afloramentos da rocha e pedras soltas tornavam inútil o levantamento magnético na maior parte da estação.

### 3 — Conclusões

O maior êxito dos levantamentos magnéticos em Portugal foi a localização exacta do forno romano em S. Sebastião. Este resultado confirma que em Portugal, como na Inglaterra, uma das maiores funções do magnetómetro é a detecção de fornos e outros monumentos que sofreram a acção do fogo.

Em Muge, se o magnetómetro não localizou qualquer forno, isso é prova segura de que não existe nenhum na área que foi prospectada. Em Conímbriga (sítio 1), porém, a situação é diferente; é possível que haja fornos mas que a sua presença tenha sido encoberta pelas alterações magnéticas produzidas por outros elementos. Vê-se portanto que o levantamento magnético é principalmente útil na localização de monumentos isolados em terrenos «estéreis» e que o seu valor em sítios cuja ocupação seja complexa é muito limitado; neste caso, a escavação total é frequentemente o único método para estabelecer a causa das alterações magnéticas.

Quanto à possibilidade de localizar fossas e chãos de fogueiras no interior de castros — segunda função do magnetómetro na Inglaterra — as experiências em Portugal não foram conclusivas. No casal do Zambujal o terreno não era conveniente para a prospecção magnética enquanto em Chões de Alompé a escavação das anomalias magnéticas ainda não se realizou e não se pode portanto dizer se foram determinadas por fossas ou se foram de origem geológica.

Em Conímbriga (sítio 2) detectaram-se anomalias magnéticas de origem geológica e estas eram suficientemente fortes e extensas para impedir a localização de elementos arqueológicos se estes existissem. Nos outros lugares visitados, porém, não deparamos com nenhuma interferência geológica comparável e tornam-se portanto necessários mais ensaios para podermos estabelecer em que medida é que as «anomalias geológicas» impedirão o uso do magnetómetro em estações arqueológicas de Portugal.

Em conclusão, portanto, verificamos que os resultados obtidos nos levantamentos magnéticos que apresentámos não tiveram aquele êxito que, julgando pelo que se tinha feito na Inglaterra,

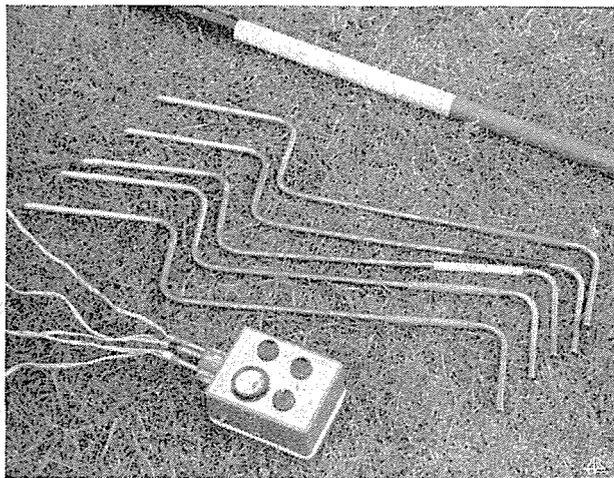


Fig. 1 — Resistivímetro. As varas de metal são espetadas no solo em linha recta e ligadas ao aparelho pelos cabos.

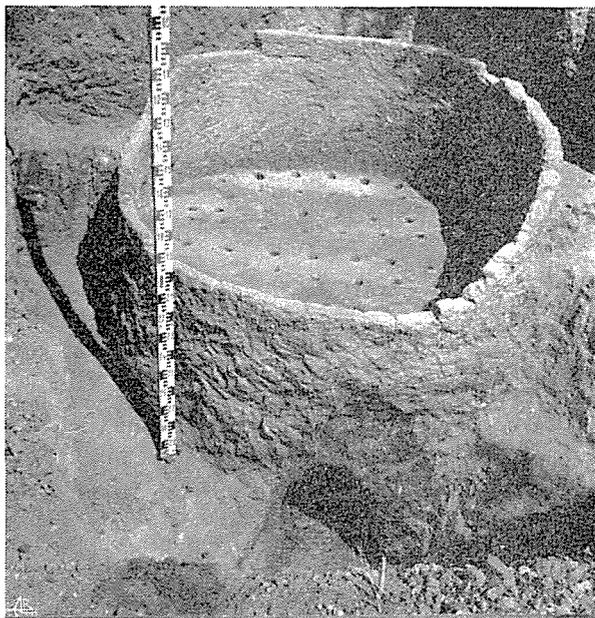


Fig. 2 — Forno cerâmico romano em S. Sebastião (Leiria).

esperámos. Todavia, se nos lembrarmos que em Inglaterra se fizeram mais de 100 levantamentos magnéticos, muitos dos quais não tiveram êxito, teremos de reconhecer que é demasiadamente cedo para fazermos afirmações dogmáticas acerca do valor deste método em Portugal, a não ser que o magnetómetro de protões será muito útil para a localização de fornos e outros monumentos sujeitos à acção do fogo.

### Agradecimentos

Os autores ficam extremamente gratos à Fundação Gulbenkian pelo financiamento deste projecto. Estendem os seus agradecimentos sinceros ao Dr. J. de Alarcão por ter elaborado o itinerário e tratado dos alojamentos durante a estadia em Portugal.

Estamos igualmente gratos aos seguintes arqueólogos pela gentileza com que autorizaram os levantamentos magnéticos nas estações a seu cargo: Professor E. Sangmeister, Dr. H. Schubart, P.<sup>o</sup> J. Roche e Dr. J. M. Bairrão Oleiro.

Finalmente, estendemos os agradecimentos ao Dr. M. J. Aitken pelo seu auxílio activo e por nos ter encorajado neste trabalho.

### Abreviaturas

- Aitken, M. J., Webster, G. e Rees, A. I., 1958: «Magnetic prospecting», *Antiquity*, 32, 270-271.
- Aitken, M. J., 1961: *Physics and Archaeology*. Interscience, Londres, pp. 7-59.
- Aitken, M. J. & Tite, M. S., 1962: «Proton magnetometer surveying on some British hill-forts». *Archaeometry*, 5, 126-134.
- Aitken, M. J. e Alldred, J. C., 1964: «A Simulator -- Trainer for magnetic prospection», *Archaeometry*, 7, 28-35.
- Atkinson, R. J. C., 1952: «Méthodes électriques de prospection en archéologie». *La Découverte du Passé* (ed. A. Laming), Picard, Paris, pp. 59-70.
- Lerici, C. M., Bartoccini, R. e Moretti, M., 1959: *Necropoli di Tarquinia*. Fondazione Ing. C. M. Lerici, publicação n.º 15, Milão.
- Linington, R. E., 1961: *Quaderni di geofisica applicata*. Fondazione Ing. C. M. Lerici, publicação n.º 22, Milão.
- Palmer, L. S., 1960: «Goelectric surveying of archaeological sites». *Proc. Prehist. Soc.*, 26, 64-75.
- Wenner, F., 1916: «A method of measuring earth resistivity». *Bull. U. S. Bur. of Stand.* 12, 469.

M. S. TITE & J. C. ALLDRED

Research Laboratory for Archaeology  
and the History of Art, Oxford

### Paleolítico de Torres Novas

No seu estudo «Nótula sobre a arqueologia de Torres Novas», diz-nos a Dr.<sup>a</sup> D. Maria Augusta Esparteiro da Cunha e Serra (1):

«Não possuímos nesta região grande riqueza de material paleolítico».

«Conhecem-se três pequenas estações de superfície, identificadas pelo Prof. Henri Breuil e Dr. Georges Zbyszewski, cujo espólio se encontra ainda inédito no Museu dos Serviços Geológicos:

*Estação Paleolítica da Eirinha*: situada nas proximidades da nascente do Almonda, com algumas peças típicas do acheulense superior e do mustierense;

*Estação da costa do Castelo Velho*: situada na freguesia de Pedrogão, com indústrias do acheulense superior e do taia-cense;

*Estação situada no Caminho da Zibreira para a nascente do Almonda*, com algumas peças atípicas e lascas do paleolítico superior».

\*

No decorrer dos trabalhos arqueológicos a que procedemos na «Villa de Cardilius», ruínas romanas situadas a S de Torres Novas, tivemos ocasião de visitar, no domingo 5 de Maio de 1963, depois da Missa nos Riachos, o chamado «Castelo Velho», morro que fica na extremidade meridional da povoação, no qual dizem as pessoas mais antigas que existiram outrora umas muralhas, hoje totalmente destruídas pelos trabalhos agrícolas. Abundam aí os calhaus rolados, mas foi em vão que procuramos exemplares com vestígios de trabalho intencional do homem.

Ao fim da tarde desse mesmo dia fomos com o Ex.<sup>mo</sup> Presidente da Câmara, Fernando Nuno Martins da Cunha, visitar a fonte da Barreta, de tão afamadas águas, vizinha das escavações romanas, e notando também ali profusão de calhaus rolados dispusemo-nos a continuar as buscas paleolíticas que se tinham manifestado infrutíferas no decorrer da manhã.

---

(1) *Maria Augusta Serra*: «Nótula sobre a arqueologia de Torres Novas». *Nova Augusta*, 1, Dezembro de 1962. (Extraído da tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa com o título: *Monografia arqueológica do Concelho de Torres Novas*).

Revolveram-se dezenas de calhaus e a certa altura o Ex.<sup>mo</sup> Presidente perguntou: «É este não é nada?»

Observando-o, notamos que se tratava de facto de uma peça paleolítica, a primeira, bem característica, que se encontrava nesta parte do concelho.

É o exemplar da fig. 1, talhado num calhau largo e espesso, que conserva as arestas ainda bem vivas, por não ter sido sujeito a rolamento, depois de trabalhado. Tem de comprimento 110 mm, de largura 115 mm, de espessura 45 mm e pode classificar-se do languedocense.

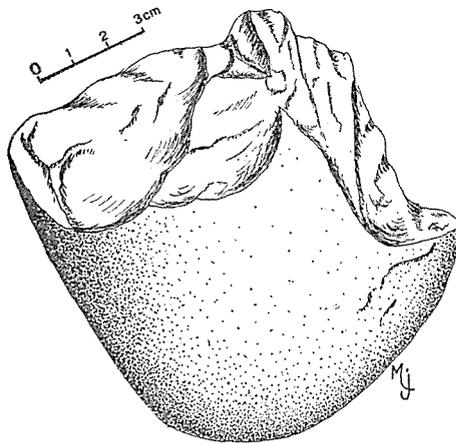


Fig. 1 — Monoface recolhido junto da fonte da Barreta

Ficamos naquela tarde com a convicção de que, entre os calhaus rolados que havia nas imediações da escavação, alguns deles deviam conter talhe paleolítico, mas não dispúnhamos de tempo para os procurar, tão absorvidos andávamos com os trabalhos da vila romana.

Nos finais desse mês de Maio recolhemos no local da escavação novo calhau com talhe paleolítico, bastante rolado e com as arestas muito destruídas, que se pode classificar do acheulense. É o exemplar da fig. 2 que mede de comprimento 100 mm, de largura 80 mm e de espessura 35 mm.

Foi empregado nas construções da «Villa de Cardilius» e ainda contém restos da caliza em que estava envolvido.

Mais tarde, a 20 de Junho, durante os trabalhos de escavação deparamos com um terceiro exemplar, o da fig. 3, que como o anterior tinha sido empregado nas construções romanas, onde

abunda o calhau rolado. Há mesmo um enrocamento de mosaico que assenta sobre calhaus rolados, o que não é coisa vulgar, para não dizer rara, nos mosaicos que conhecemos <sup>(2)</sup>.

Tem este terceiro utensílio paleolítico as arestas ligeiramente desgastadas por rolamento a que estivera sujeito, mas apesar disso é a mais bela peça do conjunto torrejano até agora recolhido. Pode classificar-se do acheulense e tem de comprimento 118 mm, de largura 144 mm e de espessura 40 mm. Todos estes utensílios são monofaces.

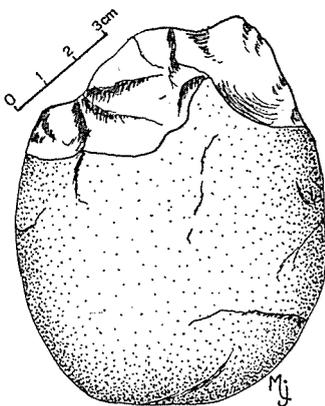


Fig. 2 — Monoface recolhido nas escavações da «Villa de Cardilius»

São os primeiros exemplares paleolíticos fabricados em calhaus rolados, que se recolheram na parte oriental do concelho de Torres Novas e que nos garantem, com toda a segurança, a presença do homem do paleolítico inferior na região, isto é, são verdadeiros documentos que, de harmonia com as classificações e cronologias hoje aceites, nos atestam a existência de antepassados nossos no concelho, muito para além de 50 000 anos a. C.

<sup>(2)</sup> Sobre a «Villa de Cardilius» publicaram-se os seguintes trabalhos:  
Afonso do Paço: «Vila Cardilio-estação romana de Torres Novas». *Nova Augusta*, n.º 2, Torres Novas, 1963.

— *Idem*: «Vila de Cardilio-agglomerato luso-romano de Torres Novas (Portugal)». *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 23, Lisboa, 1964.

— *Idem*: «Nota acerca dos mosaicos romanos da Vila de Cardílio». *VIII Congreso Nacional de Arqueología — Sevilla-Málaga, 1963*. Zaragoza, 1964.

— *Idem*: «Mosaicos da Vila de Cardílio». *III Colóquio Portuense de Arqueología*. Porto, 1964.

— *Idem*: «Mosaicos romanos de la «Villa de Cardilius» en Torres Novas (Portugal)». *Archivo Español de Arqueología*, vol. xxxvii, Madrid, 1964.

Comparando os dois grupos de materiais paleolíticos de Torres Novas, o identificado por Breuil e Zbyszewski e este de agora, notamos que as diferenças entre eles não são fundamentais, pois ambos contêm material acheulense. Temos assim, mais ou menos, uma identidade de indústrias na parte oriental e ocidental do concelho.

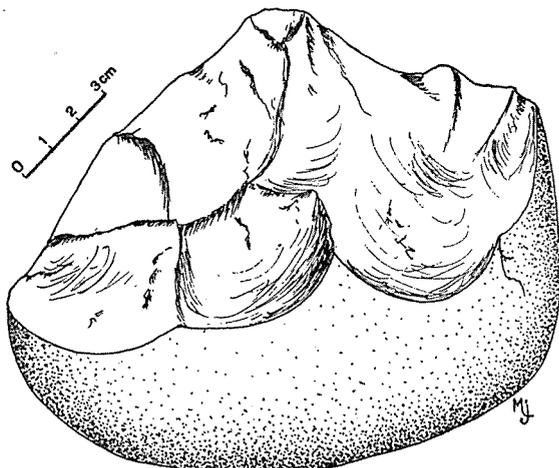


Fig. 3 — Monoface recolhido nas escavações da «Villa de Cardilius»

Há depois as lascas atípicas do paleolítico superior que o Abbé Breuil recolheu no caminho da Zibreira, quando das visitas de estudo e escavação da gruta da nascente do Almonda <sup>(3)</sup>.

O Neolítico é muito abundante no concelho de Torres Novas. Aparece mesmo na vila romana onde recolhemos, no decorrer das escavações, um fragmento de machado de pedra polida e duas fauquitas, uma de sílex e outra de quartzo <sup>(4)</sup>.

AFONSO DO PAÇO

<sup>(3)</sup> Afonso do Paço, Maxime Vaultier e Georges Zbyszewski: «Gruta da nascente do Almonda». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XI, Porto 1947.

<sup>(4)</sup> Desenhos da Dr.<sup>a</sup> D. Maria João Lopes do Paço. Indicações sobre classificação do Dr. Georges Zbyszewski. A ambos os nossos agradecimentos.

### Acerca dum molde de lucernas

Entre os processos de iluminação utilizados pelos romanos são de destacar as lâmpadas de combustível líquido, a que davam o nome de lucernas e as de combustível sólido, chamadas candelas, fax, etc.

A importância das lucernas, não diminuiu com o decorrer dos séculos mas situa-se em campos diferentes: na antiguidade, a sua descoberta veio trazer um enorme progresso na iluminação e hoje o seu estudo tem enorme interesse pois, devido ao conhecimento da sua evolução através do tempo, estamos habilitados a fazer datações de estratos arqueológicos bastante aproximadas. As lucernas prestam-se, particularmente, para esse efeito porque, como objectos de uso corrente e, geralmente, de barro, se quebravam com facilidade e porque, por outro lado, é de todos os tempos o gosto de seguir a moda, o mesmo não acontecendo, por exemplo, com as moedas que tinham curso durante longo tempo.

Como vimos, os romanos utilizavam vários tipos de iluminação. No caso das lucernas, que é o que, de momento, nos interessa, os materiais utilizados na sua fabricação eram o bronze, o barro, o vidro, o alabastro, etc.

Vejamos, se bem que em resumo, como se fabricavam as de barro.

Depois de convenientemente limpa de impurezas e de amassada com água até ser transformada numa massa homogénea, a argila estava pronta a ser trabalhada na olaria que, devido à delicadeza das operações a efectuar, tinha de ser uma oficina especializada neste género de trabalhos.

Como as lucernas eram moldadas, a primeira fase da sua fabricação era a obtenção de moldes. Estes eram duplos: uma metade destinava-se à moldagem da parte inferior da lucerna e a outra à parte superior.

A parte superior do molde, como é natural, era a mais cuidada, pois era nela que se vazavam as ornamentações. Na metade inferior, parte correspondente ao fundo, o oleiro gravava, por vezes, a sua marca que tanto podia ser relevada como vazada.

Para obterem este molde, os oleiros modelavam primeiro uma lucerna e, a partir dela, obtinham todos os moldes de que necessitavam. Algumas fábricas possuíam perto de um cento de matrizes, das quais podiam obter novos moldes sempre que necessitassem.

Fabricado o molde, o oleiro revestia-o com barro amassado, comprimindo-o fortemente contra as paredes. A primeira camada tinha de ser muito fina para aderir bem; seguiam-se outras camadas até se atingir a espessura precisa. Feita esta operação nas duas metades do molde, estas eram ajustadas e as duas secções da lucerna eram coladas por meio duma pequena porção de barro fino muito diluído.

Terminada esta operação, era o conjunto colocado ao sol e assim o barro, perdendo água, contraía-se e soltava-se do molde. Retirado deste, recebia os últimos retoques, eram abertos os orifícios de enchimento e da mecha e a asa era perfurada quando não era colada depois da moldagem.

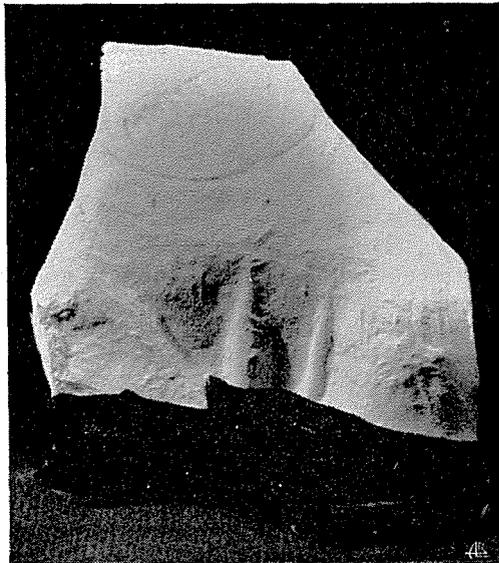


Fig. 1 — Moldagem da lucerna

Feito isto, para diminuir a porosidade e dar melhor aspecto, applicava-se uma leve camada de engobe, geralmente colorido.

Só faltava, agora, cozer a lâmpada. Esta última operação era realizada em fornos vulgares de cozer cerâmica, aquecidos a moderada temperatura para que as lucernas não estalassem.

O trabalho das olarias era, em grande parte, feito por escravos, atingindo alguns tal grau de especialização e perícia, que os seus nomes figuravam nas peças. Estes escravos, quando libertados, tornavam-se sócios ou até donos de olarias.

Como vimos, no fundo das lucernas figuravam por vezes os nomes dos seus fabricantes, geralmente em genitivo, por se subentender a expressão «Ex Oficina» que nem sempre estava omissa. Só muito raramente aparece o nominativo, seguido da forma verbal «fecit». A aposição dos nomes dos fabricantes, geralmente abreviados, atingiu a máxima divulgação no século II A. D. Mas, não era só o nome do fabricante que figurava na lucerna; em alguns casos, o artífice juntava-lhe o seu próprio nome.

Acontece, também, que o «cognomen», varia conservando-se, no entanto, o «praenomen» e o «nomen». É o que acontece com «L. Munatius», que aparece seguido dos seguintes «cognomina», «Amaranthus», «Philemo», «Restutus», «Sucessus» e «Threptus».

Crê-se que esta variedade de «cognomina» se deve ao facto dos libertos adicionarem ao seu nome, tomando o lugar de «cognomen», o nome dos patronos.

Como já dissemos, a cronologia das lucernas é muito importante, pois a partir delas poder-se-ão datar outros objectos. Em face disso, vários autores tentaram estabelecer tabelas para a classificação tipológica e cronológica das mesmas. Assim, apareceram os trabalhos de Dressel (só tipológica) Fink, Walters, Broneer, Loeschke, Palol Salellas e outras.

A partir de qualquer destes trabalhos podemos datar uma lucerna, mas para maior segurança, deve recorrer-se a mais de uma tabela. As mais usadas são as indicadas acima.

A indústria das lucernas atingiu grande amplitude. Certas regiões como a Itália, Gálias e Norte de África exportaram enormes quantidades deste produto <sup>(1)</sup>.

Em Portugal ter-se-iam fabricado lucernas? Até agora pouco se podia adiantar, apesar da descoberta da parte superior de dois moldes: um na Conímbriga <sup>(2)</sup> e outro em Alcácer do Sal <sup>(3)</sup>.

(1) Estas notas de introdução foram, na sua grande parte, decalcadas no estudo de J. A. Ferreira de Almeida — «Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal» (1952), separata de «O Arqueólogo Português», nova série, tomo II e no artigo «Lucernas» de Toutain in «Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines» de Daremberg e Saglio.

(2) J. M. Bairrão Oleiro — «Catálogo de lucernas romanas» (Coimbra, 1952), pág. 29 e estampa IX.

(3) Abel Viana — «Arqueologia Prática» (Beja, 1962), págs. 114 e 115 e in «Arquivo de Beja», V, pág. 12.

Em 1955 foi encontrada em Braga, pelo Reverendo Senhor Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, a parte inferior do molde duma lucerna que este ilustre investigador teve a gentileza de nos ceder para estudo (4).

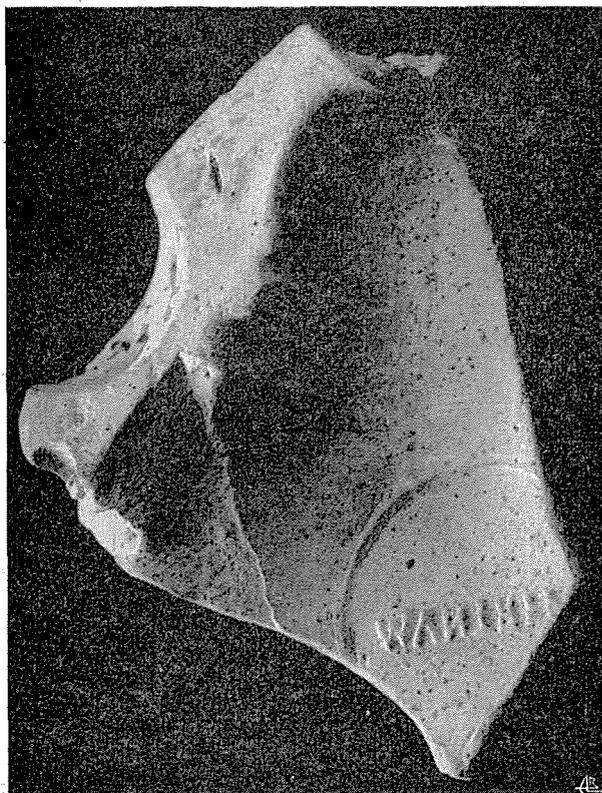


Fig. 2 — Molde de lucerna face interna

Mais precisamente este fragmento, pois infelizmente, é dum fragmento que se trata, foi encontrado quando da abertura da Rua Santos Cunha (freguesia de Maximinos) rasgada através duns campos, até aí conhecidos pelo nome de Cividade de Cima.

---

(4) Pertence ao Museu de Etnografia e História de Braga (em organização).

Com a abertura desta rua apareceram numerosos restos romanos, dos quais citaremos, por nos interessarem muito especialmente para este estudo, os restos dum forno cerâmico <sup>(5)</sup>, e a grande quantidade de argila pronta a ser utilizada, que tem aparecido em certos pontos destas ruínas <sup>(6)</sup>.

Ora todos estes factos (o fragmento do molde, o forno e a argila), permitem-nos supor que na «Bracara Augusta» se fabricaram lucernas. Este conjunto de circunstâncias torna o achado deste molde mais significativo que o dos anteriores, de que se ignoram as condições em que foram encontrados.

Trata-se, como foi dito, do fragmento da parte inferior do molde dum lucerna de volutas do tipo Dressel 14, Broneer XXIII, British Museum 84, Loeschcke VI, Palol Salellas 8, fabricado em barro esbranquiçado muito duro e aderente ao qual ainda restam alguns fragmentos de verniz acastanhado. Nas paredes exteriores foram abertos orifícios profundos em forma de cone, para diminuir a espessura das paredes do molde e assim o calor chegar mais facilmente ao interior sem que a resistência da peça seja enfraquecida.

Na parte interior desta mesma face encontram-se profundamente gravadas as letras DO numa linha e, por baixo desta as letras MI mas, como o molde se encontra quebrado, devem faltar algumas letras. Sobre o significado deste letreiro, por falta de elementos, não me atrevo a apresentar nenhuma hipótese. Estas letras medem 1,2 cm de altura.

Na face interior, na parte correspondente à base, em letras relevadas, lê-se TPERTNUM marca que, visto tratar-se dum molde está escrita detrás para diante devendo, portanto, ler-se MUNTREPT, assinatura do oleiro «(L) Munatius Threptus» e como se subentende a expressão «ex officina», a abreviatura desenvolvida será L. Mun (ati) T (h) rept (i).

Os produtos da oficina deste oleiro têm sido encontrados em Roma e Norte de Africa, o que leva a crer que ela se encontraria numa destas regiões, com maior probabilidade para a segunda <sup>(7)</sup>.

Mas então, como explicar o aparecimento deste molde em Braga?

---

<sup>(5)</sup> Referido pelo Reverendo Cônego Arlindo Cunha. (Correio do Minho de 13 de Fevereiro de 1964).

<sup>(6)</sup> Infelizmente tem sido impossível efectuar escavações metódicas. Alguns objectos aí achados foram pelo autor apresentados ao «IV Colóquio Portuense de Arqueologia» (1965).

<sup>(7)</sup> Toutain, *loc. cit.*

Apresentaremos quatro hipóteses :

- 1.º O molde seria um dos muitos vendidos no comércio?
- 2.º Existiria em Braga uma sucursal da oficina do Norte de África?
- 3.º Esta oficina não seria norte-africana mas sim bracarense?

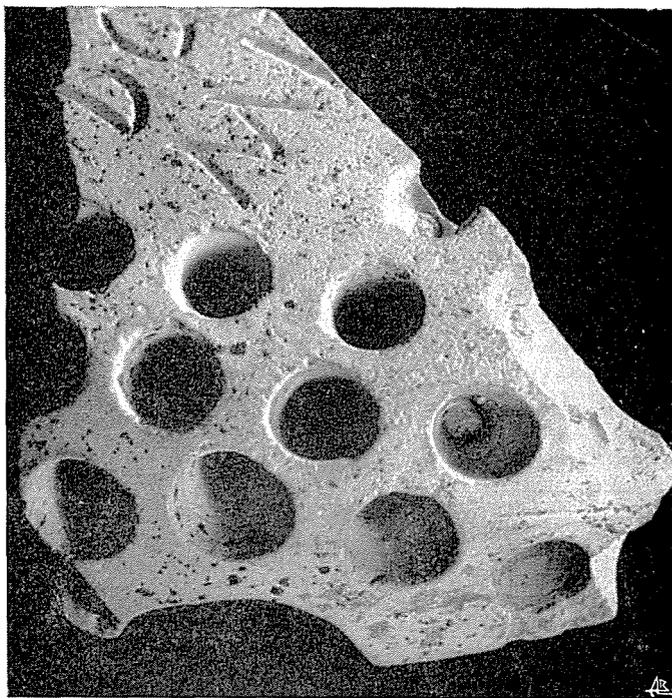


Fig. 3 — Molde de lucerna face externa

4.º Tratar-se-ia simplesmente duma apropriação e não dum molde obtido do original, isto é, este molde teria sido obtido duma lucerna vendida pela oficina de «L. Munatius Threptus» e, abusivamente, reproduzida pelo oleiro bracarense?

A hipótese que me parece mais crível é a segunda; teria portanto existido em Braga uma oficina subsidiária da de «Munatius Treptus».

Analisemos as outras hipóteses.

Se o molde fosse vendido para ser reproduzido por outros, com certeza que não traria a marca do oleiro, seu autor, na parte inferior, pois o dono dessa marca não saberia em que mãos ela ia cair e qual a qualidade dos produtos do outro oleiro, enquanto que este, também não gostaria que os seus produtos saíssem para o mercado com um nome que não era o seu.

Se uma oficina da importância desta fosse bracarense, por certo apareceriam mais lucernas deste oleiro em Portugal do que em qualquer outro lado. O facto é que, de Portugal, só se conhecem, até hoje três lucernas com esta marca. Uma encontra-se no Museu Leite de Vasconcelos <sup>(8)</sup>, outra no Museu de Antropologia da Universidade do Porto <sup>(9)</sup> e a terceira na Biblioteca Museu de Penafiel <sup>(10)</sup> e só esta é de tipo igual ao do molde.

Não creio também que se trate duma apropriação pois o molde é bastante perfeito para ter sido obtido por alguém incapaz de modelar uma lucerna original e, por outro lado, seria natural que, se o fizessem, tivessem tido o cuidado de raspar a marca do fundo.

Como dissemos, em Portugal foram encontradas três lucernas deste oleiro mas só uma, a de Penafiel, é do tipo Dressel 14, Broneer XXIII ou British Museum 84. As outras a do Museu de Antropologia e a do Museu Leite de Vasconcelos são do tipo Dressel 15, Broneer XXIV, British Museum 85.

Comparada a lucerna de Penafiel com o molde, verificou-se que, além de ser do mesmo tipo, tinha as mesmas medidas <sup>(11)</sup>, descontando a natural contracção por perda de água.

Teria então esta lucerna sido fabricada em Braga?

É muito possível, nada se opõe a isso como, de resto, nada o confirma.

Passemos agora ao estudo da cronologia desta peça. Segundo a classificação do «British Museum» (tipo 84), estamos perante uma peça do séc. I — lâmpada de «rostrum» redonda com volutas e com ansa.

Segundo a classificação de Walters trata-se de uma lâmpada

---

<sup>(8)</sup> Citada por Ferreira de Almeida — «Lucernas Romanas em Portugal», sob o n.º 73.

<sup>(9)</sup> Idem sob o n.º 66. Nesta só se conseguem ler as três primeiras letras MVN. As outras estão safadas pelo uso.

<sup>(10)</sup> Idem sob o n.º 63, e em «Lucernas de Penafiel» do autor in «Revista do Etnografia» (Porto, 1966).

<sup>(11)</sup> Comprimento 11 cm, largura 7,5 cm e altura 2 cm.

da classe II («rostrum» de ponta sempre ladeado de volutas) tipo fabricado na primeira metade do século I A. D.

Igualmente para Palol Salellas é uma lâmpada da época de Tibério (14-37) — Cláudio (41-54), portanto também da primeira metade do séc. I A. D.

A maior expansão deste tipo deve, sobretudo, ter-se dado no segundo quartel do séc. I A. D. e estas lâmpadas constituem o grupo mais numeroso entre as achadas em Portugal <sup>(12)</sup>.

As outras duas lucernas, citadas como tendo a marca de «L. Munatius Treptus», pertencem a uma época idêntica a esta.

### *Conclusão*

Foi encontrado em Braga um molde de lucernas do maior interesse, a propósito do qual se podem tirar as seguintes conclusões:

1.º Fabricaram-se lucernas em Braga no 2.º quartel do séc. I A. D.

2.º É de presumir que, nessa cidade, houve uma fábrica de lucernas subsidiária da oficina de «L. Munatius Threptus».

3.º Igualmente presumimos que uma das lucernas do Museu de Penafiel foi fabricada a partir deste molde.

Ao Ex.<sup>mo</sup> Senhor Prof. Doutor Bairrão Oleiro agradecemos todos os esclarecimentos que nos prestou para a identificação da marca existente no molde.

Igualmente ao Rev.<sup>o</sup> Senhor Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha agradecemos a possibilidade que nos deu de estudar esta notável peça.

J. J. RIGAUD DE SOUSA

Sócio da Soc. Port. de Antropologia  
e Professor do Conservatório de Música de Braga

---

(12) Ferreira de Almeida, *ob. cit.* — pág. 115.

### Nota sobre as escórias encontradas no Castro de Carvalhelhos <sup>(1)</sup>

1 — *Análise Química* — A análise das escórias feita no Laboratório do Serviço de Análises do I. S. T. <sup>(2)</sup> forneceu os seguintes resultados:

Sílica (SiO <sub>2</sub> ) . . . . .	21,46 %
Ferro (Fe) . . . . . 45,06	
Ferro (Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub> ) . . . . .	64,43 %
Alumina (Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub> ) . . . . .	9,34 %
Titânio (TiO <sub>2</sub> ) . . . . .	0,96 %
Manganês (MnO) . . . . .	0,40 %
Fósforo (P <sub>2</sub> O <sub>5</sub> ) . . . . .	0,30 %
Enxofre (S) . . . . .	0,005 %
Cobre (Cu) . . . . .	vestígios
Estanho (SnO <sub>2</sub> ) . . . . .	2,03 %

O boletim de análise contém a seguinte observação: “Apesar de se tratar de um produto muito rico em ferro, não é de eliminar a hipótese de se tratar de uma escória da metalurgia do estanho, dada a presença nítida deste elemento que não existe normalmente em minérios de ferro”.

2 — *Observação Macroscópica* — A observação macroscópica, da amostra que nos foi fornecida, mostra a existência de duas espécies de material: — Um muito poroso e de baixa densidade aparente, outro compacto e de elevada densidade.

Enquanto que o material poroso não é facilmente atraído pelo íman, o compacto tem elevada permeabilidade magnética.

Nos fragmentos porosos observam-se inclusões de quartzo.

3 — *Discussão* — Do conhecimento da análise química e da observação macroscópica é possível fazer algumas considerações a respeito destas escórias.

A composição química por si só tem muito pouco interesse no estudo de escórias. Admite que o ferro se encontra no seu máximo estado de oxidação, quando a elevada permeabilidade

(1) Colheita do Professor Doutor Santos Júnior.

(2) Análise fornecida pelo Prof. Eng.º A. Herculano de Carvalho, Director do Laboratório de Análises do Instituto Superior Técnico de Lisboa, a solicitação do Prof. Doutor Santos Júnior.

magnética observada indica a sua combinação como magnetite, não sendo de excluir a possibilidade de, pelo menos em parte, estar ligado à sílica formando silicatos — fayalite ( $2\text{FeO} \cdot \text{SiO}_2$ ). Com os outros elementos passar-se-ão factos semelhantes. A alumina, por exemplo, resultará do próprio minério de ferro e encontrar-se-á sob a forma de alumina livre e/ou alumino-silicato de ferro. O estanho poderá encontrar-se sob a forma de estanho metálico livre (situação mais frequente), estannatos de ferro, ou uma liga Fe-Sn.

O estado de combinação dos constituintes dos leitos de fusão dependerá, principalmente, das temperaturas atingidas durante as operações de redução. Assim, será possível que nas escórias porosas venham a encontrar-se os constituintes originais ou os produtos resultantes das reacções em fase sólida. Não será de excluir a possibilidade de o  $\text{Fe}_2\text{O}_3$  ter sido em parte reduzido e no contacto com os grãos de quartzo ter dado lugar a fayalite. Nos fragmentos compactos, resultantes de solidificação a partir do estado fundido, os produtos obtidos corresponderão à mais elevada afinidade entre os constituintes. Com efeito, as reacções possíveis no estado sólido, são somente as exotérmicas e as que correspondem à combinação das substâncias em contacto.

Durante a fusão, os compostos resultantes de reacções no estado sólido dissociam-se e a combinação, no arrefecimento, será aquela que corresponde à maior afinidade química. No arrefecimento formar-se-ão, por isso, constituintes iguais ou diferentes dos obtidos por reacção no estado sólido, mas sempre com estrutura cristalina mais perfeita.

De estranhar nestas escórias, a não existência de cal, fundente hoje normalmente utilizado por ser mais barato e de mais fácil aquisição. Estranho é, igualmente, um tão elevado índice de basicidade. Este define-se como a relação  $\text{FeO}/\text{SiO}_2$ . De acordo com a análise química o seu valor seria:

$$i = \frac{\text{FeO}}{\text{SiO}_2} = \frac{57,68}{21,46} = 2,68$$

Na prática, o índice de basicidade das escórias da metalurgia do estanho está compreendido entre 1 e 1,3. Com efeito, sendo o estanho uma substância anfotérica dá com a sílica, silicatos de estanho e com os óxidos de ferro estannatos de ferro. O índice de basicidade deverá ser, por isso, escolhido de modo que a escória possa cumprir o seu papel de fundente e depurador, evitando tanto quanto possível, as perdas em metal.

De notar ainda um tão baixo teor em Sn das escórias. Normalmente, as perdas em Sn são bastante elevadas e cifram-se em valores que ultrapassam em geral 10% e atingem por vezes 40%.

A temperatura atingida em determinadas zonas do forno parece ter sido muito elevada, ultrapassando talvez os 1.300° C. Sendo assim, e admitindo que o operador do forno não dispunha da análise química das matérias-primas, usava como precaução minério de ferro em excesso. Como o ponto de fusão da magne-

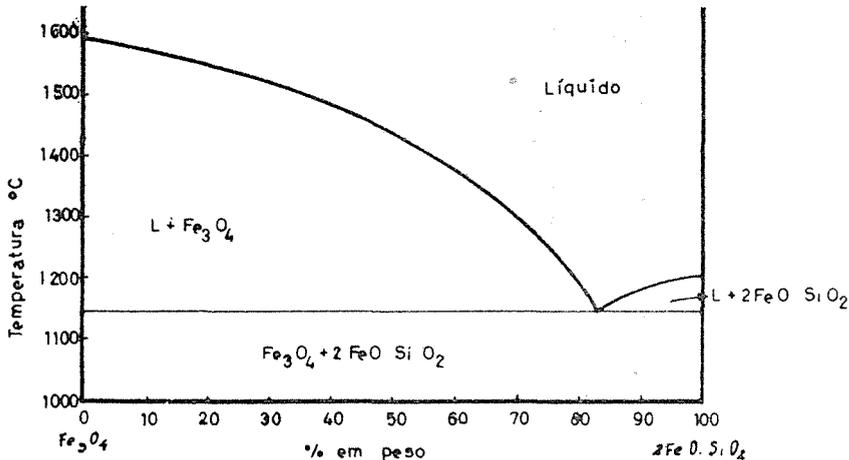


Fig. 1 — Diagrama de equilíbrio experimental do sistema  $\text{Fe}_3\text{O}_4\text{-}2\text{FeO.SiO}_2$  (Segundo Ostrovsky e Olsansk — 1956).

tite é de 1.600° C haveria a garantia de que exclusivamente a parte do óxido de ferro, que pudesse combinar-se com a sílica no estado sólido poderia fundir. Na realidade a fayalite —  $2\text{FeO.SiO}_2$  — funde a 1.205° C quando no estado puro, mas forma-se por reacção no estado sólido a temperaturas de 990° C (WEGMAN) a 1.153 (LITVINOVNA). Por sua vez a fayalite pode dissolver magnetite (resultante da redução da hematite) baixando o seu ponto de fusão para 1.142° C (fig. 1).

Todas estas considerações, nos levam a formular a hipótese seguinte:— O leito de fusão usado seria constituído por um enorme excesso de fundente — minério de ferro — o qual só em parte foi digerido devido às temperaturas reinantes não serem suficientemente elevadas para que a digestão completa fosse possível. Por isso, uma parte importante do fundente não foi utilizado e daí a ilusão deixada pela análise química, de um índice de basicidade elevado e reduzidas perdas em Sn.

4 — *Observação Microscópica* — A observação microscópica destina-se a confirmar a hipótese anteriormente formulada.

Para a observação microscópica, várias amostras foram montadas em resinas polimerizáveis e em seguida serradas e polidas.

As superfícies polidas foram observadas e fizeram-se microfotografias dos aspectos mais interessantes.

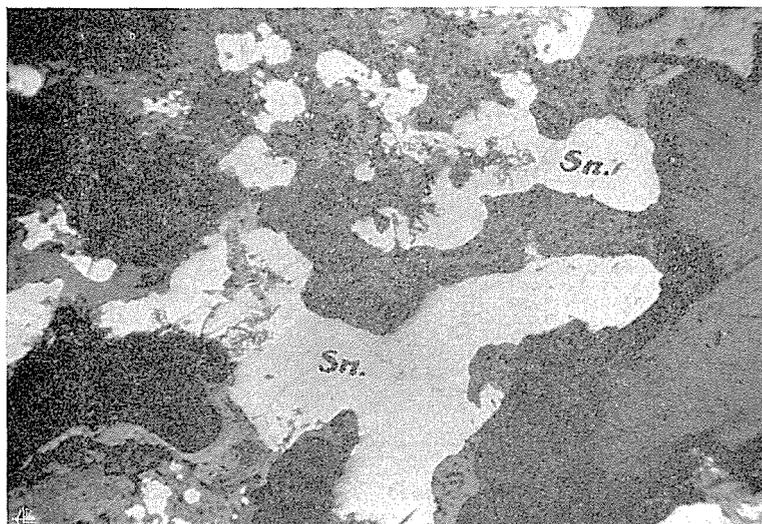


Fig. 2 — Microfotografia 1 mostrando estanho metálico ocupando os espaços vazios da estrutura formada por minério de ferro sinterizado. Amostra 1  
Luz reflectida natural. Ampl. 40 x

A microfotografia 1 (fig. 2) mostra estanho metálico ocupando o espaço aberto (cavidades, poros, fracturas) resultante da sinterização do minério de ferro usado com fundente. Este, só nas proximidades das inclusões de quartzo se apresenta fundido.

A microfotografia 2 (fig. 3) mostra uma estrutura mais compacta apresentando ainda alguns poros numa escória de fayalite em parte vitrificada, na qual existem cristais de magnetite mais ou menos corroídos.

A microfotografia 3 (fig. 4) devido à sua reduzida ampliação mostra uma massa porosa com várias inclusões esféricas de estanho metálico. A forma esférica destas inclusões demonstra que o estanho metálico foi a última substância a solidificar, a partir de um «magma» em que havia insolubilidade total dos dois compo-

mentos (escória-estanho) não só no estado sólido como também no estado líquido.

A microfotografia 4 (fig. 5) é uma ampliação da microfotografia 3. Nela se podem distinguir várias manchas claras e uma matriz em parte cristalizada (riscos) e em parte vítrea. Numa tentativa de determinar qual a composição da matriz procedeu-se ao ataque da

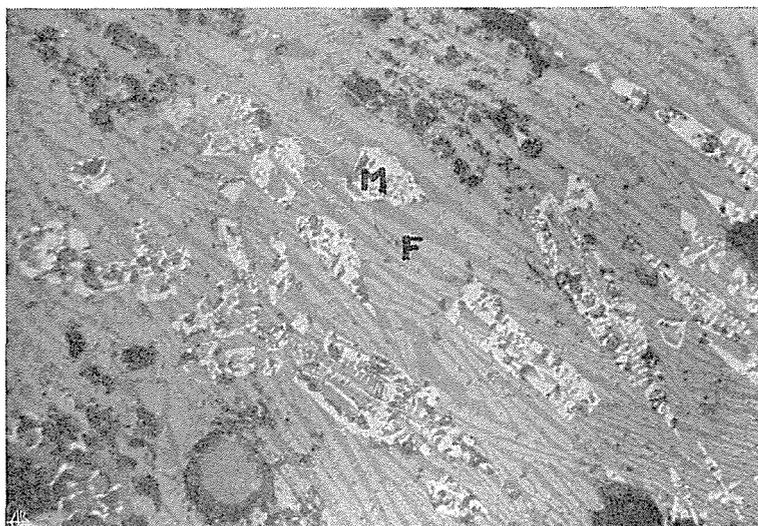


Fig. 3 — Microfotografia 2 mostrando grãos de magnetite bastante corroídos numa escória silicatada em grande parte cristalizada.

M — Magnetite — F — Fayalite Amostra 4  
Luz reflectida natural. Ampl. 160 x

amostra com  $\text{Cl NH}_4$  a 4%. A microfotografia 7 (fig. 6) mostra os glóbulos de estanho atacados e um aspecto da matriz em que sobressaem dendrites estreladas em vias de crescimento, de identificação difícil [ $\text{FeSn}_2$ (?)] e numerosos bastonetes (provavelmente silicatos) numa escória vítrea.

A microfotografia 5 (fig. 7) mostra uma zona da escória solidificada, com composição hipoeutética. Nela se distinguem dendrites de magnetite pró-eutética e um eutético magnetite-fayalite bem diferenciado. A fayalite apresenta-se cristalizada e a magnetite liga-se por vezes a magnetite pró-eutética.

Da observação das microfotografias parece poder concluir-se que a hipótese formulada é correcta. Ficará apenas por identificar

uma fase, de grande interesse, cuja composição terá que ser determinada radiograficamente.

Não restam dúvidas quanto à utilização de um óxido de ferro como fundente, o qual só em parte foi activamente utilizado durante a redução.

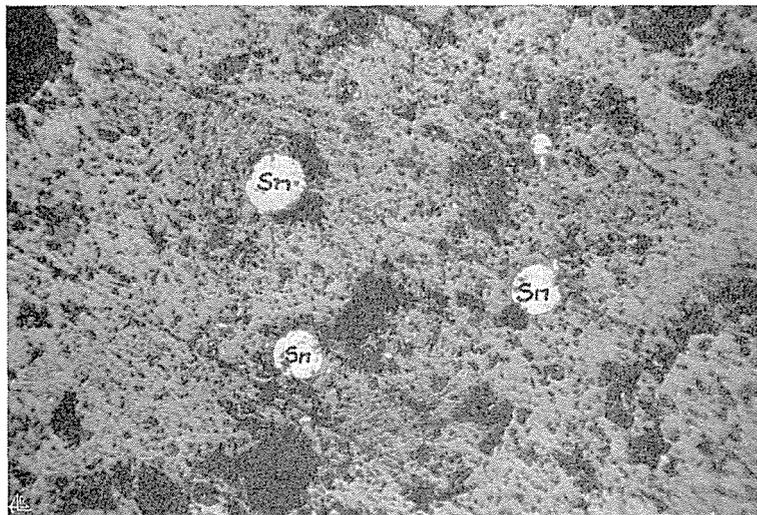


Fig. 4 — Microfotografia 3 mostrando escória porosa glóbulos de estanho metálico de forma esférica. Amostra 5  
Luz reflectida natural. Ampl. 40 x

Se a fase não identificada for uma liga Fe-Sn ficará confirmada a elevada temperatura reinante durante a redução e a relativamente elevada perda em Sn.

### Conclusões

1.º — Da análise química, observação macroscópica e observação microscópica, verifica-se que o fundente utilizado foi um óxido de ferro (hematite ou limonite);

2.º — O elevado índice de basicidade  $\left(\frac{\text{Fe O}}{\text{Si O}_2}\right)$  é apenas aparente pois, há uma importante quantidade de óxido de ferro que não tomou parte no processo;

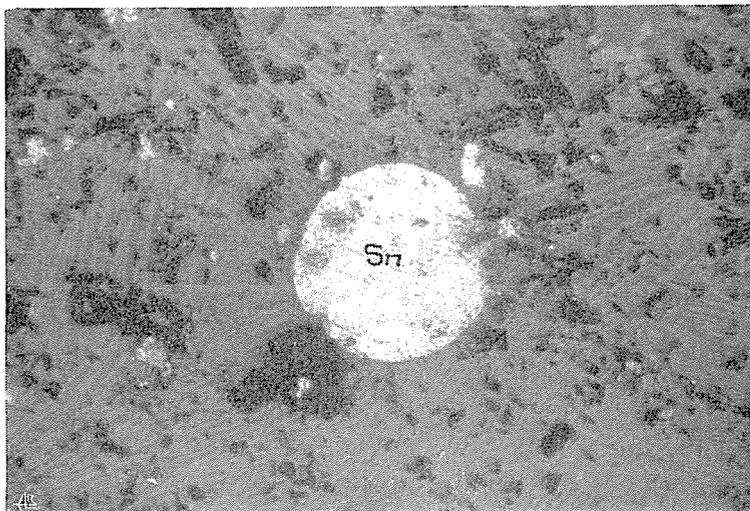


Fig. 5 — Microfotografia 4. Pormenor da microfotografia anterior mostrando um glóbulo de Sn metálico numa escória diferenciada e em parte cristalizada. Pequenas manchas claras de difícil diagnose. Luz reflectida natural. Ampl. 160 x

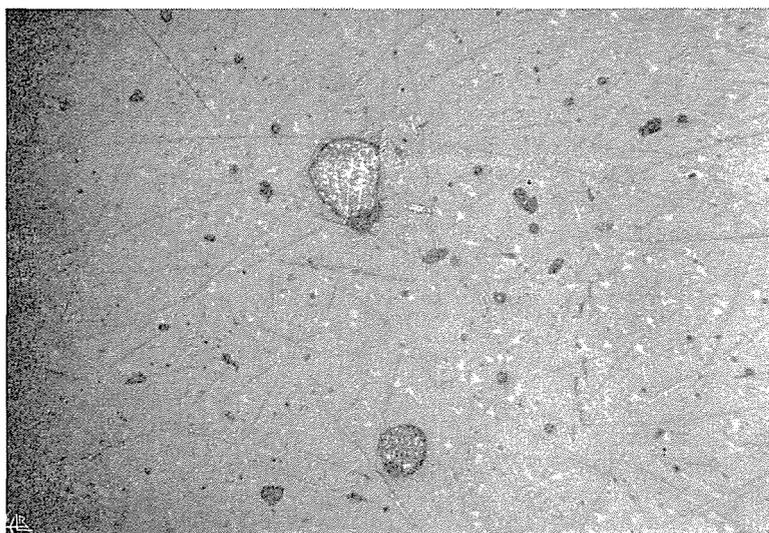


Fig. 6 — Microfotografia 7 — Aspecto da amostra 5 depois de ataque com  $\text{Cl NH}_4$  a 4 0/0. Mostra glóbulos de estanho metálico atacados e pequenas dendrites estreladas [liga $\bar{a}$  Fe-Sn (?)] numa matriz com bastonetes mais ou menos desenvolvidos. Luz reflectida natural. Ampl. 80 x

3.º — A perda em estanho, bastante baixa, é também aparente, devido às considerações formuladas no número anterior;

4.º — A observação da fracção compacta das escórias revela que se devem ter atingido elevadas temperaturas no forno ( $> 1.300^{\circ}\text{C}$ ) o que dá lugar, normalmente, a perdas elevadas em Sn;

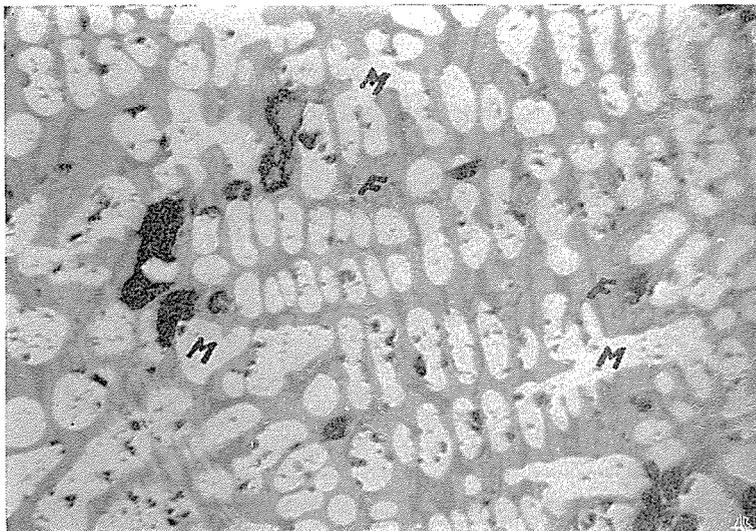


Fig. 7 — Microfotografia 5 — Amostra 7. Revela o aspecto da solidificação de uma liga  $\text{Fe}_3\text{O}_4 - 2\text{FeO} \cdot \text{SiO}_2$  de composição hipoeutética. A escória-fayalite — está quase completamente cristalizada. Dendrites de magnetite de geração pró-eutética ligadas a magnetite eutética são observadas. Luz reflectida natural. Ampl. 160 x

5.º — Uma análise de alguns fragmentos compactos poderia ter interesse na confirmação da afirmação anterior;

6.º — A utilização de um excesso de óxido de ferro, se se pode considerar como antieconómico, revela, no entanto, um conhecimento importante do mecanismo de redução e fusão. A utilização de um excesso de óxido de ferro corresponde a uma maneira engenhosa de colmatar a falta de conhecimento da composição química do minério de estanho, principalmente do seu teor em  $\text{SiO}_2$ .

HORÁCIO MAIA E COSTA

Eng.º de Minas (U. P.)  
Assistente da Faculdade de Engenharia  
Bolseiro do I. A. C.

## Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos

(1965 - 1966)

O castro de Carvalhelhos fica no termo da aldeia de Carvalhelhos, freguesia de Beça, concelho de Boticas, num cabeço sobranceiro à, justamente afamada, estância de Carvalhelhos.

Dele me ocupei em trabalhos onde tenho dado conta das escavações ali realizadas (1).

Os castros, tão abundantes no norte de Portugal e na Galiza, são a expressão topográfica ou geográfico-cultural dum estilo de vida que durou pelo menos 1000 anos (séc. VIII a. C. ao II-III depois de Cristo) e teve o seu apogeu na II Idade do Ferro (post-hals-tático) nos 3 séculos antes de Cristo e nos primeiros da nossa era.

As sociedades indígenas castrejas, primeiro celtizadas, a seguir romanizadas e depois cristianizadas, constituíram a base estreme em que entroncou sólida e firme a nacionalidade portuguesa. Por isso os castros deviam ser considerados imóveis de interesse público. Em cada distrito se deviam escolher alguns castros para, sob orientação científica segura, serem escavados por grupos de estudantes em campos de trabalho organizados nas férias. Assim se poriam esses castros a coberto da fúria destruidora dos ladravazes da pedra e da obstinada e louca mania dos, não menos furiosos, pesquisadores de tesouros.

Os castros bem merecem ser defendidos e valorizados. Neles se implantam velhas raízes da nacionalidade portuguesa. Assim, estudar os castros e a cultura castreja é fazer nacionalismo e do mais são.

---

(1) J. R. dos Santos Júnior, *O castro de Carvalhelhos*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Est. de Etnologia Peninsular, vol. XVI, Porto, 1957, págs. 25 a 62, 62 figs.; id., *Rampas de acesso às muralhas do castro de Carvalhelhos*, in «Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense», Tomo XX, Años 1959-60, Orense, págs. 361 a 368, 4 figs.; id., *Escavações no castro de Carvalhelhos — Campanha de 1963*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», fasc. 2, vol. XIX, Porto, 1963, págs. 187 a 193, 3 figs.; id., *Escavações no castro de Carvalhelhos — Campanha de 1964*, in id. fasc. 3-4, vol. XIX, Porto, 1964, págs. 360 a 365, 8 figs.

### Escavações em 1965

Nos primeiros dias de Agosto de 1965 cheguei a Carvalhos.

Houve dificuldade em conseguir pessoal jornalheiro.

Iniciei os trabalhos com um pedreiro, um homem e quatro rapazes. Na segunda semana consegui mais algum pessoal. As escavações foram de 9 a 20 de Agosto.

Quando subi ao castro verifiquei que tinham sido arrancadas algumas pedras cimeiras das muralhas e das casas. Estava à mostra a chapada de cimento sobre a qual as pedras foram assentes para as fixar com solidez.

Um recanto da muralha exterior fora vandàlicamente derrubado.

Frago de gado, especialmente vacum, era prova de que fora nula, ou pouco eficiente, a fiscalização do homem que ficara encarregado de vigiar a veda do pastoreiro na área do castro.

A escavação prosseguiu a meia ladeira da vertente leste, por cima do sítio onde em 1964 tinham aparecido duas moedas romanas de bronze, um ás de Tibério e outro de Augusto.

Toda a terra foi passada por uma ciranda com rede de tarara de malha quadrada de 5 mm de lado. Dispúnhamos ainda de dois crivos também de rede de tarara, mas de malha um pouco menor. Estes crivos serviam-nos para um apuro de peneiração da terra, quando isso se nos afigurava aconselhável.

A ciranda, suspensa por uma corda ou arame a uma armação conveniente, era manejada por um rapaz: segurando-a pelos dois cabos, à maneira de padiola, imprimia-lhe amplos movimentos de vaivém. Isto permite a rápida peneiração da terra em local conveniente, trazida em carrinhos de mão.

Tem sido este o tipo de ciranda que há mais de 30 anos o Instituto de Antropologia tem usado sempre nas escavações que tem realizado.

Escavou-se a camada de terra escura, terra vegetal, cuja espessura média se pode computar em 40 cm.

A escavação era levada até ao salão, assentada saibrenta, compacta, de cor amarelada.

Não consegui, em qualquer altura ou trecho da escavação, distinguir o menor vestígio de estratificação.

A terra era predominantemente de cor escura. Deve pois tratar-se de terra vegetal acumulada ao longo dos séculos.

Um pouco acima da meia encosta, por baixo da grande casa rectangular e da casa circular com vestíbulo, topou-se com o

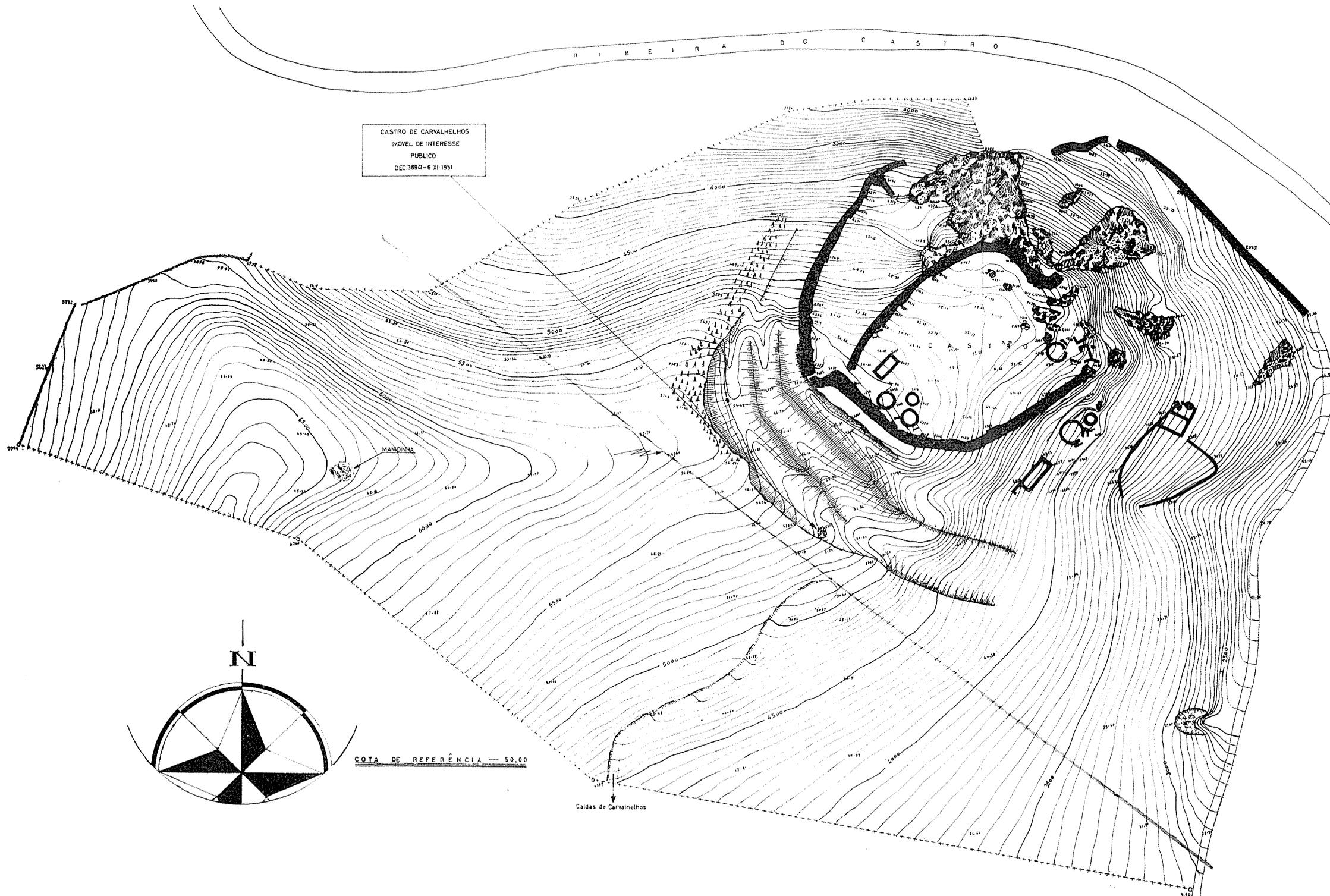


Fig. 1 — Planta do Castro de Carvalhelhos e da zona de protecção cedida pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (Ministério da Economia). O desenho da planta pelo qual se fez esta gravura foi feito pelo Sr. Dr. Ascenso Metelo na escala 1/500. Com a redução na gravura a escala desta é, aproximadamente, 1/1130.

alinhamento duma parede muito tosca, construída quase só de pedras de xisto e pequenas. Seguiu-se cuidadosamente o alinhamento desta parede quase coincidente com uma curva de nível.

Com as pedras derruídas e soterradas refez-se a parede numa extensão de cerca de 20 m e numa altura que varia entre 70 cm e 1 m (1).

Trata-se dum muro de suporte a constituir terrapleno às duas casas referidas que lhe ficam sobranceiras. É provável que este muro se continue para o lado do norte.

Como sempre, marcou-se com uma discreta tira de cimento, a separação do que se reconstruiu e daquilo que foi encontrado «in situ».

Este muro de suporte, que parece não ter outro significado senão o de formar terrapleno, pode considerar-se como uma manifestação de urbanismo. É uma pequena e pobre manifestação de urbanismo, tão exuberantemente marcado noutros castros e citânias, nomeadamente nas de Briteiros e de S. Fins (Paços de Ferreira), que têm sido cuidadosamente escavadas.

Uns quatro metros acima da parede cimeira da cerca da base da vertente leste apareceu uma cova cónica, perfeitamente aberta no salão saibrento. Tinha uns 20 cm de diâmetro de boca e uma profundidade de cerca de 30 cm. Estava cheia de pó fino que, crivado, não deu nada.

Para que serviria esta covinha cónica, tão bem feita? É pergunta que fica sem resposta, por não atinar qual seria a utilização e significado da mesma. Voltei a encher a covinha com terra, cobri-a com bastante terra, sobre a qual se colocou uma grande pedra. A todo o tempo, tirando a pedra e a terra, se pode examinar a covinha.

\*

O espólio da escavação foi escasso. Com relativa abundância apenas escórias e carvão.

#### *Escórias :*

Continuaram a aparecer escórias de fundição de estanho (2). Algumas porções maiores, com 300 e 400 g de peso cada uma,

---

(1) Ao refazer o muro, arrumando nele a pedra caída, o pedreiro perguntou-me se o refazimento se devia fazer a prumo ou a *abadantiar*. Intrigado com o significado desta palavra, que desconhecia, pedi explicação, que veio pronta.

As paredes podem erguer-se a prumo, em *badante* isto é, a puxar para dentro, ou em *tirante*, isto é, a puxar para fora.

(2) O Sr. Proi. Eng.º António Herculano de Carvalho, Magnífico Reitor da Universidade Técnica (Lisboa) e o Sr. Eng.º Horácio Maia e Costa, distinto

outras menores. Certas porções em encordoado perfeito. Em determinado ponto apareceu bastante escória muito fragmentada que parece ter sido britada em pedacinhos do tamanho de grãos de milho e alguns ainda menores.

*Carvão :*

Continuou a aparecer carvão; o mais dele em pedaços relativamente pequenos. Poucas são as porções maiores que bugalhos.

*Cerâmica :*

Pouca e muito fragmentada. Predominam os tipos de pasta grosseira, granosa e micácea.

Merece referência uma pequena porção dum vaso de bordo bem revirado, com o resto oxidado dum cravo, resto dum «gato» de ferro cravejado na pança logo abaixo do colo (Fig. 7, *e*).

Apareceram 3 cossoiros fragmentados. A metade dum bastante espesso, com 12 mm de espessura máxima (Fig. 7, *s*); cerca de um terço do outro ainda mais grosso que o anterior, pois tem 15 mm de espessura; de um terceiro, este ornamentado, apareceu quase metade (Fig. 7, *p*), e tem 8 mm de espessura.

*Bronze :*

Apareceu uma argola de bronze com 34 mm de diâmetro, feita de fio de cobre roliço e grosso, com 5 mm de diâmetro (Fig. 7, *g*).

Uma rodelinha de metal, irregularmente circular, em forma de botão, tem um orifício circular na parte média que lhe serviria de enfiadura (Fig. 7, *h*). Pode interpretar-se como uma conta de colar, se bem que o seu contorno, um tanto irregular, possa constituir objecção a tal hipótese de utilização.

---

Assistente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, gentilmente se prontificaram a analisar as escórias colhidas no castro de Carvalhelhos, pelo que lhes testemunho o meu agradecimento.

O Sr. Eng.º Horácio Maia e Costa no estudo a que procedeu verificou alguns aspectos de marcado interesse na técnica de que os castrejos se teriam servido para obter estanho a partir da cassiterite. Isso o levou a escrever o trabalho *Nota sobre as escórias encontradas no Castro de Carvalhelhos*, que se publica neste fascículo 1-2 do vol. XX dos TRABALHOS da Sociedade de Antropologia.

Apareceram mais quatro fragmentos de metal, um dos quais se pode atribuir a uma porção dum arco de fíbula (Fig. 7, *f*). Os outros três são de tão reduzidas dimensões que não é fácil descortinar as peças de que teriam feito parte. Dois são reproduzidos na (Fig. 7, *i* e *l*).

### Escavações em 1966

De 4 a 17 de Agosto de 1966 prosseguiram as escavações com subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian a cujo Conselho de Administração e Direcção do Serviço de Ciência, não quero deixar, neste ensejo, de apresentar os meus agradecimentos.

Tal como sucedera em 1965 houve dificuldade em conseguir pessoal jornalheiro, o que dificulta o remate dos trabalhos.

As escavações prosseguiram na vertente leste em continuação dos trabalhos do ano passado.

Fez-se também, no recinto muralhado cimeiro, a escavação duma faixa de 3 a 4 m de largura ao longo da face interna da muralha do lado norte. Algumas pedras que ali afloravam à superfície da terra levavam à suspeita de restos de casas. Tal suspeita não se confirmou.

Fez-se a limpeza do monte em vários pontos do castro, nomeadamente no ouriçado de pedras fincadas ao longo da borda do fosso mais exterior.

Há a registar, e faço-o com especial apazimento, o levantamento topográfico do castro (Fig. 1), que, gentil e graciosamente, foi feito pelo Sr. Dr. Felisberto Ascenso da Silva Metelo, distinto Professor e Reitor do Liceu Nacional de Portimão e por seu filho, estudante de Engenharia, que quiseram dar a sua valiosa colaboração ao estudo do Castro de Carvalhelhos (Fig. 9).

Ao Sr. Dr. Felisberto A. S. Metelo, que é distinto professor e hábil topógrafo, testemunho o meu sincero agradecimento.

\*

Na escavação feita ao longo da porção norte da muralha do recinto cimeiro, verificou-se que um penedo de superfície quase plana fazia pala ao rés da terra, o que oferecia excelentes condições para esconderijo.

Ali apareceu uma lança de ferro muito oxidada que vai reproduzida na fotografia da fig. 6. Foi removida à mão toda a terra

subjacente àquela pala e cuidadosamente passada por crivo de malha miúda. Não apareceu mais nada.

Mais adiante, na faixa escavada junto da muralha, mas já quase na linha do poente, apareceram algumas pedras postas ao lado umas das outras formando pavimento. Sobre elas uma pedra posta de cutelo (Fig. 8). Os trabalhadores consideravam aquilo como uma cozinha ou lareira. Embora não se notassem vestígios de acção do fogo, o certo é que aquela pedra posta de cutelo tem todas as condições do *murilho*, pedra que em muitas cozinhas trasmontanas actuais, serve para se lhe encostar as pontas da lenha a queimar na lareira.

\*

O espólio da escavação de 1966 foi escasso, embora já com mais algum interesse do que o de 1965.

#### *Escórias :*

Continuou a recolher-se bastante escória na vertente leste. Em certos sítios aparecia muito fragmentada em pedacinhos pequenos do tamanho de grãos de milho, prova de que a escória foi britada. Num dia de cirandagem colheram-se 5,750 kg dessa escória miüdamente britada.

#### *Carvão :*

Colheu-se pouco carvão e miúdo.

#### *Cerâmica :*

Continuou a aparecer cerâmica de vários tipos, predominando a cerâmica de manufatura tosca, granosa, e micácea. Apareceram apenas 3 fragmentos ornamentados (Fig. 7 *m, n, o*).

A maior parte da cerâmica é muito fragmentada por vezes em caquinhos com escassos 2 cm de maior dimensão.

Apareceu uma «tessera» quase circular, com 3 cm de diâmetro. Estes pequeninos discos de cerâmica são considerados como peças de jogo.

Dois fragmentos de cerâmica apresentam orifícios circulares. Um deles com orifício completo a meio, o outro com o orifício reduzido a metade num dos bordos de fractura (Fig. 5, q, r).

*Disco de pedra:*

Na cirandagem da terra da vertente leste apareceu em disco de pedra quase circular com os diâmetros de 73 mm por 67 mm. É uma verdadeira patela feita por fracturas orientadas em sucessão conveniente para conseguir a forma arredondada. Trata-se, provavelmente, duma patela para o jogo da malha ou chinquillo.

Dado o tamanho relativamente pequeno da patela teria sido utilizada no jogo de rapazes.

Em muitas povoações do leste trasmontano, os homens jogam o «fito», designação ali corrente do jogo da malha, com grandes pedras discóides que chegam a pesar à roda de um quilo e às vezes mais.

*Cristais de granada:*

São em número de 26 os cristais de granada quase todos muito alterados, de faces corroídas e ásperas. Alguns com faces lisas de icositetraedro deltóide (Fig. 7, a, d).

O maior número tem as dimensões de avelãs. Dois são maiores, do tamanho de bugalhos. Alguns de pequenas dimensões, um dos quais sensivelmente do tamanho de um grão de ervilha ou pouco maior.

*Ferro:*

Debaixo da pala do penedo de superfície quase plana a que já nos referimos, apareceu uma porção duma lança de ferro muito oxidada, com o comprimento de 12 cm. A parte da lâmina ou folha tem apenas 3 cm de comprimento por 2,5 de largura. O cano de encabamento ou alvado está profundamente oxidado e a esboroar-se (Fig. 4).

Apareceram mais dois pedaços de ferro que não é fácil supor a que instrumento ou peça tenham pertencido.

*Moedas :*

Apareceram três moedas relativamente recentes. Uma moeda de vinte réis de D. Luís, outra de 500 réis de D. Pedro V e outra 4 centavos com a efígie da República.

Na cirandagem apanhei um bronze romano.

É um ás de Tibério (Fig. 2).

Anverso: cabeça laureada olhando à direita.

Legenda: TI. AVGVS. DIVI. AVGVS [TI IMP. CAE] SAR

Reverso: touro.

Legenda: por cima do touro L. FVL. SPARSO; por baixo do touro L. SATVRNIN[O]; à esquerda do touro M. C. I., à direita do touro, por baixo do pescoço VIR.

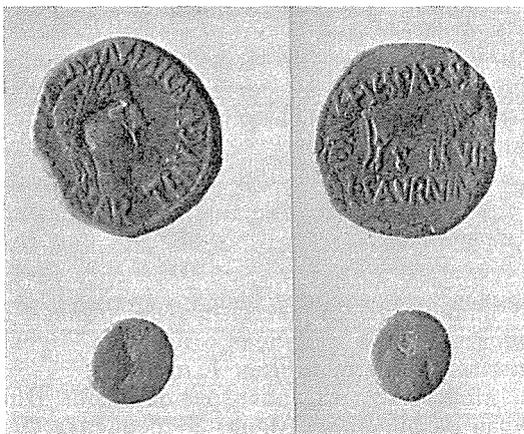


Fig. 2 — Em cima: moeda de bronze romana «ás» de Tibério.  
Em baixo: disco de prata (moeda?) de faces quase lisas

Este bronze romano é inteiramente semelhante ao que ali apareceu no ano de 1964 (1). É moeda colonial cunhada na «ceca» 2.<sup>a</sup> de Galagurris n.º 13», a actual Calahona na província espanhola de Logroño.

Na ciranda, e no mesmo dia em que se encontrou o ás de Tibério, apareceu um pequeno disco de prata quase circular, com os diâmetros, em milímetros,  $11 \times 12$ , e o peso de 17 dg (Fig. 2).

Pelas dimensões trata-se provavelmente duma moeda.

(1) J. R. dos Santos Júnior, *Escavações no castro de Carvalhelhos — Campanha de 1964*, cit., págs. 362-363, e fig. 7.

O desgaste que sofreu apagou por completo o cunhado das duas faces; no entanto, numa das faces vê-se uma figura que se assemelha a um 5 enquadrado por 2 traços paralelos à direita e outros dois à esquerda. Na outra face parece ver-se vestígios de um escudete.

### Contas

No dia anterior àquele em que apareceu o ás de Tibério e o disco de prata, a que acabamos de nos referir, apareceu uma conta de vidro dourado.

A conta é cilindróide com dois estrangulamentos circulares nos topos (Fig. 7, *j*). Tem 9 mm de comprimento por 5,5 mm de diâmetro máximo. É lindamente dourada, translúcida, com irisações, refulgentes à luz directa do sol. O amarelo dourado parece estar incorporado na massa vítrea.

No Museu da Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) vi uma conta inteiramente semelhante.

Outra conta, esta de vidro azul, opaca, apareceu também nas escavações deste ano ao cirandar a terra da vertente leste. Tem de diâmetro 4 mm de altura e segundo o eixo do orifício também 4 mm (Fig. 7, *k*).

### Conclusões

Nas escavações de 1965 e 1966 continuou a aparecer muita escória de metalurgia de estanho, o que parece demonstrar que aquele pequenino castro seria um importante núcleo de tratamento da cassiterite para obtenção do estanho, metal de suma importância para a fabricação do bronze.

A cassiterite, minério de estanho, aparece no cabeço sobranceiro ao castro situado junto da pequena aldeia de Carvalho. Ali tem sido explorada juntamente com minerais de volfrâmio por uma empresa mineira.

Em 1966 ali obtive belos cristais de cassiterite que ofereci ao Museu de Mineralogia da minha Faculdade.

A reforçar a hipótese de que o pequenino castro de Carvalhos foi, muito provavelmente, importante centro de mineração e preparação de estanho, citarei o facto do aparecimento de cerca de 200 quilos de cassiterite, numa cova esconderijo a que me referi a págs. 48 a 50 do meu citado trabalho *O castro de Carvalhos*, Porto, 1957.

A cerâmica continua a ser pouca, muito fragmentada e predominantemente lisa. Ornamentados apenas os fragmentos que vão reproduzidos na Fig. 7, *m, n, o*.

Os cristais de granada, em número de 26, devem ter vindo com o minério de ferro necessário ao tratamento da cassiterite na preparação do estanho. Poucos são os cristais que apresentam faces do icositetraedro deltóide (Fig. 7, *a e d*). A maior parte dos cristais sofreu profunda alteração das faces que se mostram rugosas num todo de forma esferoidal.

A moeda de Tibério encontrada em 1966 é inteiramente semelhante à que apareceu na escavação de 1964 e a poucos metros acima do sítio onde a primeira foi encontrada.

Merece especial referência a conta vítrea de reflexos dourados que vai reproduzida na fig. 5, *j*. Como referi atrás existe uma conta inteiramente semelhante no Museu da Citânia de Sanfins. São tão semelhantes estas duas contas que não repugna acreditar que tenham saído da mesma oficina.

Embora nos curtos períodos — 2 ou 3 semanas em cada ano — dos 15 anos de trabalhos feitos na valorização deste pequenino castro algo se tenha feito e algum espólio de certo interesse tenha sido recolhido, há ainda pequenas tarefas a levar a cabo.

Não quero deixar de mais uma vez, com o testemunho do meu agradecimento, realçar a valia decisiva das ajudas e subsídios prestados pela Empresa das Águas de Carvalhelhos, pelo Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, pela Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais e pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Os trabalhos do ano de 1966 foram realizados com subsídio desta última benemérita instituição, da qual o Instituto que tenho a honra de dirigir tem recebido vários e importantes auxílios.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»  
Fac. de Ciências da Univ. do Porto  
Dezembro de 1966

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR  
Dir. do Inst.<sup>o</sup> de Antrop. Dr. Mendes Corrêa

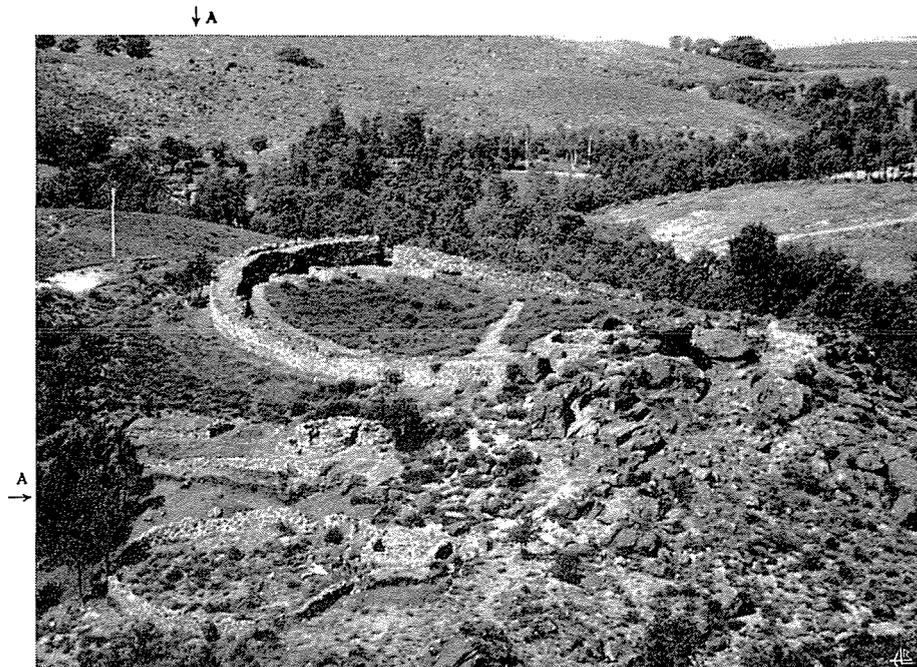


Fig. 3 — Aspecto do Castro de Carvalhelhos visto da encosta fronteira. As setas AA indicam o local da vertente leste onde se fizeram as escavações



Fig. 4 — Duas casas circulares e duas rampas de acesso à muralha



Fig. 5 — Outro aspecto do Castro de Carvalhelhos visto da encosta fronteira. No primeiro plano os muitos penedos de granito da vertente do lado norte, pendente sobre o ribeiro. Além da muralha cimeira vê-se a faixa desarborizada, zona de protecção do castro, que foi cedida pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais

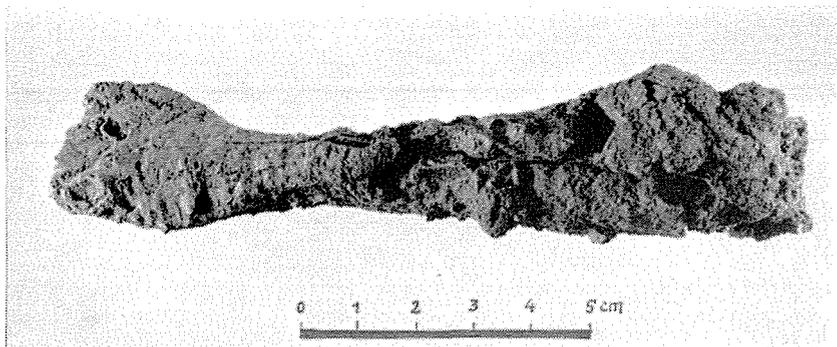


Fig. 6 — Porção de lança de ferro profundamente oxidada. A maior porção é formado pelo alvado, tão oxidado que tendia a esboroar-se

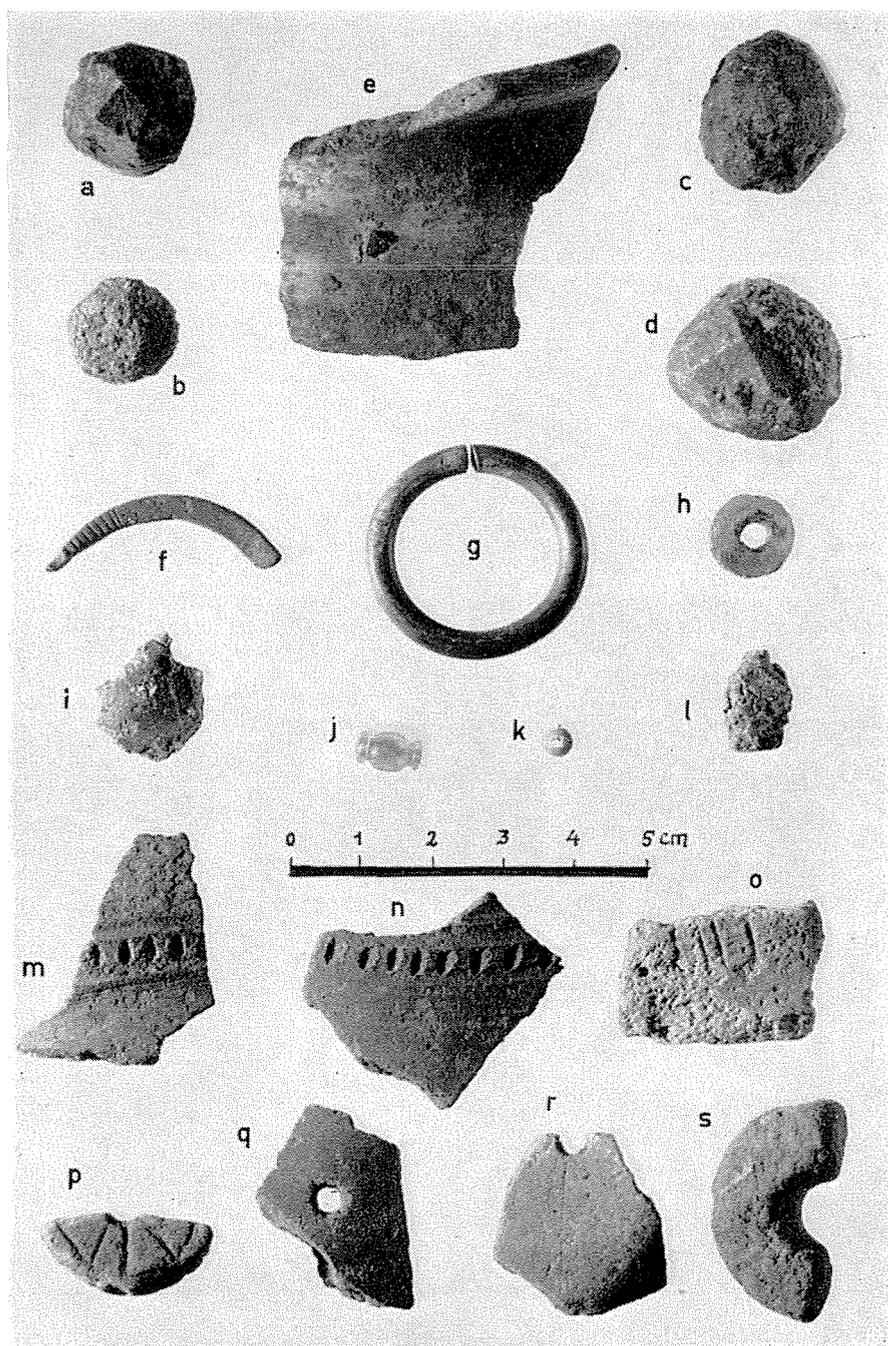


Fig. 7 — Parte do espólio das escavações de 1965 e 1966

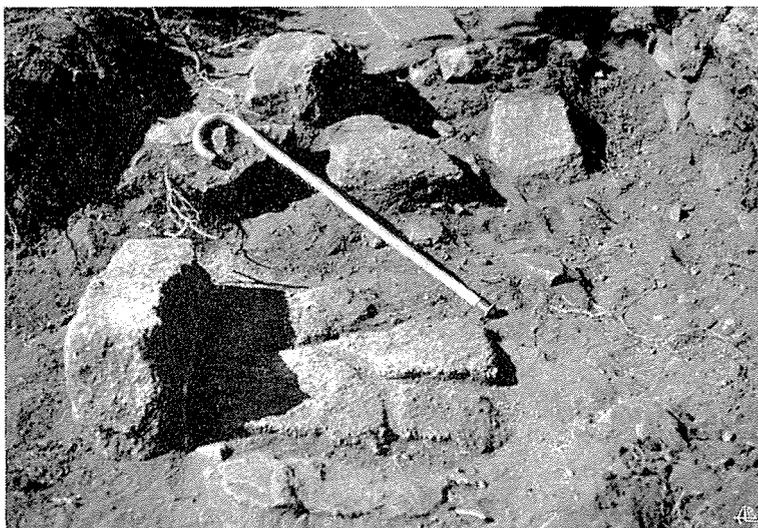


Fig. 8 — Arranjo de pedras postas em pavimento ladrilhado e sobre elas, à esquerda, pedra posta ao alto que lembra o «murilho» de muitas lareiras trasmontanas



Fig. 9 — O Sr. Dr. Ascenso Metelo e o filho ao procederem ao levantamento topográfico do castro, em Agosto de 1966

### Inscrição ibérica de «Corte do Freixo» (Almodovar)

O ilustre Arqueólogo e bom Amigo, Tenente-Coronel Afonso do Paço, em colaboração com Fernando Nunes Ribeiro e Gonçalo Lyster Franco — seus parceiros nas pesquisas arqueológicas — apresentou na «revista» *Zephyros* — «Crónica do Seminário de Arqueologia e da secção Arqueológica do Centro de Estudos Salamantinos» da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Salamanca (1) uma notícia acerca duma inscrição ibérica aparecida na «Corte do Freixo», em Almodovar, no ocidente peninsular, portanto, ou, mais estritamente, em Portugal.

Tal notícia, sendo preciosa pela quantidade de pormenores em que se desentranha, vem, por sua vez, acrescentar ao conhecimento geral uma unidade mais ao número das já existentes que, segundo o rol apresentado pelo conhecido Arqueólogo Dr. Leonel Ribeiro, é de 36 (2).

Como a notícia, embora meticulosa se restringe apenas ao achamento com as suas vicissitudes e às particularidades da estela que não está completa, tomo a liberdade de apender-lhe estas notas para uma interpretação dos caracteres remanescentes.

Antes, porém, seja-me permitido transcrever a primeira notícia do achado redigida pelo médico local, o sr. Dr. José da Silva Cristina, para o «Diário do Alentejo» que a publicou a 25 de Junho, suponho que de 1964:

«Ourique: — Numa propriedade da freguesia de S. Barnabé, denominada Corte do Freixo, quando um tractor lavrava uma várzea, pôs a descoberto várias pedras duas das quais com inscrições. É de presumir que se trate de caracteres do alfabeto grego. Talvez seja interessante estudar o caso pois é de admitir que no local em questão existam outros restos arqueológicos [...]»

Desta concisa notícia há que destacar a sugestão do distinto clínico ao qual eu dedico estas notas.

(1) É sobre a «Separata», datada de Salamanca, ano de 1965, que se bordam estas notas.

(2) Este distinto Arqueólogo tem dedicado à história dos Algarismos uma grande parte do seu precioso labor. Vd. *História das Letras e dos Algarismos*, Lisboa, 1959 por Leonel Ribeiro.

É de notar a sua intuição natural sem influências pragmáticas que o inibiriam ou então o levariam ao celta com a máxima comodidade.



Fig. 1 — Lápide ibérica da Corte do Freixo

Ora os caracteres tanto podem ser gregos como ibéricos (fig. 1), todavia, a inversão deste enunciado teria a mesma lógica. A representação dos diferentes caracteres helénicos antes da adopção dos jónicos na reforma euclidiana do séc. V a. C. não teriam influência ibérica?...

Eu não vi a estela. Reproduzo-a, porém, conforme está figurada na notícia de *Zephyros*.

Na gravura adivinham-se vestígios de caracteres nos extremos da fractura que eu não sei se é antiga ou recente. Têm a aparência illusória duns pontos que, todavia, não podem ser assim considerados atendendo a que a sucessão retrógrada dos caracteres é contínua, sem soluções de continuidade que dariam o isolamento de palavras ou de grupos de palavras que tornariam a leitura mais acessível.

Contudo, para clareza da exposição, desdubro a legenda nas suas partes componentes ou seja nas palavras que eu apresento mas agora em sucessão descontínua e da esquerda para a direita, sotapondo-lhe os caracteres jónicos maiúsculos correspondentes:

[...] Η ΗΛΩ ΙΝΑ ΑΡΩ ΙΩΗ ΔΗ ΥΛΑΣΙ  
[.] Η ΗΛΩ ΙΝΑ ΑΡΩ ΙΩΗ ΔΗ ΥΛΑΣΙ

Em caracteres jónicos minúsculos seria:

[...] ἡ ἡλῶ ἶνα ἀρῶ ἰωῆ δῆ ὕλα [ς]

cuja versão seria:

[...] *certamente, neste momento, erravas no lugar onde exaltarei, com a voz, os teus restos mortais.*

A última palavra podia ser o nome próprio ὕλα (ac.s. ὕλαν) a que faltaria o N como na interpretação acima lhe falta o Σ. Quanto a mim, porém, a interpretação dada ὕλας (ac.p.) é mais lógica, supponho não haver dúvidas a esse respeito. Quanto à primeira palavra que considere um advérbio pode também ser o final duma palavra.

ROGÉRIO AZEVEDO

## Lutuosa

### Professor Doutor Américo Pires de Lima (1886-1966)

Nasceu na freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso, a 23 de Janeiro de 1886. Iniciou a carreira científica dedicando-se à Farmácia, seguindo depois o Curso de Medicina que terminou na Escola Médica do Porto em Julho de 1911, apresentando a dissertação inaugural *O valor higiénico do leite no Porto*. Logo a seguir concorreu a médico do exército onde atingiu o posto de tenente-coronel.

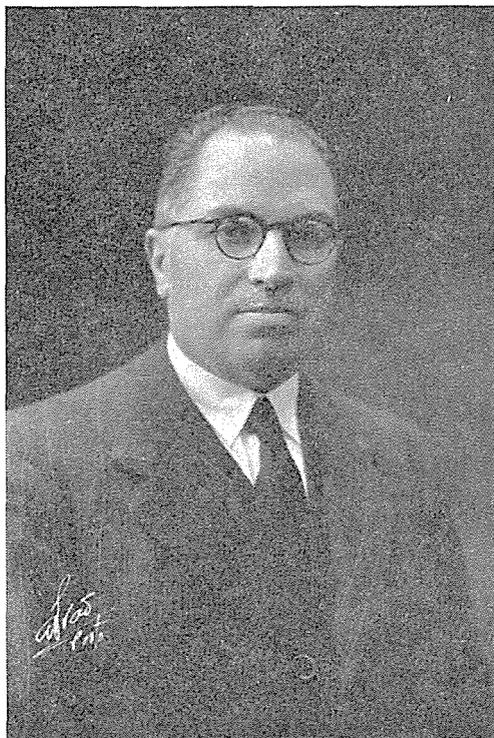
Ainda aluno de medicina, em 1910, com o artigo *O Sanatório Sousa Martins na Guarda. Impressões de uma visita*, «Gazeta dos Hospitais», Porto, inicia uma série de publicações que tratam de aspectos médicos, particularmente do problema do leite; históricos, principalmente referentes aos botânicos portugueses ou que trabalharam para Portugal; botânicos, em particular de plantas de Moçambique, e antropológicos, referentes, em especial, à mesma Província portuguesa. As publicações não entrando em linha de conta com os livros de ensino para os estudantes liceais e outros, alguns em colaboração com seu irmão Dr. Augusto César Pires de Lima, ultrapassam a centena e meia.

Em 1913 foi nomeado, precedendo concurso de provas públicas, segundo assistente da 3.<sup>a</sup> Secção (Ciências Biológicas) da Faculdade de Ciências do Porto, em 1919 primeiro assistente e, em 1921, Professor ordinário, designação, nessa altura, dos actuais Professores catedráticos. Em 1920 foi nomeado Professor contratado da Faculdade de Farmácia do Porto e em 1925 Professor catedrático da mesma Faculdade.

Foi Director da Faculdade de Farmácia do Porto de 1929 a 1932 e da Faculdade de Ciências de 1935 a 1956.

Médico militar, foi mobilizado durante a guerra de 1914-1918 para Moçambique, como Chefe de secção de Higiene e Bacteriologia. Aí, para além dos seus afazeres profissionais que tão bem descreve no livro *Na Costa de África*, encontrou tempo disponível para recolher materiais zoológicos, botânicos e antropológicos que depositou nos respectivos Institutos da Faculdade de Ciências do Porto e em grande parte, estudou.

Nesta simples notícia motivada pelo falecimento de tão grande Professor em 14 de Agosto de 1966, nesta singela homenagem que a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia lhe presta, por ter sido desde 1922 um dos sócios que muito a honram, limitar-me-ei a referir a acção que desenvolveu no campo da Antropologia.



Prof. Doutor AMÉRICO PIRES DE LIMA

Em 1915 publica o primeiro trabalho antropológico. Servindo-se dos materiais existentes nas Faculdades de Ciências e de Medicina do Porto, publica nos «Archivos de Anatomia e de Anthropologia», Lisboa, o trabalho: *Subsídios para o estudo comparado da mandíbula do Homem de alguns Mamíferos*, em que efectuou diversas medidas estudando vários índices de 129 crânios humanos e de 50 de algumas espécies de Mamíferos. Continuando

na mesma linha de trabalho, logo no ano seguinte, nos «Annaes da Academia Polytechnica do Porto» publica *Sobre a correlação de certos índices mandibulares com o índice cefálico*. Estes estudos obrigam-no, em 1918, nos «Archivos de Anatomia e Anthropologia», Lisboa, a escrever: *A propósito da mandíbula, resposta ao Dr. Nello Puccioni*, artigo em que coloca no seu verdadeiro significado algumas observações que tinham sido feitas, ao trabalho citado, por este Professor.

Começa então a tornar públicos os resultados sobre as observações antropológicas que tinha feito quando mobilizado. Nos «Anais científicos da Faculdade de Medicina do Porto» escreve *Notas etnográficas do norte de Moçambique* e, no mesmo ano e na mesma revista, *Contribuição para o estudo antropológico dos indígenas de Moçambique*, em que são estudados caracteres descritivos e métricos, e se estabelecem diversos índices para 170 indivíduos adultos, assim distribuídos: do litoral do norte da Província (todos falando a linguagem suaíli), 18; M'jauas, 13; Macuas da região do Medo, 25; Macuas da região de Moçambique, 22; Quelimanes, 57; indígenas de Tete, 16; de Inhambane, 5; Landins, 14. Na parte final apresenta o que chama polígono facial, assunto que retoma em 1921, apresentando ao «Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências», Porto, a comunicação: *O Polígono facial: representação gráfica do contorno geral da face (norma anterior)*.

Os múltiplos afazeres de Professor, os estudos do material botânico recolhido durante a mesma expedição, as outras obras, a direcção das Faculdades de Farmácia e de Ciências, e do Instituto de Botânica durante 21 anos, a que se dedicou com mais afinco, impediram-no de continuar os estudos de antropologia a que, no entanto, se não manteve alheio, pois em 1940, apresenta ao «Congresso Nacional de Ciências da População», de colaboração com Leopoldina Ferreira Paulo, a comunicação: *São os Portugueses dolicocefalos? Um novo índice cefálico*, em que demonstra que, sendo o occipital um osso que varia com o modo de descansar continuamente sobre o mesmo lado durante os primeiros meses, o modo clássico de determinar este índice pode originar conclusões que não estão de acordo, se, não, com o modo como a criança se mantém durante os primeiros meses de vida ou, normalmente, em decúbito dorsal, ou de qualquer outra maneira.

A restante obra deste Professor que tanto honrou a Faculdade a que pertenceu e a Universidade Portuguesa, terá de ser estudada em artigo diferente. Aqui só pretendemos mostrar o que a Antropologia em Portugal lhe ficou a dever.

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia contribui deste modo, com a sua parte, para a homenagem que devemos prestar aqueles que, em tempo difícil, souberam honrar e levantar bem alto a Ciência em Portugal.

Porto, Março de 1967.

ARNALDO ROZEIRA

---

**Prof. Doutor Celestino Maia (1893-1966)**

Em 27 de Março de 1966 faleceu o nosso consócio e distinto professor Doutor Celestino Maia, vitimado por um enfarto do miocárdio.

Nasceu em Guilhabreu, concelho de Vila do Conde, em 5 de Fevereiro de 1893.

Celestino Maia foi um grande trabalhador servido por vivíssima inteligência, o que lhe permitiu adquirir uma vasta e sólida cultura.

Frequentador assíduo das reuniões científicas da nossa Sociedade de Antropologia, as suas intervenções nas discussões finais eram sempre oportunas, cheias de interesse, e delas se colhiam sempre ensinamentos.

Durante o ano em que tive a honra de presidir ao Instituto Cultural do Porto, tive ensejo de apreciar algumas das suas comunicações sempre expostas brilhantemente e em nível superior. As suas frequentes intervenções nos colóquios semanais do referido Instituto, traziam sempre à discussão ora materiais novos, ora novos conceitos, que defendia com extraordinário brilho e segurança.

Algumas notas biográficas respeitantes à sua formação escolar mostrarão a sólida preparação colhida nos vários cursos universitários que concluiu com assinalado brilho.

Fez a sua preparação liceal no Liceu Eça de Queiroz, na Póvoa de Varzim e no Liceu Central do Porto, onde, em 1910, fez o 6.º ano como aluno interno e no mesmo ano o 7.º ano, como externo, com 18 valores.

De 1910 a 1915 frequentou a Faculdade de Ciências do Porto onde tirou dois cursos. O Bacharelato (hoje Licenciatura) em Ciências Histórico-Naturais com a média final de 19 valores e o Bacharelato em Ciências Físico-Químicas, também com a média final de 19 valores.

Concomitantemente, em 1913 e 1914, no antigo curso Superior de Letras de Lisboa (hoje Fac. de Letras), tirou o curso de Habilitação para o Magistério Secundário, em Matemática, Ciências Físico-Químicas, Histórico-Naturais e Desenho.



Prof. Doutor CELESTINO MAIA

De 1911 a 1920 tirou o curso de Medicina e Cirurgia na Faculdade de Medicina do Porto com a média final de 18 valores. Ganhou vários prémios: em Higiene e Medicina Legal, em Medicina Operatória, em Clínica Médica e em Clínica Cirúrgica.

Entre os prémios conquistados avulta o prémio «Visconde de Macedo Pinto» destinado em cada ano, «de entre os alunos

que findaram o curso... , ao mais distinto, ou que melhores habilitações houver adquirido em todos os anos do curso».

A sua vida docente universitária na Faculdade de Ciências do Porto iniciou-a como 2.º Assistente provisório de Botânica (1912); depois Naturalista adjunto provisório de Botânica (1916); depois 2.º Assistente contratado de Mineralogia e Geologia (1919).

Na Faculdade de Medicina do Porto, 2.º Assistente de Medicina interna (1921) e depois Professor agregado (1929), após um concurso de provas públicas para 1.º Assistente do 5.º grupo (Patologia e Clínica Médica), concurso que naquela época foi muito falado.

Vejamos alguns passos da sua carreira como professor.

Professor supranumerário do Liceu de Alexandre Herculano, do Porto (1914); Professor efectivo do Liceu de Eça de Queiroz, da Póvoa de Varzim (1915); transferido para o Liceu de Alexandre Herculano (1915); Professor ordinário da 5.ª cadeira (Mineralogia e Geologia) do Instituto Industrial do Porto (1919); quando este Instituto foi fundido com o Instituto Comercial do Porto, passou a ser professor da mesma cadeira no Instituto Industrial e Comercial do Porto (1925), onde se conservou até atingir o limite de idade, com 50 anos e 10 meses e meio de serviço docente oficial. Professor agregado da Faculdade de Medicina do Porto (1929).

Foi sócio efectivo ou correspondente de várias agremiações científicas nacionais e estrangeiras. Além de várias Sociedades Médicas citaremos a Societé Portugaise de Biologie, a Sociedade Portuguesa de Química e Física, a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, a Sociedade Geológica de Portugal, a Sociedade Portuguesa de Ornitologia (sócio fundador), e a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Comparticipou em vários Congressos e deixou vários trabalhos do foro médico e fora dele, nomeadamente livros escolares.

Os seus trabalhos geresianos foram, os mais deles, sobre a acção terapêutica da água medicinal do Gerês, de cuja estância termal foi Director Clínico durante muitos anos. Mas outras suas publicações foram de natureza diferente tais como: *A primeira descrição geológica do Gerês, As primeiras observações botânicas feitas no Gerês e Sobre o clima do Gerês.*

Merecem especial referência os seus trabalhos etnográficos a saber: *O Chincalhão (Jogo de cartas)*, 1958; *Cabeças de víbora no Gerês*, 1960; *Pedras de Peçonha na região do Gerês*, 1962; e *Rezadas na freguesia de Vilar da Veiga (Gerês)*, 1965.

\*

Celestino Maia foi um estudante muito distinto como o atestam as altas classificações obtidas e os vários prémios conquistados.

Foi um professor brilhante, culto, estudioso, sabedor, zeloso e extremamente dedicado ao ensino e aos seus alunos.

Neste particular recorde as suas lições como meu professor de Ciências Naturais no Curso complementar de Ciências, 6.º e 7.º ano, no Liceu de Alexandre Herculano. Tinha notáveis qualidades pedagógicas.

A sua preparação vasta e profunda, adquirida nos vários cursos que frequentou com extraordinário brilho, as suas notáveis qualidades de trabalho, servidas por uma inteligência viva e um espírito arguto, fizeram do Doutor Celestino Maia, meu querido amigo, um médico distinto, um professor notável e um investigador de mérito.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR

#### D. Sebastião Pessanha (1892-1966)

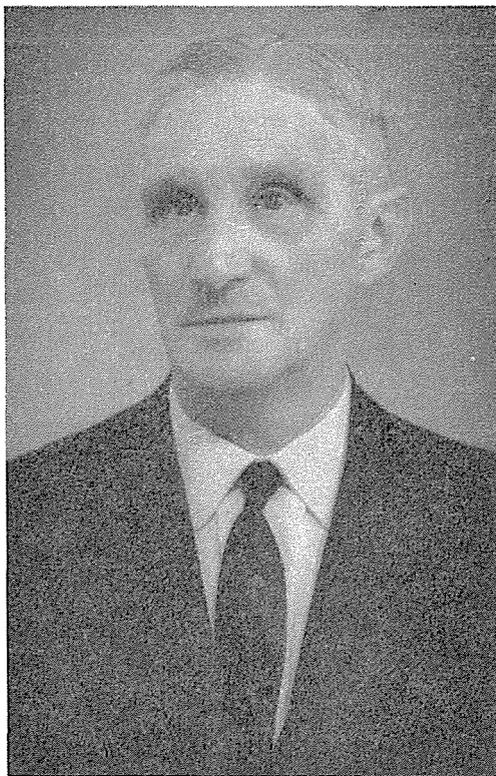
A Arqueologia portuguesa, e, em especial, a Etnografia, perdeu um dos seus mais devotados e sabedores elementos: D. Sebastião Carlos da Silva Pessanha.

Era filho de D. José Maria da Silva Pessanha, que foi notável professor e director da Escola Nacional de Belas-Artes, de Lisboa.

Como seu pai, D. Sebastião Pessanha, foi um estudioso que legou à Nação uma soma considerável de trabalhos de alto valor, avultando, dentre eles, o estudo *Tapetes de Arraiolos*, Lisboa, 1917, ainda hoje o melhor publicado sobre o assunto.

Além de muitos outros, publicou, mais recentemente, os seguintes: *Fechos de coleiras de gado na Beira-Baixa e no Alentejo*, Lisboa, 1951; *Os trajes populares e os estudos de Etnografia*, comunicação enviada ao «1.º Congrès International d'histoire du Costume», reunido em Veneza, em Agosto-Setembro de 1952; *Museus Etnográficos e Focos de irradiação das manifestações etnográficas*, comunicações apresentadas ao «I Con-

gresso de Etnografia e Folclore», reunido em Braga, em Junho de 1956; *Defesa das paisagens e das aldeias portuguesas*, Lisboa, 1957; *Áreas geográficas e áreas etnográficas*, comunicação presente ao «Colóquio de Estudos Etnográficos, Dr. José Leite



D. SEBASTIÃO PESSANHA

de Vasconcelos», efectuado no Porto, em 1958; *Pás de moleiro*, Lisboa, 1959; *Mascarados e máscaras populares de Trás-os-Montes*, Lisboa, 1960; e mais, e mais.

Fundou, com o Dr. Virgílio Correia, a revista *Terra Portuguesa*, que dirigiu e cuja parte artística foi orientada por outro grande espírito, o pintor Alberto Sousa, também já falecido. Esta revista reuniu um conjunto de colaboradores que a colocaram num nível do mais elevado grau.

D. Sebastião Pessanha era membro da «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», do «Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia», da «Société d'Ethnologie Française» e da «Asociación Española de Etnología y Folklore».

Foi delegado, em Sintra, da 6.<sup>a</sup> Secção (Arte e Arqueologia) da Junta Nacional de Educação. Reorganizou e dirigiu o Museu Municipal de Sintra na parte artística e etnográfica, tendo ali sido, também, presidente do «Instituto de Sintra», quando da sua reorganização. Era possuidor de um magnífico museu etnográfico, onde se vêem várias espécies muito raras.

D. Sebastião Pessanha, deixa viúva a Senhora Dona Rafaela Alda Veiga Guimarães da Silva Pessanha; e três filhos: D. Miguel José Francisco Emídio da Silva Pessanha; D. Manuel Luiz Abreu Bruno Guimarães da Silva Pessanha; e Dona Isabel Maria Beatriz da Silva Pessanha Teixeira de Sousa.

LUCIANO RIBEIRO

---

**Dr. Álvaro Eduardo Guimarães de Caires (1895-1966)**

Nasceu em Alcobaça a 5 de Abril de 1895 e faleceu em Lisboa a 12 de Março de 1966. Contava quase 71 anos de idade.

O Dr. Álvaro Caires formou-se em Medicina em 1916, na Faculdade de Medicina de Lisboa e foi assistente dos Professores Belo de Moraes e Salazar de Sousa.

Foi médico distinto e investigador de mérito. São dignas de registo as conferências feitas no país, na Faculdade de Medicina e na Sociedade de História da Medicina, de Paris, e na Faculdade de Medicina da Universidade de Roma, sobre a História da Medicina em Portugal e os médicos portugueses no estrangeiro.

Publicou vários trabalhos sobre endocrinologia e biotipologia, escreveu muitos artigos sobre a higiene infantil na imprensa periódica com o pseudónimo de Dr. Fausto e regeu um curso sobre as modernas ideias da medicina na Faculdade de Medicina de Sevilha.

Participou em numerosos congressos nacionais e estrangeiros de medicina e de outras ciências.

Era sócio da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e de muitas organizações congéneres nacionais e estrangeiras.

Em 17 de Abril de 1964 fez na nossa Sociedade de Antropologia uma comunicação intitulada: «De uma maior verdade conferida pela biotipologia à representação artística das figuras históricas», que foi muito aplaudida.

Era condecorado com as Ordens de Santiago da Espada e da Coroa, de Itália.

AGOSTINHO ISIDORO



## REVISTA BIBLIOGRÁFICA

---

HISTÓRIA DA GALIZA — Buenos Aires, Editorial Nós, Vol. I, XXIII + 777 págs., 46 mapas, 146 figs. e 4 Est. a cores, Buenos Aires, 1962; Vol. II, 716 págs., 514 figs., Buenos Aires, 1962.

Obra monumental que o nobilíssimo espírito de Castelao tantas vezes sonhou. A generosidade inteligente e patriótica doutro grande galego, D. Manuel Puentes, emigrado há muitos anos na Argentina, tornou possível a sua publicação mercê de avultados fundos que dispôs para tal fim.

Um grupo de galegos, mestres de reputado saber e singulares qualidades de inteligência, darão o seu concurso em cada uma das suas especialidades. Tal grupo é garantia plena da excelência da obra. A sua publicação é feita sob a direcção de Ramon Otero Pedrayo.

A inteligência viva do insigne Otero Pedrayo, o seu vasto e profundo saber, a sua requintada sensibilidade e o entranhado amor à terra galega, sua terra natal, são o reforço da garantia plena da excelência da obra, aliás bem atestada já nos dois magníficos volumes publicados, e a que outros se seguirão.

O primeiro volume abrange o estudo de «A Terra e o Homem».

No prólogo Otero Pedrayo faz uma erudita resenha bibliográfica dos estudos referentes à história da Galiza.

Vem depois o capítulo da «geografia» da autoria de Otero Pedrayo que foi distinto Professor de geografia da Universidade de Santiago de Compostela.

Começa por focar a posição e relações geográficas da Galiza, depois a temática das formas geofísicas obedecendo à lei das coordenadas geográficas, o norte e o sul, o leste e o oeste e à lei dominante da atracção atlântica.

Segue-se o capítulo da fisionomia geográfica da Galiza. Depois o estudo em pormenor, que podemos dizer monográfico, de porções ou sectores da terra galega a que possa caber o atributo de regiões naturais, a saber: Terras do Alto Minho ou lucense; o Médio Minho ou ourensano; o Baixo Minho ou Minho galaico-português; a Galiza cantábrica; as Marinhas, no dizer do

autor «unha suma e conxugación de vales e de esteiros ca orla do mar despartida por anacos de ribeira pedregullenta e brava», e os vales com elas confinantes, a que, habitualmente, se chama as rias baixas; a Terra de Bergantiños; depois o estudo de três regiões fluviais correspondentes aos rios Tambre, Ulla e Lérez, associando a este último Pontevedra e a sua ria; por último os temas geográficos da região de Vigo.

No estudo da geografia física das mencionadas regiões naturais é flagrante o espírito do universitário, do mestre de geografia.

Em paralelo com a lição magistral vibra, em cada página, o fervor palpitante do enamorado dos encantos da terra abençoada da Galiza.

No decorrer da leitura das belas e eruditas páginas da geografia da Galiza vai crescendo no nosso espírito a convicção de que este notável trabalho foi escrito, sem dúvida, por um professor de geografia, mas também, sem a menor dúvida, por um geógrafo poeta.

O segundo capítulo trata da «Geologia» e foi escrito por Isidoro Parga Pondal. Este antigo Professor de Geologia da Universidade de Santiago de Compostela, faz uma resenha dos mais importantes estudos geológicos da terra galega e, nas páginas finais, dá o seu esquema da História Geológica da Galiza.

Isidoro Parga Pondal vive em Laxe, na beira-mar atlântica de Finisterre. Ali tem o seu Laboratório Geológico com museu anexo onde arquiva alguns milhares de amostras de rochas, de quase toda a Galiza, que tem estudado num labor porfiado de muitos anos, que o consagrou há muito como abalizado geólogo.

Ao Laboratório Geológico de Laxe acorrem, especialmente no verão, professores de geologia, de muitos países europeus, e estudantes de geologia, o que atesta o superior quilate deste ilustre galego no campo dos estudos geológicos.

O terceiro capítulo é uma síntese da «Geografia fito-zoológica» da Galiza.

É seu autor outro universitário, o Dr. Luís Iglésias Iglésias que foi distinto Professor de Biologia da Universidade de Santiago de Compostela e Reitor da mesma Universidade.

Num perfeito encadeamento ecológico, em que avultam o saber botânico e o saber zoológico do seu autor, citam-se as espécies botânicas herbáceas, arbustivas e arbóreas que formam o respectivo biótopo floral, e, em sequência, as espécies animais que aí vivem, realçando as de maior interesse científico.

O último capítulo do 1.º volume intitula-se «Etnografia-cultural» e ocupa mais de 500 páginas (pág. 255 a 777). Foi seu autor o grande etnógrafo Vicente Risco, que faleceu em 1963.

No Volume XIX dos TRABALHOS da nossa Sociedade de Antropologia, Porto, 1964, pág. 204 a 206, foi publicada uma notícia necrológica deste ilustre galego que foi um dos grandes etnógrafos peninsulares.

Não admira pois que o capítulo da sua autoria sobre a cultura espiritual seja um trabalho precioso, onde tantas e tantas coisas se encontram inteiramente semelhantes àquelas que se observam no povo português, especialmente a norte do rio Douro, no Minho e em Trás-os-Montes.

Dada a concisão forçada duma análise bibliográfica não é possível analisar «in extenso» este excelente e vasto trabalho ilustrado por nada menos de 103 figs., pelo que me limitarei a citar os títulos dos seus capítulos, no desenvolvimento dos quais avulta exuberantemente o vasto e profundo saber do seu autor. Explicação prévia; Mitologia; Religião; Superstições; As idades da vida; As festas do ano; Literatura; Artes populares; Música e dança (este último capítulo da autoria de Emilio Pita).

Em todos os capítulos brilha o etnógrafo, observador atento de apurada sensibilidade, mas quanto a nós, é nos capítulos da mitologia e da religião onde Vicente Risco conquista as esporas de ouro de grande mitólogo.

O segundo volume num total de 716 páginas com 514 figs., abrange e estudo do «O Homem-II» e trata da «Etnografía-Cultura material».

É obra de outro grande galego, Xaquín Lorenzo Fernandez, grande etnógrafo, verdadeiro mestre da Etnografia.

Discípulo e companheiro de Vicente Risco e de Florentino Lopez Cuevilhas, neste 2.º grosso volume da História da Galiza impõe-se como um dos maiores etnógrafos peninsulares. Trabalhador pertinaz com notáveis qualidades de observação — desenha primorosamente — e dotado de agudeza de espírito crítico, tomou contacto directo com o povo galego em anos sucessivos de longas viagens de estudo. Ele mesmo o diz no «Limiar» ou prólogo do trabalho, pág. 8, nestes termos: «Pra colletal-o material diste trabalho tivemos de pelerinar por todol-os camiños da Galiza. Percorrimos a montanha, andivemos polos vales e polas terras chás, visitamol-os lugares e andivemos pola beira-mar. Fomos informados por homes, por mulheres e por nenos, entramos nas suas casas, visitamol-os seus barcos, os seus obradoiros...»

Obra grande que representa mais de 30 anos de estudo e de canseiras do seu autor, é impossível, nos naturais limites duma nota bibliográfica dar dela a ampla apreciação que bem justificada seria. Limitar-nos-emos a pouco mais do que indicar os capítulos da mesma, que são os seguintes:

«Os elementos da casa; A casa; As dependências da casa; Construccions adxetivas; As construccions comunas; A terra; Os produtos do campo; A fazenda; Os produtos do mar; A conservacion da pesca; A caza; A mineiria; Os officios; Os tecidos; O traxe; A manutensa; O camiño; O carrexo».

Cada um destes capítulos está dividido em subcapítulos, pelos quais se reparte o estudo das várias matérias em arrumo sistemático.

Exemplifiquemos. Vimos que o estudo da «habitación» comprehendia os cinco capítulos indicados, dos quais o primeiro era «Os elementos da casa», que o A. repartiu nos seguintes subcapítulos:

A parede; Vãos de parede; A escada; Apoios das varandas; Pavimentos; Portadas dos vãos; Andares; Varandas e balaústres; O telhado; A chaminé; Peças de ferro (aldrabas, fechaduras, ferrolhos, etc.).

Fotografias e desenhos em número de 38, ilustram as 51 páginas destes 11 subcapítulos. Registe-se que algumas destas 38 figs., têm muitos desenhos; assim sucede com a fig. 36 que tem 20 desenhos de vários tipos de chaminés e com a fig. 38 que tem 34 desenhos de dobradiças, fechaduras, aldrabas, batentes, etc.

A mesma cuidada e primorosa documentação iconográfica se observa ao longo de todo o volume. São às centenas os desenhos que ilustram o trabalho. Acrescente-se que grande número de desenhos, mesmo a maioria, são do punho de Xaquín Lorenzo.

Estou em crer que poucas ou nenhuma serão as terras que possuam uma obra de estudos ergológicos, em que a vida material do seu povo seja tratada em conjunto, na extensão e com o pormenor inerente a uma obra de carácter geral, como é a «História da Galiza». Xaquín Lorenzo, com este volume tão bem sistematizado, tão bem escrito e tão bem documentado, afirma-se um etnógrafo de notáveis e raros méritos.

Os dois volumes, que analisamos em rápida síntese, constituem um monumento imperecível em consagração à encantadora e viridente terra da nobre Galiza, uma das mais belas regiões da vizinha Espanha.

SANTOS JÚNIOR

---

MARTIN ALMAGRO — *Las estelas decoradas del suroeste peninsular*, «Biblioteca praehistorica hispanica», Vol. VIII, Madrid, 1966, 215 págs., 81 figs. e 50 Estampas com mais 86 figs.

O A., distinto professor de Pré-história (do Consejo Superior de Investigaciones Científicas), no monumental trabalho que analisamos, estuda 42 pedras tumulares com gravados de armas, espadas, lanças, e escudos, do ídolo dolmênico, de figuras humanas, de carros, etc.

Um grande número destas pedras serviram como tampas de sepulturas, pelo que lhe foi atribuída a justa designação de tampas sepulcrais insculturadas.

Das 42 pedras estudadas, algumas de granito e outras, o maior número, de xisto, 23 apareceram em Portugal, 18 em Espanha e 1 no sul da França.

Das 23 pedras portuguesas 15 são da metade sul de Portugal formando o importante núcleo em torno de Beja, 3 são do Algarve, 4 da Beira Baixa e 1 da Beira Alta.

O A. descreve cada uma das 42 pedras insculturadas, quase todas fragmentadas, indicando as suas dimensões e respectivas gravuras que procura interpretar.

Uma série de esplêndidas fotografias nas 50 estampas finais constitui excelente documentação iconográfica que muito valoriza este belo trabalho.

Numa segunda parte deste estudo monumental o A. analisa as múltiplas representações insculpidas nas lousas e estelas sepulcrais. É flagrante a notável erudição com que fez essa análise.

De acordo com a opinião geral, considera estas pedras insculturadas como «monumenta memoriae» em consagração a personalidades de hierarquia social superior, heróis ou chefes políticos.

No capítulo em que trata da cronologia diz que as pedras insculturadas do grupo I se podem localizar entre 1000 e 800 anos antes de Cristo e as do grupo II entre 800 e 400 a. J. C., portanto, conforme escreve na pág. 9 do prólogo ou apresentação, «dentro do Bronze Médio ou Bronze II e do Bronze Final ou Bronze III Hispano».

Se é certo que muitas destas pedras insculturadas tinham sido publicadas por arqueólogos portugueses e espanhóis, não é menos certo que o notável trabalho de conjunto feito pelo Prof. Almagro representa uma valiosa contribuição para o estudo da arqueologia peninsular, num período um tanto obscuro da mesma.

Se nos desenhos figurasse a indicação da escala em que foram feitos seria imediata a apreciação das dimensões reais da peça.

Apenas um reparo.

Será conveniente a designação de «estelas gravadas» ou «estelas decoradas» como denominação genérica de todas estas pedras tumulares, quando é certo que muitas delas foram tampas sepulcrais? Se estela (do grego *stela*, coluna) significa propriamente monólito ou pedra implantada na terra e erguida na vertical, não se afigura nem exacto nem conveniente chamar estelas às lousas ou tampas sepulcrais.

S. J.

FERMIN BOUZA BREY TRILLO — Túmulos pré-históricos de Astúrias — Sep. do «Boletín del Instituto de Estudios Asturianos», n.º 50, Oviedo, 1963, 30 págs., 20 figs., das quais 12 desenhos e 8 fotografuras.

Prospecção arqueológica feita nos meses de Agosto e Setembro de 1953, nas Astúrias, em 44 túmulos pré-históricos com mamoas ou montículos de terra e pedras. Nas Astúrias dão àqueles montículos o nome genérico de «cuturuyos» ou «cutruyos» e em alguns casos «covayus», de *cobaculu*, cova pequena, por apresentarem a covacha média ou depressão umbilical, sinal de antiga violação feita por furiosos pesquisadores de tesouros.

Os quarenta e quatro túmulos estão assim repartidos: um, isolado, em Vindona, (Pola de Allande), é o maior de todos, pois mede 27 m. de diâmetro; vinte e cinco na necrópole da Sierra de Fonfaraon; quatro na necrópole de Bourres; catorze na de Forcallau.

É notável a observação feita pelo A. em alguns destes túmulos duma câmara central de forma circular e de falsa cúpula.

Esta descoberta constitui uma importante novidade arqueológica, porquanto só no sul da Península se conheciam túmulos de falsa cúpula. No norte as mamoas, dum modo geral, tapavam câmaras tumulares feitas de grandes pedras, e daí a designação de megalíticas.

No túmulo n.º 4 do «chanu de la sierra» da necrópole da Sierra de Fonfaraon é nítida a falsa abóbada. Vejamos como o A. o descreve: «en su centro presente una pequeña cámara de 1,30 m. de diámetro incluyendo sus muros que tienen un espesor de 40 cm. Esta cámara circular está formada por piedras pizarrosas que en el país llaman «pedras de lleirón», aplanadas, colocadas sin argamasa alguna, de manera que sus hiladas van cerrándose en la parte superior formando cúpula hasta dejar un agujero, el cual estava cerrado en estos túmulos por una loseta de traza

quadrangular que hemos hallado tirada en el suelo y que se diferenciaba notablemente de las demás piedras procedentes de las paredillas del monumento».

Outros túmulos dos estudados, como acentua o A., apresentavam restos da câmara, o que, dada a sua estrutura, permite afirmar que deviam também terminar em falsa cúpula.

Outra observação feita nestas escavações foi a de o A. ter posto a descoberto, em alguns destes túmulos, muretes de 70 cm. a 1 m. de espessura formando um anel, que, p. ex. no túmulo n.º 12 dos «covayus» do mesmo «chanu de la sierra», se entendia em redor da câmara e a uns 5 m. da sua parte central.

Anéis similares foram descobertos pelo Dr. Castro Nunes nas mamoas de monumentos megalíticos da Beira Alta e dos quais nos deu conhecimento em conferência feita na Sociedade Portuguesa de Antropologia em Maio de 1964.

As escavações a que Bouza Brey procedeu foram praticamente estéreis, à parte, num ou noutro caso, terem mostrado apenas cinzas de carvão na câmara tumular.

Muito interessantes as lendas respeitantes a alguns destes monumentos pré-históricos.

O A. a pág. 4 deste trabalho escreve: «En otro artículo daremos, juntamente con nuevos monumentos funerários del pasado prehistórico astur, las conclusiones a que hemos llegado».

A importância das descobertas feitas por Bouza Brey nas escavações asturianas impõe que este anunciado trabalho venha a lume.

S. J.

ANTÓNIO CASTILLO DE LUCAS — La Sal — algunas tradiciones populares relacionadas con la medicina, Madrid, 12 págs.

Castillo de Lucas — distinto etnógrafo, e mestre consagrado no Rifoneiro espanhol — dá neste trabalho uma ampla série de rifões e conceitos populares respeitantes ao sal.

Indispensável no tempero das comidas, o sal tem para o povo vários significados, não só como alimento, mas também como remédio para cura de várias moléstias dos homens e dos animais. Como o A. realça logo de entrada, o povo atribui ao sal «elevado simbolismo espiritual e fantásticas qualidades mágicas».

Num plano de boa sistematização o A. analisa as tradições populares respeitantes ao sal nos seguintes temas: o sal na alimentação; o sal como anticorruptivo na conservação dos alimentos; o sal em medicina como remédio; o sal e o seu significado

simbólico religioso; o sal e o seu poder mágico em múltiplas superstições; o sal e as suas metáforas.

Para estes temas coligiu mais de meia centena de rifões ou prolóquios.

*Verter el vino es buen sino  
Derramar la sal mala sinal.*

Isto exprime o mau augúrio de derramar sal na mesa.

A virtude do sal como tempero está na justa e precisa quantidade do seu emprego.

Para tal conceito de justa medida cita cinco prolóquios.

*Entre lo salado y lo soso está el punto sabroso.  
Lo sabroso está entre lo salado y lo soso.  
Ni sin sal, ni con mucha sal.  
Mesa sin sal, haz cuenta que no tiene manjar.  
Come el manjar sazonado, pero no salado.*

Este mesmo conceito figura numa das frases insculpidas no plinto da estátua que em Viseu foi levantada ao grande bispo daquela diocese D. António Alves Martins, a qual reza assim: «A religião deve ser como o sal na comida, nem muito nem pouco, só o preciso».

O A. não esqueceu a história do Rei e suas três filhas, das quais a mais nova, ao exprimir o seu grande amor, disse querer tanto a seu pai como o sal quer à comida.

Não só pela perfeita classificação temática como também pela natureza e quantidade dos materiais coligidos, e aplicando ao caso uma das perlendas alusivas ao sal, diremos: o trabalho por bem feito «tiene la sal por arrobas».

S. J.

---

GUILHERME FELGUEIRAS — **As reses galhudas no folclore —**

**O «corno» na superstição, na alegoria escarninha e nas aplicações utilitárias — S. Cornélio e outros Santos na crença popular (Rebuscos etnográficos) — Sep. da ETHNOS, revista do «Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia», Vol. IV, Lisboa, 1965, pág. 177 a 195, 3 Est. com 7 figs.**

O A., que à nossa Etnografia tem dado tantos e tão interessantes trabalhos, no estudo que agora analisamos reforça os seus já amplos créditos de distinto etnógrafo.

O título exprime em si mesmo a amplitude do tema versado.

É uma série de notícias referentes ao gado cornudo, bois, cabras e ovelhas, como armentio popular, sua criação e pastoreio, não esquecendo, como não podia deixar de ser, as *chegas de touros* da região de Barroso, de que publica duas excelentes fotografias, a *vezeira* de muitas serras, especialmente minhotas e trasmontanas, e a *transumância* beiroa.

O A. coligiu uma ampla série de rifões ou adágios, dos quais 53 alusivos ao gado *vacum*, mais 50 referentes às criações lanar e caprina. Esta já ampla colectânea de adágios é acrescida de mais 13 «alusivos à serôdia concupiscência dos anciões femeeiros e donjuanescos», tais como «homem velho e mulher nova ou «corno» ou «cova».

Seguem-se 8 adivinhas referentes a gado chifrudo dos quais transcrevemos apenas a seguinte, alusiva à vaca. «Quatro na lama (os pés), quatro na mama (as tetas), dois para o ar (os chifres) e um que l'abana (a cauda)».

Vêm depois algumas expressões e locuções populares com referências ao chifre.

Segue-se a bela história trasmontana *A ovelha Ruça* duma encantadora espontaneidade de descritivo e rica de expressões terrenhas, que nos conta o modo como uma ovelha ludibriou o lobo safando-se arditosamente e à sua «cordeira» de serem comidas pelo lobo de «afiada dentuça».

Vem depois um mimoso romance pastoril mirandês que canta a vitória dos cães dum pastor sobre o lobo que lhe matara uma cordeira.

A seguir três quadras em que uma mal casada com um pastor de temperamento frígido diz que o marido tem «os cornos retorcidos na testa como os marrões. A última quadra remata com estes dois versos: «E a maior falta que tem/ Ser como os chibos capões».

No capítulo das superstições cita os cornichos, quer de sua própria natureza, quer de azeviche, coralina, marfim, pasta vítrea, etc., usados pendentos de várias jóias na convicção supersticiosa de que esconjuram as bruxas ou feiticeiras, o mau olhado e outros malefícios, incluso o próprio demónio. Os cornos, quer dos bois ou vacas, quer os bem retorcidos chavelhos dos carneiros vêm citados em múltiplos casos de uso popular tais como: nos colmeais das serras da Peneda e do Gerês para prevenir furtos e maus olhados; mas também são usados contra «inveja» e maus espíritos, para afastar danos ou perigos, e, dum modo geral, evitar ou neutralizar influências maléficas.

Mais uma página referente às doenças do gado e à popularidade do mestre-ferrador que é também alveitar. Cita alguns

tratamentos com os quais o ferrador trata várias doenças como p. ex. o «entourido» do gado *vacum* e a «baceira» das cabras.

Seguem-se notas referentes à alegoria escarninha das palavras *cornu*, *cabrão*, *cornaçã*, *corneta* e *cabranaças* com que o povo designa os maridos tolerantes das infidelidades das esposas, e às chocalhadas ou pregões que, em muitas povoações do norte, se fazem quando casam viúvos ou quando um velho casa com rapariga nova. A este propósito dá 13 ríffões e várias quadras das quais transcrevo as duas seguintes ;

A salsa é para o peixe,	Ó meu velho, velho,
A hortelã para a vaca;	Em bem te avisava
As moças são para os moços	— Rapariga nova
E os velhos, presos à estaca.	Que te corneava.

Dos cornos se fazem cornetas ou buzinas. O A. refere que certas divindades mitológicas eram representadas com cornos e os romanos usavam o *cornu* ou *cornu*, corneta feita dum chavelho de búfalo ou de boi para marcar «o instante em que deviam iniciar-se determinados actos militares nas marchas e combates».

Na vida pastoril das serras da Peneda, Soajo, Lindoso, Amarela, Gerês e Larouco, usam-se as *cornas*, cornetas feitas de chifres de bovinos, para avisos ou chamadas.

Na serra do Gerês, antes da extinção da cabra silvestre exclusiva daquela serra, e que, por isso, se chamava «cabra do Gerês» (*Capra pyrenaica lusitanica* C. França), com os cornos dos machos desta cabra faziam-se buzinas, as *carrapitas* com que «o Monteiro anunciava a convocação dos *ajuntos* ou assembleias com deliberações próprias, pelas quais se regem os naturais», tais como organização das *vezeiras*, repartição das águas e das chãs, etc.

Vem depois o capítulo respeitante ao uso de chifres como recipientes para recolha ou transporte de líquidos ou mantimentos. São azeiteiros, pulverinhos, copos, caldeirinhos, saleiros, azeitoneiros, paliteiros, etc.

Merecem ao A. especiais referências mais os seguintes utensílios.

Os *galhipos* nome que os serranos de Lindoso dão às acendalhas para o cigarro, feitas com a ponta dum chifre de bode ou cabrito cheio de trapo queimado ou de medula de sabugueiro, que se incendeia com as chispas obtido com o fusil e a pederneira. Os *sebeiros*, chavelhos de boi com gorduras para lubrificação dos eixos dos carros rurais. Por último os grandes cornos dos bois barroços que, depois de afeiçoados convenientemente,

os minhotos utilizam para levar o vinho para as suas merendas nas romarias.

Estes grandes cornos deram ensejo a um despique entre uma cantadeira e um cantador, despique que se diz ter-se passado nas terras de Maia. Conta-se que o cantador tratara com aspereza a cantadeira, maltratando-a duramente em determinada festa em que haviam sido contratados para cantar ao desafio. A cantadeira passados tempos cantava em certa romaria quando viu chegar o cantador que a maltratara, com um grande corno de boi onde trazia o vinho, corno posto a tiracolo preso por uma correia que o deixava pendente sobre a cinta. A cantadeira ao vê-lo chegar continuou a cantar e largou-lhe esta quadra :

Cantador que vem na estrada,  
 Donde vem? P'ra onde vai?  
 O corno que traz à cinta,  
 É seu ou do seu pai?

O cantador visado aguardou o compasso da música da tocata e cantando, respondeu-lhe assim :

O corno que trago à cinta  
 Não é meu nem do meu pai.  
 É um cabelo do teu homem  
 Que de maduro lhe cai.

Se as coisas de facto se passaram como se conta, este cantador foi um improvisador genial.

As últimas páginas do trabalho que vimos analisando são consagradas às práticas religiosas com vista à protecção dos gados. Vários santos do agiologio cristão são protectores do armentio. S. Cornélio, padroeiro dos animais corníferos, intercede na saúde do gado bovino, ovelhum e caprino. S. João Baptista, que foi pastor, é patrono dos boieiros e dos vaqueiros.

S. Marcos é não só protector do gado lanífero e caprino, como gozava do poder mirífico de amansar os bois ariscos e bravios, poder que é extensivo às crianças rebeldes e choringuentas.

Muito interessante era o velho costume que, como o A. refere, dantes se praticava em vários pontos do Alentejo, nas feiras de S. Marcos. Relatam os cronistas que tal costume consistia em fazer entrar na igreja um boi que assistia ao acto religioso, servindo as suas hastes de estante ao missal com que se celebrava a missa.

S. Mamede é também santo protector dos bovídeos, bem como Santo António. A este os pastores, por meio de «responsos», pedem a sua intercessão para encontrar «cria» perdida, e, dum modo geral, protecção para o seu gado.

O A. escreveu um belo trabalho que se lê com proveito pela quantidade dos elementos coligidos, e com grande aprazimento pela maneira precisa e ao mesmo tempo fluente como está escrito. Bem haja pois o A. por mais esta importante contribuição para o estudo da nossa Etnografia.

O A. no final confessa-se «eterno enamorado do Povo».

E quem o não há-de ser?

Só aqueles que o não conhecem suficientemente.

O A. numa exaltação do nosso povo termina com esta bela e encantadora frase.

«Louvada e bendita seja a santa terrinha portuguesa e a gente eleita que a povoa».

E nós diremos: «Para sempre seja louvada».

S. J.

FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA — A lenda do Senhor do Galo de Barcelos e o milagre do enforcado — Prólogo de D. Ramón Otero Pedrayo. Un vol. en 8.º 171 págs. — Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia. Lisboa, 1965.

El Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, fué como peregrino en este año Santo Compostelano, a ganar el jubileo, por sus grandes indulgencias y dar el abrazo tradicional al apostol Santiago. La ciudad de Santiago de Galicia, siempre fué centro de peregrinaciones, y tienen caracter histórico y monumental los caminos que conducen a esta ciudad santa, destacando por sua importância el camino francés desde los pirineos, y el camino portugués. En este camino está, precisamente, el monumento del *Senhor do galo de Barcelos*.

Como etnógrafo y cristiano, estudia Fernando de Castro Pires de Lima, este monumento conmemorativo al milagro que por la intercesión de Santiago se realizó en la edad media en la villa de Barcelos, librando de la muerte a un ahorcado, sostenido por el apostol en el aire para que no se ahogase, al par que un gallo que estava asado, en la mesa del juéz y dispuesto para la comida, saltase cantando y volando. Este milagro quedó así perpetuado

en el monumento, y popularizado en un policromado y airoso gallo simbólico por la industria alfarera de Barcelos, en cuyo Museo de cerámica, puede admirar-se su evolución, hasta la artística figura con que hoy le conocen en todo el mundo.

El Dr. Pires de Lima, hace mucho más que documentar la leyenda portuguesa, pues estudia esta misma leyenda en Santo Domingo de la Calzada — donde cantó la gallina, despues de asada —, ciudad importante en el «camino francés», y aún se extiende al estudio de sus variantes, tanto populares, como eruditas, y su relación con las fantásticas, como en los *cuentos de las mil y una noches*.

Con ser mucho lo que aprendemos en este libro sobre tan piadosa leyenda, aún nos regala el autor noticias sobre el piadoso jubileo y, como si fuéramos guiados por su mano de peregrino, nos lleva a otros lugares de la ciudad del Apostol para gozar a la vez de las bellezas de esta histórica y universitaria ciudad compostelana.

El Catedrático de Santiago de Galicia, D. Ramón Otero Pedrayo, escribe un prólogo en gallego, para este libro, que podríamos comparar, literariamente, al Pórtico de la gloria de la catedral compostelana, dada la magnificencia de sus figuras y metáforas, en las que realza la personalidad del autor y a esa su amada ciudad a la que consagró lo mejor de su vida.

La edición está muy cuidada y bajo los auspicios de la Fundación Nacional para Alegria no Trabalho (Sección de Etnografía), tanto por su parte tipográfica, como por las ilustraciones y calidad de papel. Bien lo merece Portugal por tener la gloria de tan bellísima leyenda, como es la del *Senhor do galo de Barcelos*.

CASTILLO DE LUCAS

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA — O S. João em Portugal, in Revista de Etnografia, Vol. v, tomo 1, Julho de 1965, Porto, sem data, pág. 57 a 112, 8 figs.

Trabalho de síntese sobre os festejos de S. João, que constituem, sem dúvida, uma das mais notáveis manifestações lúdicas do nosso povo, quer pela sua generalização de norte a sul do país, quer pela riqueza de tantos dos seus aspectos ora em recolhido individualismo ora em festanças colectivas.

A noite de S. João, como o A. realça, é uma noite privilegiada. São múltiplos e multiformes os sortilégios que nela se operam, sobretudo amorosos e casamenteiros, com plena e exube-

rante eficiência de fortuna e de felicidade. Noite singularmente nova! Por virtude de certas plantas, das águas e do fogo, de manejos de encantamento ou de palavras ditas em práticas rituais em que entram qualquer dos 3 elementos referidos, ou sós ou em associação, conquistam-se poderosas e ocultas forças, dimanadas de seres invisíveis, que são postas ao serviço do bem dos homens e, nomeadamente, da plena felicidade amorosa.

Tais forças manifestam-se em concretizações simbólicas que adivinham perspectivas futuras, e, mercê de práticas rituais propiciatórias, são postas ao serviço das pessoas, dando-lhes saúde, felicidade plena, e à mocidade boa sorte no amor, com remate num casamento feliz.

Tais forças benéficas para os homens, podem ser requeridas também para benefício dos animais domésticos. O banho santo aos gados no dia de S. João protege-os contra vários males.

Os títulos dos capítulos deste trabalho dão ideia, do cuidado e da extensão dos aspectos com que o A. abordou esta notável e tão generalizada festa, especialmente no norte de Portugal.

Depois dum as considerações iniciais à maneira de intróito seguem-se os seguintes capítulos: A festa; Encantamentos do S. João; O fogo e as fogueiras; O orvalho e a água; Ervas e plantas; Sortes, divinações, práticas mágicas, crenças e superstições autónomas ou relacionadas com o fogo e a água; Cascatas; Travessuras; Manjares cerimoniais; Cavalgadas, «cavalhadas», jogos de canas e colheita de lampas; Relação entre o S. João e o parentesco cerimonial do compadrio.

O A. conjugando grande número de observações pessoais e uma ampla bibliografia realizou um bom trabalho sobre uma das mais notáveis festas populares portuguesas.

S. J.

---

HIRONDINO DA PAIXÃO FERNANDES – **O folclore do Parâmio (Bragança)**, publicação da Junta Distrital de Bragança, Bragança, 1966, 241 págs., 1 mapa do concelho de Bragança, 2 desenhos e 3 fotografias.

O A. é um estudioso da rica etnografia bragançana. Natural da aldeia do Parâmio, para a terra da sua naturalidade, suas gentes e seus costumes, tem voltado a sua atenção de observador atento.

No vasto campo da etnografia trasmontana tem feito algumas aradas. Realçaremos *O Parâmio. Contribuição para o estudo da*

*linguagem e etnografia da região bragançana*, que lhe serviu de tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Bragança, 1961).

O trabalho que agora analisamos é mais uma lavoura de ampla colheita nos usos e costumes da gente de Parâmio, sua aldeia natal.

O A. divide o trabalho em duas partes, a saber: Folclore profano e Folclore religioso. A primeira vai das págs. 17 a 214 e abrange os seguintes capítulos: Parlengas e jogos infantis; Adivinhas; Quadras Soltas e outras cantigas; Jogos de roda; O ser-rar da velha; Velhos romances; Provérbios e máximas. Na segunda parte, que vai das págs. 215 a 230, o A. reuniu orações puramente religiosas para dizer ao deitar e ao levantar, para dizer na ida para a missa e nos vários passos desta; vários responsos, entre os quais dois a Santo António para achar os rebanhos; orações de feição medicamentosa, a que cabe com propriedade a designação de benzeduras; benzeduras da massa depois de amassar o pão e do forno no acto de enfornar, etc.

Pelo enunciado dos temas referidos já se pode fazer uma ideia da extensão e do interesse deste trabalho sobre Parâmio, aldeia do concelho de Bragança. Mas é lendo-o que se pode apreciar o modo criterioso como o A. o realizou, citando em notas, no fim de cada capítulo, as similitudes observadas noutras regiões e publicadas pelos autores que vai indicando. Tais citações constituem elemento fundamental para a etnografia comparada e denotam o cuidado com que foram estudadas as observações feitas.

S. J.

---

CARLOS LOPES CARDOSO — *Olumbali do distrito de Moçâmedes (Achegas para o seu estudo)*. — Separata do Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola, Vol. 3 (1), Luanda, 1966, 124 págs. e 1 mapa.

O *olumbali* é a língua falada pelos *Mbális*, grupo de origem, pluri-étnica, sobretudo de quimbundos e umbundos, levados como mão-de-obra das regiões do interior de Luanda e Benguela para o distrito de Moçâmedes, nos meados do século passado, quando as primeiras colónias de brancos, oriundas de Pernambuco, arri-baram àquele distrito do sul de Angola e deram início à exploração efectiva das riquezas agrícolas e piscícolas da região. Assim se deu começo ao processo de desenvolvimento da língua olum-

bali, para cuja formação contribuíram decisivamente o quimbundo, o umbundo e, em menor escala, o português e algumas línguas do sudoeste de Angola (Nhanecas e Cuvales).

Grupo bastante reduzido, contando actualmente cerca de 4 500 indivíduos distribuídos em volta dos principais aglomerados urbanos (Moçâmedes, Porto Alexandre e Vila Arriaga), assim como pelos locais de antiga ocupação fazendária, centros piscatórios e percurso do caminho de ferro de Moçâmedes, não constitui uma etnia mas sim, como o afirma o autor no seu excelente trabalho, um *status* social e cultural.

Sobre o olumbali, dois notáveis etnógrafos, Carlos Estermann e Gladwin Childs, sustentam duas posições divergentes: enquanto para Estermann a língua que prevaleceu na formação do olumbali foi o quimbundo, falado na região de Luanda-Malange, para Childs seria o umbundo, falado nas cidades de Benguela e Lobito. Perante tal divergência de opiniões, o sr. Dr. Lopes Cardoso, distinto assistente do Instituto de Investigação Científica de Angola, que nos últimos anos já por variadas vezes tratou de outras manifestações da vida dos mbális, procedeu, paralelamente a investigações de vária ordem, à elaboração de um questionário linguístico de 276 palavras e 41 frases, que aplicou em alguns importantes centros daquele distrito, colhendo elementos de que nos dá conta no presente volume. A partir deles estabeleceu o autor, para um estudo futuro do olumbali, cinco «hipóteses de trabalho», das quais destacamos as duas últimas:

«O olumbali, nas suas expressões dialectais, decorrentes da preponderância de uma ou outra língua que contribuiu para a sua formação, não excluiu totalmente o contributo de qualquer delas, nomeadamente do *kimbundu* e do *umbundu*. O *olumbali*, graças à mobilidade social dos Mbális, está sujeito a um processo de transformação cujo rumo e cadência se não podem determinar em face dos elementos apresentados neste escrito.»

São cinco hipóteses de trabalho que têm, no dizer do próprio autor, «a segurança necessária para, futuramente, servirem de base ao trabalho dos especialistas que, futuramente, venham a interessar-se por esta língua». Segurança que advém da consciência dum trabalho perfeito que aqui nos apraz registar.

CARLOS ERVEDOSA

ELSA BRUNILDE DE MENDONÇA — Ilha de S. Jorge — Subsídios para o estudo da Etnografia, Linguagem e Folclore Regionais — Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 19/20, Angra do Heroísmo, 1966, 347 págs., 76 fotos, 96 desenhos, 1 mapa e 3 pautas musicais.

A monografia da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elsa Brunilde de Mendonça, que lhe serviu de tese de Licenciatura em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é um magnífico trabalho em boa hora editado, que em muito vem contribuir para o conhecimento da ilha de S. Jorge do nosso Arquipélago dos Açores.

Situada no Grupo Central do Arquipélago, de origem vulcânica e alongada numa extensão de sessenta e cinco quilómetros com uma largura máxima de sete quilómetros e meio, a data oficial da sua descoberta remonta ao mês de Abril de 1450, ainda que em 1375 haja já notícias da sua existência com o nome de San Zorge num mapa catalão dessa época.

Para o seu povoamento, além do forte contingente lusitano, sobretudo de origem minhota, contribuíram de modo apreciável os flamengos, dos quais ainda hoje abundam «exemplares de nítida aparência germânica». Um censo de 1950 dá-nos conta duma população orçando em 16.557 indivíduos com uma economia baseada fundamentalmente na agricultura e na criação de gado, em especial vacas leiteiras. A pesca, salvo reduzidas excepções, foi sempre uma actividade complementar da agricultura e de outros ofícios. Actualmente a pesca da baleia, diz-nos a autora, levada para o Arquipélago no último quartel do século passado por emigrantes repatriados da América, tem trazido, graças ao seu desenvolvimento, uma melhoria da situação económica daquelas que nela procuraram o seu modo de vida.

A emigração para as Américas é um fenómeno de longa data. Já na primeira metade do século XVIII ela se iniciara para o Brasil, mas seria a América do Norte, principalmente o Estado da Califórnia a partir de 1849, quem viria a absorver o maior caudal de emigrantes, de onde, por muito longa que seja a sua ausência, acrescenta a autora, raro é aquele que esquece os seus parentes de S. Jorge, valendo-lhes com avultadas somas em momentos de aflicção, além de generosos donativos para fins de interesse público.

A autora desta excelente monografia, que é produto dum exaustivo trabalho de recolha directa de materiais, dá-nos, ao longo dos capítulos da sua obra, as verdadeiras dimensões do homem de S. Jorge. Numa parte inicial, que a autora intitulou de

ETNOGRAFIA e subdividiu em cinco capítulos, estuda-se o Homem, a vida rural, as actividades domésticas e as actividades piscatórias. Na segunda parte, dedicada à LINGUAGEM, essa linguagem de sabor regional (Escrevi tê lindo nome/ Na branca areia do mar./ Vinheram as brancas ônduas/ Tê lindo nome apagar) é abordada a fonética, a morfologia, a sintaxe e o estilo. Vem, seguidamente, o FOLCLORE com numerosas transcrições de composições em verso e em prosa, com um capítulo final dedicado às festas do Espírito Santo, festas que são das mais típicas do Arquipélago e as que menos se têm afastado da tradição. E, finalmente, encerra-se o trabalho com um «glossário» e «expressões locais» que em muito valorizam a obra.

A documentação fotográfica, numerosa e variada, peca contudo pelo tamanho reduzido das fotografias, o que dificulta em muitos casos a boa observação de pormenores. Os desenhos, de perfeita execução, não trazem, porém, a legenda indispensável nem as escalas comparativas que permitam ao leitor avaliar a verdadeira grandeza dos objectos representados. Pequenos senões, afinal, que de forma nenhuma ofuscam o excelente trabalho, repetimo-lo, da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elsa Brunilde de Mendonça credora de bem merecidas felicitações.

C. E.

### Comunicações apresentadas e discutidas em sessões científicas da Sociedade

#### Em 1965:

*Da sereia homérica à sereia dos descobrimentos*, pelo Dr. Fernando de Castro Pires de Lima; *O alfenim-doce popular açoreano*, pela aluna de Ciências Biológicas, da cadeira de Antropologia, Maria Manuela Bettencourt da Silva; *Rito mágico do arremesso dos dentes*, pelo Prof. Santos Júnior; *O carácter mágico do toque dos sinos*, pelo P.<sup>o</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida; *Touradas à corda na ilha Terceira (Açores)*, pela citada aluna da cadeira de Antropologia, Maria Manuela Bettencourt da Silva; *A alma do indígena de Cabinda no simbolismo das figurações insculpidas em objectos de madeira*, pelo P.<sup>o</sup> José Martins Vaz; *A arte rupestre paleolítica franco-cantábrica*, pelo Eng.<sup>o</sup> Luís de Albuquerque e Castro; *As mulheres do monte na apanha da carqueja (Gondomar)*, pela aluna de Biológicas, da cadeira de Antropologia, Maria dos Anjos Valente Moreira; *Um novo tipo de botilho*, pelo Dr. Osvaldo Freire; *O mito da sereia na obra de Alonso Madrigal*, pelo Dr. Fernando de Castro Pires de Lima; *Comunitarismo em Trás-os-Montes — Do costume à lei: Elementos para o estudo do homem transmontano*, pelo P.<sup>o</sup> António da Eira; *A bugiada do Sobrado (Valongo)*, pelo Prof. Santos Júnior, Dr. Osvaldo Freire e a aluna da cadeira da Antropologia, Teresa Jesus de Moura André; *O romanceiro de Garrett*, pelo Dr. Fernando de Castro Pires de Lima; *Escavações em dólmenes atentejanos*; *Alguns achados notáveis*, pelo Dr. Agostinho Isidoro.

#### Em 1966:

*Um primeiro molde de lucerna assinado*, pelo Prof. José João Dias Mateus Rigaud de Abreu e Sousa; *Escavações no castro de S. Vicente da Chã (Montalegre) — Campanha de 1965*, pelo Dr. Osvaldo da Silva Freire e *Os tapetes de penas da Serra do Barroso*, pelo Prof. Doutor Santos Júnior; *A inacreditável festa de S. Sebastião no Couto Dornelas (Barroso)*, pelo Conde d'Aurora; *Sinostose da sutura etmoido-frontal anterior*, pelo Dr. Joaquim Pinto Machado Correia da Silva; *Alguns aspectos de Folclore Brasileiro*, pelo Prof. Alfredo João Rabaçal; *Praias de S. Pedro de Muel, Vieira e Pedrógão*, pelo Dr. Ruy Acácio da Luz; *Notas sobre as escórias do Castro de Carvalhelhos*, pelo Eng.<sup>o</sup> Horácio Maia e Costa; *Cânticos populares a nossa Senhora no interior dos templos*, pelo Eng.<sup>o</sup> Rebelo Bonito; *Antropologia-Orientaciones*, pelo Prof. Alfredo Sacchetti; *El origen de las corridas de toros a la luz de la Paletnologia y de la historia de las religiones*, pelo Prof. José Manuel Gomez Tabanera; *Aspectos sociológicos da vida quotidiana de Angola*, pelo Dr. Adriano Vasco Rodrigues.

## ÍNDICE DO VOL. XX

J. PINTO MACHADO CORREIA DA SILVA — A sinostose da sutura etnóido-frontal anterior. . . . .	5
AGOSTINHO FARINHA ISIDORO — Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo). . . . .	29
REBELO BONITO — Nossa Senhora na lirica popular . . . . .	59
JESUS TABOADA — La «malla» en la comarca del Tâmega superior . . . . .	93
J. R. DOS SANTOS JÚNIOR — Dois «fornos do povo» em Trás-os-Montes. . . . .	119

### V á r i a :

Aplicação de métodos científicos de prospecção em estações arqueológicas portuguesas (M. S. TITE & J. C. ALLDRED). . . . .	147
Paleolítico de Torres Novas (AFONSO DO PAÇO). . . . .	161
Acerca dum molde de lucernas (J. J. RIGAUD DE SOUSA). . . . .	165
Nota sobre as escórias encontradas no Castro de Carvalhelhos (HORÁCIO MAIA E COSTA) . . . . .	173
Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) . . . . .	181
Inscrição ibérica de «Corte do Freixo» (Almodovar) (ROGÉRIO AZEVEDO) . . . . .	191
Lutuosa; do Prof. Doutor Américo Pires de Lima, por ARNALDO ROZEIRA; do Prof. Doutor Celestino Maia, por J. R. DOS SANTOS JÚNIOR; de D. Sebastião Pessanha, por LUCIANO RIBEIRO; do Dr. Álvaro Eduardo Guimarães de Caires, por AGOSTINHO ISIDORO; 194, 197, 200 e . . . . .	202

### Revista Bibliográfica — Índice alfabético :

ANTÓNIO CASTILLO DE LUCAS (210); CARLOS LOPES CARDOSO (218); ELSA BRUNILDE DE MENDONÇA (220); ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA (216); FERMIN BOUZA BREY TRILLO (209); FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA (215); GUILHERME FELGUEIRAS (211); HIRONDINO DA PAIXÃO FERNANDES (217); HISTÓRIA DA GALIZA (204); MARTIN ALMAGRO (208).





# Trabalhos de Antropologia e Etnologia

(Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»)

VOL. XX — FASC. 1-2

## SUMÁRIO:

J. PINTO MACHADO CORREIA DA SILVA:

**A sinostose da sutura etmóido-frontal anterior** — (págs. 5 a 27).

AGOSTINHO FARINHA ISIDORO:

**Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo)** — (págs. 29 a 57).

REBELO BONITO:

**Nossa Senhora na lírica popular** — (págs. 59 a 91).

JESUS TABOADA:

**La «malla» en la comarca del Tâmega superior** — (págs. 93 a 118).

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:

**Dois «fornos do povo» em Trás-os-Montes** — (págs. 119 a 145).

**Vária:** — Aplicação de métodos científicos de prospecção em estações arqueológicas portuguesas (M. S. TITE & J. C. ALLDRED) (págs. 147 a 160); Paleolítico de Torres Novas (AFONSO DO PAÇO) (págs. 161 a 164); Acerca dum molde de lucernas (J. J. RIGAUD DE SOUSA) (págs. 165 a 172); Nota sobre as escórias encontradas no Castro de Carvalhelhos (HORÁCIO MAIA E COSTA) (págs. 173 a 180); Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 181 a 190); Inscrição ibérica de «Corte do Freixo» (Almodovar) (ROGÉRIO AZEVEDO) (págs. 191 a 193).

**Lutuosa:** — Prof. Doutor Américo Pires de Lima (pág. 194); Prof. Doutor Celestino Maia (pág. 194); D. Sebastião Pessanha (pág. 200); Dr. Álvaro Eduardo Guimarães de Caíres (pág. 202).

**Revista bibliográfica:** — ANTÓNIO CASTILLO DE LUCAS (210); CARLOS LOPES CARDOSO (218); ELSA BRUNILDE DE MENDONÇA (220); ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA (216); FERMIN BOUZA BREY TRILLO (209); FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA (215); GUILHERME FELGUEIRAS (211); HIRONDINO DA PAIXÃO FERNANDES (217); HISTÓRIA DA GALIZA (204); MARTIN ALMAGRO (208).